



DEP

Outubro/Dezembro 2004

DEP

DIPLOMACIA ESTRATÉGIA POLÍTICA

Editores

Carlos Henrique Cardim
João Batista Cruz

Editores-Assistentes

Antônio Carlos Lopes
Lígia Pavan Baptista
Lilian Cristina Burlamaqui Duarte

Endereço para correspondência:

Revista DEP
Caixa Postal 2431
Brasília, DF - Brasil
CEP 70842-970

E-mail: revistadep@yahoo.com.br

A revista *DEP- Diplomacia, Estratégia e Política* é um periódico trimestral, editado em português, espanhol e inglês, sobre temas sul-americanos, publicado no âmbito do Projeto Raúl Prebisch, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Eletrobrás e da Construtora Norberto Odebrecht.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch vol.
1, no.1 (out.2004) -. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2004.

Trimestral

Editada em português, espanhol e inglês.

1. Política internacional, América do Sul. 2. Relações internacionais, Brasil. I. Projeto Raúl Prebisch.

CDU 327(05)

DEP

DIPLOMACIA ESTRATÉGIA POLÍTICA

Ano I Número I Outubro/Dezembro 2004

Sumário

-
- 5 A política externa da Argentina no quadro da
integração regional

Rafael Bielsa

-
- 22 A nova política externa da Bolívia

Juan Ignacio Siles del Valle

-
- 41 Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula

Celso Amorim

-
- 49 A política externa do Chile no início do milênio

Maria Soledad Alvear Valenzuela

-
- 67 A política exterior da Colômbia: governabilidade
democrática. Responsabilidade compartilhada e
solidariedade

Carolina Barco

-
- 91 A política externa do Equador

Patricio Zuquilanda-Duque

-
- 112 A política externa da Guiana: respostas a um contexto
mundial em transformação

Samuel Rudolpb Insannally

125 Política externa da República do Paraguai
Leila Rachid

138 A política exterior do Peru:
uma opção nacional no processo global
Manuel Rodríguez Cuadros

171 A política externa da República do Suriname
Maria Levens

180 A política exterior do Uruguai
Didier Opertti Badán

203 Os venezuelanos e sua democracia
Jesús Arnaldo Pérez

223 Antonio Berni – Primeiros Passos
Alberto G. Bellucci

A política externa da Argentina no quadro da integração regional

Rafael Bielsa *

Em um trecho do seu formidável estudo sobre *A Condição Humana*, Hannah Arendt afirma: “A grandeza do homérico Aquiles só pode ser entendida se o virmos como agente de grandes ações e orador de grandes palavras”.

Para Arendt, a ação é o momento em que os homens desenvolvem aquela capacidade que lhes é mais própria: a de serem livres. E a liberdade não é dada pela mera capacidade de optar entre cursos de ação alternativos, mas pela capacidade de iniciativa, de transcender o que é dado e de começar algo novo. A ação, recorda-nos a autora, “cria a condição para a lembrança, isto é, para a história”.

Ação e liberdade levam-nos a uma interpretação do poder. Da perspectiva que nos oferece Arendt, o poder não é algo que os homens possam exercer sós, mas sim um atributo relacional – a capacidade de *atuar em comum* – e a condição da sua possibilidade é a pluralidade. Assim, o fundamental do poder

* *Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina*

não é a instrumentalização de uma vontade alheia para a consecução dos próprios fins, mas antes, a formação de uma vontade comum numa comunicação voltada para o entendimento. Por isso, a política se faz, fundamentalmente, com palavras.

Que valor tem tais argumentos ao se discorrer acerca da política externa da Argentina no quadro da integração regional? Creio que, fundamentalmente, permitem delimitar um campo epistemológico para demarcar a atuação internacional do país.

Explico-me. Em um mundo em que se acentuaram a incerteza, os riscos e as assimetrias, mover-nos com seriedade dentro das margens de autodeterminação existentes requer o fortalecimento da cooperação, da solidariedade e da harmonização de posições com países com os quais compartilhamos interesses, valores e visões. Em um espaço global interdependente, a capacidade de atuar de maneira concertada – de trabalhar em comum – numa lógica de soma positiva, é um recurso de poder que devemos ser capazes de aproveitar e maximizar.

A política externa da democracia

Em alguns meios acadêmicos e jornalísticos é comum, ao se analisar a política externa argentina ao longo da história nacional, ressaltar mais as rupturas do que as continuidades.

Podemos dizer que as rupturas experimentadas pela política externa argentina foram as mesmas sofridas pela própria vida do país, quando vítima das oscilações ditatoriais e que, inversamente, encontramos nos governos constitucionais – com seus matizes e ênfases – um fio condutor pacifista, latino-americanista e respeitador do direito internacional, que o governo do Presidente Néstor Kirchner está empenhado em aprofundar.

Até 1976, o século XX argentino foi marcado pelas lutas do povo em prol dos seus direitos políticos, sociais e econômicos, canalizadas, sobretudo pelos grandes partidos políticos e pelos governos populares e obstaculizadas pelas rupturas constitucionais provocadas pelos golpes de estado. Seria ocioso assinalar a gravitação que as circunstâncias externas e os sistemas de idéias dominantes no mundo exerceram sobre os acontecimentos nacionais, não fosse

a necessidade de ressaltar a influência que a era da Guerra Fria teve nos países do Cone Sul.

A última ditadura militar – o autoproclamado “Processo de Reorganização Nacional” (1976-1983) – levou ao paroxismo a promessa de eliminação do “inimigo ideológico”. A palavra de ordem, “o Processo tem objetivos, mas não prazos”, rompeu com uma noção subentendida, e até então aceita, de que os golpes de estado instalavam governos transitórios até uma nova convocação eleitoral, uma vez imposta a “ordem” desejada. Naquela oportunidade, não se tratou apenas de subjugar os direitos políticos dos cidadãos, mas de instrumentar uma deliberada política de extermínio físico. A questão dos direitos humanos tornou-se, então, bandeira e dor na Argentina.

A Junta Militar, ao mesmo tempo em que eliminava o “inimigo interno”, exacerbou a existência de potenciais inimigos externos, já não ideológicos, senão territoriais, lançando mão de um nacionalismo demagógico e anacrônico, para o qual eram necessárias as hipóteses de conflito bélico com os países limítrofes. Desse modo, assim como a ditadura arrasou as formas de expressão, organização e participação da sociedade civil, também desmantelou as políticas de cooperação com os países vizinhos, características dos governos constitucionais passados.

A partir de uma péssima leitura da situação e das alianças internacionais, o governo militar, já debilitado, escolheu uma guerra como meio de tentar se fortalecer. A derrota das Malvinas escancarou o fosso aberto pelo povo em 30 de março de 1982, quando, depois de anos de opressão e de silêncio forçado, marchou para a histórica Praça de Maio, reclamando seus direitos.¹

A referência à última ditadura militar permite-nos situar melhor a política externa argentina da fase democrática e, sobretudo, valorizar os êxitos alcançados durante essas duas décadas. Juntamente com a plena vigência das liberdades constitucionais, a Argentina foi incorporando uma série de princípios ligados à política exterior que hoje sustentamos com orgulho e firmeza.

Refiro-me, particularmente, à afirmação da democracia e do respeito irrestrito aos direitos humanos como valor essencial; ao compromisso com a

¹ Esta foi a primeira mobilização popular maciça contra a ditadura militar, convocada pela CGT e por organismos de direitos humanos, reclamando “paz, pão e trabalho”.

paz, a segurança, o desarmamento, a não-proliferação de armas de destruição em massa e a condenação do narcotráfico e do terrorismo internacional, com estrito apego às decisões emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas; assim, também, à prioridade atribuída à integração regional, em particular ao Mercosul, que hoje concebemos como um projeto político e estratégico de vasto alcance, e não apenas como um bloco comercial.

No quadro de uma política exterior comprometida com a paz e o multilateralismo, quero manifestar a determinação de continuar com os esforços pacíficos para a recuperação das Ilhas Malvinas, tomando iniciativas conducentes a preservar e reafirmar os direitos soberanos argentinos sobre as mesmas e sobre os espaços marítimos circundantes, tanto bilateral como multilateralmente. A recuperação do exercício pleno da soberania, respeitando os interesses dos habitantes das Malvinas e em conformidade com o direito internacional, é um objetivo irrenunciável do povo argentino e uma política de Estado continuada pelo atual Governo.

Nesse mesmo quadro austral, comprometemo-nos a proteger os interesses da comunidade internacional na Antártida, assegurando que as atividades lá desenvolvidas sejam compatíveis com o Tratado Antártico e com o Protocolo de Madri sobre a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, estamos promovendo ações nos foros correspondentes, para conseguir a instalação de suas autoridades e o funcionamento da Secretaria do Tratado Antártico, na sede que lhe foi fixada, na Cidade Autônoma de Buenos Aires.

O atual governo argentino almeja ser condizente com o melhor de nossos princípios e de nossas tradições de política externa, e fazê-los coerentes com os interesses da nação. No meu modo de ver, tal coerência se constrói promovendo, no plano internacional, os mesmos valores de democracia, liberdade, igualdade, justiça social e participação, que sustentamos no plano interno, numa espécie de jogo de espelhos.

Assim, a afirmação e a modernização das instituições democráticas nacionais correspondem ao fortalecimento e à atualização dos organismos internacionais; ao princípio de igualdade entre os cidadãos, à necessária igualdade entre os Estados; ao objetivo de alcançar níveis mais altos de bem-estar e de equidade social, ao direito de aceder aos mercados internacionais, sem subsídios nem competição desleal; à coesão social, à integração regional; à solidariedade social, à solidariedade latino-americana; à defesa dos direitos

humanos, à rejeição dos fundamentalismos de qualquer denominação; à salvaguarda da paz e da segurança internas, à enérgica condenação do terrorismo, e à consolidação da zona de paz na nossa região.

A posição da Argentina frente à ordem internacional

Atravessamos uma dessas épocas em que a humanidade busca um novo rumo, uma vez que desapareceram os motivos que a tinham feito adotar o anterior.

Há pouco mais de uma década, a queda do muro de Berlim inaugurava um pós-Guerra Fria que trazia consigo a promessa de construir uma ordem mundial mais equilibrada, justa e pluralista. A cooperação entre as nações teria primazia sobre o conflito, e a atenção à problemática socioeconômica substituiria as tradicionais questões de defesa e segurança na política internacional. A utopia do chamado fim da história – apesar das vivas controvérsias que então suscitou – expressava, de alguma forma, a euforia própria do clima da época, em cujo quadro geral foi possível a formulação daquela tese. A ordem do pós-Guerra Fria não se livrou, entretanto, de guerras e conflitos.

Os ataques de 11 de setembro de 2001, por suas dimensões e organização, deram uma relevância inédita ao perigo terrorista e expuseram a vulnerabilidade de todos os países que integram a comunidade internacional. A originalidade da forma de ataque e, certamente, o alvo escolhido confirmaram naquele dia a verdadeira proporção do perigo, recolocando a agenda da segurança no topo da política internacional.

Os argentinos experimentaram esse perigo da maneira mais trágica em 1992 e 1994, quando se produziram em Buenos Aires os brutais atentados à Embaixada de Israel e à Associação Mutual Israelita da Argentina (Amia). Trabalhadores, comerciantes, crianças a caminho da escola: mortos sem poder prever, sem poder entender. Poderíamos dizer, como Sören Kierkegaard, que em nossos peitos se aninhou uma opressão, um temor que adivinhou o terremoto.

No atual cenário internacional, tanto o terrorismo como a violação dos direitos humanos, os massacres associados ao conflito armado ou à proliferação de armas de destruição em massa obrigam-nos a manter uma posição ativa e nunca de indiferença frente a esses flagelos, mas sempre dentro da estrita observância do direito internacional e dos princípios consagrados nas Cartas da ONU e da OEA.

Temos plena consciência de que mudaram os atores e as circunstâncias que deram origem, depois da Segunda Guerra Mundial, à criação de organizações internacionais, mas como esquecer o perigo representado por projetos desmesurados e a opressão que eles implicam para direitos humanos tão elementares como o direito à vida, a professar uma religião, a expressar distintas idéias políticas? A grande lição do século XX – e, seria de esperar, o grande aprendizado – consiste, precisamente, em não esquecer e não repetir as tragédias que sacudiram a humanidade.

A Argentina reconhece no multilateralismo e na vigência de uma efetiva cooperação internacional a única possibilidade de construir um mundo mais pacífico, solidário e racional. Entendemos que, no presente cenário internacional, não existe um substituto para as Nações Unidas capaz de legitimar medidas frente a ameaças à paz e à segurança internacionais. Só a ação concertada da comunidade internacional poderá dar as respostas adequadas. Só a ação multilateral poderá ser efetiva e sustentada no tempo, porque outorga legitimidade à resposta e consegue o apoio da opinião pública externa. O Conselho de Segurança deve cumprir seu papel-chave na adoção de medidas eficazes em situações que podem evoluir para uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Por isso acreditamos na necessidade de fortalecer o Conselho de Segurança e achamos necessária sua reforma para torná-lo mais democrático, equitativo, representativo e transparente em seu processo decisório.

Mas nossa visão pressupõe, além disso, a existência de uma dialética complexa que vincula os problemas da ordem mundial e da segurança com a possibilidade de aprofundar a democracia, o desenvolvimento e a paz.

Aprendemos da história que os fundamentalismos de diversos tipos e os projetos hegemônicos acabam por atropelar a liberdade, os direitos humanos mais elementares e, sobretudo, a paz. Hoje, essa paz não é apenas a antítese do conflito bélico; é, também, uma ausência para aqueles que sentem terror e para aqueles que sofrem de fome. Por isso, sustentamos que é preciso fortalecer a Organização das Nações Unidas para dotá-la de maior *efetividade*, insistir por maior *equidade* na Organização Mundial do Comércio, e exigir maior *democracia* no Fundo Monetário Internacional.

Frente a tal cenário, a Argentina, junto com os demais países do Mercosul, está construindo novas relações e alianças. A estratégia baseia-se em criar redes e associações políticas e econômicas para ampliar o espaço de negociação, e

enriquecê-lo com novas e viáveis opções de cooperação e desenvolvimento, contribuindo dessa maneira para o gradual surgimento de um sistema multipolar. Ampliar a cooperação entre a América Latina e a Ásia é um passo efetivo nessa direção.

Diferentes razões de caráter histórico, geopolítico e cultural levaram a Argentina a não prestar a devida atenção ao enorme desenvolvimento alcançado por muitos países da Ásia, durante as últimas décadas do século XX. Não é fácil explicar tal conduta. Nós, argentinos, temos tido dificuldade para interpretar certos processos históricos, econômicos e políticos que, devido à distância geográfica e cultural, nos têm parecido estranhos. A Argentina, tradicionalmente, tem privilegiado suas relações com os países do Hemisfério e com os da Europa Ocidental, deixando dois terços do mundo praticamente fora da nossa percepção, e sem iniciativas relevantes de nossa parte. Conhecemos o papel protagonístico que a Ásia está conquistando nos assuntos internacionais, nos quais a China, o Japão e a Índia ocupam um lugar relevante. Até agora, não temos sido capazes, entretanto, de incorporar esse conhecimento à formulação e prática da nossa política externa.

Em consonância com esse modo de perceber a realidade mundial, a Argentina está empenhada em ocupar com posição própria – discreta, mas sólida, prudente, mas profissional – todas as *cadeiras* disponíveis no concerto internacional.

Essa atitude ficou demonstrada, por exemplo, na posição que assumimos, junto com o Brasil e outros países do G-X, na Quinta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em setembro de 2003, em Cancún, onde lutamos pela constituição de um sistema mundial de comércio aberto, sem subsídios, nem barreiras que ponham empecilhos à possibilidade de os países em desenvolvimento produzirem receitas em condições equitativas. Apesar dos resultados do encontro realizado em Cancún, a Argentina defende a negociação nesse âmbito e a OMC como um espaço multilateral que, ao permitir uma participação plural e democrática de todos os seus membros, constitui-se na via mais propícia ao estabelecimento de acordos equilibrados.

A Conferência Especial sobre Segurança Hemisférica, realizada em outubro de 2003, no México, ressaltou os méritos dos cenários multilaterais como espaços adequados para a análise das circunstâncias e dos problemas que preocupam e afetam seus diferentes membros. Nesse foro, debateu-se,

extensamente, o conceito de segurança, superando a noção tradicional e estreita ligada à defesa, para substituí-la por uma percepção multidimensional, que abrange aspectos relacionados com a pobreza, as doenças, os obstáculos para alcançar o desenvolvimento, e outros tantos que podemos associar, diretamente, à segurança e ao bem-estar humanos.

Entendemos a segurança humana como um componente do conceito de desenvolvimento humano, noção que há duas décadas tem estado no centro da agenda da cooperação internacional, ainda que não estritamente relacionada com a “segurança”. O desenvolvimento humano inclui, sem ambigüidades, nem discussões, aquilo que consideramos essencial: a luta contra a fome, o analfabetismo, a exclusão, a ignorância, condições propícias em que se criam as condições para a proliferação do terrorismo internacional, ou a aparição de processos violentos e maciços de autênticas migrações nacionais, com seu conseqüente impacto cultural, social e econômico.

Sabemos com certeza que, na negociação entre um forte e um fraco, a liberdade sem regras favorece o forte, e que só o direito dá possibilidades ao fraco. Desse modo, também no plano comercial trabalhamos pelo fortalecimento de um multilateralismo que se ocupe das assimetrias e da necessidade de flexibilidade.

Nossa posição não consiste em propor que, do dia para a noite, se reduzam a zero os subsídios à agricultura dos países mais desenvolvidos, mas exigimos do mercado que dê os mesmos sinais que exigimos de nós mesmos: os de que a direção geral é coerente com o crescimento com equidade.

Negociações comerciais

Na Chancelaria Argentina, atuamos, simultaneamente, em diversas trilhas da negociação comercial.

Por um lado, temos enfrentado, como Mercosul, negociações birregionais com a União Européia e com a Comunidade Andina de Nações, além daquelas que se desenvolvem dentro do formato 4+1. Por outro, participamos, ativamente, das negociações hemisféricas que têm o objetivo de constituir a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Da mesma forma, multilateralmente, continuamos sendo um negociador ativo e construtivo na OMC. E isso sem descuidar das negociações bilaterais, que perseguem o objetivo de nos permitir o acesso a mercados potencialmente importantes para as exportações argentinas.

Antes de mencionar algumas das ações específicas que vimos desenvolvendo, quero salientar que não participamos dessas instâncias para reivindicar princípios ou idéias que demandem outros âmbitos, assim como não concordamos em levar metáforas bélicas ao cenário do comércio internacional. Nosso objetivo é proteger e promover melhor os interesses coletivos e obter resultados que nos permitam gerar riqueza; essa riqueza que deve ser, adequadamente, distribuída para que nossos compatriotas, que hoje sofrem privações e padecem de necessidades, tenham um futuro no qual confiar, e voltem a perceber como uma realidade concreta e cotidiana a mobilidade social ascendente, que caracterizou a Argentina forjada por *criollos* e imigrantes.

Do nosso ponto de vista, não há quadros de negociação bons ou ruins, mas, sim, bons ou maus negociadores, que dão às rodadas de comércio o adjetivo que terminam por merecer. Por essa razão, não acreditamos em antinomias como “Alca versus Mercosul”. Está claro que nosso paradigma é integração, porquanto nosso destino é latino-americano e, portanto, temos de privilegiar o fortalecimento do bloco próximo. Mas isso não significa que deixemos de negociar na Alca, ou no âmbito da OMC.

No tocante às negociações birregionais, o Mercosul e a União Européia, no começo de 2003, intercambiamos as respectivas ofertas melhoradas, que abrangem produtos agrícolas e industriais. A Argentina está disposta a apresentar, junto com seus parceiros do Mercosul, ofertas em serviços, investimentos e compras governamentais, que são alguns dos setores que interessam à União Européia. Nessa negociação, o interesse de nosso país é melhorar o acesso de seus produtos – particularmente daqueles que enfrentam barreiras alfandegárias e não alfandegárias, a grande maioria deles no setor agrícola e agroindustrial – ao mercado da UE e, ao mesmo tempo, firmar-se como fornecedor de alimentos de alta qualidade.

Nessa mesma área, devemos considerar a assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a CAN, pela transcendência que terá a constituição desse novo espaço no âmbito sul-americano.

Quanto à Alca, considero necessário prestar alguns esclarecimentos, dado o vivo debate público que se desenvolve no hemisfério, e ao qual a sociedade argentina não está alheia.

Nosso país, de forma coordenada com o Mercosul, participa dessa negociação com o propósito principal de conseguir para nossas exportações

uma abertura efetiva dos mercados da região, sem deixar desprotegidos os setores mais sensíveis da produção nacional.

Aspiramos a estabelecer uma Alca que contemple nossos interesses, e ajude na busca de um crescimento sustentado para todos os países da região. E, no nosso entender, se buscamos benefícios concretos para nosso país, temos de envolver-nos, ativamente, no processo de negociação. Negociar bem não significa – desnecessário dizer – renunciar ao direito de utilizar políticas públicas, nem assumir compromissos nocivos em questões prioritárias para o Estado, mas, sim, defender nossos interesses e fazer valer nossas legítimas reivindicações.

A propósito, quero ressaltar especialmente que, no encontro celebrado em outubro de 2003, em Buenos Aires, os presidentes da Argentina e do Brasil concordaram quanto à necessidade de se chegar a um acordo equilibrado, que respeite os interesses distintos dos participantes, e dê ao processo a flexibilidade necessária para que a negociação se desenvolva de acordo com a situação dos países e blocos envolvidos. Nesse mesmo mês, realizou-se, em Trinidad e Tobago, a XV Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca, na qual os membros do Mercosul apresentamos uma declaração em que manifestamos nosso interesse em negociar de forma construtiva. Por isso, felicitamo-nos de que, na reunião de alto nível realizada em Miami em fins de novembro de 2003, tenha sido possível avançar sobre essas bases.

Quanto à OMC, apesar dos esforços desenvolvidos na última conferência ministerial, realizada em Cancún, não foi possível avançar de forma substancial no processo negociador.

O conceito fundamental da Rodada de Doha, cujo quadro estamos negociando, é o desenvolvimento – e a agricultura é o capítulo central dessas negociações.

A relevância das negociações agrícolas deriva do papel central da agricultura no bem-estar, e nas perspectivas de crescimento dos países em desenvolvimento, particularmente dos mais pobres. Basta mencionar que 73% dos pobres do mundo vivem em zonas rurais, e dependem da agricultura para subsistir. E que, enquanto vastos setores da população mundial lutam para sobreviver com menos de dois dólares diários, os países desenvolvidos gastam quase 1 bilhão de dólares por dia em medidas de apoio à agricultura. Desejaria acrescentar que, em 2002, os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) gastaram na proteção aos seus agricultores cinco vezes mais do que em ajuda ao desenvolvimento.

Esta resenha seletiva de algumas das ações desenvolvidas pela nossa Chancelaria para consolidar a presença do país no mundo e, particularmente, para colocar os produtos da Argentina nos mercados internacionais, vincula-se – da mesma forma que os acontecimentos no plano geoestratégico mundial – à promoção de um modelo de integração internacional que favoreça sistemas econômicos nacionais e mundiais baseados nos princípios de justiça, equidade, democracia, participação, transparência, responsabilidade e inclusão social.

Nunca antes se haviam agilizado e barateado tanto como agora os transportes e as comunicações. Nunca antes tinha sido possível um acesso tão amplo à informação e à difusão do conhecimento por meios eletrônicos. Existe, atualmente, uma consciência generalizada de que o comércio internacional produz bem-estar tanto nos países importadores quanto nos exportadores. Ao mesmo tempo, nunca houve, porém, formas tão sofisticadas de especulação financeira e de medidas protecionistas, principalmente no tocante ao comércio de produtos agrícolas, que aprofundam as assimetrias, prejudicam seriamente a equidade, e excluem dos benefícios do progresso material uma boa parte da população mundial.

Hoje, mais do que nunca, a interação com o contexto externo influi sobre as políticas internas de um país, mas esse fato, verificável e certo, não nos leva a adotar uma atitude passiva que nos faça voar ao sabor dos ventos. Não subscrevemos as visões que satanizam a globalização, mas a enfrentamos como uma nova etapa na evolução do capitalismo, plena de oportunidades para os países que nela naveguem sem trair o futuro do seu povo e que se esforcem por conseguir uma diminuição das assimetrias nacionais, a partir da integração regional e da cooperação multilateral.

Partindo desse posicionamento, nosso país continuará trabalhando, junto com os demais integrantes do G-X, para avançar na liberalização e na reforma do comércio agrícola internacional, bem como para conseguir a integração total desse setor nas normas da OMC. A maioria dos membros desse grupo – que representa a metade da população humana – reuniu-se em Buenos Aires durante o mês de outubro de 2003 e reafirmou seu compromisso com o programa da Rodada do Desenvolvimento, ao mesmo tempo em que lançou um apelo a todos os membros da OMC para retomarem a negociação com espírito construtivo, sem enfrentamentos nem barreiras ideológicas, e propiciarem as convergências que permitam alcançar um resultado justo e aceitável para todos.

Sem prejuízo da importância que a Argentina atribui ao G-X, nossa participação nas negociações comerciais não se esgota nesse grupo. Somos, também, integrantes ativos do Grupo de Cairns, cujos membros defendem, firmemente, a abertura e o acesso dos mercados para os produtos agrícolas, a eliminação dos subsídios às exportações, assim como a redução significativa das medidas de apoio interno que distorcem o comércio.

Nesse sentido, nossa Chancelaria não considera que o G-X e o Grupo de Cairns constituam opções excludentes. Pelo contrário, ambos confluem na defesa de condições mais equitativas para o comércio de produtos agrícolas e, portanto, seus objetivos se reforçam mutuamente.

Visão do Mercosul

O Mercosul, com suas perspectivas de aperfeiçoamento e ampliação, constitui um dos pilares da política externa da República Argentina. Assim, consideramos a integração regional como um processo irreversível que requer e exige ações imediatas e fundamentais para se afirmar.

Apesar da conjuntura complexa que vem atravessando o processo de integração, os Estados-parte estão dando claras demonstrações da vontade política de empreender a tarefa de aprofundar a institucionalização do Mercosul. Particularmente, damo-nos conta de que o fortalecimento dos órgãos do bloco, a previsibilidade na observância e na aplicação das normas que deles emanam, e o aperfeiçoamento dos mecanismos para resolver os conflitos comerciais são todos elementos que, de um lado, apóiam o próprio processo e, de outro, melhoram a sua credibilidade frente a terceiros países.

Entre os principais progressos que temos realizado recentemente, cabe assinalar, em primeiro lugar, a aprovação do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias, que cria o primeiro tribunal permanente do Mercosul. A Argentina conseguiu a aprovação legislativa desse protocolo apenas sete meses depois da sua assinatura, o que foi posteriormente feito por Paraguai, Uruguai e Brasil. Esse mecanismo dará maior segurança jurídica ao intercâmbio de bens e serviços, e aumentará a confiança do setor privado e dos investidores no Mercosul.

Outro importante avanço na estrutura institucional do processo de integração foi a criação de um setor de assessoria técnica na Secretaria do Mercosul, iniciativa levada avante no quadro de uma transformação da Secretaria

Administrativa em uma Secretaria Técnica. Com a inclusão desse novo setor, integrado por quatro consultores escolhidos por concurso de antecedentes e provas, o Mercosul contará com o apoio de um corpo técnico permanente, convocado para trabalhar no interesse do bloco em seu conjunto, e não no dos países individualmente considerados.

É, também, particularmente auspiciosa a recente criação da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), com competência para assistir o Conselho do Mercado Comum e a Presidência *pro-tempore*, apresentar iniciativas ao Conselho do Mercado Comum, e assegurar as relações econômicas, sociais e parlamentares no Mercosul. Além disso, a CRPM conta com um presidente com competência para, por mandato do Conselho do Mercado Comum, representar o bloco em suas relações com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais.

A incorporação das normas do Mercosul aos ordenamentos jurídicos dos Estados-parte, da qual necessariamente decorrem a vigência e a operatividade das regras comuns, tem uma importância superlativa para garantir a segurança jurídica do processo de integração. Atualmente, um dos maiores problemas que enfrenta o Mercosul é justamente a demora na incorporação dessas normas, o que não apenas cria assimetrias na sua aplicação, mas também gera incerteza para os particulares, e incide negativamente sobre as operações comerciais e as perspectivas dos investidores.

Frente a tal situação, propusemos que se analisasse a possibilidade de estabelecer um procedimento que permita a aplicação direta das normas do Mercosul que não requeiram tratamento legislativo nos Estados-parte. No meu modo de ver, essa tarefa representa um desafio que vale a pena enfrentar a curto prazo, para garantir a segurança jurídica do processo de integração e a vigência e observância da norma comum e outorgar aos interessados nos quatro Estados-parte o mesmo tratamento no tocante aos seus direitos e obrigações no mercado ampliado.

Finalmente, devemos valorizar o compromisso assumido pelos Estados-parte de examinar a viabilidade do estabelecimento de um Parlamento do Mercosul como órgão político de representação democrática, que comprometeria mais as sociedades com o processo de integração. Assim como, na ordem interna, o Parlamento é a caixa de ressonância das inquietações sociais, no processo de integração a existência de uma assembléia ou Parlamento

permitiria dar maior legitimidade e transparência às decisões adotadas para o seu desenvolvimento e progresso, fortalecendo-lhe a dimensão política. O estabelecimento de um Parlamento do Mercosul, que assuma a representação política e social dos Estados, seria, a meu juízo, um claro sinal de amadurecimento e consolidação institucional do bloco.

Todos esses avanços contribuirão para adequar a estrutura institucional do Mercosul, facilitando a coordenação das atividades dos foros técnicos, e agilizando o processo de tomada de decisões. Não se trata de criar grandes burocracias, mas, sim, órgãos ágeis de direção, eficientes e profissionalizados.

Como objetivo do momento histórico, o Mercosul deve contribuir para satisfazer a necessidade de aumentar a capacidade de negociação internacional de cada um dos países envolvidos, permitindo maior autonomia de decisão. A atualidade nos adverte de que o desenvolvimento a que aspiramos para nossos países – entendido como crescimento econômico com equidade social – depende, basicamente, dessa autonomia de decisão, e requer essa valorização estratégica da integração regional.

Ter uma voz comum nos foros e organismos internacionais é um recurso de poder que nos permitirá aumentar nossa capacidade de negociação e ação. Porém, às vezes, nos é necessário que, internamente, o espaço político do Mercosul seja representativo dos seus cidadãos; que constitua um espaço catalisador de valores e tradições, com vistas a um futuro compartilhado. Creio que é importante assinalar isso no momento de construir as instituições funcionais para tais objetivos: desde os tribunais de solução de controvérsias, de caráter supranacional, até as instâncias de facilitação do intercâmbio educativo.

O que buscamos não é apenas um bloco comercial; aspiramos a criar um espaço econômico, político e cultural unificado que – ao gerar um renovado sentido de lealdade – nos permita crescer como sociedades integradas e modernas. O Mercosul adquirirá seu valor sociocultural, quando seus efeitos se fizerem sentir na vida cotidiana dos cidadãos. Não se trata de aspirar a criar um povo comum, mas uma cidadania comum.

O processo de integração atravessa um momento que merece ser aproveitado. Encontramo-nos diante de uma oportunidade histórica que não é sinônimo de desafio histórico. Um desafio histórico depende de alguém que deseje desafiar, mas uma oportunidade histórica é uma conjunção de estrelas.

As afinidades de pensamento, as visões políticas semelhantes de governos que pensam em sintonia, que começam suas administrações, criam um cenário que não poderia ser melhor para que essa ilusão de quinze anos possa recuperar a dinâmica que lhe permita ser a realidade que necessitamos.

A associação estratégica com o Brasil

Embora o desenvolvimento detalhado da ampla agenda de relações bilaterais da República Argentina transcenda o propósito deste artigo, gostaria de fazer uma breve menção ao excelente momento que atravessam as nossas relações com o Brasil.

Em outubro de 2003, a visita de Estado do presidente Lula da Silva a Buenos Aires tornou claro o grau de avanço e o aprofundamento de uma parceria que, pela sua natureza e alcance, só posso qualificar como estratégica e de profunda fraternidade.

Naquela ocasião, os primeiros mandatários dos dois Estados firmaram uma declaração conjunta que vale a pena recordar, na qual coincidiram em assinalar o grau de convergência e entendimento alcançados, num quadro de confiança e previsibilidade mútuas. Os acordos celebrados abarcaram assuntos vitais como a cultura, a educação e a integração física, além daqueles relacionados com a circulação de pessoas, os quais facilitarão a vida cotidiana dos cidadãos argentinos e brasileiros que se deslocam para estudar, comerciar e fazer turismo e, particularmente, a de nossos compatriotas que habitam a zona fronteira.

Conseguimos, também acordos importantes ligados ao uso pacífico da energia nuclear, em especial no campo da medicina. E cabe sublinhar o fato de se ter acordado uma forma de trabalho e cooperação conjunta, solidária e inovadora nas tarefas técnicas inerentes aos assentos não permanentes que nossos países aspiram a ocupar no Conselho de Segurança das Nações Unidas no período 2004 – 2006.

Esses acordos marcam o amadurecimento de uma parceria estratégica que crescerá sem tensões, porque está baseada na valorização de nossas semelhanças, e no respeito de nossas diferenças, e se fundamentam na nossa determinação comum de trabalhar pela consolidação de uma ordem mundial

que fortaleça a justiça, estimule o desenvolvimento, combata a falta de equidade, e proteja o meio ambiente, de modo que todas as nações do mundo possam gozar dos benefícios do progresso material e da paz.

Merece menção especial a importância que ambos os países atribuímos, no âmbito do subcontinente, ao fortalecimento da qualidade da democracia, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à falta de equidade e à pobreza, bem como à conformação de uma visão cooperativa da segurança regional.

Por isso, considero da maior importância a assinatura do Consenso de Buenos Aires, por meio do qual nos comprometemos a cooperar, ativamente, para promover o desenvolvimento econômico sustentado e a distribuição equitativa dos seus benefícios, adotando uma posição comum que nos propusemos compartilhar com todos os países da América Latina.

À guisa de conclusão

Se a política externa de um país não contribuir para aumentar as possibilidades de realização coletiva da sua sociedade, suas ações não serão grandes, e ela não será um veículo que nos permitirá pronunciar grandes palavras.

Do meu ponto de vista, a consecução desse objetivo – como conquista das lutas democráticas do nosso povo – implica alcançar níveis de bem-estar e de equidade social que permitam a todos os argentinos exercerem seu direito à plena cidadania.

Recentemente, o “latinobarômetro” assinalava como um fato auspicioso a alta adesão dos argentinos à democracia. Ao mesmo tempo, sublinhava, porém, o baixo apreço pelos seus resultados, fazendo referência à percepção difundida na cidadania de que a democracia não resolve seus problemas, não se traduz numa melhora da sua qualidade de vida. Vale dizer que uma alta consideração pelas liberdades pessoais convive com uma consideração muito baixa pelo respeito dos direitos da cidadania econômica e social.

É uma situação conflitiva, cujos efeitos os argentinos experimentamos dramaticamente em dezembro de 2001, e que se propaga pela América Latina.

Integrar-nos para resolver esses problemas é uma necessidade nacional, mas quero ser preciso ao concluir.

Erradicar a pobreza, fortalecer, simultaneamente, a inclusão social e a integração regional e alcançar padrões dignos de qualidade de vida para nossos cidadãos e habitantes requer, necessariamente, um forte compromisso político. A vontade política não basta, porém, para sustentar uma democracia abrangente. Fazem-se necessários Estados eficientes em obter informação; inteligentes para processá-la; diligentes para articular interesses e criar consensos; eficazes para dar resposta; e transparentes para favorecer o controle social.

A integração não é uma panacéia que nos permitirá resolver, magicamente, todos os nossos problemas, mas, sim, uma dinâmica de cultura política, onde marcham em um equilíbrio difícil, porém auspicioso, o fortalecimento dos Estados, juntamente com a construção de instituições supranacionais; a defesa dos interesses econômicos e estratégicos nacionais e sua potencialização dentro de um quadro de integração regional.

A integração é, ao mesmo tempo, aprendizado, intercâmbio e cumprimento de acordos. E é, voltando à citação inicial de Arendt, o caminho que poderá levar-nos a realizar grandes ações e pronunciar grandes palavras. ■■■

A nova política externa da Bolívia

*Juan Ignacio Siles del Valle **

A atual política externa boliviana, à semelhança da dos outros países do mundo, conflui para um cenário internacional em permanente reconfiguração. As particularidades do sistema configurado nesse cenário constituem iniludível desafio para toda a comunidade internacional, particularmente para países em desenvolvimento, vulneráveis e pobres como a Bolívia. Processos acelerados e irreversíveis, como a globalização e o regionalismo, apresentam-se como vetores centrais na estruturação da nova ordem internacional, desenhando o espaço geral em que as políticas externas devem desenvolver as suas ações, à procura de certas oportunidades e espaços, para lograr uma melhor inserção internacional e definir seus objetivos. Fenômenos como a fragilidade do sistema financeiro internacional, a acelerada mudança tecnológica, a crise de governabilidade, o enfraquecimento do multilateralismo e do direito internacional, o crime transnacional, o terrorismo, o narcotráfico e a corrupção, entre outros, configuram o emaranhado de problemas aos quais países como a Bolívia devem responder e fazer frente, por meio de sua política externa.

As mudanças que nos escapam ao controle, geradas na última década, como a acelerada inovação tecnológica no campo das telecomunicações ou da informática, transformaram as sociedades e o modo como os países da

* Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia

comunidade internacional interagem e se relacionam. A celeridade do “tempo internacional”, que não é mais nada que a velocidade com que os efeitos negativos e positivos dos fatos e acontecimentos produzidos em outras latitudes são recebidos, por intermédio dos diversos meios tecnológicos, é cada vez maior. Isso torna obrigatório que as políticas exteriores também possuam um amplo sentido de oportunidade e eficiência.

O cenário internacional também está sendo configurado a partir das ações dos países, das diferentes culturas, das religiões, das organizações não-governamentais, dos organismos multilaterais, particularmente das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do Banco Mundial e, cada vez mais, graças ao papel desempenhado pela sociedade civil. Esses atores contrapõem seus pontos de vista e interesses e priorizam os temas da agenda internacional, orientando a atenção das políticas exteriores para os mesmos. Nesse contexto, para países como a Bolívia, é importante e, prioritário, atender às iniciativas globais referentes à consolidação da democracia, à preservação dos direitos humanos, à garantia dos processos de integração, à cooperação internacional, ao fortalecimento da ONU e de outros organismos internacionais, à luta contra a pobreza e a exclusão social, à busca global de maior bem-estar, à proteção do meio ambiente e à solução pacífica das controvérsias.

Como efeito dessa contraposição de interesses e cosmovisões, a ordem internacional transita entre dois cenários: i) a imposição de uma ordem unilateral e hegemônica; ii) o estabelecimento de uma ordem multipolar, na qual os organismos multilaterais e outros atores seriam convertidos em moderadores das tensões interestatais. Essas duas tendências visualizam-se e estão presentes neste momento de reconfiguração do sistema internacional. De qualquer forma, a consolidação da nova ordem internacional, seja ela unipolar, multipolar ou as duas coisas ao mesmo tempo, vai depender, em grande medida, do reconhecimento, por parte dos Estados, de melhores soluções para os problemas mundiais, mediante cooperação em vez de imposição ou antagonismo.

Nesse sentido, o surgimento do regionalismo e a consolidação de processos de integração, como o da União Européia, representam outra opção que vem despontando, com grande força, no cenário mundial contemporâneo.

Não há dúvida alguma de que o regionalismo e a criação de blocos econômicos e políticos em distintas regiões do mundo foram notavelmente incrementados nas duas últimas décadas, tendo emergido desse processo três atores fundamentais: a União Européia, a América do Norte e a região da Ásia-Pacífico.

Neste contexto, a América do Sul também começou a conscientizar-se e a estruturar-se como um bloco. A integração é um processo que está a se desenvolver na região há várias décadas e que, nos últimos anos, foi estimulada pelas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A integração sul-americana desenvolveu-se com altos e baixos, mas sempre avançou rumo à sua consolidação. Desde a criação do Grupo Andino, hoje Comunidade Andina das Nações (CAN), até a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), os países da América do Sul participaram ativamente das distintas iniciativas de integração regional. Nesse contexto, para países em desenvolvimento como a Bolívia, as oportunidades reais podem ser incrementadas significativamente com a ampliação de seus mercados, o desenvolvimento de sua capacidade de negociação, o aprofundamento dos processos de interdependência e a criação de novas oportunidades econômicas e comerciais. É por isso que parte dos esforços e das ações desenvolvidas pela política externa boliviana está voltada para a consolidação de um novo bloco político e econômico na América do Sul, visto como um espaço significativo para enfrentar a integração hemisférica, o diálogo birregional e o processo de globalização.

Quadro geral da política externa boliviana

Nas duas últimas décadas, a percepção que se tinha da Bolívia no mundo foi modificada. A democracia boliviana tem 21 anos de vigência contínua, e demonstrou ser crescentemente participativa, plural e inclusiva. O país desenvolveu uma economia social de mercado, que procurou dar ênfase aos setores mais vulneráveis e desfavorecidos, autodefinindo-se, constitucionalmente, como multiétnico e multicultural.

A Bolívia é um país de múltiplas gravitações, cabeceira de duas das grandes bacias sul-americanas, um país de contatos, o nó energético do continente e o centro dos corredores interoceânicos. Sua política externa tenta traduzir em iniciativas e ações concretas esses dados da realidade. Nesse quadro, a integração

energética, juntamente com a integração física e a comercial, constituem temas axiais de sua agenda internacional. Por meio delas, o país está tornando realidade o postulado geopolítico de “país de contatos e não de antagonismos”, formulado por diplomatas visionários na década de 30 do século passado. Dessa perspectiva, a Bolívia tenta desempenhar um papel central no processo de conformação do espaço sul-americano, concretizando seu desejo de articulação, harmonia e coesão com os países que a contornam.

Desde a reinstauração dos governos democráticos, sua política externa teve características de continuidade. As variações sempre foram de estilo, ênfase e oportunidades. Essa política tem procurado ser versátil, dinâmica e criativa, adaptando-se às grandes mudanças internas e externas ocorridas nos últimos anos e tornando clara sua capacidade de proposta e iniciativa. A política externa é um fenômeno crescentemente complexo. Há cada vez mais países no mundo, o número de organismos internacionais continua a aumentar, cada dia há mais temas na agenda e os atores são múltiplos e variados. A informação, ao se tornar acessível, tornou-se também difícil de gerir.

Na atualidade, é visível a forma como a política doméstica boliviana está condicionada pela ação externa do país ou vice-versa. A luta contra o narcotráfico, a questão marítima, o livre comércio ou a exportação de gás natural tornaram-se temas “interdomésticos”. Possuem um componente interno, mas têm, igualmente, um importante componente internacional ao qual, com frequência, não é dada a devida atenção. Essa nova realidade pauta e condiciona a ação da diplomacia boliviana, porém a obriga, também, a manter um diálogo mais fluido e a conciliar temas da agenda internacional com outros da sociedade civil.

Origens da crise boliviana

A Bolívia atravessa momentos difíceis por várias razões. A principal delas tem a ver com uma situação econômica que se vem arrastando há muitos anos. A crise internacional, mormente a brasileira e a dramática situação que a Argentina viveu, exerceram pressão sobre uma economia altamente dependente e muito vulnerável aos países vizinhos, como a da Bolívia. No plano interno, a reforma previdenciária gerou um nível de déficit fiscal significativo. Além disso, o processo de institucionalização da alfândega marcou o nível mais baixo do contrabando, eliminando um instrumento de liquidez na economia boliviana.

Finalmente, um fator fundamental para explicar essa crise foi o processo de erradicação da coca excedente, o que significou uma redução muito importante da receita irregular que alimentava a economia boliviana. Todos esses fatores, combinados em um período de poucos anos, exerceram enorme pressão na economia, gerando cinco anos ininterruptos de recessão, aumento do desemprego e um significativo crescimento do déficit fiscal.

A Bolívia é um país com marcante heterogeneidade estrutural e significativa diversidade sociocultural, étnica e regional. O país é agora predominantemente urbano, melhoraram seus indicadores sociais em educação, saúde e saneamento básico, mas os indicadores de renda, emprego e produtividade ficaram estagnados. A taxa de crescimento do país nos últimos anos foi insuficiente para reduzir a pobreza em termos absolutos e relativos. A crise social em que o país se debate explica-se por esses fatores e pela alta concentração da renda, desigualdade e exclusão social. É um dos países mais pobres da América Latina e o mais pobre da América do Sul. Por sua vez, as zonas que foram o epicentro da crise de outubro, isto é, as denominadas *El Alto* e *Occidente* estão entre suas regiões mais desassistidas. Em consequência, encontram-se entre as mais pobres da América do Sul. Nos últimos anos, os pobres vivenciaram um processo de deterioração política, econômica e social. No caso da crise de outubro, é muito ilustrativo lembrar que a maioria das 56 vítimas eram jovens, ou seja, pertenciam a um segmento pobre, sem expectativas, desempregado e sem oportunidades.

Enfrentar o problema da pobreza é desafio para uma ou duas gerações, e não simplesmente para o atual governo. A Bolívia é um dos chamados países HIPC (*Highly Indebted Poor Countries*) e um dos poucos da comunidade internacional que *internalizou* os objetivos de desenvolvimento do milênio como pauta de sua agenda social. Lamentavelmente, com suas atuais taxas de crescimento, não logrará diminuir a pobreza à metade em 2015 e terá de aguardar até 2042 para atingir esse objetivo. Por outro lado, nem sempre se reconhece no país que as reformas estruturais conseguiram uma série de avanços nos campos econômico e social. É óbvio que, embora a população do país tenha melhorado suas condições de vida, os esforços são ainda insuficientes. Por exemplo, a mortalidade infantil foi reduzida à metade, a alfabetização entre os adultos cresceu, a esperança de vida também e o produto interno bruto foi duplicado. Apesar disso, está claro que a Bolívia ainda permanece na retaguarda do restante da região.

A crise política vivida pela Bolívia está relacionada com a falta de confiança no sistema político, com a crise de representação e legitimidade dos partidos, com a falta de credibilidade das instituições, com as dificuldades governamentais para melhorar as condições sociais e econômicas da população, com a inexistência de uma cultura democrática e com os níveis intoleráveis de corrupção. Outros problemas que preocupam crescentemente a sociedade são o aumento da violência, a criminalidade e a insegurança urbana. Todos esses fatores enfraquecem a democracia, tornando-a vulnerável a discursos populistas e autoritários que, baseados em promessas fáceis e demagógicas, oferecem mudanças que nunca se concretizam.

A crise social, política e econômica que a Bolívia está atravessando afeta sua credibilidade e imagem externa. As margens de incerteza, insegurança jurídica e o risco-país têm aumentado, diminuindo o interesse dos investidores externos, no momento em que a captação de recursos públicos e privados dirigidos à reativação econômica é indispensável e em que as dívidas interna e externa continuam a crescer. Esse é um dos motivos pelos quais o governo boliviano solicita o respaldo da comunidade internacional. Após a crise de outubro, a incerteza predomina. Além disso, o déficit fiscal, atualmente em torno de 8%, é insustentável. Os bolivianos devem pagar mais impostos e os governantes devem reduzir as despesas. O país não pode continuar vivendo da poupança externa.

O governo tem agradecido as demonstrações de apoio recebidas da comunidade internacional e comprometeu-se a realizar uma gestão transparente, e a garantir a institucionalidade democrática, impulsionando o desenvolvimento econômico e lutando frontalmente contra a corrupção. A manutenção de um governo democrático e constitucional será fortalecida com o diálogo construtivo, a participação ativa da sociedade e o apoio de governos amigos e instituições multilaterais. Em sintonia com esses esforços, estamos trabalhando para a reconciliação do país, o reforço das instituições democráticas, a defesa do império da lei e a necessidade de resolver os conflitos sociais por meios constitucionais.

A nova política externa boliviana

Carlos D. Mesa Gisbert recebeu a faixa presidencial e prestou juramento em 17 de outubro de 2003. Em seu discurso de posse, esboçou as diretrizes

centrais de sua gestão. O novo presidente anunciou a convocação de um referendo para decidir sobre a exportação de gás. Também prometeu modificar o perfil do país com a convocação de uma Assembléia Constituinte e a transformação da lei de hidrocarbonetos. Frisou que é necessário preservar a unidade da Nação, cujo destino e futuro estão em jogo, deixando a porta aberta para o Congresso revogar seu mandato. Por fim, enfatizou que a luta contra a corrupção será fortalecida, e os direitos humanos e a vida respeitados.

Posteriormente, o primeiro mandatário pediu que o povo da Bolívia lhe desse espaço e “um tempo para trabalhar” e solicitou aos setores sociais que retirassem suas medidas de pressão. Reconheceu que “a situação econômica do país é delicada”, mas expressou sua confiança no apoio da comunidade internacional e dos organismos de cooperação. “O Estado não pode dar uma resposta eficiente e efetiva a todas as reivindicações legítimas do povo”, ressaltou. Posteriormente, o presidente Carlos Mesa afirmou que tornar a “apostar na ortodoxia econômica é uma loucura” e admitiu que, no caso de sua gestão fracassar, a Bolívia corre o risco de um “naufrágio total”.

Os três temas centrais da agenda externa da Bolívia, nas primeiras semanas de seu governo, foram buscar o reconhecimento pela comunidade internacional, evitar que a imagem internacional do país continuasse a se deteriorar, e encaminhar um pedido de assistência e cooperação imediata. A comunidade internacional, em geral, manifestou seu apoio ao presidente e ao processo de mudança constitucional que a Bolívia vem empreendendo. Por exemplo, dias depois da posse, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, discutiu com seu homólogo boliviano a necessidade de continuar a luta contra o cultivo e o tráfico de droga, a necessidade de se levar a cabo um referendo para decidir sobre a exportação de gás natural para os Estados Unidos e o México, e reiterou o apoio de seu país ao processo constitucional da Bolívia e suas instituições democráticas.

A XIII Reunião da Cúpula Ibero-Americana, realizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, foi uma oportunidade única para a Bolívia reabilitar – em alguma medida – sua imagem internacional. A realização da XIII Cúpula Ibero-Americana coincidiu com a etapa posterior à crise de outubro. Conseqüentemente, foi uma ocasião propícia para o governo da Bolívia solicitar a ajuda da comunidade ibero-americana e dos organismos internacionais. A Cúpula possibilitou ao governo boliviano também obter uma série de apoios bilaterais. Nesse sentido, os 21 países ibero-americanos estabeleceram um plano de emergência para a Bolívia, que deveria

ser executado no máximo em 45 dias. O acordo, denominado “Ações ibero-americanas de emergência em prol da Bolívia”, referiu-se a diversas iniciativas unilaterais, bilaterais e multilaterais. Além disso, os Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América solicitaram dos organismos internacionais e regionais apoio e cooperação para o desenvolvimento e a concretização dessas ações de emergência.

Os temas centrais da XIII Cúpula Ibero-Americana foram: o Relatório Cardoso, a inclusão social como motor do desenvolvimento, e o apoio político e econômico ao governo boliviano.

Os governantes presentes à XIII Cúpula Ibero-Americana assinaram a Declaração de Santa Cruz de la Sierra, que contém 45 pontos, um anexo sobre programas de cooperação e 14 comunicados especiais. Algumas das principais recomendações são: a superação da pobreza, a reforma do sistema do Conselho de Segurança da ONU e o reconhecimento de que os subsídios desvirtuam o comércio. A Declaração de Santa Cruz contém, ainda, o reconhecimento de que a corrupção é uma das maiores ameaças à governabilidade democrática. Os mandatários ratificaram sua vontade de resolver o problema da dívida externa e pronunciaram-se contra as leis extraterritoriais e as medidas contrárias ao direito internacional. Nesse sentido, o governo dos Estados Unidos foi exortado a eliminar a aplicação da Lei Helms-Burton, e foi destacada a importância do estabelecimento da Corte Penal Internacional. A apresentação do Relatório Cardoso permitiu a criação da Secretaria-Geral Ibero-Americana, mas decidiu-se pela aprovação do seu estatuto na XIV Reunião de Cúpula de 2004, na Costa Rica. Nessa reunião, também será eleito o Secretário-Geral, bem como a sede onde funcionará o Organismo. A Secretaria permanente terá a incumbência de fazer o acompanhamento dos programas criados pelos mandatários e será um espaço de discussão e representação permanente para a Ibero-América.

O tema marítimo não esteve ausente na XIII Reunião de Cúpula Ibero-Americana. O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, manifestou a disposição de oferecer seus bons ofícios para que a Bolívia e o Chile cheguem a um entendimento sobre a reivindicação boliviana de uma saída para o Oceano Pacífico. Da mesma forma, o presidente Mesa discutiu o tema em diversos encontros bilaterais, e o presidente venezuelano, Hugo Chávez, afirmou que “a Bolívia já teve mar (...) e eu sonho com, algum dia vir a tomar banho de mar em uma praia boliviana”. Em todo caso, o encontro entre Ricardo Lagos e Carlos Mesa foi útil para reorientar a agenda bilateral para a realidade pós-

outubro. Ambos os presidentes concordaram na necessidade de “desgasificar” as relações bilaterais, adiar o diálogo sobre o projeto boliviano e aprofundar o acordo de complementação econômica.

As primeiras viagens do Presidente da República foram para o Panamá, Peru e Brasil. Após participar das celebrações dos 100 anos da criação do Panamá, o presidente boliviano visitou seu homólogo peruano, Alejandro Toledo, com quem se comprometeu, também, a “desgasificar” as relações bilaterais e a avançar em outros temas da agenda binacional. O governo boliviano deseja aprofundar a integração e avançar rumo ao mercado comum. O presidente Carlos Mesa expôs ao presidente Toledo que não haverá negociações sobre o gás, até os bolivianos se pronunciarem através de um referendo.

Por sua vez, a relação entre a Bolívia e o Brasil foi definida como uma aliança estratégica. Para o país, o apoio do Brasil é fundamental para reativar sua economia, garantir sua estabilidade política e fortalecer a unidade nacional. O Brasil decidiu perdoar a quase totalidade da dívida pública boliviana e comprometeu-se a investir 600 milhões de dólares em obras de infra-estrutura rodoviária. Por fim, convém ressaltar que, ultimamente, o Brasil decidiu ampliar sua demanda de gás boliviano até 20 milhões de metros cúbicos diários (MMmcd).

Por outro lado, o Presidente Carlos Mesa esteve no encontro semestral do Mercosul, realizado no Uruguai, em 16 de dezembro de 2003, onde foi decidido o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre a CAN e o Mercosul, e o Peru, nessa ocasião, tornou-se o último país a se associar a este bloco. Além disso, o primeiro mandatário, autorizado pelo Congresso, participou da Reunião de Cúpula Extraordinária das Américas, no México, entre 12 e 13 de janeiro de 2004.

No âmbito institucional, durante a atual gestão governamental foram produzidos avanços muito significativos. Pela primeira vez, 56% do pessoal do serviço exterior são da carreira diplomática, consolidando-se assim, cada vez mais, o processo de institucionalização do Ministério das Relações Exteriores e Culto. Além disso, a administração do presidente Carlos Mesa comprometeu-se a apresentar, em 2004, a estrutura da carreira diplomática.

Continuidade e mudança na política externa

No que diz respeito a alguns dos principais temas da agenda internacional da Bolívia, podem ser destacados os seguintes:

Política com os países vizinhos

Um dos principais objetivos da política externa boliviana é promover a cooperação, a integração e o entendimento com os países vizinhos. Uma das grandes aspirações da nação é tornar-se um vínculo de articulação na América do Sul. O objetivo de sua política de vizinhança é melhorar ou manter as relações com os 5 países vizinhos, tanto no plano comercial, mediante a assinatura e implementação dos acordos de integração econômica, quanto em matéria de integração física, energética e de telecomunicações, por meio do planejamento e construção de estradas, pontes, dutos ou redes de comunicação. Da mesma forma, pretende-se estabelecer programas de cooperação no âmbito fronteiriço, aduaneiro e de migração com todos os países da região.

Nos últimos anos, o desenvolvimento dos temas da agenda bilateral com a Argentina viu-se afetado pelos acontecimentos registrados em ambos os países. No plano bilateral, os temas centrais são a migração, o comércio, o transporte e a energia. Com o Brasil, entre os temas de maior relevância da agenda bilateral ressaltam, os projetos de integração física e energética. Dois temas centrais nas relações Bolívia-Chile, nos últimos meses, foram a exportação de gás para o mercado norte-americano e as negociações para tornar o Acordo de Cooperação Econômica (ACE 22) em Acordo de Livre Comércio. Com o Paraguai, os temas mais importantes da agenda bilateral são comércio, integração física e energia. Com o Peru, por sua vez, sobressaem os temas energéticos, a revisão dos Acordos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a questão migratória e os recursos hídricos do Lago Titicaca.

A reintegração marítima

A reintegração marítima é um objetivo fundamental e irrenunciável da política externa boliviana. Nos últimos meses, as negociações sobre esse tema foram dirigidas à busca de uma solução que permita não apenas aumentar a presença e a integração da Bolívia ao Oceano Pacífico, mas também a recuperar seu *status* marítimo. Em todo o caso, a administração de Carlos Mesa tem dado mais ênfase à noção de “reintegração marítima” do que à de “*status marítimo*”. A saída para o mar que for determinada para o país deverá ter as seguintes características: ser livre, útil e soberana. Por outro lado, convém

lembrar que, em reiteradas oportunidades, o governo boliviano declarou que o problema com o Chile possui dimensão bilateral, trilateral e multilateral. Da mesma forma, o governo da Bolívia agradeceu os pronunciamentos em favor da centenária causa marítima boliviana e sente-se comprazido com a longa tradição de apoio a esse tema, com o respaldo da OEA e o oferecimento dos bons ofícios do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, fatos que novamente trouxeram à tona a vigência do mesmo, no âmbito regional e multilateral.

O governo do Chile considera que a mediterraneidade boliviana é assunto estritamente bilateral. De sua perspectiva, a assinatura do Tratado de Paz e Amizade, de 1904, selou definitivamente toda e qualquer aspiração boliviana a um acesso útil e soberano à costa do Oceano Pacífico. Nesse sentido, o governo do país vizinho tem sustentado uma política invariável. O problema, porém, complicou-se logo após o ano de 1929, quando o Peru e o Chile, com a assinatura de um tratado e um protocolo secreto, estabeleceram que não poderiam ceder o território em questão a um terceiro país, obstando a solução do problema marítimo nas últimas décadas. Essa situação condicionou a busca de uma solução para o conflito, visto que, enquanto o Chile possui o cadeado, o Peru tem a chave e, dessa perspectiva, a solução do problema passa necessariamente por um consenso trilateral.

Para a Bolívia, a reintegração marítima não é apenas um objetivo da política externa. Além de ser uma necessidade econômica ou uma demanda social, é um fator psicológico incrustado no imaginário nacional como restrição e condicionante para atingir um desenvolvimento humano pleno. Desde 1904, a Bolívia tentou, insistentemente, conseguir do Chile que aceitasse uma negociação, permitindo concretizar um de seus objetivos mais importantes em política externa. Um desses esforços foi a obtenção da Resolução 426 da OEA, de 1979, que estabelece ser a questão marítima um assunto de interesse hemisférico. Desde então, o país apresenta-se a cada ano naquele Organismo, um dos espaços multilaterais mais apropriados para buscar uma solução para o impasse, com o objetivo de lembrar à comunidade interamericana a existência de um problema pendente, que impede a integração, o desenvolvimento e a paz na região.

Diplomacia e gás natural

Depois da Venezuela, a Bolívia é o país com maiores reservas de gás natural da América do Sul. Nos últimos anos, o país passou dos 5 trilhões de pés cúbicos

(TCF) para 54 TCF. O gás é um produto barato e não poluente, favorece a preservação do meio ambiente e representa um dos melhores substitutos para os combustíveis tradicionais. Em consequência, esse recurso poderá potencializar a importância estratégica do país na região e no hemisfério ocidental. Por sua localização geográfica, afastada dos mais importantes conflitos internacionais contemporâneos, a Bolívia pode tornar-se uma fonte confiável e segura de abastecimento de gás natural para a costa oeste dos Estados Unidos.

Nos próximos anos, a Bolívia terá de enfrentar três desafios principais: em primeiro lugar, consolidar seus mercados; em segundo, diversificar seus destinos de exportação e, em terceiro, dar maior valor agregado a suas exportações de gás natural. No âmbito das relações econômicas internacionais, o país poderia utilizar suas reservas de gás natural e líquido para diversificar sua agenda com os países da América do Norte, fortalecer suas relações com os do Cone Sul e marcar maior presença e gravitação no Pacífico. Contudo, as reservas de gás natural não possuem nenhum valor econômico se não forem exploradas comercialmente e se permanecerem no subsolo. É por isso que a abertura de mercados para esse hidrocarboneto constituirá parte central da política externa e da diplomacia bolivianas nas próximas décadas. As reservas de gás natural e líquido descobertas em seu território permitem pensar que o país se torne o centro de provisão de gás natural na região e uma potência energética regional emergente.

O setor de hidrocarbonetos foi um dos que mais contribuíram para o crescimento da economia boliviana nos últimos anos. O atual governo decidiu convocar um referendo para definir a exportação de gás, a modificação da lei de hidrocarbonetos e o desenvolvimento de uma campanha de informação sobre o projeto de exportação desses produtos. A campanha terá dados sobre o processo de industrialização do gás e detalhes básicos técnicos sobre o energético. O referendo irá mais adiante, com o propósito de se chegar a consenso nas diferentes regiões e setores, para a execução desse processo.

Política de integração

A política de integração é muito mais que um instrumento da política comercial e de promoção das exportações. Está diretamente ligada ao propósito da política externa de melhorar os termos da inserção do país no mercado

internacional, além de ser um instrumento para garantir o crescimento das exportações e o desenvolvimento econômico do país. A Bolívia está consciente de que só por meio do fortalecimento econômico e político da região será possível enfrentar o lado negativo dos processos de globalização, as tendências protecionistas e o enfraquecimento do multilateralismo. Por isso, em matéria de comércio e integração, sua política externa busca ampliar seus mercados, diversificar a oferta de exportações, fortalecer o processo de integração internacional do país, a atração de investimentos estrangeiros e o aumento de sua capacidade negociadora, além de contribuir para o seu desenvolvimento econômico e social.

A inserção da Bolívia na região e no mundo realizar-se-á quando o país puder desempenhar uma função articuladora no processo de configuração do espaço sul-americano, tornando realidade sua aspiração de ser um país de contatos. Para tanto, sua diplomacia propiciou o fortalecimento da CAN e promoveu um processo de crescente vinculação com o Mercosul. É, ainda, membro pleno da CAN, tem um acordo de livre comércio com o Mercosul, apóia os esforços para articular os dois esquemas de integração e participa ativamente da Iirsa (Iniciativa para a Infra-Estrutura Regional Sul-Americana), que tem como objetivo desenvolver a infra-estrutura física nos setores de energia, telecomunicações e transportes.

A Bolívia também está desenvolvendo estratégias de expansão e vinculação comercial com os países desenvolvidos e vem sendo beneficiada com o Atpdea (Andean Trade Promotion and Drug Erradication Act) e o SGP da Europa, mecanismos de acesso preferencial a esses mercados. Com relação à integração hemisférica, convém destacar que, na última Conferência Ministerial, realizada em Miami, decidiu-se reorientar as negociações da Alca e estabelecer um quadro comum de compromissos, no qual cada país avançará no ritmo que desejar. Sob esse esquema de negociação, colocou-se a possibilidade de um entendimento multilateral, no âmbito de uma geometria variável e com velocidades diversas. Todos os temas da agenda serão negociados por todos os países em um pacote mínimo. Finalmente, cabe destacar que, na reunião de Miami, o representante do Comércio Exterior dos Estados Unidos, Robert Zoellick, anunciou o lançamento de negociações bilaterais com vistas a estabelecer-se um tratado de livre comércio com a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Equador, as quais avançavam em velocidades diferentes, a partir no segundo trimestre de 2004.

No âmbito bilateral, a Bolívia tem pendente a negociação de um protocolo complementar ao ACE 22, assinado com o Chile, com o propósito de diminuir os desequilíbrios comerciais e as assimetrias existentes entre ambos os países. Por fim, no âmbito multilateral cabe destacar a participação da Bolívia nas negociações comerciais multilaterais da OMC e do G-20, que pretende ser um contrapeso institucional aos Estados Unidos, União Européia e Japão, que protegem e subsidiam o setor agrícola.

Luta contra o narcotráfico

A Bolívia faz parte da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico de Entorpecentes, de 1988, da Convenção Única das Nações Unidas sobre Entorpecentes, de 1961, emendada por seu Protocolo de 1972, e da Convenção das Nações Unidas sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971. A nível bilateral, subscreveu diversos instrumentos jurídicos internacionais objetivando a luta contra o narcotráfico e, no âmbito regional, faz parte do Mecanismo de Avaliação Multilateral da OEA. Além desses convênios internacionais, convém ressaltar que com os Estados Unidos, assinou um Tratado de Extradicação em 1995, em vigor desde 1996.

Na luta contra o narcotráfico, praticamente todos os países da comunidade internacional estão envolvidos. Alguns deles são países produtores de matéria-prima, enquanto outros a transformam, distribuem ou consomem. Alguns são países de trânsito, enquanto outros enfrentam fenômenos associados à luta contra as drogas, como a guerrilha, o terrorismo, o crime organizado, o contrabando, o tráfico de armas ou a lavagem de dinheiro. Essa situação revela as múltiplas dimensões do problema e os diferentes efeitos políticos, econômicos e sociais que o narcotráfico pode causar. Nos últimos anos, o narcotráfico tem sido percebido como uma verdadeira ameaça à segurança interna dos países, devido a seus efeitos perniciosos sobre a saúde, a família, a estabilidade das instituições democráticas, o aumento da delinquência e, evidentemente, da violência.

O processo de erradicação do cultivo de coca na Bolívia foi iniciado em 1988, com a promulgação da Lei 1008 e dos *Decretos Reglamentarios* para eliminar as plantações ilegais de coca e lançar as bases para o desenvolvimento socioeconômico dessas zonas de plantio. Com tudo isso, houve, nos últimos

anos, uma redução expressiva da coca ilegal e foi possível avançar no desenvolvimento de culturas alternativas. No âmbito de sua Nova Estratégia de Luta contra o Narcotráfico, e sob o princípio da responsabilidade compartilhada, o governo boliviano pretende substituir a economia da coca e fomentar o desenvolvimento alternativo, incorporar milhões de família bolivianas às atividades lícitas, continuar eliminando a coca ilegal, ainda que respeitando o consumo tradicional buscar mercados para os produtos alternativos, e reduzir o consumo interno de drogas.

A co-responsabilidade e a cooperação internacional são essenciais para fazer frente ao flagelo do narcotráfico. Nesse contexto, o país deve prosseguir nos seus esforços para sair do circuito coca-cocaína, evitando, assim, consolidar-se como país de trânsito. Deve, ainda, preocupar-se com a redução do consumo interno e apoiar, no contexto internacional, a consolidação dos mecanismos de valorização multilateral. A Bolívia precisa fazer com que o financiamento para a luta contra o narcotráfico e o desenvolvimento alternativo seja mantido ou ampliado, a fim de tornar sustentáveis seus esforços, em matéria de erradicação da coca ilegal e excedente. Da mesma forma, considerando o alto custo socioeconômico que teve a redução de sua produção de coca-cocaína, o país tem realizado grandes esforços para solicitar às nações desenvolvidas maior cooperação, abertura de seus mercados e recursos proporcionais aos esforços realizados. A Bolívia precisa ser recompensada e alcançar a consolidação dos mercados dos países industrializados para os produtos do desenvolvimento alternativo, especialmente se demandam altos índices de mão-de-obra e são geradores de emprego.

Há pouco tempo, informações via satélite, da Embaixada dos Estados Unidos, demonstraram que a produção ilegal de coca havia aumentado 26% na região dos Yungas e diminuído 15% na zona tropical de Cochabamba. Teria havido um acréscimo de mais de 4.000 hectares, chegando a um total nacional de 28.450 hectares de cultivo de coca. Nesse sentido, o presidente Carlos Mesa assinalou que, enquanto o governo não comprovar o relatório dos Estados Unidos sobre o aumento da coca ilegal, não serão reformuladas as operações de erradicação em áreas como a dos Yungas. Além disso, afirmou que seria necessário um “trabalho próprio” para encarar as ações antidrogas do seu governo. Nesse sentido, uma de suas primeiras iniciativas foi solicitar à ONU informações fornecidas via satélites, além de iniciar um processo de mensuração ou levantamento das áreas de plantio. Uma vez obtidas as cifras da “realidade” na

área dos Yungas, com base na avaliação cadastral, elas teriam de ser cruzadas com as demais informações via satélite disponíveis. O país deseja agir com soberania no tema da erradicação da coca e, por isso, planeja criar um sistema próprio de medição das plantações desse vegetal, com o objetivo de melhorar a sua margem de negociação sobre o assunto. Sua nova estratégia antidrogas procura complementar a tradicional, de interdição de plantações ilegais, com ajustes estruturais nos projetos de desenvolvimento alternativo, e recuperar a importância do suporte da prevenção e reabilitação social, esquecido no passado. De qualquer forma, a região dos Yungas, apresenta, desde já, perfil de “zona conflitiva” para os futuros governos nacionais.

Luta contra o terrorismo

Após os ataques terroristas contra as Torres Gêmeas e o Pentágono, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, o tema do terrorismo e da segurança internacional adquiriu novos contornos, além de crescente interesse e protagonismo na agenda internacional. O terrorismo implica a execução de atos de violência para amedrontar certos atores sociais ou uma população determinada ou, ainda, fomentar a desorganização de uma estrutura social, econômica ou política. Ele costuma expressar com amargura as frustrações de certos setores da população e utiliza táticas psicológicas para atingir seus objetivos. O propósito é causar medo para alcançar fins políticos. Na opinião do governo boliviano, o terrorismo pode ser incubado no narcotráfico e dele se alimentar. Além disso, o tráfico ilegal de drogas tornou-se, no mundo inteiro, fonte de financiamento de muitas organizações terroristas.

O objetivo da política boliviana de luta contra o terrorismo é combater esse flagelo em todas as suas formas e manifestações, em conformidade com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, e com pleno respeito à lei, aos direitos humanos e às instituições democráticas. É seu objetivo, também, reforçar os mecanismos de cooperação política, legal, financeira e operacional, relativos à luta contra o terrorismo, participar de todos os convênios internacionais sobre a matéria e realizar um acompanhamento permanente dos mesmos. Finalmente, convém ressaltar que, nos últimos anos, a Bolívia ratificou todas as convenções contra o terrorismo e suas diversas manifestações, aprovadas pelas Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos, e subscreveu a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 3

de junho de 2002, na XXXII Assembléia Geral da OEA, realizada em Bridgetown (Barbados).

Luta contra a corrupção

O governo da Bolívia atribui a maior importância ao tema da luta contra a corrupção e aos instrumentos jurídicos internacionais existentes sobre a matéria, especialmente no âmbito da OEA e da ONU. O país tem níveis preocupantes de corrupção e impunidade, o que causa grande prejuízo econômico e lesa a moral dos bolivianos. A corrupção, além do mais, é uma ameaça à governabilidade democrática.

Nesse sentido, o país comprometeu-se a cumprir com suas obrigações internacionais e a fazer um acompanhamento permanente das ações empreendidas para o combate ao crime transnacional. Em tal contexto, cabe destacar que o governo aderiu à Convenção Mundial da ONU contra a Corrupção. Contudo, para que entre em vigor, necessita ser ratificada por, pelo menos, 30 países. Em todo caso, após registrar sua assinatura em nome da Bolívia, a delegada presidencial anticorrupção, Lupe Cajías, anunciou que o governo de seu país espera a pronta ratificação da Convenção no Congresso Nacional.

A luta contra o crime transnacional passa também por um processo de fortalecimento institucional nos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesse sentido, cumpre ressaltar os significativos esforços para combater a corrupção e a impunidade, recuperar a credibilidade na Justiça, no Fisco e na Polícia, e criar mecanismos mais eficazes de prestação de contas.

Proteção às comunidades bolivianas no exterior

Os abusos e maus tratos a que alguns cidadãos bolivianos têm sido submetidos em países para onde se viram obrigados a emigrar, tornaram-se, por infelicidade, práticas recorrentes. Nessa matéria, o Estado boliviano não conseguiu, até hoje, encontrar soluções satisfatórias. Cabe ao Serviço Consular, dependente do Ministério das Relações Exteriores e Culto, proteger e colaborar com os cidadãos bolivianos no exterior, mas não conta com pessoal, nem com os meios necessários para levar a bom termo essa tarefa.

O Ministério está trabalhando para reforçar e elevar a qualidade dos serviços prestados pelos Consulados bolivianos – mormente nos países onde a comunidade é numerosa – com o objetivo de melhorar o atendimento aos patrícios emigrados. A Chancelaria tem especial interesse em oferecer a maior assistência possível às comunidades bolivianas ultrafronteiriças. Elas dão importante contribuição para a nossa economia, por meio de remessa de divisas aos seus familiares na Bolívia; ademais, projetam uma imagem positiva do país, por sua honestidade, sua capacidade de trabalho, e já começam a ganhar importante peso político nos países que as acolheram.

Por essa razão, a Chancelaria está trabalhando num Plano Geral de Proteção e Atendimento aos Cidadãos Bolivianos Residentes no Exterior, que começará a ser desenvolvido, inicialmente, nas cidades onde houver um maior número deles, especialmente os que se encontrarem em situação de vulnerabilidade. Outra tarefa pendente nessa área é a de conseguir a inclusão, no quadro das reformas da Constituição Política do Estado, do direito ao voto desses compatriotas, bem como de lhes facilitar, por meio de acordos bilaterais, o direito à dupla nacionalidade nos países em que vivem.

À guisa de conclusões

Num contexto internacional que pode ser chamado de transição para a consolidação de uma ordem uni-multipolar, em que o multilateralismo e o direito internacional vão-se enfraquecendo, a política externa boliviana é uma expressão da realidade interna do país, um instrumento de sua vinculação com o mundo e uma ferramenta para enfrentar o processo de globalização. A Bolívia tem procurado, permanentemente, uma melhor inserção nos diversos âmbitos da vida internacional, tanto no contexto global, quanto hemisférico, regional ou sub-regional. Com um governo democrático, uma economia social de mercado e uma identidade multicultural e multilíngüe, a Bolívia, há vários anos, vem se esforçando para se tornar um país de contatos e um centro de distribuição energética sub-regional. Passa, atualmente, por uma crise social, política e econômica sem precedentes, e o governo do Presidente Carlos Mesa enfrenta grandes desafios, razão pela qual necessita do reconhecimento e do apoio da comunidade internacional.

A Bolívia promove a cooperação, o entendimento e a integração com as nações vizinhas. Nesse quadro, um objetivo irrenunciável de sua política externa

é o de conseguir a sua reintegração marítima às costas do Oceano Pacífico. Segundo a perspectiva boliviana, este é um tema bilateral, trilateral e multilateral. Assim, a política de integração procura contribuir para a sua inserção internacional, seu crescimento e desenvolvimento. Por outro lado, no contexto de um processo de crescente complexidade do sistema internacional, a política externa boliviana, pautando-se pelo direito internacional e pelo império da lei, trata de enfrentar novas ameaças transnacionais, como o crime organizado, o narcotráfico, o terrorismo e a corrupção. Na nova estratégia antidrogas do governo, afirma-se que, apesar da crise de outubro, o país continuará lutando contra o flagelo das drogas e, em consonância com o princípio da responsabilidade compartilhada, solicitamos a comunidade internacional tem a obrigação moral de desenvolver esforço proporcional e equivalente ao que vem sendo realizado pela Bolívia. ■■■

Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula

Celso Amorim *

A eleição do Presidente Lula ocorreu em um momento de busca de novas respostas políticas e econômicas para os problemas com que se defrontam os países da América do Sul. A deterioração de indicadores sociais na região expunha as limitações do modelo neoliberal, centrado na fé cega na abertura de mercados – unilateral, em alguns casos – e na retração do papel do Estado. A natureza ilusória da crença de que tais modelos produziriam desenvolvimento sustentável ficou patente com as crises sociopolíticas na região. Por seu compromisso com a democracia, por sua preocupação com a dimensão social do desenvolvimento, o Presidente Lula passou a simbolizar não apenas a aspiração de brasileiros por desenvolvimento com justiça social, mas a de muitos outros em nossa região e além dela.

A ação diplomática do Governo Lula é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País. Mas ela possui, também, uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz. Está profundamente enraizada nos interesses e esperanças do povo brasileiro. É nacional, sem deixar de ser internacionalista.

* Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Fundamenta-se em uma aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos. Ante as amplas afinidades que nos aproximam e as dificuldades que desejamos superar, a integração da América do Sul apresenta-se como um imperativo. A questão, na verdade, é saber que tipo de integração queremos. Ausente uma agenda de crescente cooperação, com ênfase nos interesses compartilhados e nas oportunidades de benefícios mútuos, corremos o risco de assistir a uma integração perversa, promovida pela contaminação recíproca de situações de crise, quando não pelo crime organizado, pelo contrabando e pelo narcotráfico.

O aprofundamento dos laços entre nossas economias, a convergência política e o aumento do contato entre as sociedades e os cidadãos da América do Sul passam por acordos comerciais como os que firmamos entre o Mercosul e os países da Comunidade Andina. Exigem atenção especial para questões de infra-estrutura, como transportes, comunicações, energia. Mas requerem, também, uma aproximação entre os povos e sociedades, por meio da arte, da cultura, da multiplicação de oportunidades de contato. Aspiramos a conformar uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Esse projeto de integração deve ser visto, também, como uma mobilização capaz de potencializar nossas relações com outras nações e grupos de nações. Acreditamos que um ordenamento global multipolar propicia um ambiente mais estável e seguro, proporcionando melhores condições de desenvolvimento para todos. A evolução do cenário internacional parece conduzir a um mundo formado por grandes blocos, como a União Européia, ou países com peso e tamanho equivalentes aos de um bloco, como os EUA e a China. Em uma estrutura com essas características, o poder de influência de países em desenvolvimento, tomados individualmente – até mesmo dos maiores, como o Brasil – permanece limitado. O fortalecimento de nossa coesão regional permite que nos façamos melhor ouvir nas negociações comerciais multilaterais, e que tenhamos maior impacto sobre o ordenamento internacional, com vistas a torná-lo mais democrático e equitativo. Nosso crescente entendimento com os parceiros do Mercosul e, em particular, com a Argentina – sócio estratégico privilegiado – tem tornado possível avançar nessa direção.

Se o conjunto sul-americano aproximar-se de outros países em desenvolvimento, seu peso e sua capacidade de negociação serão potencializados. Na esfera comercial multilateral, já estamos nos articulando

com outros países em desenvolvimento, em torno de plataformas que aliam – de forma, talvez, inédita – a promoção da liberalização comercial e da justiça social. O G-20¹, criado durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, situa-se na vanguarda de um movimento internacional – que conta com o apoio da sociedade civil no próprio mundo desenvolvido – pela redução das barreiras protecionistas e a eliminação dos subsídios bilionários, que penalizam exportadores competitivos de produtos agrícolas do mundo em desenvolvimento.

Ao alterar a tradicional dinâmica das negociações na OMC – onde as duas principais potências comerciais costumavam estabelecer entre si a direção e o nível de ambição das negociações – o G-20 contribuiu para “alterar a geografia do comércio internacional”, conforme a expressão do Presidente Lula. O G-20 afirma-se como ator indispensável para o progresso das negociações da Rodada de Doha. Sustentamos que a Rodada só será bem sucedida à medida que o processo for transparente e capaz de contemplar os interesses e demandas dos principais atores.

A consolidação do G-20 demonstra que existe um espaço diplomático que merece ser melhor explorado na interação com outros grandes países e regiões em desenvolvimento. Por vários séculos, dependemos de percepções colhidas por observadores europeus e norte-americanos sobre sociedades geograficamente distantes das nossas, como as da Ásia e do Oriente Médio, e até mesmo em relação a outras mais próximas, na vizinha África. A intensificação do diálogo e do intercâmbio direto com essas e outras regiões, para além da retórica já esgotada do terceiro-mundismo, exige, sobretudo, vontade política de parte a parte.

O Governo Lula tem procurado demonstrar que os objetivos da diplomacia brasileira podem ser, a um só tempo, universalistas e firmemente ancorados em nossa prioridade sul-americana. É este o espírito com que iniciativas inovadoras têm sido lançadas, como o foro trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), também chamado de G-3, e a proposta de Cúpula entre os países da América do Sul e os países-membros da Liga Árabe.

¹ O G-20 atualmente inclui África do Sul, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tanzânia, Venezuela e Zimbábue.

A África, de onde descende quase a metade dos brasileiros, desperta no Brasil um crescente interesse político, econômico e cultural. Queremos abrir um novo capítulo nas relações com nossos irmãos africanos. Com a intensificação de visitas presidenciais e ministeriais nos dois sentidos, estamos estabelecendo novas pontes para uma cooperação mais estreita, em sintonia com as afinidades históricas e geográficas, e em consonância com nossos esforços internos de promoção da igualdade racial.

Privilegiados os contatos com nosso entorno geográfico, o Governo Lula distingue-se pela vocação para o diálogo com atores de todos os quadrantes e níveis de desenvolvimento. A participação do Presidente da República nos Foros de Porto Alegre e de Davos, em seu primeiro mês de governo, refletiu, a um só tempo, as convicções democráticas do Governo e o desejo de influir nos grandes debates internacionais em defesa de uma globalização não-excludente.

A preocupação com a justiça social e com os direitos humanos também está na origem da proposta do Presidente Lula de uma ação internacional voltada para o combate à fome e à pobreza. Enraizados em valores éticos e humanistas, esses esforços visam chamar atenção para os limites de enfoques que privilegiam a dimensão militar da segurança internacional, sem levar em conta os vínculos entre desenvolvimento econômico e social, por um lado, e paz e segurança internacional, por outro.

Como afirmou o Presidente Lula, durante encontro em Genebra, do qual participaram o Secretário-Geral da ONU e os Presidentes do Chile e da França, a fome pode ser considerada a mais mortífera das armas de destruição em massa.

O estreitamento de nossas relações com o mundo desenvolvido prossegue com a elevação do diálogo político, tendo presente o interesse na ampliação dos intercâmbios comerciais, na atração de investimentos e na cooperação científica e tecnológica. As negociações para a constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) representam um desafio do ponto de vista do equacionamento equilibrado de uma pauta complexa, que envolve não somente a liberalização do comércio de bens e serviços – em que gostaríamos de nos concentrar – mas também disciplinas relacionadas a investimentos, propriedade intelectual, compras governamentais, entre outras. Com a União Européia, está em fase adiantada de negociação um acordo

birregional com o Mercosul, que abre perspectivas promissoras de ganhos comerciais, e pode ser visto como saudável fator de “multipolaridade” para nossas relações econômico-comerciais com o Norte.

O Brasil tem uma sólida tradição de busca da paz por meios pacíficos, baseados no diálogo e nos princípios do direito internacional. Acreditamos que as instâncias multilaterais, por oferecerem um espaço de diálogo para Estados soberanos, devem ser valorizadas e representam fator de progresso para o ordenamento internacional.

O consenso internacional que favoreceu ações coletivas de combate ao terrorismo, após os atentados de 11 de setembro de 2001, fraturou-se com a intervenção militar contra o Iraque. Os trágicos desdobramentos da crise iraquiana, entre eles o ataque contra o Escritório da ONU em Bagdá, em que perdeu a vida o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, continuam a desafiar a sabedoria política da comunidade internacional. A perspectiva de erosão do sistema de segurança coletiva, consubstanciado na Carta da ONU, levou o Secretário-Geral Kofi Annan a propor uma reflexão sobre as ameaças contemporâneas, os modos de enfrentá-las e sobre a correspondente instrumentalização dos órgãos do sistema onusiano, em particular do Conselho de Segurança.

Como aponta Kofi Annan, encontramos-nos em uma encruzilhada histórica. O risco de um retrocesso em direção a ações unilaterais sem respaldo no direito internacional requer coragem política que permita realizar os ajustes cabíveis no sistema de segurança coletiva, preservando o papel central do Conselho de Segurança na legitimação do uso da força. Convencidos de que o multilateralismo representa, para as relações internacionais, o mesmo avanço político representado pela democracia, nacionalmente, consideramos indispensável que o processo de reforma das Nações Unidas contribua para fortalecer a voz dos países em desenvolvimento – e da América do Sul em particular – na promoção da paz.

À medida que a situação no Iraque, e mais amplamente no Oriente Médio, constitui as mais sérias ameaças à estabilidade mundial, não podemos deixar de assumir nossa parcela de responsabilidade pelo seu encaminhamento. É certamente este o sentimento do Presidente Lula, cuja atuação, antes da Guerra do Iraque, preconizava meios diplomáticos para a solução pacífica do impasse. Hoje, o Governo brasileiro procura manter uma interlocução ativa com os

países de nossa região e outros atores internacionais, com vistas a reverter o atual quadro de ceticismo e violência no Golfo e no Oriente Médio. A indicação de um Emissário Especial para o Oriente Médio e as providências já tomadas para a instalação de uma representação diplomática do Brasil em Ramalá inscrevem-se nesse contexto.

Nossa região registra um histórico de paz e estabilidade que temos sabido preservar. A ausência de grandes conflitos e a prevalência de formas democráticas de governo são conquistas das quais os governos e os povos latino-americanos devem orgulhar-se. Isso não significa que não possamos ou não devam nos interessar pela promoção da paz globalmente; a instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos os participantes do sistema internacional.

Mais próximo de nós, o Haiti exige um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional, em apoio a sua reconstrução econômica e institucional. Na condição de membro do Conselho de Segurança, o Brasil vem trabalhando para que as percepções e inquietações dos países do Caribe sejam levadas em conta nas decisões da ONU sobre o Haiti, e para que os haitianos voltem a se beneficiar no mais breve prazo, de um ambiente propício à consolidação de sua democracia. No caso do Haiti, é gratificante ver que estão dadas as condições para uma operação da ONU, que conta com o consenso político da comunidade internacional. Esse raciocínio embasou nossa decisão de aceitar o comando da operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança.

Nossa participação na Missão da ONU no Haiti, ademais, parte do princípio de que a paz não é um bem internacional livre: a manutenção da paz tem um preço. Esse preço é o da participação. Ausentar-se ou eximir-se de opinar ou agir diante de uma situação de crise pode significar a exclusão do processo de tomada de decisões, ou, pior, a dependência em relação a outros países ou regiões.

* * *

Passados quinze meses, a diplomacia do Governo Lula tem um saldo significativo de realizações a apresentar. O Consenso de Buenos Aires e a Ata de Copacabana expressam o nível de entendimento sem precedentes alcançados por Argentina e Brasil. O Mercosul recupera sua coesão interna, associa-se ao Peru e conclui negociações com os demais membros da CAN. Emergem, aos poucos, os contornos de uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Consolidamos importantes alianças na luta por um comércio internacional mais livre e menos distorcido. O G-20, nascido dos embates que precederam a Conferência de Cancún, afirma-se como um interlocutor indispensável na retomada das negociações agrícolas na OMC. A Declaração Ministerial de Miami contribuiu para reequilibrar as negociações da Alca. Abrem-se perspectivas promissoras de conquista de novos mercados para o Mercosul, mediante acordos já negociados, ou em vias de negociação, como o birregional, com a União Européia, e os que estabelecem preferências fixas no comércio com a União Aduaneira do Sul da África (SACU) e com a Índia. Em breve, serão iniciados entendimentos para acordos entre o Mercosul e o Mercado Comum e a Comunidade do Caribe (Caricom), a China, o México, o Marrocos e outros países árabes.

Firmam-se os laços de amizade e cooperação com parceiros tradicionais do mundo desenvolvido e em desenvolvimento. A China afirma-se como um parceiro estratégico. As relações com a Rússia ganham novo dinamismo. Começam a frutificar os novos projetos de estreitamento de relações como os do Foro do IBAS, cuja primeira Comissão Trilateral, em Nova Delhi, em fevereiro último, estabeleceu um ambicioso programa de cooperação. Brasil, Índia e África do Sul trabalham juntos, também, em ações que buscam colocar a questão da fome no topo da agenda internacional; estão criadas as condições para o início de projetos financiados pelo Fundo do IBAS contra a fome e a pobreza.

Esses esforços serão levados adiante ao longo de 2004, ano em que o Brasil voltará a assumir a presidência do Mercosul (no segundo semestre) e deter a presidência do Grupo do Rio. Em junho, a cidade de São Paulo foi anfitriã da XI Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Comércio (Unctad), ocasião em que foram examinadas a possibilidade de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (Sgpc) e outras formas mais ousadas de aproximação entre os mesmos, consolidando vários esforços já em curso. Em setembro, o Presidente Lula organizará um encontro, à margem da Assembléia Geral da ONU, destinado a examinar formas de levantar recursos para o combate à fome e à pobreza.

Se os progressos alcançados nos permitem encarar o cenário internacional com confiança em nossa capacidade de abrir novas trilhas e influir sobre

processos em curso, não devemos subestimar os obstáculos que continuaremos enfrentando – na promoção de processos decisórios mais equânimes, na defesa de maior justiça social de forma global, na retomada de uma efetiva cooperação internacional para a paz e o desenvolvimento. Em parceria com os países sul-americanos, o Brasil continuará trabalhando por melhores condições de vida para seus cidadãos, certo de que contamos com crescente respeito, simpatia e apoio, aqui e no resto do mundo. ■■■

A política externa do Chile no início do milênio

*María Soledad Alvear Valenzuela **



globalização, como fenômeno que impregna a realidade na qual se desenvolvem as nações contemporâneas e como forma de compreender as condições em que se vinculam entre si, tem sido um processo rápido, intenso e inevitável. A velocidade com que progridem as comunicações e sua influência na tomada de decisões por governos, pessoas e mercados afetam todos os aspectos da vida de países e cidadãos.

Esse é o cenário no qual a América Latina tem de se mover – cheio de incertezas e desafios – no qual os equívocos podem ter custos muito elevados em termos de desenvolvimento, e dos quais se pode levar anos para se recuperar. Como disse recentemente o Presidente Lagos, “queremos construir um mundo melhor, um mundo que possamos deixar como herança às gerações futuras. No entanto, temos menos certezas do que no passado. Não tememos o Apocalipse, mas aprendemos que os recursos não são inesgotáveis; que o dano ao meio ambiente é uma das ameaças para o futuro; que as tensões sociais decorrentes das profundas desigualdades em algumas de nossas sociedades constituem bombas de ação retardada”.¹

** Ministra das Relações Exteriores da República do Chile*

¹ Presidente da República, Ricardo Lagos Escobar, durante a cerimônia de graduação de 2003 dos Alunos da Academia Diplomática do Chile “Andrés Bello”, 22 de setembro de 2003.

Sabemos que devemos avançar em um mundo muito diferente daquele que historicamente conhecemos e, ao contemplar a experiência vivida, restam apenas o imperativo de não voltar a cometer os erros do passado e utilizar ao máximo os recursos do presente e aqueles que antevemos como disponíveis no futuro.

Frente a esse mundo globalizado, atua-se a partir de um continente, de uma região. A política externa dos países latino-americanos faz-se a partir desta região e de sua história e potencialidades. Daí a importância de fortalecer os acordos regionais e a integração. É necessário avançar em processos de integração realistas e concretos, já que, de outra maneira, podemos ficar à margem do desenvolvimento global e transformarmo-nos em meros espectadores.

A política externa do Chile: uma visão do presente e do futuro

Diretrizes permanentes e programáticas

A política externa do Chile se alimenta de duas fontes básicas: os princípios permanentes e os objetivos programáticos. O Presidente Ricardo Lagos os definiu em sua primeira Mensagem à Nação, pouco tempo depois de assumir o governo, em 2000.²

Outro elemento essencial para compreendê-la é a recuperação da democracia, que mudou radicalmente as formas de vinculação entre o país e o resto do mundo. A reinserção internacional do Chile, iniciada em 1990, deu início a um período fecundo da nossa história internacional.

Os aspectos permanentes referem-se àqueles conceitos que são parte substancial da nossa ação diplomática, por constituírem princípios inalteráveis da visão internacional do país e terem sido seguidos consistentemente durante nossa história republicana.

Em contraste, os segundos são aqueles elementos que dão forma e singularizam as próprias aspirações, interesses e projeção internacional que o

² Mensagem Presidencial, 21 de maio de 2000.

governo do Presidente Ricardo Lagos impôs à política externa durante o seu mandato, aqueles que complementam e ampliam os objetivos e êxitos da década de noventa.

São princípios permanentes: o apego ao direito internacional e, conseqüentemente, o respeito irrestrito aos tratados; a não-intervenção nos assuntos de outros Estados; a solução pacífica das controvérsias e a promoção e defesa dos interesses nacionais.

A aplicação permanente desses princípios tem dado à política externa chilena uma continuidade histórica que se desenvolve coerentemente em um quadro de referência estável, o que permite ao país ser um ator previsível e confiável no contexto internacional.

Com isso se aspira, ao mesmo tempo, que a política exterior se desenvolva como uma política de Estado, orientando-se para objetivos estratégicos que promovam o bem-estar do cidadão, o desenvolvimento nacional e a participação internacional, promovendo os princípios e valores que sustentam esta sociedade.

Da mesma forma, o país aspira a compartilhar os valores e ideais comuns dos povos latino-americanos, a contribuir para que, de forma conjunta e coordenada, possamos promover nossos anseios, fazer ouvir nossos pleitos e expor nossas idéias e as formas como concebemos soluções para os problemas mundiais, com base em nossa experiência e na percepção desta região do mundo.

O fim de um ciclo

A volta à democracia, em 1990, representou um momento de renovação da política externa do Chile. Foram dois os grandes objetivos traçados naquela época: reinserir o país na comunidade internacional e assegurar-lhe uma inserção econômica internacional equilibrada, que consolidasse nossa abertura nesse âmbito.

O Chile viveu dezessete anos de isolamento, em um cenário internacional caracterizado pela divisão ideológica entre dois blocos. Sofreu os efeitos de um período em que a realidade foi interpretada, modelada e reduzida a projetos tendenciosos e excludentes. A queda do Muro de Berlim, em fins da década de oitenta, simbolizou o fim de uma época e o início de um processo de profundas transformações, que modificaram radicalmente as estruturas políticas, sociais,

econômicas e culturais vigentes desde 1945, dando lugar a uma nova etapa marcada pelo fenômeno da globalização.

A recuperação da democracia no Chile exigiu uma nova formulação dos princípios, interesses e objetivos da nossa política externa. Esse foi o contexto histórico no qual, no começo da década passada, a ação internacional do Chile passou a se caracterizar pela afirmação da sua vontade democrática, em que princípios como a defesa dos direitos humanos, a promoção da democracia e a manutenção da paz e da segurança internacionais transformaram-se em pilares e condutores das decisões de política externa.

Ao mesmo tempo, a formação de um grande mercado global, os processos transnacionais, o aumento da interdependência e a instantaneidade das comunicações confrontaram o país com a necessidade de assumir essas novas realidades a partir de uma economia aberta ao mundo. Foi assim que o Chile complementou um processo iniciado de maneira paulatina, com a abertura unilateral da sua economia, com uma estratégia destinada a conseguir avanços no âmbito multilateral, e acordos bilaterais com os mercados mais expressivos do mundo.

Nesses anos de democracia, o Chile conseguiu inserir-se plenamente na comunidade internacional, mostrando-se coerente com os princípios que inspiram as Nações Unidas e uma ordem mundial baseada no direito internacional e no multilateralismo. Isso nos permitiu assumir maiores responsabilidades no âmbito internacional: fomos eleitos, em duas oportunidades, membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1996-1997, 2003-2004); integramos em quatro ocasiões o Conselho Econômico e Social; desde 1992, participamos da Comissão de Direitos Humanos de forma quase ininterrupta; e mantemos uma disposição permanente de trabalhar com diversos organismos multilaterais. Em matéria de diplomacia de cúpulas, promovemos a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e sediamos reuniões do Grupo do Rio, da Cúpula Ibero-Americana e da II Cúpula das Américas. No âmbito regional, acolhemos duas Assembléias Gerais da OEA e promovemos a adoção do “Compromisso de Santiago”, de 1991, que assentou as bases da Carta Democrática Interamericana.

Ao mesmo tempo, o Chile alcançou uma acertada integração na economia global. Começando pela região, e com a experiência adquirida nos primeiros acordos negociados, o Chile se projetou mais longe, rumo à conquista dos mercados da Ásia- Pacífico, dos Estados Unidos e da Europa. A identificação

desses três eixos resultou em intensas ações diplomáticas que, ao cabo de vários anos levaram a acordos de comércio transcendentais na história do país.

Com efeito, os acordos comerciais de natureza distinta com os países latino-americanos, os Tratados de Livre Comércio com o Canadá, México, Estados Unidos da América e Coreia, bem como o Acordo de Associação com a União Europeia, abrem as portas para mercados que somam cerca de 1,3 bilhão de habitantes e que, no conjunto, representam mais da metade do produto bruto mundial.

Em suma, o cumprimento dos objetivos que tínhamos estabelecido há mais de uma década, nos permite encerrar com êxito um ciclo da política externa chilena e passar a uma nova etapa, na qual as tarefas têm a ver com a promoção de condições para que o Chile atinja um desenvolvimento social e econômico vigoroso, num contexto regional democrático, estável e socialmente coeso, para – como país e como região – projetar-se vigorosamente para o resto do mundo, enfrentando as grandes questões do século XXI.

Este é pois, o grande desafio da política externa do Chile, para o que definimos quatro eixos de ação que nos permitem enfrentá-lo com êxito e que se indicam a seguir:

1 – Nossa prioridade é a América Latina

No mundo atual, o futuro das nações é interdependente. A globalização requer que se unam esforços para se ter uma inserção adequada e não se ficar à margem do progresso. A perspectiva planetária, independentemente da vontade dos atores participantes, é uma realidade que trará graves consequências se não for percebida, analisada e enfrentada de maneira conjunta e eficaz.

No âmbito político, Estados pequenos ou médios procuram se fazer ouvir e influir de maneira relevante no processo mundial de tomada de decisões. Isso implica contar com a disposição de chegar a acordos no quadro regional, promovendo nossa integração, harmonizando-a com as estratégias próprias do desenvolvimento, procurando obter os benefícios oriundos das vantagens competitivas das diferentes áreas da região em relação ao resto do mundo.

Uma das definições-chave da política externa chilena é pertencermos à América Latina. Projetamo-nos no mundo como região, coordenando posições

para satisfazer interesses que nos são comuns e assim, alcançar conjuntamente os benefícios do desenvolvimento.

Os países da região, em sua maioria, são pequenos ou de tamanho médio. Isso deveria induzir-nos a enfatizar a variável regional, tanto no âmbito político como no econômico, já que a competição comercial e a articulação e defesa de posições no plano global requerem espaços de integração efetivos que permitam aproveitar as vantagens das economias de escala e as várias potencialidades decorrentes do diálogo permanente e da harmonia de idéias.

Para alcançar esse objetivo, o Chile assumiu o compromisso de desempenhar um papel ativo na busca conjunta de soluções para os problemas regionais e para ajudar a identificar metas realistas e comuns de integração que nos permitam progredir, com uma certa ordem, numa direção determinada.

Da mesma forma, redobremos nossa disposição de compartilhar experiências e de continuar promovendo programas de cooperação em favor de um ambiente mais estável, com mais ordem, do ponto de vista macroeconômico, porém, ao mesmo tempo, com fortes mecanismos que permitam às economias da região uma luta sustentada contra a pobreza, capazes de criar um círculo virtuoso entre governabilidade política e progresso social.

O compromisso do Chile com a região, além de político e comercial é, ao mesmo tempo bilateral e multilateral. Tais dimensões são complementares e necessárias.

No âmbito político, consideramos necessário continuar realizando esforços direcionados a encontrar soluções para os problemas existentes e a identificar elementos, variáveis ou ameaças que possam perturbar a estabilidade política e social.

Temos pontos de convergência fundamentais. Todos os países estamos preocupados com os desafios que enfrenta nossa região em matéria de governabilidade democrática e coesão social. Esse foi o tema da Cúpula do Grupo do Rio, realizada no Peru, foi também o da Assembléia Geral da OEA, realizada no Chile, da Cúpula Ibero-Americana, na Bolívia, e da Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey. Em outras palavras, estamos trabalhando juntos na identificação de caminhos de desenvolvimento e prosperidade para nossos povos e na consolidação de nossas democracias.

Nesse sentido, instâncias como o Grupo do Rio, o Mercosul Ampliado e a Organização dos Estados Americanos, para citar apenas alguns dos foros nos quais já se conseguiram avanços no âmbito regional, constituem teatros relevantes nos quais o Chile continuará trabalhando para que sejam abordados os temas transcendentais para a região.

O Mercosul é o esquema de integração mais relevante da nossa área geográfica. Desejamos um fortalecimento substantivo da dimensão política do Mercosul Ampliado como espaço de entendimento sub-regional, para alcançar uma posição mais relevante na comunidade internacional. Da mesma forma, interessa-nos aprofundar os laços, tomando como base a ampla gama de matérias em que se pode avançar, como por exemplo, a coordenação macroeconômica, a luta contra a pobreza, a defesa, a cultura e a educação, entre outras.

Também devemos trabalhar para que a Organização dos Estados Americanos funcione com eficácia, atualizando devidamente a sua agenda, para que contenha os temas que interessam ao Hemisfério no seu conjunto e buscando uma agilização dos seus métodos e práticas, a modernização da sua estrutura e uma coordenação efetiva com o conjunto de organismos do sistema interamericano.

A perspectiva de integração regional do Chile fundamenta-se na construção de um sistema realista, que estabeleça metas viáveis e seletivas nos setores em que se possam lograr progressos concretos, abrindo espaços de convergência que consigam vincular os diferentes esquemas existentes e a pluralidade de interesses em jogo.

Ao mesmo tempo, é indispensável avançar na integração nas áreas de educação, livre circulação de pessoas e capitais, meio ambiente, defesa e segurança.

Um aspecto central de tal agenda é o estabelecimento de um eixo de ação que promova a governabilidade democrática e a coesão social na América Latina. Entendemos que é parte do nosso interesse nacional trabalhar pela solidez e estabilidade dos países do nosso ambiente regional, já que isso cria condições favoráveis para continuarmos avançando na estratégia comum de desenvolvimento.

O que precede levou-nos a defender com energia, na Assembléia Geral da OEA (Santiago, junho de 2003), a proposta de levar adiante uma Agenda

de Governabilidade Democrática para as Américas que articule esforços nacionais e internacionais, permitindo enfrentar os novos desafios políticos, econômicos e sociais gerados no contexto atual da globalização e prosseguir com a tarefa de fortalecer a credibilidade e a confiança do cidadão nas instituições democráticas.

Por outro lado, o comércio é também um instrumento que, comprovadamente, facilita os processos de integração. Como já foi assinalado, o Chile possui uma rede de acordos – de distintas naturezas – com toda a América Latina, e a região ocupa um lugar preferencial da nossa atenção no campo econômico. Com efeito, o Hemisfério representa 45% do nosso comércio internacional e quase a totalidade dos investimentos do Chile no exterior. Da mesma forma, é principalmente para a região que se destinam nossos produtos exportáveis com maior valor agregado.

Um tema comercial de interesse comum para a América Latina, em cuja discussão deveríamos perseverar, é o das negociações para se chegar a uma Área de Livre Comércio para as Américas (Alca). O Chile sustenta que, além dos diferentes e legítimos pontos de vista que existem, é necessário que tais negociações tendam a favorecer todo o continente, sobretudo com a adoção de normas claras e estáveis para o desenvolvimento de todas as formas de intercâmbio. Um cenário regional com maior disciplina na área de comércio e com mecanismos de solução de controvérsias respeitados e legítimos assegura condições melhores e mais estáveis para as exportações e os investimentos realizados na região.

No âmbito bilateral, a agenda de trabalho com as nações vizinhas e com o resto dos países da região é intensa e compreende questões como integração física, energética, fronteiriça e social. A integração tem um significado muito mais evidente nas áreas limítrofes, já que lá existe uma rede de interesses concretos e uma dinâmica de aproximação que nos últimos anos acelerou de forma substancial a interdependência dos povos.

A vizinhança com a Argentina, o Peru e a Bolívia levou-nos a promover uma agenda prioritária com esses países, que esperamos aprofundar nos próximos anos. Estamos realizando um importante trabalho nos mais diversos campos da relação bilateral, que esperamos seja aprofundado e complementado com uma integração maior em outros setores e cuja expressão concreta deveria ser a materialização de alianças, associações estratégicas e plataformas de

desenvolvimento compartilhadas em todas as áreas em que existam elementos comuns.

No mesmo sentido, concordamos com o Brasil na urgência de estabelecer uma agenda regional que contemple temas tais como: integração econômica; integração física, em especial a questão dos corredores bioceânicos; o fortalecimento da institucionalidade democrática; o terrorismo; as crescentes redes de narcotráfico; e a cooperação nos âmbitos cultural, educacional e tecnológico, bem como um fortalecimento dos mecanismos de consulta e coordenação política, com vistas a posições comuns nos foros internacionais.

Como ambos os países somos hoje membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, continuaremos a nos esforçar para atuar de maneira coordenada naquele foro. Nossos mandatários concordaram, igualmente, quanto à necessidade de reformar e revitalizar o Sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo diante das novas realidades mundiais. Nesse contexto, o Presidente Lagos manifestou ao Presidente Lula que, caso se decida a ampliação do número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, o Chile reconhecerá o legítimo interesse histórico do Brasil em integrar essa categoria de membros.

Seguiremos também no propósito de fortalecer nossas relações com a Colômbia, o Equador e a Venezuela, nações com as quais temos tido historicamente uma ligação muito próxima.

Uma presença maior na América Central e no Caribe é outro elemento relevante de nossa política externa na região.

Do mesmo modo, acreditamos que o México constitui um vértice indispensável de uma política de alianças que potencialize o desenvolvimento e a presença do Chile na América Latina.

Manteremos com os Estados Unidos e o Canadá uma relação equilibrada e madura, que projetaremos com vistas à cooperação para a estabilidade do Hemisfério, bem como ao desenvolvimento de espaços de diálogo, cooperação e concórdia que permitam ampliar as condições de segurança no continente e promover a prosperidade para o conjunto das Américas.

Como já foi assinalado, no mundo em que vivemos, ninguém pode bastar-se a si mesmo, nem sequer as grandes potências. A globalização, a

interdependência e a transnacionalização são correntes que cruzam as fronteiras e abrem perspectivas planetárias que vão além da vontade dos atores participantes.

A América Latina deve fazer ouvir sua voz e influir de maneira relevante no processo mundial de tomada de decisões. Isso requer uma atuação conjunta, fundada em uma vontade concreta de integração. Por isso, nossa política externa tem uma inflexão latino-americana, já que é o âmbito geográfico em que vivemos, e tudo que se passa ao nosso redor nos afeta.

Achamos necessário fomentar entre os países da região um esquema de diálogo que permita dar forma a eixos funcionais, abertos e flexíveis, em que se possa concordar em determinados assuntos e dissentir em outros, sem excluir ninguém. Trata-se de somar forças para construir consensos básicos e levar adiante sua aplicação prática, promovendo a articulação de espaços que facilitem o impulso da agenda regional.

2 – Nossa ação global e multilateral: governar a globalização

A globalização tem evidentes vantagens em matéria de investimentos e de transação de bens, comunicações e aproximações mútuas. Também cria, porém, desequilíbrios entre os países e afeta elementos básicos do atual sistema internacional, fundado na existência de Estados independentes e soberanos em suas decisões, bem como a ordem política, econômica e social estabelecida na maioria dos países do mundo moderno.

O problema que surge a partir dessa nova etapa é que a ordem vigente não parece capaz de conduzir a globalização e que se enfraqueceu o consenso quanto ao respeito a certas normas comuns, aceitas por todos. Isso é favorecido pelo fato de essa mesma globalização apresentar um elemento novo em relação a episódios semelhantes da história mundial: falta-lhe um centro nítido que reúna o poder político e econômico.

Tal situação acentuou o questionamento do multilateralismo atual. As organizações internacionais surgidas no pós-guerra eram adequadas à situação existente naquele momento e foram reforçadas pela subsequente Guerra Fria. No entanto, as críticas ao seu funcionamento começaram há mais de uma década, quando se manifestaram os primeiros sintomas de obsolescência em

algumas áreas. Isso pode ser apreciado na composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na existência de um Conselho de Tutela – quando faz quase duas décadas que não há territórios sob tutela confiados à sua supervisão – e na dinâmica do Conselho Econômico e Social.

Nesse debate, surgiram inesperadamente novos atores e novos focos de discussão. Governar a globalização requer ocupar-se também dos grandes temas mundiais. Com base nesse grande quadro de referência, surgiu um novo debate relativo aos “bens públicos mundiais”. São denominados bens públicos porque, independentemente de quem seja o seu provedor (o setor privado ou o Estado), a sociedade entende que devem estar ao alcance de todos.

A expressão irrompeu nas discussões internacionais como um novo elemento de análise; sua descrição encontra-se ainda em uma fase de delimitação conceitual e, embora a idéia seja objeto de atualização recente, isso não impediu que fosse lançada como um tema de reflexão e de interesse na aplicação de algumas políticas globais.

Essa discussão é complementada pelo interesse em dinamizar e dar conteúdo ao “novo” multilateralismo, reclamado por muitos países com o objetivo de conviver em um mundo global, que apresenta oportunidades, mas também ameaças, especialmente para as sociedades e povos mais vulneráveis.

Como já foi assinalado, o que é multilateral será, cada vez mais, considerado como um tema doméstico, e a maneira de se atuar nesse cenário pode chegar a se converter, aos olhos do cidadão comum, em uma tarefa tão importante quanto qualquer tópico de nossas políticas nacionais.

Por isso, uma renovação do multilateralismo também é importante desse ponto de vista, já que o grau de independência de que os Estados disporão no futuro dependerá, em grande parte, da sua estrutura e distribuição de poderes.

São necessárias estruturas renovadas para abordar os problemas da macroeconomia mundial, a regulamentação das transações econômicas e a estabilidade financeira, bem como o meio ambiente, a justiça internacional, os direitos humanos, a luta contra as epidemias mundiais, a diversidade cultural, o conhecimento e o uso de bens comuns. Precisamos de um sistema multilateral diferente se quisermos coesão social em escala planetária e de um mundo com regras claras e oportunidades para todos, porque onde não há um direito comum predomina a lei do mais forte.

Para o Chile, o multilateralismo e o direito internacional constituem meios imprescindíveis de promover e defender adequadamente seus interesses, daí nossos esforços em fortalecê-los e em construir uma ordem internacional baseada em princípios e na legalidade.

Por isso, nossa ação global e multilateral segue orientações baseadas em princípios e valores permanentes, fundados na profunda convicção democrática que inspira o país, na valorização das relações internacionais, no respeito entre as nações e na busca das mais elevadas condições de convivência internacional. Entre essas, cabe mencionar:

(a) Promoveremos uma participação ativa do Chile nas instâncias criadas pela comunidade internacional para tratar desses temas (como, por exemplo, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Bens Públicos Globais, dirigido pela Suécia e pela França). Da mesma forma, nossa participação no Conselho de Segurança durante 2004, como membro não-permanente, é uma oportunidade significativa para fazer valer nossas considerações sobre essas matérias. Nesse sentido, as questões a serem abordadas referem-se ao aumento da participação da comunidade internacional na consolidação da paz e do progresso no sentido da renovação e do fortalecimento das Nações Unidas, apoiando o trabalho do Comitê de Sábios e acompanhando o Secretário-Geral nesse esforço.

(b) Aprofundaremos nosso trabalho de promoção da democracia e dos direitos humanos como base de uma convivência civilizada e como característica de nossa política externa (Agenda de Governabilidade Hemisférica, Comunidade de Democracias, sistema de proteção dos direitos humanos).

No caso da Comunidade das Democracias, teremos a responsabilidade de organizar seu encontro no primeiro trimestre de 2005.

Depois do 11 de setembro de 2001, a luta contra o terrorismo e o controle das armas de destruição em massa adquiriram uma importância capital. O Chile considera que esses temas devem ser assumidos pelo conjunto da comunidade internacional, nos foros e regimes multilaterais adequados e, no caso do combate ao flagelo do terrorismo, cuidando sempre do pleno respeito aos direitos humanos.

(c) Continuaremos a colaborar em operações de manutenção da paz das Nações Unidas e a trabalhar no sentido de dar acesso ao ser humano às noções de segurança (Rede de Segurança Humana). Da mesma forma, continuaremos desenvolvendo com os países vizinhos, e na região, o novo

enfoque de medidas de confiança mútua, e trabalhando em novas metodologias que tornem transparentes nossos propósitos e os recursos destinados à defesa.

(d) Contribuiremos para o desenvolvimento de uma agenda social para a governabilidade da globalização, trazendo nossa capacidade e experiência em matérias como saúde, educação, luta contra a discriminação, desenvolvimento indígena, sociedade da informação e ciência e tecnologia.

(e) O Chile é um país profundamente comprometido com a agenda do desenvolvimento sustentável, estreitamente ligada ao futuro do nosso país, que depende, em grande medida, do aproveitamento sustentável de seus recursos naturais. Por isso, manteremos nossa participação ativa nos principais foros em que se debate essa temática, nas diversas negociações ambientais multilaterais e nos foros internacionais que definem políticas de desenvolvimento sustentável.

(f) Em matéria de certos regimes especiais, o Chile, como signatário do Tratado Antártico, continuará participando diligentemente do aperfeiçoamento do regime aplicável a essa zona e apoiará de forma ativa o trabalho da Secretaria criada sob os seus auspícios. Em matéria marítima, desenvolveremos uma política ativa que combinará os enfoques global e regional (CPPS), particularmente no tocante à conservação de recursos e às normas sobre o transporte marítimo de substâncias perigosas. No âmbito espacial e de aeronáutica, tentaremos facilitar o acesso nacional às mais modernas tecnologias, apoiar as empresas nacionais para que melhorem sua inserção no mercado aeronáutico internacional e fortalecer nossa capacidade de observação astronômica.

Em março de 2004 realizamos o Primeiro Foro Mundial de Biotecnologia, congregando numerosos especialistas para a discussão deste tema de crescente importância para a humanidade.

3 – Abertura comercial e aplicação dos acordos e tratados de livre comércio

Dado o tamanho de nossa economia, o desenvolvimento nacional depende significativamente do livre comércio e de sua plena inserção no mundo. O aumento a produtividade, as escalas de produção e o acesso a mercados mais amplos são o curso mais efetivo para melhorar as perspectivas de emprego

no país e para manter altas taxas de crescimento, inovação tecnológica e eficácia na alocação de recursos.

Pretendemos alcançar uma inserção mundial múltipla e flexível. Uma participação que nos permita envolver-nos ativamente nos processos de integração regional e bilateral e dê segurança legal e econômica aos exportadores e importadores chilenos.

A estratégia econômica internacional adotada pelo Chile no contexto do chamado “regionalismo aberto” consagra três grandes instrumentos ou vias complementares para aprofundar seu objetivo de livre comércio: a abertura unilateral, as negociações comerciais multilaterais e a abertura comercial negociada bilateral e regionalmente. Assim, num futuro próximo, mais de 75% do comércio do Chile estará livre de tarifas aduaneiras, o que, além de favorecer nossa eficiência econômica, estimulará o aumento e a diversificação das exportações para produtos com maior valor agregado e para serviços.

Um desafio relevante para o país é aproveitar plenamente as vantagens e potencialidades que nos são abertas pelos Tratados de Livre Comércio que firmamos, consolidando o trabalho conjunto dos setores público e privado. Isso envolve um trabalho de alta complexidade, próprio da administração de tais acordos, o que implica, entre outras coisas, prevenir qualquer problema que se possa suscitar e adiantar-se a ele, respondendo de maneira permanente com padrões internacionais de qualidade.

Desde 1º de fevereiro de 2003, 85% das exportações para a União Européia, principal parceiro comercial do Chile, têm ingressado sem tarifas. Ao mesmo tempo, esse mercado é a principal fonte de investimentos estrangeiros e a principal origem da cooperação internacional recebida pelo país.

O acordo com a UE cria condições para elevar a oferta e a qualidade de emprego, melhorar a competitividade e modernizar a estrutura empresarial e produtiva. Em especial, é um incentivo renovado ao desenvolvimento das exportações, diversificando produtos, particularmente nas regiões do Chile.

Por outro lado, o tratado firmado com os Estados Unidos cria uma sólida e profunda zona de livre comércio entre os dois países, constituindo um acordo equilibrado e integral, que inclui todos os aspectos da relação econômica bilateral, tais como o comércio de bens, os contratos públicos, a promoção e

proteção dos investimentos estrangeiros, os serviços transfronteiriços e a proteção dos direitos de propriedade intelectual. Também incorpora temas próprios da nova economia, como o comércio eletrônico e as telecomunicações, bem como questões ambientais e trabalhistas.

Além disso, a possibilidade de participar de licitações públicas e de outras oportunidades abertas pelos tratados de livre comércio obriga-nos a dispor de instrumentos que permitam nos beneficiarmos devidamente delas. Da mesma forma, é indispensável adequar as instituições públicas aos desafios de uma economia aberta e global, promover uma “imagem-país” e articular estrategicamente os atores públicos e privados em torno de objetivos comuns.

O ingresso em mercados tão exigentes como os Estados Unidos e a União Européia fez-nos reforçar nosso trabalho em matéria de prevenção. Procuraremos antecipar-nos a qualquer problema que possa surgir, respondendo de maneira permanente com padrões internacionais de qualidade. Isso permitirá aos exportadores nacionais posicionarem-se frente a seus competidores. Só assim poderemos desfrutar dos benefícios comerciais dos acordos, das oportunidades de investimento e de ganhos intangíveis, como a certeza jurídica que faz de um país um parceiro confiável.

Por outro lado, nossa participação na Organização Mundial de Comércio (OMC) tem relação direta com nossa determinação de contar com um sistema multilateral de comércio fortalecido, dotado de plena legitimidade e que estabeleça princípios e regras claras para o intercâmbio comercial.

Nesse contexto, o êxito das negociações da Rodada de Doha, da OMC, é fundamental para nosso país, já que é esse foro que estabelece as disciplinas comerciais mundiais e, assim, assegura que um país aberto e pequeno como o nosso possa contar com um sistema de comércio internacional justo.

Assinalamos muito claramente ter chegado o momento de os países industrializados porem fim a uma competição desleal, cuja contrapartida é mais pobreza nos países em desenvolvimento. Devemos transformar a retórica que acompanhou o lançamento da Rodada de Doha em uma real vontade política de resolver nossos problemas e de dar cumprimento àquilo que acordamos.

O Chile continuará fazendo esforços para reativar as negociações da Rodada de Doha, por meio da busca de pontes e encontros entre as posições

dos diversos países-membros, sempre resguardando devidamente os interesses nacionais.

4 – Ásia-Pacífico: Ano APEC Chile 2004

Se a América Latina é o nosso ambiente natural, a região da Ásia-Pacífico tem especial relevância para nosso país. O Chile é banhado pelo Pacífico e tem mantido com os países dessa bacia vínculos que, em alguns casos, vêm desde os primórdios da nossa nação.

Desde 1990, a política posta em prática em relação àquela área adquiriu uma dimensão multilateral que levou à nossa participação no Foro de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC). Esse foro foi criado em 1989 e constitui o principal esquema de integração comercial do planeta, porquanto as economias que o integram representam mais de 50% do PIB mundial e são responsáveis por 47% do comércio internacional.

Nesse sentido, a celebração no Chile da Cúpula dos Líderes da APEC e do Ano APEC Chile 2004 constitui, em seu conjunto, o maior desafio de gestão multilateral enfrentado pela política externa do país e o maior acontecimento político-diplomático já assumido por ele perante a comunidade internacional.

A Cúpula permitirá promover entre as economias da Ásia-Pacífico os objetivos da política exterior do Chile em relação à área, constituindo uma oportunidade para consolidar nossa condição de ponte entre o Pacífico asiático e a América Latina. Desse ponto de vista, a prioridade que atribuímos à América Latina será reforçada pela vinculação entre os dois espaços no quadro do Ano APEC Chile 2004, particularmente no caso do Peru e do México, em sua qualidade de países da APEC.

Um dos principais marcos da história da APEC são as chamadas “metas de Bogor”, pelas quais os países desenvolvidos se comprometeram – e entre eles o Chile se incluiu voluntariamente – a liberalizar totalmente suas economias até o ano 2010, enquanto as economias menos desenvolvidas o farão até 2020.

Três estratégias foram oficialmente adotadas para alcançar tais metas. A primeira tem a ver com os chamados Planos Individuais de Ação (IAP); a segunda, com a Liberalização Setorial Antecipada (EVSL); e a terceira, com a

coordenação e compromisso para a ação multilateral nas negociações comerciais no quadro da OMC.

Também foram três as áreas em que se resolveu trabalhar, com vistas a alcançar o objetivo do livre comércio: liberalização do comércio e dos investimentos (eliminação de barreiras alfandegárias e não-alfandegárias); facilitação do comércio (redução do custo de transações comerciais e melhora do acesso à informação); e cooperação econômica e técnica (para criar a capacidade que lhes permita aceder ao livre comércio).

Depois de um processo de consultas com todas as economias da APEC, o Chile elaborou uma agenda temática para o ano 2004, com base em três aspectos fundamentais: a agenda permanente do Foro; os interesses comuns das economias da APEC; e a agenda governamental do Chile e sua projeção no Foro:

(a) a APEC como catalisador do sistema internacional de comércio: espera-se que possa contribuir para desemperrar o processo de negociações na OMC, que se encontra paralisado desde a reunião ministerial de Cancún;

(b) institucionalização dos acordos de livre comércio e dos acordos regionais de comércio: a APEC pode contribuir para dar a este tipo de acordos um quadro adequado, com vistas a aprofundar o processo de liberalização comercial;

(c) promoção Comercial e Segurança: na APEC 2004, promover-se-á o desenvolvimento de um plano de ação que permita pôr em prática os compromissos das economias em matéria de segurança;

(d) desenvolvimento das PMEs: incentivo à formação e apoio decidido do setor público à criação e ao desenvolvimento da pequena e média empresa (PME);

(e) inglês como língua de trabalho para negócios: melhorar as práticas educativas destinadas a aprofundar o uso desse idioma no Chile, ao mesmo tempo em que se tratará de estabelecer um plano de ação de longo prazo que permita alcançar a meta de usar o inglês como idioma de trabalho e negócios nas economias.

Conclusão

A consistência e a coerência da política exterior do Chile apóiam-se na permanência e no apego aos valores e princípios que o país historicamente tem acautelado, defendido e respeitado, tais como a estrita observância do

direito internacional, a não-intervenção nos assuntos de outros Estados e a intangibilidade dos tratados.

Os esforços que o Chile tem realizado desde seu reencontro com a democracia têm dado seus frutos, e isso nos coloca desafios inerentes e proporcionais aos resultados alcançados.

Por isso, continuidade e mudança inspiram nossa política externa neste novo ciclo. Continuidade na defesa e promoção dos interesses tradicionais do Chile; continuidade também na busca e promoção de modelos de convivência internacional baseados em uma coesão social maior e no aprofundamento da ordem democrática. Mudança, porém, na maneira como nos apresentamos diante dos processos de globalização em andamento, diante da irrupção do avanço tecnológico e diante da chamada “sociedade do conhecimento”, com as insuspeitadas dimensões de suas novas áreas.

Esta fase histórica que atravessamos apresenta-nos mais perguntas do que certezas, mais desafios do que respostas. Tudo isso implica um estímulo poderoso para usar a criatividade e projetar vigorosamente nossas potencialidades, na perspectiva de alcançar o desenvolvimento, aproveitando as oportunidades que nos oferece um mundo no qual os países se inserem a partir de suas realidades nacionais e regionais.

A América Latina é o pilar prioritário de nossa política externa. É nesse espaço geográfico, político, econômico e cultural que nós e nossos descendentes vivemos e viveremos. Estamos convencidos de que as fronteiras e os países são espaços de intercâmbio, de integração, de diálogo frutífero, por meio dos quais podemos lançar pontes que vão em benefício de nossos povos.

O Chile aspira ao desenvolvimento para o conjunto da América Latina. Nossa ação internacional reconhece a região como âmbito fundamental, como lugar de onde o Chile se abre para o mundo, para assumir com força as oportunidades oferecidas pela globalização, utilizando todos os espaços e ferramentas ao nosso alcance.

Da habilidade para identificar os temas do futuro dependerá o cumprimento satisfatório dos objetivos de nossa política externa. ■■■

Tradução: Luiz Augusto Souto Maior.

A política exterior da Colômbia:

governabilidade democrática, responsabilidade compartilhada e solidariedade

Carolina Barco *



política exterior de um país é determinada pela conjunção da realidade internacional e da sua conjuntura interna. A dinâmica irreversível da globalização e os fenômenos transnacionais que a caracterizam aumentam esta interdependência.

O mundo de hoje oferece novas e múltiplas oportunidades, que precisam ser aproveitadas, mas que implicam também em ameaças de caráter global, que atentam contra a própria estrutura das sociedades nacionais e a governabilidade democrática dos Estados.

A conjuntura histórica atravessada pela Colômbia evidencia com crueza esta realidade. A violência e a insegurança geradas pelo terrorismo e financiadas com força especial no país pelo negócio transnacional das drogas ilícitas – e os delitos a elas relacionados: o desvio de precursores químicos, a lavagem de dinheiro e o tráfico ilícito de armas, munições e explosivos – assim como por outras atividades criminosas, tais como o seqüestro e a extorsão, comprometem

Ministra das Relações Exteriores da República da Colômbia

o desenvolvimento econômico e social da nação, vulneram o estado de direito, debilitam as instituições democráticas e afetam a população civil.

Não será possível interromper esse ciclo se não se juntar aos esforços e sacrifícios do Governo e do povo colombianos o firme e decidido compromisso da comunidade internacional.

A política exterior colombiana não pode ignorar este contexto. Por isso, além dos propósitos tradicionais que caracterizam a gestão internacional de um país em desenvolvimento, ela deve servir de apoio e complemento aos esforços internos dirigidos a atender os desafios da realidade nacional.

Reconfiguração da ordem mundial

A ordem mundial se encontra em processo de reconfiguração, manifestado na evidente tensão, dentro da comunidade internacional, causada pelo conflito entre atuações de caráter unilateral e a necessidade de fortalecer o multilateralismo e a Organização das Nações Unidas, para que esta possa cumprir o seu objetivo de preservar a paz e a segurança internacionais.

Nas palavras do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, o mundo enfrenta “velhas ameaças em novas e perigosas combinações”. As novas formas de terrorismo, financiadas com o dinheiro da droga, a proliferação das armas de destruição em massa, a expansão dos conflitos internos e o tráfico ilícito de armas ligeiras são alguns dos desafios enfrentados pelo sistema internacional.

É preciso mencionar também as chamadas “ameaças não-armadas”, como a persistência da pobreza extrema, a ampliação do hiato entre países ricos e pobres e o aumento da exclusão dentro das sociedades nacionais. Esses fenômenos são fatores de instabilidade que não devem ser menosprezados.

A consolidação da luta contra o terrorismo, como um dos eixos mais importantes das relações internacionais, e o conseqüente fortalecimento do vínculo entre política exterior e política de segurança não prejudicaram a aspiração de uma ordem global baseada na cooperação, na solidariedade, no diálogo e na negociação.

Tendência que coincide com as convocações em favor da coesão social e o desenvolvimento econômico como bases de uma globalização mais humana,

que favoreça a governabilidade e consolide a democracia, garantia de um sistema internacional mais justo e seguro para todos.

A política externa colombiana não ignora o caráter complementar dessas duas visões, e tem buscado uma participação ativa do país na construção da nova ordem mundial – melhorando a inserção na comunidade internacional e sua capacidade negociadora – sem esquecer a defesa dos interesses nacionais e a melhoria das condições de vida dos nossos cidadãos.

I. Conceitos básicos

A política externa colombiana é uma política de Estado cuja pedra angular é o respeito aos princípios e normas do direito internacional consagrados na Constituição Política e na Carta das Nações Unidas. Entre estes pode-se destacar a igualdade soberana, a não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados, a boa fé no cumprimento das obrigações internacionais, a solução pacífica de controvérsias e a abstenção do emprego da ameaça ou da força. Sua gestão se inspira, além disso, nos seguintes conceitos fundamentais:

1. Governabilidade democrática

É necessário defender e preservar a governabilidade democrática no âmbito nacional. Neste sentido, o governo se comprometeu com o fortalecimento do estado de direito e o restabelecimento do império da lei em todo o território nacional. A política de segurança democrática busca restituir aos colombianos a segurança e a ordem, garantindo o pleno exercício da democracia, assim como os direitos e liberdades fundamentais, em um contexto de pluralismo político e participação da cidadania no quadro de um compromisso absoluto com os direitos humanos e o direito internacional humanitário.

Esse esforço foi complementado por um trabalho responsável em matéria econômica, orientado principalmente para o ajuste das finanças do Estado, a reativação da economia, a geração de emprego e a recuperação essencial do investimento social.

Progride-se também na reforma da administração pública, com o objetivo de adequar as instituições às necessidades do país e de otimizar a eficiência estatal, sem abandonar o firme compromisso na luta contra a corrupção e o desperdício dos recursos públicos.

Com o objetivo de contribuir para o cumprimento dessas metas, a política exterior desenvolve um trabalho orientado para a obtenção de apoio político e o aproveitamento de oportunidades comerciais, e a realização de projetos de cooperação econômica e financeira. Pretende-se também projetar, no âmbito internacional, os objetivos do Governo em matéria de equidade, redução de desigualdades e proteção das populações vulneráveis.

Atualmente, o maior desafio enfrentado pela política externa colombiana consiste em transmitir de modo efetivo a mensagem de que a Colômbia está fortalecendo a democracia e a governabilidade em todo o território nacional, promovendo o desenvolvimento com equidade; que continua lutando contra o terrorismo e persevera no compromisso indeclinável de combater as drogas. Mas esse esforço não é suficiente, e são necessárias ações concretas, decididas e imediatas da comunidade internacional.

2. Responsabilidade compartilhada

A política externa colombiana reconhece e valoriza a responsabilidade compartilhada pela comunidade internacional frente ao problema mundial das drogas e aos delitos a ela relacionados, e diante da luta contra o terrorismo e suas fontes de financiamento. Essa responsabilidade supõe acrescentar à ação do governo colombiano o firme compromisso por parte de outros Estados e de todos os atores internacionais que podem contribuir para a erradicação desses flagelos.

Quem aceitar a responsabilidade compartilhada aceita a natureza integral dos problemas de caráter global e, finalmente, a necessidade de enfrentar de modo equilibrado todas as etapas da cadeia criminosa, sem deixar de lado as crises humanitárias que possam derivar desses fenômenos. Por isso, é prioritário para a política exterior promover compromissos internacionais para combater o desvio de precursores químicos, a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas, munições e explosivos, assim como o seqüestro, a extorsão e a exploração ilícita de recursos naturais, parte substancial das fontes de financiamento das redes de terrorismo.

À luz do princípio da responsabilidade compartilhada, a Colômbia apoia e promove todos os esforços internacionais destinados a combater as atividades que ameaçam a governabilidade democrática e fomentam o terrorismo e a violência, em todas as latitudes.

3. Solidariedade

A Colômbia solicitou apoio mundial para derrotar o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, e é solidária com a luta mundial contra este fenômeno. Isso implica promover um combate frontal contra suas fontes de financiamento, estreitamente vinculadas com o negócio criminoso das drogas ilícitas e crimes conexos.

A solidariedade internacional deve traduzir-se em programas e projetos que complementem os esforços do governo em matéria econômica e social, e ajudem a compensar os efeitos da violência e da deterioração do tecido socioeconômico, especialmente nas áreas onde há cultivos ilícitos. Dessa forma, a gestão da política exterior procura dar apoio ao investimento social e aos planos de luta contra a pobreza, favorecer a geração de emprego e gestionar a ampliação e aprofundamento dos programas de assistência humanitária.

II. Objetivos estratégicos

A política exterior da Colômbia está orientada para os seguintes objetivos:

1. Defender a soberania nacional e promover o desenvolvimento integral das fronteiras

Garantir a integridade do território e promover o desenvolvimento concertado das zonas fronteiriças são propósitos que refletem os mais altos interesses da Nação. Para o seu cumprimento, e sob a direção do Presidente da República, o Ministério das Relações Exteriores lidera atualmente uma dupla estratégia que visa, em primeiro lugar, defender e garantir a jurisdição da Colômbia nos espaços da sua soberania marítima e terrestre, de acordo com os princípios e normas do direito internacional. Há uma ênfase particular na

salvaguarda dos direitos e interesses da Colômbia frente à demanda apresentada pela Nicarágua à Corte Internacional de Justiça, ao mesmo tempo em que se fortalecem os vínculos com os países limítrofes.

Entre eles cabe ressaltar os espaços de integração, como as comissões de vizinhança e as comissões binacionais, assim como mecanismos tais como a Comissão Presidencial Negociadora Colombiano-Venezuelana.

Em segundo lugar há a Comissão Inter-Setorial de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço, que promove a melhoria da infra-estrutura, a execução de projetos produtivos, com participação local e regional e, de modo geral, o desenvolvimento de políticas públicas orientadas para melhorar as condições de vida nas regiões fronteiriças.

No contexto da Comunidade Andina está sendo desenvolvida uma política externa comum e uma política comum de segurança, para coordenar as estratégias nacionais em temas como o combate às drogas, o terrorismo e a segurança nas fronteiras. Por outro lado, progride a implementação de ações que gerem benefícios para a população das regiões fronteiriças nos campos trabalhista, social e de proteção do meio ambiente.

2. Consolidar as relações estratégicas bilaterais

As relações da Colômbia com outros países e grupos de países devem ser entendidas como parte de uma estratégia integral visando cumprir os objetivos de política externa e as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento. Essa estratégia inclui:

- o fortalecimento dos vínculos com a América Latina e o Caribe, dando ênfase às relações com os países vizinhos;
- a consolidação de uma relação estratégica com os Estados Unidos e a aproximação com o Canadá;
- a consolidação e o desenvolvimento de uma agenda integral com a Europa;
- a ampliação e o aprofundamento das relações com a Ásia e o Pacífico;
- o impulso ao diálogo político e ao intercâmbio com a África e o Oriente Médio.

3. Defender e promover os interesses nacionais no cenário multilateral

A política exterior da Colômbia caracteriza-se pelo firme compromisso com o multilateralismo, refletido em uma participação ativa nos foros internacionais, em particular naqueles que se ocupam dos temas da agenda global pertinentes à realidade colombiana.

Procura-se, assim, promover ações internacionais em temas relacionados com a situação do país, e obter apoio para os esforços destinados a impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

No âmbito global são prioritários:

- o fortalecimento do multilateralismo;
- a defesa e promoção dos direitos humanos e o direito internacional humanitário;
- a equidade social e o desenvolvimento humano;
- o tratamento do problema mundial das drogas e a luta contra o terrorismo, a corrupção e o crime organizado;
- a proteção e preservação do meio ambiente;
- a cooperação internacional;
- o relacionamento com as organizações não-governamentais e com outros atores da sociedade civil.

4. Apoiar as políticas do Plano Nacional de Desenvolvimento no âmbito internacional

O Plano Nacional de Desenvolvimento definiu quatro objetivos fundamentais que orientam a ação governamental: manter a segurança democrática, promover o crescimento econômico sustentável e a geração de emprego, construir equidade social e incrementar a transparência e eficiência do Estado. A política exterior está voltada para dar apoio ao cumprimento desses objetivos.

Em matéria de segurança democrática, busca-se o apoio global na luta contra o terrorismo e as drogas, com esforços tendentes a melhorar a compreensão da realidade do país por parte da comunidade internacional.

O crescimento econômico sustentável é promovido mediante gestões internacionais dirigidas para a obtenção de recursos financeiros e a harmonização de acordos preferenciais de comércio e investimento com países ou regiões que tenham especial importância para a Colômbia. O apoio político do Ministério das Relações Exteriores nas negociações de caráter econômico e comercial da Colômbia é um componente importante desse esforços.

No que se refere à equidade social e ao desenvolvimento humano, o objetivo são programas de assistência técnica e projetos de cooperação em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social. O Ministério se ocupa também do acompanhamento dos acordos internacionais assinados pela Colômbia nesse campo, bem como da gestão de programas de assistência humanitária.

Finalmente, o Ministério está trabalhando com a Vice-Presidência da República na luta contra a corrupção e a politicagem, e a favor da transparência e eficiência do Estado.

5. Melhorar a compreensão da realidade do país no exterior

As percepções limitadas ou parciais da realidade do país constituem um obstáculo para o pleno desenvolvimento das relações políticas, econômicas e comerciais com outros Estados, dificultando, inclusive, a gestão da Colômbia nos organismos internacionais e nos foros de caráter regional ou hemisférico, complicando a comunicação com as organizações não-governamentais e com outros atores da sociedade civil.

Por isso a procura de um melhor entendimento da situação da Colômbia por parte da comunidade internacional, através das correções desses erros de percepção, é um objetivo principal da política exterior.

A realização deste objetivo implica uma estratégia de comunicação, coordenada com a Presidência da República. Implica, outrossim, o reconhecimento e a potencialização do trabalho de empresários, cientistas, artistas, desportistas e outros compatriotas que participam da presença colombiana no exterior e ajudam a promover a imagem do país.

É necessário também um esforço efetivo por parte das embaixadas e consulados, em aspectos como a promoção da nossa biodiversidade, a difusão e aproveitamento da riqueza cultural da Colômbia, a criação de áreas de

interlocução com a sociedade civil e o impulso para a formação de grupos de estudos sobre a realidade colombiana.

6. Fortalecer os vínculos com as comunidades colombianas no exterior

Atualmente, cerca de quatro milhões e meio de colombianos – dez por cento da população – vivem fora do país. O governo está empenhado em fortalecer os vínculos com nossas comunidades no exterior, estabelecendo com elas uma comunicação de mão dupla, em benefício mútuo. Deseja reconhecê-las como parte vital da nação, abrangendo-as nas políticas públicas.

Com este objetivo estão sendo preparados programas tendentes a melhorar as condições de vida de nossos compatriotas nos diferentes países onde residem, assim como o seu processo de inserção nas sociedades locais. Os caminhos explorados pelo governo para alcançar esse objetivo incluem a assinatura de acordos trabalhistas, de migração, educacionais e de seguridade social com os países que recebem imigrantes colombianos, a promoção da poupança programada para a aquisição de moradia na Colômbia, a possibilidade de que esses imigrantes tenham acesso ao crédito hipotecário do país e se beneficiem com a redução do custo das remessas bancárias.

O Ministério das Relações Exteriores está consciente da necessidade de fortalecer a assistência consular em assuntos jurídicos e sociais, e de informar nossos compatriotas sobre seus direitos e obrigações como migrantes.

Não se pode negar a importância do trabalho desempenhado pelos membros da comunidade colombiana no exterior, especialmente aqueles que se organizaram em associações. Por essa razão se propicia a formação de redes temáticas e geográficas, com iniciativas que permitam abrangê-los no planejamento, desenvolvimento e inclusive no financiamento de programas e projetos sociais ou produtivos para o país.

Da mesma forma procura-se aproveitar o potencial representado por empresários, criadores ou pesquisadores colombianos cujos trabalhos contem com reconhecimento internacional, para que contribuam em favor do desenvolvimento econômico, cultural e científico da nação, tendo em vista a experiência adquirida em outros países.

Embora o governo não possa dar todas as soluções, tem a responsabilidade e o dever de facilitar o encontro dessas soluções, de propiciar seu encaminhamento e, no que compete ao Ministério das Relações Exteriores, de produzir respostas efetivas.

III. Linhas de ação

A política exterior colombiana está organizada, de um lado, de acordo com linhas de ação temáticas, de outro, por áreas geográficas. As linhas de ação temáticas correspondem, em sua maioria, a temas da agenda global tratados principalmente em âmbito multilateral, mas que também fazem parte integral da estratégia de política exterior no âmbito bilateral. As linhas de ação por áreas geográficas versam sobre os temas de uma perspectiva regional.

A. Linhas de ação temáticas

1. Fortalecimento do multilateralismo e sua ação na Colômbia

A política exterior busca promover uma participação ativa nos foros internacionais governamentais e não-governamentais, bem como nos espaços em que são debatidos temas de interesse para o país. Procura-se desta forma a consolidação das relações com os organismos internacionais, suas agências e órgãos, em particular com os que desempenham um papel importante na definição ou implementação de programas na Colômbia.

Considera-se igualmente vital o fortalecimento das instâncias multilaterais com o propósito de contribuir para que os processos de tomada de decisão no contexto internacional sejam mais democráticos e equilibrados. Neste sentido, são adotadas estratégias de participação em foros de entendimento como o Movimento de Países Não-Alinhados e o Grupo dos 77.

A Organização das Nações Unidas

A Colômbia enfatiza e defende o papel preponderante que corresponde à Organização das Nações Unidas na preservação e construção da paz e

segurança internacionais, na promoção do desenvolvimento econômico e social dos povos e no fomento da cooperação internacional.

Seu compromisso continuado com o fortalecimento da Organização é refletido, por exemplo, no apoio às iniciativas destinadas a adequar o seu sistema operativo às novas realidades internacionais. Tornou-se também evidente na sua atuação mais recente como membro não-permanente do Conselho de Segurança, quando teve a oportunidade de promover no Conselho a discussão de temas de interesse para o país, como o tráfico de armas ligeiras e a proteção da população civil no contexto de conflitos armados.

De seu lado, as Nações Unidas mantêm um relacionamento especial com a Colômbia baseado, sobretudo no apoio da Organização e suas agências especializadas aos esforços para recuperar a paz e a governabilidade democrática. Neste sentido, o trabalho conjunto com a Secretaria da Organização, e em especial com o Secretário-Geral, se reveste de caráter prioritário para o país. O Governo da Colômbia tem solicitado, valoriza e apóia os bons ofícios do Secretário-Geral para explorar os caminhos da paz com os grupos armados ilegais, com base na cessação efetiva das hostilidades.

Merece também destaque especial o trabalho dos fundos e agências do Sistema das Nações Unidas, na busca de soluções para a problemática humanitária vivida pelo país. O Ministério das Relações Exteriores trabalha com essas instituições na coordenação e acompanhamento dos programas de cooperação e assistência, em benefício das pessoas afetadas pelas diferentes manifestações de violência, em particular as populações deslocadas.

Por último, a decisão de estender por quatro anos o mandato do Escritório do Alto Comissário dos Direitos Humanos na Colômbia foi tomada dentro do espírito que orienta o governo a promover a política de segurança democrática, no quadro do respeito estrito aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário, e reflete o ânimo de colaboração e aproximação que orienta o relacionamento com o Sistema das Nações Unidas e suas agências.

A OEA e o Sistema Interamericano

A Organização dos Estados Americanos, cenário privilegiado da política exterior colombiana, desempenha hoje um papel principal na manutenção da

ordem democrática e na segurança hemisféricas, assim como na implementação dos acordos feitos no contexto da Cúpula das Américas e na consolidação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Por outro lado, a OEA poderá vir a ter um papel importante na construção da paz em nosso país.

A política exterior da Colômbia apóia o trabalho da Organização, visando ao mesmo tempo:

- o fortalecimento da Unidade para a Promoção da Democracia, orientado no sentido do cumprimento dos propósitos contemplados na Carta Democrática Interamericana;
- o progresso nos trabalhos tendentes a reforçar o sistema de segurança coletiva no hemisfério e o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (Cicte);
- o fortalecimento e a consolidação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos;
- a promoção da Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Relacionados (Cifta);
- a ampliação do papel da Organização no processo de acompanhamento da Cúpula das Américas; e
- o progresso na implementação do mecanismo de avaliação multilateral na luta contra as drogas.

Outros organismos e mecanismos multilaterais regionais

A participação da Colômbia nos organismos e mecanismos de diálogo e integração hemisféricos e regionais é fundamental para a gestão da política exterior, e responde ao mandato constitucional que compromete o país com o processo de integração regional.

A Chancelaria colombiana continuará privilegiando cenários e foros regionais, tais como a Comunidade Andina, o Grupo do Rio, o Grupo dos Três, o Tratado de Cooperação Amazônica, a Associação dos Estados do Caribe, o Caricom, a Cúpula Ibero-americana e a Cúpula das Américas, tendo em vista promover estratégias conjuntas nas respectivas áreas, destinadas a promover o desenvolvimento econômico e social, a democracia e a

governabilidade. Nesses cenários procurar-se-á igualmente avançar na luta contra as drogas ilícitas, o tráfico de armas, munições e explosivos, a lavagem de dinheiro, o terrorismo, a corrupção e o crime organizado.

2. Defesa e promoção dos direitos humanos e do direito internacional humanitário

A violência derivada das drogas e a ameaça crescente representada pelo terrorismo recaem principalmente sobre a população civil, e por esta razão o governo se comprometeu com uma política de promoção e proteção dos direitos humanos e de defesa do direito internacional humanitário, a qual precisa ter o apoio da comunidade internacional para aumentar a sua efetividade.

Para prevenir as violações e combater a impunidade é preciso desenvolver ações tais como a prevenção do deslocamento forçado; a implementação de medidas de apoio ao direito internacional humanitário; o fortalecimento da administração da Justiça, especialmente nos casos relacionados com os direitos humanos, e – não menos importante – o fortalecimento e modernização das instituições interessadas.

No quadro da Comissão Inter-setorial de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, o Estado mantém uma interlocução permanente com os organismos internacionais, o que contribui para a implementação dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos, no contexto do Sistema Interamericano e do Sistema das Nações Unidas.

A participação em foros multilaterais especializados é outro caminho que a Chancelaria colombiana está explorando, na sua busca ativa de apoio e cooperação dos que possam contribuir para solucionar a situação humanitária. Por outro lado, pretende-se coordenar os doadores e as agências internacionais que colaboram nessa busca.

O deslocamento interno é um dos fenômenos sociais que mais preocupam o governo e a comunidade internacional, de forma que, além de gestionar recursos e de coordenar atividades com países e organizações que concedem assistência humanitária, assim como com a sociedade civil, de modo geral, procura-se consolidar estatísticas confiáveis que facilitem o planejamento de soluções apropriadas às populações afetadas.

3. Eqüidade social e desenvolvimento humano

A crise econômica e a problemática derivada da violência e do tráfico de drogas ilícitas na Colômbia têm gerado uma forte deterioração dos indicadores sociais e de desenvolvimento humano, especialmente em certas regiões e em determinados grupos da população. Tendo em vista este panorama, o governo precisou enfrentar três grandes desafios: aumentar a eficiência dos gastos sociais, levar esses recursos aos mais necessitados e consolidar um sistema de proteção e assistência social para aliviar as conseqüências da crise econômica e do ajuste fiscal.

O Ministério das Relações Exteriores tem um compromisso com a construção da eqüidade social e do desenvolvimento humano – objetivo explícito do Plano de Desenvolvimento – de forma que uma das metas da política exterior é promover internacionalmente essa agenda. Para esse fim há uma participação ativa nos foros internacionais que se interessam por temas como o desenvolvimento social; a eliminação da discriminação contra a mulher e seu papel na manutenção da paz e da segurança; os direitos dos meninos, meninas e adolescentes; a aids; o envelhecimento; os direitos dos imigrantes e a proteção das comunidades indígenas e de outras minorias.

É parte integrante da gestão da política exterior coordenar a posição da Colômbia nessas reuniões, com entidades governamentais e organizações da sociedade civil; o acompanhamento dos compromissos assumidos pelo país no quadro das assembléias especiais e das conferências mundiais realizadas sobre esses temas – entre as quais se destaca a Cúpula do Milênio das Nações Unidas – e o desenvolvimento de atividades que divulguem no país os acordos alcançados e promovam o seu cumprimento.

4. A luta contra o problema mundial das drogas e o terrorismo

Assim como em outras latitudes o comércio ilegal de diamantes, madeiras e outros recursos naturais nutre conflitos armados, na Colômbia o negócio das drogas ilícitas e os delitos relacionados com esse negócio lesionam a governabilidade democrática, à medida que contribuem para a degradação da situação política, a deterioração da economia, o enfraquecimento das instituições e a destruição do tecido social. São essas as causas da violência e uma das

principais fontes do seu financiamento; juntamente com a captura de excedentes na indústria do petróleo e derivados, elas alimentam o terrorismo que atinge a população civil e o conjunto da sociedade.

O Ministério das Relações Exteriores solicita enfaticamente o apoio internacional às políticas governamentais destinadas a erradicar as drogas e vencer o terrorismo, mediante projetos de cooperação e assistência técnica nas áreas militar e policial, assim como por meio de acordos internacionais que fortaleçam as atividades de assistência judicial e a promoção de projetos de desenvolvimento alternativo.

O Ministério das Relações Exteriores promove também a implementação dos convênios internacionais existentes sobre o terrorismo, assim como a aprovação daqueles de que a Colômbia ainda não é parte, além da negociação de novos instrumentos, tanto no Hemisfério como na área andina.

Por outro lado, o Ministério promove a iniciativa da comunidade internacional para a redução da demanda de drogas e o controle do comércio de precursores químicos e a lavagem de dinheiro. Trata ainda da adoção de medidas que ajudem a combater o seqüestro e a extorsão, fontes de financiamento de grupos terroristas.

A política externa colombiana está particularmente comprometida com o tema do controle do tráfico de armas ligeiras, de cuja discussão a Colômbia tem participado, tanto na Assembléia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas como na Organização dos Estados Americanos. Cabe destacar, igualmente, o compromisso do país com a implementação dos acordos internacionais relativos à proibição das minas antipessoais.

5. A proteção e preservação do meio ambiente

A Colômbia é, em todo o mundo, um dos cinco países dotados de maior biodiversidade, o que fortalece as posições assumidas pelo país em diferentes espaços de negociação, e implica também uma responsabilidade internacional.

A política exterior colombiana reivindica, no âmbito internacional, o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada, em virtude do qual os países desenvolvidos devem assumir a liderança no tratamento de problemas tão graves quanto o da mudança climática e seus efeitos adversos, prestando

assistência financeira nesse campo aos países em desenvolvimento. Da mesma forma, nosso país tem defendido a abordagem cuidadosa estabelecida no princípio 15 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, como eixo principal dos acordos multilaterais sobre o ambiente.

A estratégia internacional da Colômbia neste campo inclui sua participação nas negociações internacionais de caráter bilateral e multilateral, especialmente as realizadas no quadro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, como o Convênio de Diversidade Biológica, o Foro das Nações Unidas para as Florestas, a Organização Internacional de Madeiras Tropicais e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática e o Protocolo de Kyoto – inclusive o acompanhamento da aplicação desses acordos.

Além das iniciativas derivadas da agenda ambiental colombiana, a política exterior do país busca apoiar programas de cooperação que complementem a estratégia nacional baseada nos três pilares do desenvolvimento sustentável: o social, o econômico e o ambiental. A inter-relação entre meio ambiente e desenvolvimento ocupou um lugar principal nas conclusões da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, assim como nas decisões das convenções ambientais das Nações Unidas.

6. Cooperação internacional

Com a sua rede de representações diplomáticas, o Ministério das Relações Exteriores funciona como o eixo central do esforço destinado a materializar o compromisso da comunidade internacional com a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento, com base na idéia de que a cooperação internacional não pode mais ser concebida do ponto de vista tradicional da ajuda ao desenvolvimento, mas sim como um instrumento integral.

Desta perspectiva, procurou-se, de um lado, uma aproximação política bilateral com diferentes países e, de outro, realizar uma Mesa de Coordenação e Cooperação Internacional, proposta como um espaço de negociação aberta, bilateral e multilateral, que canalize a assistência oficial ao desenvolvimento, concedida pela comunidade internacional e pelo setor privado nacional e internacional, para seis áreas prioritárias:

- governabilidade democrática;

- atenção às pessoas deslocadas e programas de assistência humanitária;
- desmobilização e reinserção social de membros dos grupos armados;
- programas regionais de desenvolvimento e paz;
- desenvolvimento produtivo;
- preservação e proteção das florestas.

A cooperação internacional pode e deve ser um instrumento para fortalecer as relações da Colômbia com outros países do Terceiro Mundo, razão pela qual se deu importância especial à cooperação horizontal, que pretende aproveitar nossa experiência para encontrar a solução de problemas comuns no mundo em desenvolvimento e para fortalecer a capacidade técnica das instituições nacionais.

7. Relações com a sociedade civil

A política exterior colombiana reconhece a importância crescente dos atores não- estatais no contexto internacional, e valoriza a independência e o sentido crítico que desenvolvem na sua tarefa de analisar, fazer sugestões e acompanhar a agenda internacional. Para isso, o Ministério das Relações Exteriores procura consolidar com as organizações não-governamentais e com outras entidades da sociedade civil (como os partidos políticos, as fundações e os centros de reflexão) um relacionamento baseado na transparência e no respeito mútuo. Relacionamento que favoreça o debate aberto sobre a gestão internacional e os temas da agenda mundial que tenham valor estratégico para o país.

B. Linhas de ação por áreas geográficas

1. América Latina e Caribe

A América Latina e o Caribe são o entorno geográfico e cultural da Colômbia e as relações com os países desta região constituem uma prioridade natural da política exterior colombiana.

A consolidação dessas relações tem dois objetivos: de um lado, o reforço dos vínculos bilaterais, o fortalecimento do diálogo político sobre temas de interesse comum e a promoção do intercâmbio comercial; a integração

econômica, o fluxo de investimentos e a cooperação internacional; de outro, a defesa dos interesses nacionais, começando pela nossa soberania.

Com os países vizinhos busca-se promover programas de segurança fronteiriça e de desenvolvimento integral das zonas de fronteira, bem como avançar no tratamento dos diferentes temas da agenda binacional, próprios das comissões de vizinhança – mecanismo que continua a mostrar sua utilidade como espaço para o diálogo e a integração. Além dessas comissões, contamos com as comissões bilaterais, que são o meio apropriado para estreitar os vínculos com aqueles países a que nos unem laços de irmandade e coincidências regionais e temáticas que é preciso preservar e fortalecer, e com comissões mistas de cooperação, que oferecem outro espaço de trabalho para consolidar as relações com os países da região.

A política exterior colombiana pretende dinamizar a projeção do país no grande Caribe, e exercer uma liderança nos foros de integração e harmonização da área, especialmente na Associação de Estados do Caribe e no Grupo dos Três.

2. Integração e harmonização regional

Na Colômbia a integração com a América Latina e o Caribe é um mandato constitucional, em cumprimento do qual o Ministério das Relações Exteriores atua simultaneamente em diferentes cenários de integração, com objetivos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Na Comunidade Andina, visa-se uma integração multidimensional que fortaleça o mercado comunitário e facilite a negociação de acordos com outros países e grupos regionais.

Por meio da política exterior comum procura-se revitalizar a agenda andina, com os seguintes objetivos principais:

- consolidação da democracia;
- fortalecimento da paz e da segurança;
- luta contra as drogas, o terrorismo e a corrupção;
- erradicação da pobreza;
- desenvolvimento sustentável e integração econômica.

Avança-se, igualmente, na consolidação de uma política comum andina de segurança, com o objetivo de chegar a compromissos e de realizar ações conjuntas que permitam enfrentar eficazmente problemas como a delinquência e o crime organizado, as drogas ilícitas e o terrorismo.

A política exterior colombiana pretende aprofundar os processos de integração em curso – como o Grupo dos Três – manter os processos existentes com outros países (Chile, por exemplo) e estreitar as relações econômicas, comerciais e políticas com regiões fundamentais para o país – como a América Central, o Cone Sul e o Caricom.

Os esforços desenvolvidos no contexto do Grupo do Rio continuam sendo vitais para a harmonização latino-americana, que se mantém vigente na agenda da política exterior colombiana. Esse foro representa para a Colômbia não só um espaço de reflexão, consulta e construção de posições regionais comuns em torno dos grandes temas internacionais, mas também um mecanismo que favorece e reforça a capacidade de interlocução com outros países e grupos de países: Canadá, China, Rússia, Japão, União Européia, Comunidade de Estados Independentes e Asean, entre outros.

As cúpulas ibero-americanas e as cúpulas birregionais são foros adicionais para a celebração de acordos de integração e cooperação, assim como para o fortalecimento do diálogo político.

Finalmente, a participação ativa da Colômbia no desenvolvimento do Tratado de Cooperação Amazônica busca pôr em marcha programas destinados ao manejo e desenvolvimento da Amazônia colombiana, o aproveitamento da biodiversidade e a ampliação e melhoria da infra-estrutura.

3. Estados Unidos e Canadá

A Colômbia tem mantido um relacionamento estratégico com os Estados Unidos, o qual se tem aprofundado e ampliado nas últimas décadas, devido à luta comum contra as drogas ilícitas e os delitos a elas relacionados; mais recentemente, essa relação se reforçou à sombra da cooperação entre os dois países na luta contra o terrorismo. O governo se propôs a fortalecer esses canais de interlocução, a ampliar e consolidar a cooperação existente.

Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial da Colômbia, e uma das fontes mais importantes de investimento. Além disso, o apoio proporcionado pelo governo de Washington, por intermédio dos organismos multilaterais de crédito, é um fator importante na busca da estabilidade macroeconômica, no financiamento e expansão da economia colombiana.

A política exterior da Colômbia procura fortalecer a cooperação econômica com os Estados Unidos, ampliar e diversificar as relações comerciais, promover o aproveitamento das vantagens da Lei de Preferências Aduaneiras Andinas e de Erradicação de Drogas (Atpdea), promovendo novos investimentos, acordos de cooperação e assistência técnica e financeira

Com esse objetivo avançou-se na negociação de um acordo de livre comércio bilateral, simultaneamente com o processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Por outro lado, continua-se a insistir no trabalho de promoção da adoção do *status* de proteção temporária para os colombianos que residem nos Estados Unidos.

O fortalecimento dos vínculos com o Canadá é também um objetivo prioritário da política exterior: a Colômbia vem construindo com a nação canadense uma relação de proximidade baseada nos interesses comuns dos dois países, dentre os quais se pode destacar o fortalecimento do multilateralismo como caminho para uma ordem internacional justa e solidária, e a necessidade de promover a agenda hemisférica no quadro da Cúpula das Américas.

O Ministério das Relações Exteriores quer desenvolver na agenda comum com o Canadá temas como o aprofundamento do diálogo político, a assinatura de um tratado bilateral de comércio e a elaboração de projetos de cooperação em direitos humanos e direito internacional humanitário, em benefício das populações afetadas pela violência. Busca-se também promover a preservação da diversidade cultural e a agenda do relacionamento bilateral.

4. Europa

A União Européia é uma aliada estratégica da Colômbia no plano bilateral, no contexto da Comunidade Andina e no quadro da Cúpula Birregional União Européia – América Latina e Caribe.

Com relação à política externa colombiana, a Europa está dirigida para o enriquecimento do diálogo político e o aprofundamento das relações econômicas e comerciais, procurando preservar, na medida do possível, as preferências andinas. Por outro lado, há um esforço para atrair investimentos europeus e promover a adoção de uma política de imigração mais flexível para os colombianos.

Na perspectiva da Comunidade Andina tem sido formado um relacionamento sólido com a União Européia, que se fortalecerá com a assinatura do Acordo de Diálogo Político e Cooperação. Esse acordo permitirá aprofundar temas de interesse recíproco, em especial aqueles relacionados com a defesa e com o fortalecimento das instituições e princípios democráticos, a governabilidade, a justiça social, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a luta contra a pobreza, a prevenção e solução de conflitos e a integração das duas regiões. Não menos importantes são a melhoria do acesso comercial ao mercado europeu e o combate ao terrorismo e à corrupção, o problema mundial das drogas e o crime transnacional organizado.

Igualmente, procura-se concretizar o apoio europeu aos programas prioritários do governo colombiano, como os relacionados com o desenvolvimento alternativo e o microcrédito. Ao mesmo tempo, tem-se querido fortalecer a cooperação em matéria de direitos humanos e a solidariedade dos países da União Européia no tema humanitário, em particular no que se refere ao fenômeno do deslocamento das populações mais afetadas pela violência.

5. Ásia e a região do Pacífico

Com relação à Ásia e à região do Pacífico, a política exterior colombiana procura ampliar os espaços de cooperação política, promover os interesses econômicos e comerciais da Colômbia nessa região do mundo, atrair fontes de investimento e promover novos projetos de assistência, em especial nos campos científico e tecnológico.

A ação do Ministério das Relações Exteriores pretende lograr uma inserção efetiva da Colômbia na bacia do Pacífico, maximizando o trabalho das embaixadas regionais e insistindo no empenho em promover a participação colombiana nos organismos de cooperação do Pacífico: o Conselho de

Cooperação Econômica do Pacífico (PECC), o Conselho Econômico da Bacia do Pacífico (PBEC), o Foro de Cooperação da América Latina e da Ásia do Leste (FOCALAE). Outro objetivo é concretizar o ingresso da Colômbia no Foro de Cooperação da Ásia e do Pacífico (APEC).

6. África e Oriente Médio

Entre outros objetivos, a Colômbia compartilha com muitos países dessa região o de construir um sistema internacional mais justo e equilibrado. Estamos unidos a eles não só pelos laços de solidariedade mas pelas preocupações próprias dos países que padecem de conflitos internos, com a problemática humanitária deles derivada, além da reflexão em torno dos dilemas sociais próprios de todos os países em desenvolvimento.

A política exterior colombiana promove de forma ativa o fortalecimento das relações políticas, econômicas e de cooperação com a África e o Oriente Médio, tanto no âmbito bilateral como através de foros e organismos internacionais.

IV. Fortalecimento institucional do Ministério das Relações Exteriores

O desenvolvimento da política exterior requer uma gestão mais efetiva do Ministério das Relações Exteriores, produto da profissionalização e modernização do serviço exterior e da implementação de mecanismos de coordenação, monitoramento e prestação de contas do trabalho diplomático. Esse processo pôde avançar, tendo como objetivo prioritário apoiar a gestão econômica, comercial e financeira do governo, e dando ênfase ao desenvolvimento da capacitação nas áreas de negociação internacional e na formação de canais eficientes de comunicação entre as missões no exterior e a sede da Chancelaria, em Bogotá.

Assim, para fazer com que a gestão das embaixadas e postos diplomáticos no exterior seja eficaz e consistente com as políticas governamentais, sistematizou-se a remessa a esses postos de informação sobre os temas estratégicos do governo, para unificar o discurso das repartições governamentais, assim como o envio, pelas embaixadas, de informação analítica sobre a percepção do país no exterior e outros temas de interesse para o

planejamento da política externa. Por outro lado, estão sendo avaliados os resultados de cada posto com base no plano de ação anual por eles elaborado.

Paralelamente, o Ministério das Relações Exteriores está reforçando a coordenação inter-setorial nos temas da agenda internacional, e fortalecendo o seu papel como entidade executora da política.

Por outro lado, espera-se consolidar a Academia Diplomática colombiana como órgão de formação e capacitação para o serviço exterior, assim como um centro de reflexão que contribua para fazer diagnósticos e formular estratégias.

E ainda, dando seguimento às políticas de austeridade, procurou-se racionalizar as despesas governamentais, impondo a eficiência, economia e celeridade com base nos critérios de proporcionalidade e de prioridade do interesse nacional. Nesse sentido, alguns consulados e embaixadas foram fechados, progredindo-se na implementação do conceito de embaixada cumulativa, para atender às exigências da política exterior em certas regiões, como o Caribe.

Mecanismos de apoio, divulgação e acompanhamento da política exterior

A coordenação, divulgação e acompanhamento efetivo das metas propostas são necessários para garantir o cumprimento dessas metas e o estabelecimento das prioridades da política exterior. Tendo isso em mente, estão sendo desenvolvidas as seguintes ações:

1. *Estratégia de divulgação.* A divulgação e o acompanhamento da gestão internacional se fazem com base em uma diplomacia pública que difunda na Colômbia e no exterior as políticas de governo e os diversos aspectos da complexa realidade nacional através de seminários, colóquios acadêmicos e outras atividades que favoreçam o necessário intercâmbio entre governo e sociedade civil, mantendo a opinião pública informada sobre o desenvolvimento da política externa colombiana.

Nas embaixadas, consulados e missões colombianas no exterior, enfatizou-se a importância das comunicações. O programa radiofônico “Colômbia no Mundo” está sendo transmitido e melhorou a cobertura pela imprensa das atividades da Chancelaria, mediante a emissão de boletins de imprensa, boletins culturais e comunicados. Por outro lado, são celebradas periodicamente reuniões

de trabalho com os meios de comunicação, com o propósito de facilitar a cobertura objetiva e a divulgação veraz e oportuna dos temas relacionados com a política exterior do país. Finalmente, a página do Ministério das Relações Exteriores na Internet, <http://www.minrelext.gov.co/Noticias> é atualizada diariamente com notícias sobre a gestão internacional da diplomacia colombiana.

2. *Apoio a empresários e investidores.* O Ministério das Relações Exteriores está comprometido com o apoio a empresários e investidores colombianos que buscam abrir mercados no exterior ou consolidar relações comerciais ou de investimento já existentes. Para isso está trabalhando de forma coordenada com o Ministério do Comércio, *Proexport* e *Coinvertir*, no desenvolvimento de mecanismos que otimizem o trabalho realizado neste campo e sirvam de apoio e complemento ao trabalho desenvolvido pelas embaixadas e consulados.

3. *Interação com embaixadas e missões diplomáticas acreditadas na Colômbia.* Para a administração adequada da política exterior é necessário manter um contato permanente com o corpo diplomático residente no país, razão pela qual o Ministério das Relações Exteriores fornece constantemente às embaixadas e aos consulados acreditados junto ao governo colombiano informações sobre temas estratégicos do governo nacional, realizando periodicamente reuniões de trabalho que favoreçam a análise e a compreensão da realidade nacional.

4. *Gestão cultural.* Conscientes de que a política cultural praticada no exterior é indispensável para melhorar a percepção do país no contexto internacional, quisemos não só facilitar a participação na vida cultural do país de artistas e intelectuais colombianos residentes no exterior, como também melhorar a projeção da cultura colombiana fora do país – particularmente no que possa contribuir para promover a imagem da Colômbia – e promover sua participação em projetos culturais e educativos de impacto regional e global. Tem-se enfatizado igualmente a busca de novos recursos para por em prática a política cultural do governo, enriquecendo e divulgando a nossa grande diversidade cultural.

5. *Interlocução com a sociedade civil e a comunidade acadêmica.* O gerenciamento participativo da política exterior exige um intercâmbio permanente e frutífero sobre a gestão internacional com a comunidade acadêmica e a sociedade civil, e para isso estão sendo ampliados os espaços de discussão e análise mediante seminários, colóquios e publicações. A Academia Diplomática será parte fundamental desse esforço. ■■■

Tradução: Luiz Augusto Souto Maior

A Política Externa do Equador

*Patricio Zuquilanda-Duque **

O

que se deve entender por política externa ou política internacional de um Estado?

Segundo Arturo Lecaro, Política Internacional “é o conjunto de princípios, de normas de ação, executado por um Estado mediante sua diplomacia, para a consecução dos objetivos fundamentais permanentes, dentro do contexto de suas relações com outros países e organizações internacionais”.

Miguel A. Vasco, no seu *Diccionario de Derecho Internacional Público* afirma que Política Externa é aquela “que o Estado desenvolve para atingir, no plano internacional, seus objetivos políticos fundamentais”, cuja determinação corresponde ao Chefe de Estado, em estreita associação com o Ministro das Relações Exteriores e organismos afins; e a sua execução, aos agentes diplomáticos credenciados junto aos governos com os quais são mantidas relações, mediante negociação diplomática”.

Jorge W. Villacrés, em sua obra *La Política Económica Internacional de los Estados Hispanoamericanos*, expressa que “desde a sua criação o Equador (...) tem contribuído com esforços para robustecer as bases fundamentais de todo movimento que, inspirados nos supremos ideais de solidariedade e cooperação

* Ministro das Relações Exteriores da República do Equador

continental, tenderam a estreitar os vínculos culturais, jurídicos, comerciais e, eventualmente, políticos entre as Repúblicas Americanas.”

Podemos dizer, então, que os elementos distintivos do conceito de política externa são: primeiramente, princípios ou normas básicas que regulam e orientam o comportamento do Estado nessa matéria; outro elemento substantivo são os objetivos e os propósitos fundamentais que o próprio Estado se propõe a atingir em uma determinada etapa histórica e que, por isso mesmo, podem ser permanentes ou conjunturais. Um terceiro componente refere-se aos destinatários ou sujeitos da ação internacional, isto é, os outros países e, em geral, os organismos internacionais. E, finalmente, um instrumento ou meio para implementar essas políticas ou objetivos, considerando esses princípios diretores e o contexto em que essa ação é desenvolvida, que vem a ser, justamente, o Serviço Exterior.

Campo de ação: princípios e normas fundamentais. Objetivos da política externa. O contexto internacional

O quadro jurídico e as bases da política externa do Equador constam dos princípios da Constituição Política do Estado, os quais, do ponto de vista estritamente programático e conceitual, podem ser divididos em duas categorias.

De um lado, estão os princípios tradicionais que emanam do direito interamericano e das Nações Unidas, com os quais se proclamam a paz, a cooperação como sistema de convivência e igualdade jurídica dos Estados, a condenação do uso ou ameaça da força como meio de solução de conflitos, e a predação bélica como fonte de direito. Ao mesmo tempo, há aqueles princípios segundo os quais se preconiza que é o direito internacional que rege a conduta dos Estados em suas relações recíprocas, e que promovem a solução de controvérsias de forma jurídica e pacificamente, propiciando o desenvolvimento da comunidade internacional, a estabilidade e o fortalecimento de seus Organismos; repudiando toda forma de colonialismo, de neocolonialismo, de discriminação ou segregação; reconhecendo o direito dos povos à autodeterminação e à libertação de sistemas opressivos.

De outro lado, estão os princípios e normas de ação concebidos e desenvolvidos, particularmente nas últimas três décadas, os quais têm relação com os problemas que o país precisa enfrentar devido à sua realidade social,

econômica, política e de segurança, quais sejam: o desenvolvimento sustentável, a justiça social, a luta contra a corrupção, os direitos econômicos dos povos, os Direitos Humanos e a integração econômica, especialmente a andina e a latino-americana, como postulados fundamentais e elementos-chave da ação internacional do Estado equatoriano, cujo traçado e definição, por determinação da carta magna, compete ao Presidente da República.

Sem se afastar desses luminosos conceitos que, ao longo da história republicana, o Equador tem enaltecido e colocado na vanguarda de sua ação internacional, uma vez superado, principalmente, o antigo litígio territorial com o Peru, o país considera que, no momento atual, tais princípios são, em boa medida, os elementos condicionantes e indutores da sua política externa.

Nesse sentido, observamos que desde a sua criação, em 1830, o Equador é um país democrático e republicano, que sempre privilegiou os valores da democracia, e que a busca de sua consolidação e aperfeiçoamento tem sido uma constante na vida do país.

Se um fator em particular caracteriza a história nacional, tem sido o progressivo aperfeiçoamento das instituições democráticas e a permanente busca de um consenso nacional em torno dos valores centrais que lhe conferem vigência e validade: o respeito às liberdades fundamentais, a necessidade de consolidar o estado de direito e a busca de uma maior participação social dentro desse quadro democrático.

Como todo país em desenvolvimento, o Equador viveu momentos críticos na sua história. Contudo, mesmo antes da consolidação das sucessões presidenciais democráticas, a partir de 1979, o respeito às liberdades fundamentais e aos direitos humanos teve alto índice de consistência. Existe no Equador uma tradição de respeito aos direitos humanos e muito poucos conflitos sociais – deveras muito poucos, em comparação com outros países do continente.

O Equador teve de enfrentar dois desafios consideráveis em sua história, com significativas implicações na condução de sua política externa: o país praticamente nasceu com uma disputa territorial com um dos seus vizinhos que, ao longo do século XIX e grande parte do século XX, representou um desafio constante à sua segurança e exigiu vultosos recursos de um reduzido erário fiscal.

O país tem diante de si aproximadamente os mesmos obstáculos econômicos e sociais da maioria das nações latino-americanas: uma excessiva

concentração da propriedade e da renda, pouca permeabilidade social, falta de conexão com as redes do comércio mundial, baixo índice de acumulação de capital e industrialização, problemas de acesso à tecnologia, escasso investimento estrangeiro e crônico endividamento externo, entre outros.

Os referidos obstáculos tiveram dimensão histórica, em toda a extensão da palavra. Grande parte das dificuldades surgidas da vida nacional são explicadas pela luta para superar tais obstáculos. Nesse percurso houve avanços fundamentais, mas resta ainda muita estrada a percorrer.

O Equador está consciente de que os obstáculos internos resultam, em boa parte, de fatores endógenos, que a sociedade equatoriana reconhece e aos quais o Estado tenta responder. Mas existem também sérias dificuldades decorrentes de situações internacionais, alheias ao controle do país, como as referentes aos problemas de segurança, à estrutura da economia e ao comércio internacional.

Eis o principal desafio da política exterior equatoriana: contribuir para resolver os fatores externos que afetam as oportunidades de desenvolvimento interno, social e econômico do país.

A atenção aos desafios internacionais do Equador requer uma política exterior que espelhe os princípios internos do país e atenda às suas necessidades externas.

Direitos humanos

Em matéria de direitos humanos, a política exterior do Equador tem refletido o compromisso do Estado com a promoção e a proteção das garantias fundamentais da pessoa e dos direitos coletivos de grupos vulneráveis dentro do país e com o fortalecimento do direito internacional, dos direitos humanos e suas instituições em escala universal.

A proteção dos direitos humanos em nosso país apóia-se na própria Constituição da República, cujo artigo 3.2 dispõe que é um dever primordial do Estado “assegurar a vigência dos direitos humanos, as liberdades fundamentais das mulheres e dos homens e a segurança social”. Este princípio básico é complementado com o artigo 16 da Carta Magna, que estipula que “o mais alto dever do Estado consiste em respeitar e fazer respeitar os direitos humanos que esta Constituição garante”.

O Equador subscreveu a Declaração Universal de 1948 e é Parte dos sete principais convênios internacionais de direitos humanos das Nações Unidas. No final do ano 2000, o Equador tornou-se o primeiro país da América Latina a assinar todos os tratados internacionais que têm sido adotados dentro da ONU e no âmbito da Organização dos Estados Americanos sobre os direitos humanos. Esses instrumentos têm força de lei dentro do país e podem ser invocados nas cortes nacionais. O artigo 18 da Carta Magna assinala que “os direitos e garantias determinados nesta Constituição e nos instrumentos internacionais em vigor serão direta e imediatamente aplicáveis diante ou por qualquer juiz, tribunal ou autoridade”.

Na década de 80, o ex-Presidente equatoriano Jaime Roldós Aguilera propôs um princípio que é a doutrina de aceitação universal: a supervisão internacional relativamente à proteção dos direitos humanos em cada país não se opõe ao princípio da “não-intervenção” nos assuntos internos dos Estados. Fiel a esse princípio, o Equador comunicou oficialmente sua adesão aos órgãos de vigilância dos tratados de direitos humanos, estendeu um convite aberto e permanente aos mecanismos especializados da Comissão de Direitos Humanos da ONU e sempre cumpriu e cumpre com suas obrigações junto à Comissão e à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Além da adesão equatoriana ao direito internacional que rege os direitos humanos, a política externa do Equador promove a ativa participação do país nos foros internacionais e nos organismos especializados naqueles direitos. O Equador foi membro da Comissão de Direitos Humanos em repetidas oportunidades, e peritos equatorianos, como os embaixadores Luis Valencia Rodríguez, Julio Prado Vallejo, Jaime Marchán Romero e o doutor Hernán Salgado, fizeram parte de organismos internacionais e interamericanos especializados. Entre os equatorianos que tiveram vínculos com as instituições internacionais de promoção dos direitos humanos, cabe destacar, de maneira particular, o ex-Chanceler José Ayala Lasso, que foi, em 1994, o primeiro Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Assim a política externa do Equador gerou avanços positivos dentro do seu próprio território em matéria de direitos humanos. A ação internacional do país fez com que o Estado equatoriano promovesse, como corolário dessa ação internacional, o progresso da legislação e das instituições internas voltadas para a proteção desses direitos. Ponto culminante desse processo foi a adoção do Plano Nacional de Direitos Humanos como política de Estado, em junho de 1998.

Para a aplicação de uma recomendação da Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena (1993), e após amplo processo de consulta e debate promovidos pela Chancelaria, do qual participaram instituições governamentais e da sociedade civil, o Presidente da República adotou o mencionado Plano Nacional, mediante *decreto ejecutivo*. Atualmente, o Plano Nacional está no seu quinto ano de vida e proporciona apoio a uma crescente atividade em tomo de programas e projetos que atendem a distintas facetas dos direitos humanos.

No âmbito sub-regional, o Equador procurou também contribuir para a extensão e o enriquecimento do direito internacional. A Carta Andina para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos foi assinada pelos cinco presidentes dos países andinos na cidade de Guayaquil, em 26 de julho de 2002, por ocasião da II Reunião de Presidentes Sul-Americanos. A Carta Andina foi preparada e impulsionada por iniciativa do Governo e da Chancelaria do Equador, havendo-se tornado uma realidade como fruto da coordenação dos Governos e Chancelarias andinas, por meio de um processo do qual participaram representantes da sociedade civil e organizações defensoras dos direitos humanos dos cinco países andinos.

Com a adoção da Carta Andina de Direitos Humanos foi incorporado à política comum da Comunidade Andina um instrumento inovador, que abrange, inclusive, os chamados direitos humanos de última geração. A Carta Andina foi concebida a partir da perspectiva específica da realidade andina, constituindo uma contribuição original ao desenvolvimento do direito internacional com vigência sobre os direitos humanos. Em matéria de direitos humanos, a Carta estabelece prioridades para a Comunidade Andina, como os direitos dos povos indígenas e das comunidades de afrodescendentes, os direitos econômicos, sociais e culturais, e o direito ao desenvolvimento.

Ênfase especial é dada à proteção dos direitos humanos dos grupos vulneráveis que necessitam de garantias sociais e jurídicas especiais: crianças, mulheres, migrantes, deficientes físicos, idosos, pessoas marginalizadas, refugiados, minorias sexuais, pessoas privadas da liberdade, etc.

Mesmo nos casos que transcendem o campo restrito dos direitos humanos, é importante lembrar, devido às suas repercussões na matéria, que o Equador ratificou, em 2002, o Tratado de Roma sobre o Estatuto da Corte Penal Internacional, de julho de 1998.

O Equador considera que a vigência do Estatuto de Roma, da Corte Penal Internacional, constitui um dos maiores avanços da comunidade internacional logo após a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um dos objetivos fundamentais da política exterior equatoriana no âmbito multilateral consiste em propiciar maior cooperação internacional com a Corte Penal, apoiando, assim, a materialização do princípio da jurisdição universal, consagrada no Estatuto de Roma.

Segurança nacional e política exterior

Circunstâncias históricas determinaram que, uma vez resolvido o centenário conflito com o Peru, após a assinatura dos Acordos de Brasília de 1998, o Equador deveria enfrentar, quase imediatamente, uma ameaça inédita derivada do agravamento do conflito interno da Colômbia.

Esse conflito constitui, dessa maneira, um fator significativo que afeta a segurança do país, entendida em sua noção abrangente: segurança militar, policial, econômica e social.

Por volta do final da década de noventa, o sudeste da Colômbia tornara-se uma zona de conflito civil, com uma crescente população camponesa deslocada pela guerra e pela fumigação de milhares de hectares de plantações ilícitas. O denominado Plano Colômbia tentava anular dois fatores de instabilidade no país vizinho: a insurgência guerrilheira e a violência paramilitar, e o cultivo e tráfico de drogas. Independentemente de seus resultados na Colômbia, que não cabe ao Equador julgar, nosso país precisou enfrentar desafios muito concretos dentro de suas fronteiras, decorrentes do Plano mencionado:

- aumento do fluxo de pessoas e famílias que são acolhidas pelo estatuto de refugiados (mais de 14 mil pessoas até o momento);
- aumento do fluxo de cidadãos colombianos que migraram irregularmente para o Equador (estima-se que aproximadamente 100 mil pessoas não possuam documentação em ordem; além disso, aproximadamente 150 mil colombianos residem legalmente no país);
- esse crescimento, especialmente nas províncias equatorianas fronteiriças com a Colômbia, representa significativos desafios em matéria de segurança e prestação de serviços públicos para o Estado equatoriano

(que já tem graves dificuldades orçamentárias para atender às necessidades de sua própria população);

- as atividades militares e os conflitos verificados na Colômbia exigiram o reforço da presença militar equatoriana na fronteira.

Embora o conflito colombiano se desenvolva em território de outro país, sobre o qual o Equador, naturalmente, não tem controle algum, e menos ainda jurisdição, e, embora não possa intervir nessa crise interna, de acordo com o direito internacional público, o Equador teve de tomar providências em seu território, com o objetivo de prever qualquer ameaça à sua segurança.

Assim, o Equador deslocou mais de sete mil efetivos militares e mil e duzentos policiais até as províncias limítrofes com a Colômbia. Esse esforço militar implica a mobilização de importante parte dos efetivos do exército e da polícia nacional, cujo custo de mobilização e operação é considerável. Além disso, tal concentração de forças policiais reduz a presença de efetivos em outros pontos do país, fazendo com que a segurança civil fique vulnerável no território nacional em geral.

O peso para o erário público, os problemas de segurança, a demanda de serviços públicos e, em geral, os esforços do Estado equatoriano são significativos como resultado dos efeitos indiretos da crise colombiana.

A política externa equatoriana diante do conflito da Colômbia tem reflexos no país inteiro, embora se trate de um problema interno de outra nação. Fiel aos princípios do direito internacional, o Equador não pode intervir em qualquer conflito interno além das suas fronteiras.

Aliás, a não-ingerência nos assuntos internos da Colômbia não impede que o Equador colabore nos esforços internacionais de combate ao tráfico de drogas, com vínculos nesse país. O narcotráfico é uma atividade à margem da lei e, visto que redes de narcotraficantes operam em escala internacional, o Equador colabora decididamente na luta policial e judicial contra esse flagelo. As convenções internacionais e os acordos de colaboração policial e judicial, juntamente com outros países, exigem a participação equatoriana nesse esforço.

O Equador deseja que o conflito colombiano seja resolvido pela lei colombiana e respalda todos os esforços internacionais envidados para apoiar a pacificação do país vizinho.

Deseja, ainda, que a comunidade internacional lhe ofereça apoio para enfrentar os efeitos indiretos gerados pelo conflito colombiano em seu

território. Nesse sentido, colabora estreitamente com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), no atendimento aos refugiados de origem colombiana, e aspira à cooperação internacional para resolver o grave impacto econômico que sofrem, particularmente, as províncias da zona norte do país, contíguas à Colômbia.

O Equador espera permanecer incólume diante dos males da violência e do crime organizado. A sustentação da trama social, que garante seu desenvolvimento e gera as condições propícias para o trabalho fecundo e criativo se baseia na segurança, a segurança pessoal, a segurança nas suas diversas manifestações, começando por aquela que proporciona confiabilidade e garantia, principalmente para o desenvolvimento das atividades econômicas, produtivas, intelectuais etc; preserva a integridade das pessoas e do seu patrimônio e garante o império da lei e o acesso, por todos os cidadãos, a uma justiça eficaz e oportuna, bem como o direito ao devido processo.

A segurança no âmbito hemisférico

Conforme o Equador expressou por ocasião da Conferência Especial de Segurança, realizada no México, após as grandes mudanças experimentadas no mundo com o fim da Guerra Fria, o contexto histórico é hoje radicalmente diferente.

A nossa América precisa atualizar seus desafios e redefinir conceitos, objetivos e prioridades do que significa “segurança hemisférica”.

É preciso identificar e determinar os mecanismos da cooperação coletiva, de tal forma que abranjam com equilíbrio os interesses dos povos e as preocupações dos Estados, tendo em mente os aspectos políticos, econômicos, sociais, de saúde e ambientais, além das preocupações meramente defensivas ou de caráter militar.

Nesse campo em que ainda estamos imersos num processo de reflexão e análise, já se reconhece e se concede ao tema da segurança um caráter e alcance multidimensional, sendo que, quando estiver definido e estruturado, passará a constituir uma fonte matriz do moderno direito internacional americano.

Neste aspecto, acreditamos em um enfoque multidimensional da segurança, inovador e não-convencional, baseado no pleno respeito ao direito internacional e na promoção e observância dos direitos humanos, bem como das normas e

princípios da Carta da OEA e da Carta das Nações Unidas, que responda aos novos princípios e conceitos históricos e sociais professados no Hemisfério.

Um exemplo ilustrativo da dimensão dessa agenda é o fenômeno da deterioração do meio ambiente, problema que, como nenhum outro, possui múltiplas faces, porquanto transcende as fronteiras, os limites convencionais que separam os países, para se tornar no que realmente representa: uma ameaça globalizada.

É por isso que, na sua política externa, o Equador concebe que esse fenômeno, junto com o terrorismo, a delinquência organizada transnacional, o narcotráfico, a corrupção, os desastres naturais, o drama humano da pobreza extrema, a doença e a exclusão social, constituem vulnerabilidades e graves desafios para a segurança coletiva, sendo também graves e inaceitáveis flagelos da humanidade.

O Equador apresentou uma proposta para que a Declaração do México dedicasse um parágrafo especial à Segurança Econômica dos Estados, no conteúdo do artigo 37 da Carta da Organização dos Estados Americanos. Da mesma forma, contribuiu com entusiasmo para a adoção dos parágrafos sobre a retirada de minas, a não-proliferação de armas nucleares, o vínculo jurídico-institucional da Junta Interamericana de Defesa como organismo técnico assessor de caráter militar, não-operacional da OEA. Apoiou igualmente a assistência mútua em caso de desastres naturais, e apresentou ainda uma proposta sobre o acesso e o direito que os nossos povos devem ter a um meio ambiente saudável, livre de contaminação, em consonância com a Constituição Política do Equador.

A reforma da ONU

O Equador é um dos países fundadores da ONU e, como tal, assume os princípios fundamentais que guiam a Organização e o comportamento internacional de seus Estados-Membros. Como membro da OEA, o Equador postula também, em escala regional, os princípios da Organização.

A cooperação com outros países em desenvolvimento nos foros internacionais é materializada também pela adesão do país ao Movimento dos Não-Alinhados e ao Grupo dos 77.

O Equador considera que o sistema de segurança coletiva, em escala planetária, não perdeu vigência, mas certamente concebe a necessidade de

uma reforma institucional para atualizar a Organização das Nações Unidas com relação às novas demandas internacionais. Não apenas o Conselho de Segurança, mas também a Assembléia Geral e o Conselho Econômico e Social (Ecosoc), entre outros órgãos do sistema, precisam ajustar aos novos tempos suas estruturas, procedimentos e políticas.

A representação geográfica equitativa, a maior transparência nos trabalhos, a eficácia de suas decisões, o dinamismo de seus procedimentos e uma ONU com ação mais decidida e eficaz para resolver os problemas dos países em desenvolvimento, isto é, da maior parte da humanidade, são facetas que, em uma reforma não podem ser deixadas de lado nem ser abordadas parcialmente, se de fato se deseja dotar a Organização de uma voz representativa e efetiva no novo milênio.

O Equador respalda os objetivos da Declaração do Milênio, tanto as suas metas políticas e de segurança como as referentes ao desenvolvimento humano. Somente uma Organização capaz de reformar sua estrutura institucional de acordo com as exigências dos novos tempos poderá cumprir sua parte ao impulsionar, a partir do âmbito multilateral, os elogiáveis objetivos da Declaração do Milênio.

A crise financeira. A emigração. A luta contra a corrupção

O Equador sofreu, em 1999, uma das crises financeiras mais graves de sua história, como resultado de um conjunto de fatores que convergiram para uma súbita movimentação dos depósitos bancários. Esse fato, por sua vez, gerou a falta de liquidez e, em alguns casos, a falência de várias instituições financeiras, com o conseqüente prejuízo tanto para o Estado – que por intermédio do Banco Central tinha concedido linhas de crédito de última instância – quanto para os depositantes em geral.

Ao desequilíbrio financeiro juntaram-se a queda da receita petroleira, o aumento das despesas devido às pressões políticas e gastos adicionais para a aquisição de armamentos e para enfrentar o fenômeno “*El Niño*” Tudo isso gerou taxas de juros demasiadamente altas, em conseqüência da grande desconfiança na economia. As altas taxas deterioraram a situação dos devedores, que não conseguiram cumprir com suas obrigações junto aos

bancos. O impacto sobre a infra-estrutura provocado por *El Niño*, a queda das exportações, devido a uma baixa nos preços internacionais, além de uma contração dos mercados produziu a descapitalização ou o excessivo endividamento generalizado do setor empresarial, uma hiperinflação superior a 500% e, finalmente, o congelamento dos depósitos.

As implicações dessa crise foram devastadoras para a economia nacional, para a máquina produtiva e para a sociedade, especialmente em seu segmento mais vulnerável. Como consequência do fechamento de empresas houve perda de milhares de empregos, falta de liquidez, recessão, hiperinflação e forte desvalorização da moeda. Com a adoção do dólar americano a partir de 2000, configurou-se um novo cenário econômico, com a redução da inflação e o aumento do investimento público.

Na atual conjuntura, o Governo se propõe a sustentar uma reativação produtiva por meio da manutenção da dolarização, da gestão responsável da economia e das finanças públicas e da melhora contínua da competitividade.

Devido ao enorme número de equatorianos que saíram dos limites pátrios e se dedicaram a procurar no exterior os meios para sua subsistência e de seus familiares (cerca de 2 milhões nos últimos dois anos), as consequências no campo social continuam a ser preocupantes.

Por meio da política externa, o Estado equatoriano busca a proteção do emigrante, para tentar legitimar a sua permanência nos países de destino, com o objetivo de que possa exercer seus direitos como cidadão residente, com os direitos e deveres previstos nas leis de cada país, orienta a obtenção de emprego e protege o exercício e cumprimento dos direitos humanos.

Nesse aspecto, a política do Estado é dirigida para a proteção da família do emigrante, por meio de um trabalho de assistência social e assessoria econômica, e para a articulação de ações conducentes a um desenvolvimento econômico e social equilibrado e ao melhoramento das condições físicas, econômicas e sociais dos setores de maior impacto nas correntes migratórias do país.

Em função das estratégias estabelecidas, diversos instrumentos foram subscritos. Um deles, com a Espanha, relacionado com a regulação e ordenação dos fluxos migratórios; com a Organização Internacional para as Migrações, destinado a prestar assistência técnica e a cuidar do funcionamento

da Unidade de Triagem de Migrantes no âmbito da execução de Acordos sobre Fluxos Migratórios.

É fato conhecido que, com o surgimento da crise financeira, um grupo de banqueiros burlou a fé pública e prejudicou abertamente tanto o Estado quanto os depositantes, em circunstâncias em que o primeiro havia acudido em auxílio das instituições financeiras, comprometendo vultosos recursos e colocando em jogo as próprias bases institucionais, a seriedade e a estabilidade monetária e cambial do país.

Devido a esses antecedentes e interpretando o sentimento do povo equatoriano, adquire especial importância, constituindo um dos mais caros postulados e objetivos do Governo Nacional, utilizar todos os expedientes e meios legais disponíveis, tanto em nível interno quanto internacionalmente, para que os recursos pertencentes à sociedade sejam recuperados e colocados a serviço do seu desenvolvimento e bem-estar; e que os responsáveis pela sua apropriação indevida sejam colocados à disposição dos juizes competentes para receber uma punição legítima e exemplar — ato de estrita Justiça, há muito esperado.

Nesse quadro de reflexões, e por convicção pessoal, o senhor Presidente da República Engenheiro Lucio Gutiérrez, quando da próxima realização da XXXIV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 2004, na cidade de Quito, interpretando o sentimento do povo equatoriano e fiel a suas promessas de campanha, decidiu que o tema central a ser desenvolvido no âmbito desse importante encontro continental será “A luta hemisférica contra a corrupção”.

Com isso espera-se contribuir decididamente para a criação, o desenvolvimento e a consolidação de um novo, porém eficaz e solidário enfoque interamericano no combate e na eliminação desse indesejável fenômeno, que representa uma das principais causas – para não dizer a principal – do descalabro e atraso das estruturas sociais e políticas do continente.

A cooperação internacional.

No âmbito internacional, a política externa equatoriana tem enfoque e inspiração muito precisos: o Equador é partidário da cooperação internacional,

tanto como sistema de segurança coletiva quanto como ferramenta para o desenvolvimento econômico e social dos povos.

A inserção do Equador na economia global

O artigo 4º da Constituição em vigor enumera os princípios que regem as relações do Equador com a comunidade internacional e, em seu item 3, afirma que o direito internacional é norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas. O item 5 do mesmo artigo defende a integração, de maneira especial a integração andina e a latino-americana.

Por sua vez, o artigo 171 da Carta Magna define as atribuições e deveres do presidente da República. O item 12 outorga ao Chefe de Estado o poder de definir a política externa, de dirigir as relações internacionais do país, e de celebrar e ratificar tratados e convênios internacionais mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, quando a Constituição assim o exigir.

Finalmente, o artigo 163 da Constituição estabelece que as normas contidas nos tratados e convênios internacionais, uma vez publicadas no *Registro Oficial* farão parte do ordenamento jurídico da República e terão prevalência sobre as leis e outras normas de menor hierarquia.

Os artigos 2 e 3 da Carta enumeram os propósitos e princípios que regem essa organização, entre os quais, o de promover, por meio da ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural. Enunciam que o direito internacional é norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas e que a cooperação econômica é essencial para o bem-estar e a prosperidade comuns dos povos do continente.

O desenvolvimento econômico do país constitui a base da sustentabilidade social. A superação dos males crônicos da economia nacional exige um grande esforço de ação internacional. Por isso a política externa do Equador confere às relações econômicas um papel delicado e transcendente ao processo das mudanças estruturais e conjunturais que devem ser desenvolvidas nesse campo.

Em harmonia com as decisões adotadas na XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino, o Equador respalda uma visão estratégica na preservação do patrimônio comum construído nos 34 anos de integração andina, a fim de avançar para uma segunda geração de políticas.

O acordo de Cartagena

O Acordo de Cartagena é a norma básica e fundamental da integração andina e confere à Comunidade desses países personalidade jurídica internacional, como Organização sub-regional. Foi assinado em 26 de maio de 1969 por Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru. Em 1973, a Venezuela aderiu ao processo e, em 1976, o Chile retirou-se do mesmo.

Em seu preâmbulo, o Acordo enuncia que a integração constitui um mandato histórico, político, econômico, social e cultural de seus países, com o objetivo de preservar sua soberania e independência. O artigo 16 estabelece que corresponde ao Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores, com a concordância dos Ministros das Relações Exteriores dos Países-Membros do Acordo de Cartagena, entre outras tarefas, formular a Política Exterior dos Países-Membros em assuntos de interesse sub-regional, bem como orientar e coordenar a ação externa dos diversos órgãos e instituições do Sistema Andino de Integração.

Por outro lado, o artigo 22 do Acordo estabelece que corresponde à Comissão da Comunidade Andina, constituída por representantes plenipotenciários de cada um dos Governos dos Países-Membros, função atualmente exercida pelos Ministros do Comércio Exterior, formular, executar e avaliar a política de integração sub-regional andina em matéria de comércio e investimentos e, quando for o caso, em coordenação com o Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores.

Em outro âmbito, pelo Tratado de Montevideu de 1980 as Partes contratantes obrigaram-se a dar andamento ao processo de integração voltado para a promoção do desenvolvimento econômico-social, harmonioso e equilibrado da região; para tanto, instituíram a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), com sede na cidade de Montevideu. São signatários do Tratado de Montevideu Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Ao assinarem o Tratado, seus membros consideraram que a integração econômica regional constitui um dos principais meios para os países da América Latina acelerarem seu processo de desenvolvimento econômico e social, a fim de garantir um melhor nível de vida para seus povos. Esse processo terá como objetivo, a longo prazo, o estabelecimento, de forma gradual, de um mercado comum latino-americano.

Em matéria de integração, os objetivos da política externa do Equador são os enunciados, primeiramente de maneira geral, pela Constituição Política do Estado, em seus artigos 4 e 5, ao estabelecer que em suas relações com a comunidade internacional, o país luta pela integração, de maneira especial a andina e a latino-americana, e que poderá formar associações com um ou mais Estados para a promoção e a defesa dos interesses nacionais e comunitários.

Em segundo lugar, em consequência da referência constitucional aos tratados internacionais assinados pelo Equador em matéria de integração, está o Acordo de Cartagena, o qual enuncia em seu artigo 1º, como um dos seus objetivos, promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos países-membros em condições de equidade, mediante a integração e a cooperação econômica e social; acelerar seu crescimento e a geração de empregos; e facilitar sua participação no processo de integração regional com vistas à formação gradual de um mercado comum latino-americano.

São objetivos do Acordo, ainda, tentar diminuir a vulnerabilidade externa e melhorar a posição dos países-membros no contexto econômico internacional; fortalecer a solidariedade sub-regional; e reduzir as diferenças de desenvolvimento existentes entre os países-membros. Esses objetivos têm a finalidade de buscar uma melhoria duradoura no nível de vida dos habitantes da sub-região.

O Equador tem sido um dos maiores propulsores da integração andina, desde sua gênese. Esses objetivos, que têm sido permanentes, têm procurado acima de tudo impulsionar o relacionamento externo da Comunidade Andina em matéria política e comercial com o Mercosul, os Estados Unidos da América, o Canadá, a União Européia, a China, a Rússia e o Japão, entre os mais expressivos. Da mesma forma, junto com seus parceiros andinos, o Equador tem procurado desenvolver a Agenda Social, com a aprovação de um Plano Integrado de Desenvolvimento Social e tenta igualmente ampliar a participação da sociedade civil. Do mesmo modo, o Equador tem defendido permanentemente a cooperação política intra-sub-regional em matéria de segurança, de combate às drogas ilícitas e delitos afins e da ampla temática do desenvolvimento sustentável, incluindo a promoção e defesa da biodiversidade. Em matéria de política comunitária de integração e desenvolvimento fronteiriço, o país tem buscado o desenvolvimento das zonas de integração fronteiriça e a criação de centros binacionais de atendimento em tais regiões. Juntamente com seus parceiros andinos, aprovou uma Política Comunitária de Integração

e Desenvolvimento Fronteiriço, marco geral dos objetivos voltados para o desenvolvimento dessa temática.

Finalmente, um dos seus principais objetivos tem sido promover a elaboração de diretrizes que permitam criar novas instituições andinas, levando em consideração que, no futuro, como acontece nos processos de integração mais avançados, delas será exigido abordar setorialmente os novos desafios e temas do projeto comunitário andino.

O Equador assumiu a Presidência da Comunidade Andina em 28 de junho de 2003, pelo período de um ano. Ao assumi-la, concentrou esforços na consolidação da união de seus membros, visando a que os Chefes de Estado dos países andinos empenhassem seu apoio político para reforçar novamente a União Aduaneira, a fim de aceder ao Mercado Comum, para o cumprimento da normativa andina e o reestabelecimento do Sistema Andino de Integração. Isso com a finalidade de resolver, em curto prazo, os óbices surgidos.

Esse objetivo fundamentou-se no fato de que o principal valor da Comunidade Andina consiste em dar força aos seus membros, como um bloco, nas negociações com terceiros. O Equador estimulou também a inclusão de temas sociais como eixos básicos, antes não priorizados, a serem considerados na integração andina.

Da mesma forma, propôs diretrizes estratégico-políticas relacionadas com a dimensão econômica, o mercado comum andino, a relação com terceiros, a participação da sociedade civil e as instituições sub-regionais. Na dimensão econômica, o Equador conseguiu unificar os critérios dos países-membros em torno da necessidade de aprofundar as políticas macroeconômicas, de forma que elas possam contribuir para a estabilidade cambial e a possível aplicação de uma salvaguarda também do câmbio, porquanto esses aspectos se refletem nos fluxos comerciais andinos.

Em relação ao tema do mercado comum andino, foi ressaltada a importância de se consolidar a união aduaneira, o estado atual da tarifa externa comum e o mecanismo de estabilização de preços no setor agrícola. Nessa matéria, foi enfatizada aos países-membros a adoção em futuro próximo de uma política agropecuária comum.

Na relação com terceiros, a participação do Equador foi crucial para demonstrar a necessidade de se chegar, antes de 31 de dezembro de 2003, à

conclusão das negociações entre a Comunidade Andina e o Mercosul, a fim de criar uma zona de livre comércio entre os dois blocos, fazendo frente, em conjunto, tanto aos desafios que a Alca representa quanto às relações com a União Européia, como às possíveis negociações comerciais e políticas com os Estados Unidos e o Canadá.

Por empenho do Equador, na participação da sociedade civil, os países andinos adotarão um Plano Integrado de Desenvolvimento Social que permitirá não apenas o acompanhamento das políticas nacionais de combate à pobreza, mas também a inserção de setores marginalizados, como as populações indígenas e os consumidores.

Como corolário da posição equatoriana, foram consideradas fundamentais a criação do Conselho Eleitoral Andino e a consolidação do Tribunal Andino de Justiça. Insistiu-se igualmente na necessidade de que os países-membros, que ainda não o fizeram, elessem diretamente os parlamentares andinos, processo observado apenas na Venezuela e no Equador.

Esses mesmos objetivos tinha em mente o Equador, em matéria de integração latino-americana, ao assinar em 1980 o Tratado de Montevideu. Objetivos que persistem quando o país negocia, só ou em parceria com os países andinos, acordos comerciais ou políticos com contrapartidas individuais ou conjuntas; no contexto atual, é o caso de mencionar especialmente a Alca e os tratados de livre comércio com o Mercosul, Estados Unidos e Comunidade Européia – este último, a ser negociado proximamente.

No momento histórico atual, deve-se levar em conta a iminência das negociações econômicas bilaterais para a eventual assinatura dos correspondentes Tratados de Livre Comércio entre Equador e Estados Unidos, e Equador e União Européia, com vistas a aprofundar e institucionalizar o relacionamento comercial, econômico e político entre as partes.

Com esse propósito, pelas implicações que devem ter essas negociações, não só no âmbito comercial mas também, e principalmente, para toda a economia nacional e, decerto, no contexto das relações econômicas internacionais do país, o Equador prepara-se para adotar políticas de amplo alcance que fortaleçam a participação efetiva do setor privado, assim como de outros importantes segmentos da sociedade civil, tais como o sindical e o acadêmico, de modo a garantir a coordenação e o trabalho harmonioso das

diferentes instituições nacionais, cujas competências e áreas de atividade têm relação direta com os temas envolvidos nas negociações.

Para cumprir esse importante objetivo é preciso definir rigorosamente os interesses e posições nacionais quanto aos principais temas, a fim de conciliar, da maneira mais equitativa possível, as aspirações e necessidades dos diversos setores da economia, assim como aquelas resultantes de objetivos permanentes, como a luta contra a pobreza, a justiça social, a adequada proteção do meio ambiente, a preservação dos direitos humanos e a diversidade cultural, ecológica e produtiva.

Meio ambiente

O território equatoriano figura entre os de maior diversidade biológica do planeta, e é obrigação básica do Estado cuidar de seu desenvolvimento sustentável e da preservação do seu meio ambiente. Dessa perspectiva, em consonância com os postulados do Plano de Ação de Joanesburgo – parágrafo 44 – o país luta pelo desenvolvimento sustentável na erradicação da pobreza. Para tanto, orienta as suas políticas para garantir a gestão sustentável dos recursos naturais e da sua diversidade biológica, evitando a tendência atual de degradação dos mesmos.

Pelas mesmas considerações, o Equador promove iniciativas destinadas a mitigar as mudanças climáticas – geradoras de riscos globais cada vez maiores – e suas conseqüências adversas, mormente nos países em desenvolvimento, vulneráveis sobretudo em suas economias; e fomenta igualmente políticas e ações para a prevenção e luta contra a desertificação, buscando suavizar os efeitos da seca, à luz do parágrafo 41 do Plano de Ação de Joanesburgo.

Para atingir os referidos objetivos, o Equador propõe uma participação ativa nas convenções internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; vale citar, particularmente, a Convenção de Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Luta contra a Desertificação e a Seca, a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), sobre o comércio de espécies ameaçadas, e a Convenção Ramsar (Irã), sobre as terras úmidas, de importância internacional, entre vários outros acordos multilaterais dos quais o país é signatário.

Propõe, igualmente, estabelecer cooperação com instituições nacionais vinculadas ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente e com organismos da sociedade civil, com vistas ao aproveitamento de experiências e conhecimentos como insumos para sua participação em reuniões internacionais.

O Equador defende também a criação de mecanismos para concertar posições comuns com outras nações e grupos de países em convenções internacionais sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente, em particular no âmbito da Comunidade Andina de Nações, da região da América Latina e do Caribe, do Grupo dos 77 e da China; procura ainda, suscitar mecanismos para a formação de negociadores equatorianos no contexto de convenções internacionais sobre desenvolvimento sustentável.

Com o objetivo de concretizar a aplicação das referidas estratégias, o Equador, na órbita da Convenção de Diversidade Biológica, lidera a preparação de posições nacionais para a sua participação na mesma e, especificamente, na reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico da Convenção de Diversidade Biológica (SBSTTA), bem como na Conferência das Partes (COP7) dessa convenção (Kuala Lumpur, de 9 a 20 de fevereiro de 2004), com destaque para assuntos como ecossistemas de montanha, áreas protegidas e transferência de tecnologia e cooperação tecnológica.

No que diz respeito ao tema Áreas de Preservação Ambiental, que constituirá o ponto central da Conferência das Partes, o Equador elabora uma estratégia sobre a base das conclusões às quais se chegou durante o “Congresso Nacional sobre Áreas Protegidas”, organizado pelo Ministério do Ambiente.

Em conjunto com o Comitê Nacional do Clima, a Chancelaria coordenará a aplicação dos resultados da IX Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas, realizada em Milão, que foi de grande importância para a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, assim como pelos importantes temas para os países em desenvolvimento, entre eles a diminuição dos efeitos de mudanças climáticas; adaptação às mesmas; comunicações nacionais; capacitação; transferência de tecnologia; fundo especial para mudanças climáticas; mecanismo de desenvolvimento sem poluição, entre outros.

Na mesma ordem de idéias, o Equador apóia a continuidade do Projeto “Mudança Climática”, ECU/99/G31, a atualização do Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa, a promoção de medidas de adaptação à mudança

climática, a consolidação do trabalho do Comitê Nacional de Clima e o fomento de políticas energéticas, assim como do uso da terra (agrícola e florestal), que contribuem para reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

Em termos gerais destacam-se como eixos temáticos da política externa em matéria de desenvolvimento sustentável e meio ambiente temas como a água e seu uso racional, áreas de preservação, florestas, desenvolvimento sustentável das montanhas, acesso a recursos genéticos e distribuição justa de benefícios, biossegurança, entre outros. Merecendo atenção prioritária do Estado equatoriano e da Chancelaria, figura a conservação do Parque Nacional e da Reserva Marítima de Galápagos.

Destaquei neste artigo os temas de maior relevância e prioridade para a política externa do país e as diretrizes conducentes à sua realização.

O presente trabalho demonstra as múltiplas conexões existentes entre a ação internacional do país e o seu dia-a-dia; entre a política exterior e as políticas internas, como segurança, desenvolvimento humano, proteção do meio ambiente, direitos humanos, entre outras.

A inter-relação citada deixa claro o conceito de que o Estado equatoriano tem na política externa uma ferramenta a mais na sua atividade geral em favor da promoção do desenvolvimento social e econômico do país. Ela é um instrumento primordial, visto que estabelece e mantém o contato do país com a comunidade das nações, marcada pela dinâmica da globalização, pois a política exterior reafirma a presença do país na vida internacional, estreitando ao mesmo tempo os laços da cooperação entre os povos. Finalmente, a política externa propicia a oportunidade de que o Estado e o povo equatorianos contribuam para a construção de um mundo mais harmônico e fraterno. ■■■

Tradução: Sérgio Bath

A política externa da Guiana:

respostas a um contexto mundial em transformação

Samuel Rudolph Insannally *

P

ara começar, pode ser útil relacionar os principais objetivos da política exterior da Nação, que, em resumo, são os seguintes:

- a) preservar a soberania, integridade territorial e independência da Guiana;
- b) promover o desenvolvimento econômico e social do país;
- c) promover laços mais estreitos com a diáspora guianense;
- d) manter relações de amizade com as nações do mundo;
- e) garantir que os interesses da Guiana sejam difundidos e promovidos na comunidade internacional; e
- f) defender os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

Os anos pós-coloniais

Desde a independência do país, em 1966, esses objetivos influenciaram o processo decisório e a adoção da política exterior da Guiana, mantendo-se firmes e constantes, com a adaptação da estratégia e da diplomacia, na medida

* Ministro de Assuntos Exteriores da República Cooperativista da Guiana

do necessário, às novas circunstâncias e desafios. As preocupações mais importantes têm sido com a segurança e o desenvolvimento econômico, fins essenciais à sobrevivência e à prosperidade da nação. Ao mesmo tempo, a despeito das suas limitações em termos de tamanho e recursos, o país tem procurado exercer um papel ativo e influente nas relações internacionais. Papel que tem prestado bons serviços ao país, pois lhe trouxe não só prestígio e respeito, mas também, o que é muito importante, um apoio valioso aos principais objetivos da sua política externa.

Como tantos outros países nascidos de um passado colonial, a Guiana não tardou a ser envolvida na luta contra o imperialismo e o racismo. Nas Nações Unidas, à qual se apressou a integrar depois de alcançar a independência, em 1966, tornou-se uma defensora ardente da autodeterminação dos povos, da promoção da paz e estabilidade mundiais, assim como da instituição de uma nova ordem econômica internacional mais eqüitativa. Assumiu um compromisso com o não-alinhamento, acreditando que isso lhe daria maior autonomia na formulação da política exterior. Da mesma forma, quis participar do Grupo dos 77, juntando-se à causa comum dos outros países em desenvolvimento na busca de maior progresso econômico e social. Em qualquer foro, a Guiana sempre exerceu posições de liderança, que usou para tornar o ambiente internacional mais voltado para suas preocupações e necessidades.

Embora ativas e ambiciosas, as opções de política externa da Guiana eram limitadas por uma persistente controvérsia fronteiriça com a Venezuela, seu vizinho ocidental. Tendo aceito as fronteiras vigentes por mais de sessenta anos, subitamente a Venezuela passou a reclamar cinco oitavos do território nacional guianense como seus. Depois de ocupar a parte guianense da ilha Ankoko, a Venezuela instigou uma rebelião na zona de Rupununi e anexou áreas marítimas no Essequibo. Conseguiu impedir a participação da Guiana em vários órgãos hemisféricos importantes, recorrendo à coação econômica para frustrar o desenvolvimento da área contestada. Não surpreende que essa controvérsia, juntamente com uma disputa do lado do Suriname, tenha prejudicado seriamente a perspectiva de desenvolvimento e estabilidade do país. No entanto, a Guiana está decidida a encontrar soluções pacíficas para esses problemas, conforme prescreve a Carta das Nações Unidas (art. 33).

Sem capacidade militar significativa para resistir à agressão, a Guiana precisa basear-se na persuasão moral e diplomática para proteger sua soberania

e integridade territorial. Assim, como uma diretriz política, procurou conquistar simpatia e apoio à sua posição, cultivando boas relações com todos os Estados amigos e amantes da paz, e insistindo no pleno respeito ao direito internacional e aos princípios e objetivos das Nações Unidas. No nível bilateral, a Guiana sempre foi favorável ao diálogo com a Venezuela e o Suriname, no interesse de manter boas relações de vizinhança. Promoveu, também, a cooperação econômica e técnica como uma forma de superar as dificuldades imediatas e alcançar um patamar mais elevado de coexistência e colaboração pacíficas. No campo multilateral, a Guiana montou uma ofensiva diplomática para rejeitar a tentativa de expansão venezuelana. Embora as relações com esses dois países sejam bastante cordiais, os problemas subjacentes permanecem sem solução, testando os recursos e a habilidade diplomática do país.

O período pós-Guerra Fria

As mudanças ocorridas no mundo no fim da Guerra Fria causaram uma importante reorientação da política externa de países de todos os quadrantes. Desapareceu a “estabilidade” propiciada pelo equilíbrio das forças ideológicas entre Leste e Oeste, e, com ela, a posição estratégica que desde muito beneficiava os países em desenvolvimento, situados entre os dois titãs e recebendo de ambos vantagens políticas e econômicas. Subitamente, com a distensão global, posições antigas e cômodas como a neutralidade e o não-alinhamento foram sacudidas nas suas bases, à medida que os Estados eram obrigados a se adaptarem a uma nova ordem mundial.

Agora, o Ocidente triunfante combinou-se com o Leste derrotado para formar um Norte dominante, com capacidade ainda maior de exercer controle político e econômico sobre um Sul debilitado. Os países em desenvolvimento, como a Guiana, não podem mais sustentar sua autonomia de ação, pois a posição estratégica que mantinham com êxito durante a Guerra Fria lhes foi subitamente subtraída de sob seus pés. A nova concentração de ideologia política, de política econômica e poder militar tem pouca tolerância com relação aos desvios, exigindo, ao contrário, uma anuência certa e completa. A maior parte dos países em desenvolvimento, em especial os Estados pequenos e vulneráveis, não tem outra opção senão aceitar e seguir os princípios neoliberais do livre mercado, conhecidos popularmente como Consenso de Washington.

Chegou a era da globalização, desafiando todos os Estados a se liberalizarem ou perecerem. Para que a Guiana ocupe um lugar na economia global, sua política externa precisa, necessariamente, reorientar-se e levar em conta esses novos desenvolvimentos.

Os novos desafios à paz e ao desenvolvimento

A experiência tem demonstrado que os ventos da globalização, ao tempo em que impulsionaram as economias mais desenvolvidas, levando-as ao ápice da maior prosperidade, deixaram as economias débeis, como as do Caribe, em maior estagnação. Conforme a conclusão de estudos realizados pelo Secretariado da *Commonwealth* e pelo Banco Mundial, os países do Caribe continuam sujeitos a riscos tais como desastres naturais, preços flutuantes dos produtos de exportação, volatilidade de renda, infra-estrutura insuficiente e produtividade limitada. A pandemia do HIV/Aids, também, onera pesadamente os recursos humanos e financeiros desses países. Somam-se a essas desvantagens as novas ameaças à segurança, derivadas do tráfico de armas e drogas, que fomenta o crime além das fronteiras nacionais. Os países pequenos, como o nosso, não estão bem equipados para lidar com essa agressão sofisticada e não podem evitar os perigos a que ela submete suas sociedades. Assim, a grande prioridade é o fortalecimento da capacidade do conjunto do nosso sistema legal e de implementação da lei, como forma de proteger a sociedade desses males. A segurança, no sentido mais amplo, tornou-se assim uma preocupação fundamental na agenda da política exterior.

A situação financeira do país tem, igualmente, um impacto indiscutível na sua capacidade de sustentar políticas, tanto internas como a externa. Beneficiária da iniciativa *Highly Indebted Poor Countries* (HIPC), só recentemente a Guiana completou o processo que lhe permitiria recorrer a esses recursos. Uma ODA ampliada continua a ser indispensável para o desenvolvimento nacional, até que uma infra-estrutura adequada possa ser construída. Outro desafio é a atração dos investimentos, que se tornaram escassos e competitivos. Além disso, por depender dos produtos de base para o grosso da sua receita de exportação, a Guiana torna-se muito vulnerável às vicissitudes da economia global. A ameaça dessa marginalização é ampliada pelo progresso meteórico que está sendo alcançado no campo da ciência e tecnologia, que vem

aumentando rapidamente o hiato entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, entre o Norte industrializado e o Sul em grande parte agrário e subdesenvolvido.

O cataclismo de 11 de setembro

Como se os desafios enfrentados pela política externa já não fossem suficientes, esse desastre complicou ainda mais o cenário internacional. Nas palavras usadas naquela ocasião pela revista *The Economist*, ele não só alterou, indelevelmente, a silhueta de Manhattan como mudou para sempre a natureza das relações entre os Estados. Todos os países, e especialmente os pequenos, foram lembrados da sua vulnerabilidade a agressões imprevistas cometidas contra a sua segurança e da necessidade de reagir condignamente a essas ameaças. Na condição de membros da família das Nações Unidas, os Estados do Caribe condenaram o terrorismo internacional, e procuraram organizar a defesa coletiva contra qualquer ataque à sua integridade. No entanto, essas medidas de proteção representaram um custo financeiro significativo para as suas economias, que já tinham sido prejudicadas pelos efeitos do desastre de 11 de setembro.

Uma estratégia para a sobrevivência

Diante dessas dificuldades, um Estado pequeno como a Guiana se vê forçado a reconhecer a sua situação e a conceber uma estratégia de sobrevivência. Juntamente com outros países do Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom), a Guiana procurou repensar e redefinir as suas políticas internas e externa, para conseguir uma melhor integração à economia de mercado global. Nos últimos três anos, o Conselho de Relações Externas e Comunitárias do Caricom tem procurado formular uma nova visão e uma nova estratégia para a orientação geral das relações externas da Comunidade. Em suma, a estratégia contempla uma cooperação regional ampliada com vistas a satisfazer interesses e preocupações comuns. Mediante um reforço do trabalho de consulta e coordenação, o Caricom espera minimizar o impacto deletério das forças externas e maximizar a sua capacidade diplomática.

Fundamental para essa política externa é a criação de uma Economia e Mercado Único do Caribe como instrumento para fortalecer a competitividade da região na economia mundial. Com o Tratado de Chaguaramas revisto, e seus protocolos, espera-se que haja um processo mais harmônico de liberalização econômica, uma convergência maior no sentido de um quadro regulador moderno e de crescente racionalização e fortalecimento das instituições regionais, em apoio ao esforço de integração. Essa política deve levar ao aumento da competição, à redefinição da complementaridade de produção e exportação e, finalmente, a um mercado unificado.

Países independentes e orgulhosos, os membros do Caricom prefeririam recorrer ao comércio a receber assistência para o desenvolvimento. No entanto, o que acontece é que, devido à sua libertação do colonialismo, relativamente recente, e às conseqüentes limitações que precisam enfrentar, infelizmente ainda são muito fracos para poderem enfrentar as principais forças da globalização. Para os países pequenos e vulneráveis do Caribe, inclusive, a Guiana, só o acesso ao mercado não os ajudará a melhorar a sua capacidade de exportação. Sem assistência para desenvolver a infra-estrutura necessária e outras facilidades, eles não podem beneficiar-se da globalização e da liberalização comercial. Para aproveitar as oportunidades oferecidas por uma área de livre comércio das Américas, por exemplo, os países do Caricom precisam receber um tratamento especial e diferenciado às suas exportações, bem como o acesso a um Fundo Regional de Desenvolvimento, semelhante ao criado pela União Européia para eliminar as disparidades regionais, e elevar todos os países-membros a um nível razoável de atuação. Portanto, esses são objetivos fundamentais na negociação dos novos arranjos de parceira com a União Européia e com a Organização Mundial de Comércio, depois da rodada de negociações de Doha.

Outro importante objetivo político da Guiana e do Caricom é preservar o ambiente para o desenvolvimento sustentável. O ecossistema da região é tão frágil que, se não for insulado, tanto quanto possível, de desastres naturais ou causados pelo homem, será facilmente comprometido. O Caricom continua muito preocupado com a transferência de resíduos nucleares perigosos, entre navios no Caribe, realizada por alguns países desenvolvidos. Essas preocupações levaram a região a promover nas Nações Unidas, com outros países vizinhos, o conceito do Mar do Caribe como uma Área Especial no contexto do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, situada na Bacia Amazônica, a Guiana tem interesse especial na exploração sustentável de

nossos ricos recursos florestais. Nesse contexto, apóia plenamente a iniciativa latino-americana e caribenha, endossada pela Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável reunida em Joanesburgo, na África do Sul, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002.

No discurso de abertura pronunciado na Conferência dos Chefes de Governo do Caricom, realizada em Georgetown em julho de 2002, o Presidente Jagdeo, conduzindo os trabalhos, anunciou vários objetivos políticos que a Guiana considera que devem levar ao progresso regional. Entre eles estão: a formulação de uma Política Agrícola Comum, a criação de um regime multilateral de pesca cooperativa, uma abordagem comum dos problemas do crime e da insegurança na região, maior democratização dos países-membros, maior participação da sociedade civil na formação de políticas, uma revisão e, quando apropriado, uma reforma das instituições regionais existentes e, por fim, a promoção de uma área caribenha mais ampla de cooperação. Na busca deste último objetivo, e levando em conta que o Secretariado do Caricom está situado em Georgetown, a Guiana promulgou o conceito de “Gateway”, um portal que lhe permitirá atuar como ponte política, econômica e social entre o Caribe e os países da América do Sul.

Guiana: um portal do Caribe para a América do Sul

A Guiana acredita ter chegado o momento de olhar para além da sua vizinhança imediata e do seu relacionamento histórico com as metrópoles do Norte, voltando-se para o vasto espaço político e econômico que se encontra ao Sul e também ao Leste e ao Oeste. O rápido desenvolvimento das suas relações com o Brasil, seu gigantesco vizinho, e particularmente com os Estados setentrionais, mostrou a promessa de uma parceira compensadora que, com o planejamento apropriado, pode oferecer à Guiana maiores vantagens econômicas e maior estabilidade política. Com a abertura do interior e a criação de novas rotas de transporte, as oportunidades comerciais e econômicas vão florescer.

As relações da Guiana com o Brasil já demonstraram a potencialidade desse conceito. Desde a participação do Presidente Jagdeo na Cúpula Sul-Americana, realizada há dois anos em Brasília, passos concretos foram dados para desenvolver relações mais estreitas entre os nossos países. Além de um Acordo Comercial de Âmbito Parcial negociado no ano passado, há vários outros projetos em andamento, particularmente na área de infra-estrutura,

como ligações aéreas e rodoviárias que aumentarão nossa proximidade, multiplicando as oportunidades para o comércio e a cooperação econômica. Como parte do processo de integração hemisférica, o Comitê para a Integração da Infra-Estrutura Regional na América do Sul (Iirsa) aprovou uma conexão rodoviária entre a Guiana e o Brasil, a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e por outras fontes.

Além disso, contribuindo para esse processo de integração, vários outros empreendimentos poderiam ser iniciados, inclusive a instalação de um parque industrial em Lethem, perto da fronteira com o Brasil, que poderia então ser transformado em uma Zona Livre, permitindo o comércio com a Guiana e o Caricom, e ensejando ao Brasil a oportunidade de “abrir uma loja” naquela cidade fronteiriça. Poderia ser criado um regime de incentivos para estimular empreendimentos conjuntos, reunindo firmas da Guiana, dos países do Caricom e do Brasil. Essas empresas não deixarão de perceber as vantagens de se estabelecer em Lethem, para ganhar um melhor acesso aos seus respectivos mercados. Dessa forma, poderia ser instituída uma conexão mais direta entre os países do Caricom, do Pacto Andino e do Mercosul, abrindo novas perspectivas para o comércio inter-regional.

Não se pode ignorar a importância da infra-estrutura física para criar um relacionamento mais próximo e mais dinâmico entre o Caricom e os países latino-americanos. Na Cúpula do Sul realizada em Havana, em abril de 2000, a Guiana e o Brasil assinaram a Declaração e o Programa de Ação voltados para promover laços entre suas economias. Mais recentemente, nas duas Cúpulas Sul-Americanas, realizadas respectivamente em Brasília e em Guayaquil, no Equador, assim como na Cúpula do Grupo do Rio, reunida no Peru, em maio, a Guiana reiterou o seu compromisso com os elevados ideais de cooperação e integração hemisférica. É imperativo procurarmos agora traduzir em realidade algumas das propostas concretas contidas naqueles documentos.

Com a iminência da instalação da Área de Livre Comércio das Américas, o “Portal” para a América do Sul passa a ser não apenas um objetivo político, mas também uma necessidade econômica. Só se poderá garantir uma participação significativa da Guiana nesse novo esquema comercial se ela se articular com outros grupos hemisféricos. Sem essa articulação, o poder de barganha da Guiana pode não ser suficiente para garantir a preservação dos seus interesses; em conseqüência, o país pode ser marginalizado das vantagens

de uma associação mais ampla. Portanto, para nós, é desejável o fortalecimento da nossa conexão não só com o Caricom, mas também com a Associação dos Estados do Caribe, o Pacto Andino e o Mercosul. Não é difícil perceber a *rationale* dessa política: diante da globalização, os Estados pequenos, como o nosso, serão varridos pelas ondas crescentes de competição, a não ser que o regionalismo seja reforçado.

No entanto, não basta focalizar só a infra-estrutura física, pois sem um contato cultural, o relacionamento Caricom-América Latina não vai prosperar plenamente. Portanto, devemos tentar desenvolver um sentido de afinidade entre nossos povos que, embora geograficamente próximos uns dos outros, foram mantidos apartados pelas forças da história, da língua e da cultura. A existência separada que tem sido o destino histórico dos países de língua inglesa do Caribe pode agora ser modificada, mediante um esforço consciente para derrubar aquelas barreiras. A expansão dos institutos culturais e lingüísticos por toda a região, seguramente, melhorará a comunicação entre os nossos países e promoverá a sua integração econômica e social. Uma recomendação concreta que poderia facilitar esse processo de integração seria a criação de vínculos entre as nossas universidades e outras instituições educacionais dentro da região.

Relações com o resto do mundo

Além da América Latina e do Caribe, a Guiana espera ampliar suas relações de cooperação com os Estados Unidos e o Canadá, no Hemisfério Ocidental; com o Reino Unido e outros membros da União Européia; e com a Federação Russa, a China, a Índia, o Japão e outros Estados da Ásia e da África, continente com o qual a região do Caribe tem forte afinidade. Por motivos históricos e geográficos, os laços com os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido têm sido especialmente fortes e continuam a ser importantes, em termos tanto políticos quanto econômicos. A migração de guianenses para esses destinos tem sido um fator importante no desenvolvimento da forte associação entre os respectivos governos e povos. Enquanto essas relações tradicionais se expandem de forma natural, o Governo está empenhado em diversificar a sua cooperação para receber todos os países que queiram estabelecer vínculos diplomáticos, na base da amizade e do respeito mútuo.

A Guiana está empenhada também em valorizar seus laços com essa diáspora. Na verdade, com tantos cidadãos residindo no exterior, muitas vezes

em centros com importantes funções decisórias, ela tem muito a ganhar com o apoio que essas pessoas possam dar a seus objetivos de política exterior. Como um país pequeno, sem os recursos humanos e financeiros adequados para sustentar um *lobby* nos países mais importantes, devemos invocar o espírito de patriotismo desses emigrantes para a defesa das nossas causas perante a direção política da sua terra adotiva. Foram desenvolvidos assim uma estratégia e um programa destinados a cultivar esse recurso até aqui subutilizado.

O ideal do multilateralismo

Esses compromissos bilaterais são fortalecidos por uma obrigação abrangente com o multilateralismo. Na condição de um pequeno Estado dentro da comunidade internacional, a Guiana está convencida do valor e da virtude do multilateralismo como princípio orientador das relações internacionais. Na verdade, em grande medida o país deve a sua liberdade e independência à ampla campanha de descolonização promovida pelas Nações Unidas logo depois da sua criação. Não surpreende, pois, que uma das primeiras decisões tomadas pelo governo da Guiana, após alcançar a sua independência, foi a de participar da ONU, instalando uma missão em Nova York. Desde então, o país tem trabalhado com a comunidade internacional para expandir as agendas em favor da paz e do desenvolvimento.

Na opinião da Guiana, a Organização das Nações Unidas não só serve como escudo para proteger a soberania conquistada, como também oferece diferentes possibilidades de contribuir para o seu desenvolvimento social e econômico. As Nações Unidas proporcionam também um fórum no qual o país pode relacionar-se com outros Estados, sobre uma base de igualdade, e a partir do qual pode projetar sua imagem e influência de modo fácil e efetivo. De fato, a Guiana já serviu nos conselhos mais importantes das Nações Unidas, na Presidência da Assembléia Geral e como membro do Conselho de Segurança, na Corte Internacional de Justiça, no Conselho Econômico e Social, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e em outros órgãos ancilares. Nessas várias funções, o país tem desempenhado um papel de liderança desproporcional à limitação do seu tamanho e dos seus recursos e, a seu modo, ajudou a promover o multilateralismo.

Ao lado da sua presença diplomática em determinadas posições estratégicas, a representação externa da Guiana opera, em grande parte, dentro

do contexto das Nações Unidas e mediante a participação em órgãos e grupos regionais e sub-regionais, como o Caricom, a *Commonwealth*, a Associação de Pequenos Estados Insulares, a Organização da Conferência Islâmica, o Movimento dos Não-Alinhados e o Grupo dos 77. O argumento de que essas duas últimas organizações se tornaram anacrônicas e irrelevantes não é válido, pois elas continuam a oferecer aos seus membros uma moldura política útil e contrabalançam outros interesses poderosos. Os seus críticos parecem temer o potencial desses grupos, pois não são ouvidos apelos análogos pregando a abolição de outras criações da Guerra Fria, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Contudo, a Guiana pensa que tanto o Movimento dos Não-Alinhados, como o Grupo dos 77, deveriam ser reformados e orientados para se tornarem mais competentes e eficazes. No entanto, adaptação é algo bem diferente de abandono.

A despeito das muitas falhas e fracassos das Nações Unidas, a Guiana continua otimista com respeito ao futuro do multilateralismo. Não se pode negar que desde a sua criação, em 1945, a organização mundial tem dado muitas contribuições significativas à preservação e à promoção da paz e da cooperação internacional. De forma mais significativa, a ONU conseguiu impedir uma Terceira Guerra Mundial, e catalisou o progresso social e econômico nos países em desenvolvimento. A Guiana está convencida de que, no mundo atual, globalizado e interdependente, precisamos evitar a anarquia e garantir a estabilidade internacional, e para isso não há alternativa para as Nações Unidas. Assim, continuará a participar do esforço de reforma e reestruturação da ONU, símbolo do multilateralismo, para torná-la mais apta a lidar com as circunstâncias modificadas da atualidade.

Na área da paz e da segurança, o objetivo comum deve ser o desenvolvimento do sistema coletivo, visto pela Carta das Nações Unidas para tratar com a ameaça ou o emprego da força nas relações internacionais. Projetado, imediatamente, após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, o Conselho de Segurança demonstrou ser incapaz de desempenhar adequadamente as responsabilidades que lhe são atribuídas pela Carta para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Para ser efetivo, precisa tornar-se mais aberto, dinâmico e representativo. Compreende-se que isso não tem sido fácil, pois o poder e os interesses consolidados não cedem terreno com facilidade. No entanto, após cerca de uma década de discussão, várias opções úteis já estão disponíveis, inclusive com o aumento do número de

membros nas categorias permanente e não-permanente, a restrição ao recurso ao veto e a revisão periódica da composição e das funções do Conselho, para garantir que ele esteja adequado às necessidades predominantes. A Guiana está preparada para apoiar a reforma ao longo dessas linhas.

O impulso em favor da reforma deve penetrar, também, as instituições do sistema internacional empenhadas no desenvolvimento econômico e social. Têm-se verificado alguns aperfeiçoamentos no funcionamento das agências internacionais como o Pnud e a Unicef, na série de Conferências de Cúpula que têm sido realizadas ao longo da última década sobre temas críticos, incluindo a situação das crianças e das mulheres, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, metas para o milênio e financiamento do desenvolvimento. Existe agora um amplo consenso internacional sobre o que é necessário fazer para estender ao máximo o progresso econômico e social global. No entanto, o processo decisório sobre o desenvolvimento é mantido, em grande medida, fora das Nações Unidas, mas antes, dentro da competência das instituições financeiras multilaterais, deixando, infelizmente, pouca participação aos países em desenvolvimento.

De uma forma imediata, os princípios e objetivos do multilateralismo podem ser mais bem atendidos mediante a revitalização da Assembléia Geral, o mais representativo dos órgãos da ONU. Hoje, a Assembléia Geral é uma pálida versão do que pretendiam seus membros fundadores. Com o virtual desaparecimento da rivalidade entre as grandes potências, rivalidade que a manietou durante a Guerra Fria, a Assembléia está pronta para preencher mais plenamente o papel que lhe foi atribuído pela Carta. Mesmo nas atuais condições, sem esperar por uma reforma importante, a Assembléia pode ter um papel mais importante a respeito dos temas relativos à paz, segurança e desenvolvimento. Basta lembrar a forma como os pequenos Estados do Caricom puderam usá-la para promover debates sobre temas como a África do Sul e o Haiti, influyendo por fim nas deliberações do Conselho de Segurança. Uma Assembléia Geral mais pró-ativa ajudaria decerto a democratizar e, de modo geral, a aprimorar as relações internacionais.

Em última análise, o sucesso do multilateralismo depende do respeito absoluto ao princípio da igualdade soberana dos Estados: princípio entesourado primeiro na Carta da Liga das Nações e, mais tarde, na das Nações Unidas. Vale lembrar que a Liga fracassou pela incapacidade de proteger da agressão um dos

seus membros, a Etiópia. O grito de ira lançado na ocasião pelo governante etíope Haile Selassie ainda pode ser ouvido através do tempo: “Fora do Reino do Senhor, nenhuma Nação é maior do que qualquer outra! Deus e a História se lembrarão do vosso julgamento”. Com efeito, aquela decisão não deve ser esquecida, se quisermos ter a garantia de que as Nações Unidas, sucessora da Liga, não sofrerá um destino semelhante. Portanto, a comunidade internacional deve fazer todo o possível para salvaguardar os princípios e objetivos da Carta da ONU, que são o fundamento do multilateralismo, e que, para pequenos Estados como a Guiana, constituem a principal defesa contra as ameaças à sua paz, à sua segurança e ao seu desenvolvimento.

É tal o nosso compromisso com o internacionalismo, que decidimos promover o conceito da Nova Ordem Humana Global, uma idéia do falecido presidente Cheddi Jagan, que percebeu a necessidade de um sistema internacional mais justo e eqüitativo, que garantisse a paz e a segurança, assim como o desenvolvimento econômico e social de que os povos do mundo precisam, e que desejam tão desesperadamente. Proposta a princípio na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, na Dinamarca, a idéia tem sido adotada por um grande número de países, inclusive pelo Caricom, estando registrada nas declarações de órgãos tais como o Grupo do Rio, o Movimento dos Não-Alinhados e o Grupo dos 77. Outra Resolução das Nações Unidas sobre esse conceito foi adotada recentemente, por unanimidade, pela Assembléia Geral, contando com o co-patrocinio de cerca de quarenta países. Com um esforço adicional e o apoio da comunidade internacional, a idéia poderá transformar-se em realidade.

Embora pequena e ainda economicamente débil, a Guiana acredita que pode dar uma contribuição importante ao bem-estar da comunidade internacional. As idéias não constituem uma prerrogativa especial dos Estados grandes e poderosos; qualquer país, independentemente do tamanho e da situação, pode exercer o poder que têm as idéias para influenciar o pensamento global a respeito do bem coletivo. Os recursos mais valiosos na política exterior de um pequeno Estado como a Guiana são o prestígio e a influência que pode ter internacionalmente. Convicta disso, a Guiana continuará a desempenhar um papel ativo na vida internacional. ■■■

Tradução: Sérgio Bath.

A Política Externa da República do Paraguai

*Leila Rachid**

Para poder interpretar mais cabalmente o alcance da atual política exterior do Paraguai, é indispensável antes, fazer menção ao nosso passado histórico, a fim de se compreender a necessidade de converter a política exterior numa atividade criativa, ágil e dinâmica.

A história, “vero testis temporum”, verdadeira testemunha dos tempos, constitui a fonte inesgotável a que todos devemos recorrer no nosso empenho em nos projetar para o futuro de maneira renovada e proveitosa.

Quadro histórico

Depois de sua independência, e ao longo do século XIX e de parte do século XX, o Paraguai teve de enfrentar diversos conflitos internacionais que levaram o país a um grande atraso, tendo sua política externa devido focalizar muito especialmente a defesa de sua soberania e de sua integridade territorial.

O longo regime autoritário que o país sofreu de 1954 até 1989 levou novamente a Nação paraguaia a uma fase de isolamento. A democracia chegou ao Paraguai, curiosamente, no mesmo ano em que se derrubava o Muro de Berlim.

* Ministra das Relações Exteriores da República do Paraguai

Os paraguaios sentiram que chegara a hora de se incorporar novamente ao processo da civilização universal, em consonância com o que ocorria na região. Enquanto o mundo tentava livrar-se do ressaibo da Guerra Fria, sem encontrar exatamente seus novos paradigmas, os cidadãos da nação recém liberada dedicaram muito dos seus esforços à recriação de um Paraguai em condições de enfrentar os novos desafios.

Nesses anos de transição, ao assentarem-se as bases da institucionalidade democrática em sua Carta Magna de 1992, incorporou-se entre seus preceitos a possibilidade de o país unir-se a processos de integração, sempre que os mesmos “garantam a vigência dos direitos humanos, da paz, da justiça, da cooperação e do desenvolvimento político, econômico, social e cultural”.

Por outro lado, os altos e baixos políticos internos ocorridos durante a década de 90 obrigaram o país a se concentrar na defesa da institucionalidade incipiente, dedicando grande parte dos seus esforços à busca do apoio dos países amigos à consolidação do seu processo democrático.

Momento de renascimento

A realidade política sofreu uma notória virada a partir das últimas eleições, em 27 de abril de 2003. Um candidato presidencial, o Doutor Nicanor Duarte Frutos, obteve um triunfo eleitoral indiscutível e não questionado, que lhe valeu não apenas o apoio imediato da comunidade internacional, mas também a plena aceitação da classe política do país.

A legitimidade de origem do atual Presidente da República, seu decidido compromisso de tornar transparente a gestão pública e sua capacidade de construir consensos em nível político e institucional constituem hoje a principal carta de apresentação do novo Paraguai perante o mundo.

O novo governo soube estruturar acordos com os setores mais representativos e influentes da sociedade paraguaia para obter o apoio necessário aos seus planos e ações de curto e longo prazo, com vistas a estabilizar a economia e criar as condições para um maior crescimento econômico. Assim, o Poder Executivo firmou um *Acordo Político* com os principais líderes partidários e parlamentares para que apoiassem a agenda de projetos de leis econômicas do país. Da mesma forma, firmou-se um acordo

entre o Poder Executivo e as associações empresariais para levar adiante a Lei de Reforma Tributária e para apoiar sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Em apenas quatro meses, os êxitos do novo governo foram significativos em termos de estabilização econômica e de combate à informalidade e à corrupção, o que permitiu seu reconhecimento nacional e internacional no tocante à seriedade de suas intenções e a sua capacidade de obter resultados. O trabalho do novo governo permitiu reduzir o déficit fiscal de 3,5%, em fins de 2002, para 1%, em fins de 2003, e a taxa de inflação de 15% para 9%. Além disso, as reservas internacionais aumentaram para US\$850 milhões, depois de se situarem em menos de US\$600 milhões em fins de 2002, conseguindo-se reduzir igualmente a pressão da dívida pública. Tudo isso foi acompanhado de um crescimento de 2% do PIB, devido, principalmente, a um bom ano agrícola e ao aumento da produtividade da soja, principal item de exportação do país.

Depois de 45 anos, o Paraguai acertou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo *stand by* de caráter acautelatório (US\$70 milhões), que imediatamente possibilitou dois créditos de emergência do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de US\$30 milhões cada um, destinados a fazer frente aos vencimentos da dívida pública e aos impactos sociais das medidas de ajuste a serem adotadas para recuperar a estabilidade econômica do país.

As perspectivas para o ano 2004 são promissoras, com uma projeção de crescimento do PIB de aproximadamente 3%, com superávit fiscal, taxa inflacionária de um dígito, manutenção do nível de reservas internacionais e redução da pressão da dívida pública.

Cabe ressaltar também a reforma judicial iniciada pelo novo governo, que contribui para o fortalecimento da democracia imperante no país, reafirmando a presença do Paraguai dentro da comunidade internacional.

As mudanças ocorridas recentemente na Corte Suprema de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário, realizadas com igualdade de critérios entre os Poderes Executivo e Legislativo, asseguraram que o resultado alcançado através do procedimento estabelecido na Carta Magna da República influa positivamente na nossa política exterior.

Com efeito, é de todos sabido que a segurança jurídica é um elemento indispensável para a credibilidade de um país que deseja refletir seriedade e o

compromisso do Estado com suas obrigações internacionais, criando assim, a possibilidade de investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, fortalecendo o posicionamento do Paraguai nas negociações internacionais.

Por outro lado, merece consideração especial a ênfase dada pelo primeiro mandatário às ações tendentes a formalizar a economia nacional, a legalizar o comércio e a enfrentar a corrupção em todas as áreas em que ela se apresente.

“O crime organizado será castigado e desmantelado. A máfia já não encontrará lugar no Paraguai. Combateremos sistematicamente o contrabando, a pirataria e o narcotráfico, sem importar quem os pratica e se enriquece com essas ilícitudes que empobrecem os cofres públicos”, afirmou o Presidente em seu discurso de posse, em 15 de agosto de 2003.

“Nosso governo, disse, quer ser um marco, um momento de renascimento da nossa República, um momento que retome o mais sagrado e genuíno do nosso povo: sua fé em Deus e sua perene confiança na vontade livre de determinar seu próprio destino”.

A chegada do doutor Duarte Frutos à Presidência marcou o ponto final da longa etapa de transição democrática e alcançou, assim, a consolidação da institucionalidade.

Ante as diversas transformações internas promovidas pela atual administração, também a política externa enfrenta hoje, na República do Paraguai, mudanças e adaptações, com vistas a enfrentar com maior firmeza os numerosos desafios do futuro.

Com efeito, num mundo globalizado e integrado por sociedades pós-modernas, buscamos promover uma política exterior pró-ativa, que propugne pela criação de oportunidades resultantes em vantagens e benefícios para o país – uma política exterior também articuladora dos acontecimentos internacionais e da pronta resposta nacional.

Enfim, uma política exterior que imponha à diplomacia paraguaia um constante desafio.

A nova política exterior

Entendemos que a internacionalização do Paraguai não é apenas necessária, mas inevitável.

A complexidade do sistema internacional, a conseqüente ampliação da sua agenda, o surgimento de um conjunto de atores não-tradicionais nas relações internacionais e a crescente interdependência entre os distintos interesses e agentes que dele participam, afetaram substancialmente nossa comunidade internacional. Para a República do Paraguai, tais mudanças não passaram despercebidas e o país não permaneceu alheio a essas transformações. O desafio com que se defronta a atual administração é buscar – com transparência, eficiência e responsabilidade social – um novo posicionamento do Paraguai neste contexto internacional.

Entendemos que os objetivos da política exterior não devem resumir-se em um só, mas devem constituir um leque de possibilidades, que focalizem essencialmente a construção do novo modelo de desenvolvimento econômico e social sustentável.

Além disso, essa política exterior deve ser objeto de debate e de consenso entre os diferentes setores nacionais, a fim de deixar claro o compromisso de todos com a sua continuidade através do tempo, fazendo dela uma política de Estado e não apenas uma série de decisões conjunturais de uma administração governamental.

Dentro deste quadro, adotamos uma política exterior tendente a diversificar nossas relações e a fortalecer nossos vínculos com grupos de países com os quais o relacionamento pode trazer benefícios concretos mútuos, embora geograficamente distantes do Paraguai.

As prioridades

Nesse contexto, seria importante mencionar alguns dos eixos centrais da nossa política exterior, elaborados com base numa análise prospectiva, mas ligados todos à presente realidade nacional e internacional, tanto imediata como mediata:

- 1) a defesa da soberania nacional em seus diversos aspectos: territorial, de segurança, ambiental, cultural, de recursos naturais, fronteiriço, migratório, entre outros;
- 2) a promoção da democracia e dos direitos humanos;
- 3) o aprofundamento dos processos de integração como instrumento destinado a superar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável;

- 4) a concessão, em todos os foros internacionais correspondentes, de tratamento especial e diferenciado ao Paraguai, em virtude da sua condição de país sem litoral;
- 5) a ampliação do nosso horizonte internacional aos países do Oriente Médio, da Ásia e do Pacífico;
- 6) o papel estratégico do Paraguai, como ponto de encontro das rotas que unem o Atlântico ao Pacífico;
- 7) a consolidação do Paraguai como primeiro país exportador de energia hidroelétrica do mundo;
- 8) a luta frontal contra a corrupção, o terrorismo, o narcotráfico e outros crimes transnacionais;
- 9) a identificação do Paraguai com o “Mundo Guaraní”;
- 10) a reafirmação dos princípios do multilateralismo, em âmbito universal e regional, como instrumento para a cooperação, a paz e a segurança internacionais.

Nas páginas seguintes, analisarei alguns aspectos particularmente marcantes no campo de ação da política exterior do Paraguai.

A integração e a política exterior paraguaia – o Mercosul

Os processos de integração ocupam o centro de nossa atenção, convencidos que estamos de que nossa região vive uma época em que, para superar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessária a união de políticas planejadas e não mais de políticas individuais, como tentamos em vão durante o século passado.

Por isso, a incorporação do Paraguai ao Mercosul representa, na perspectiva histórica, uma mudança coperniana na história da República. A partir daí, o Paraguai se projeta para o mundo com os seus vizinhos, numa aliança que não tem características militares, significando, antes, a atuação conjunta de quatro nações que compartilham o ideal democrático posto a serviço de seus habitantes, sem distinção de nacionalidades, sem barreiras migratórias e aberto ao mundo.

O Princípio das Assimetrias

Todo processo de integração repousa sobre determinados princípios fundamentais, recíprocos e coadjuvantes: a abertura do mercado como elemento central, mas ao mesmo tempo, o reconhecimento pleno de que ela não é condição suficiente para o progresso, devido às assimetrias entre as partes.

Tais assimetrias devem ser adequadamente compensadas para que a abertura não as aprofunde e as potencialidades individuais tenham no mercado espaço para o êxito. Da mesma forma, a abertura recíproca não deve implicar um novo protecionismo, mas antes, a construção de um grande espaço continental latino-americano, competitivo no âmbito mundial. Fundamentam-se essencialmente nessa concepção o reconhecimento contratual da disparidade no desenvolvimento econômico e, entre outras, as desvantagens econômicas da mediterraneidade.

Durante o ano de 2003, a República do Paraguai defendeu de maneira sistemática a reivindicação do princípio das assimetrias como um fio condutor das suas negociações, tanto no quadro do Mercosul como nas relações deste bloco com terceiros.

Mais do que nunca, o Paraguai, em razão de uma longa crise econômica nacional acentuada, ademais, por outras originadas na região, viu-se na necessidade imperiosa de alcançar níveis mais altos de competitividade para conseguir uma efetiva inserção no Mercosul. Suas limitações estruturais são de tal forma que não bastaram seus próprios recursos para a consecução de tal objetivo. Os indicadores econômicos e sociais de meu país deixam claro que o Paraguai é a economia de menor desenvolvimento dentro do bloco, sendo evidente que a tarefa de reduzir esse hiato não era apenas um desafio nacional.

Deste ponto de vista, é importante destacar o estabelecido na Declaração de Presidentes na XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção, em junho de 2003, cujo parágrafo 10 expressa claramente: “Avaliaram positivamente a proposta do Paraguai relacionada ao tratamento das assimetrias entre os Estados-parte do Mercosul, como uma contribuição importante para a consolidação do processo de integração regional e reconheceram a necessidade de adotar políticas e medidas concretas para abordar a questão, conforme o acordado na reunião de Ministros das Relações Exteriores realizada em Montevideu. Nesse sentido, instruíram os

órgãos competentes a adotarem no próximo semestre as medidas necessárias para sua definição e implementação”.

A XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, ocorrida em 16 de dezembro, em Montevideu, revestiu-se de características particulares que justificam qualificá-la de “histórica”, da mesma forma que a de Las Leñas (Argentina, junho de 1992) e a de Ouro Preto (Brasil, dezembro de 1994).

Qualificamo-la de histórica, principalmente por dois motivos: o primeiro está relacionado à plena entrada em vigor da solidariedade como pilar sobre o qual se constrói um processo de integração que alcançou sua expressão máxima entre os Estados-Membros; o segundo tem a ver com o relacionamento externo do Mercosul, concretizando a união de toda a América do Sul, graças à assinatura do acordo com a Comunidade Andina de Nações.

Com efeito, é importante recordar que, em 1991, o Tratado de Assunção fundou-se sobre o princípio da “reciprocidade” de direitos e obrigações, apenas matizado pelo conceito de “flexibilidade”, que permitiu conceder vantagens limitadas aos sócios menores, sob a forma de prazos maiores para o cumprimento de certas obrigações. De acordo com o novo enfoque, o Paraguai e o Uruguai receberão um conjunto de benefícios destinados a compensar a diferença de tamanho de seus mercados e de suas economias. Entre eles, tem particular relevância o estabelecimento de “fundos estruturais”, que poderão orientar-se no sentido de prover a infra-estrutura de que necessitam e de promover a adequação de suas indústrias para que sejam mais competitivas.

Outrossim, no quadro do conjunto de medidas adotadas durante a reunião de cúpula acima mencionada, decidiu-se que os outros parceiros do Mercosul defenderão, em todas as “negociações externas” que se realizem, a concessão de vantagens adicionais ao Paraguai. Isto poderá traduzir-se em desgravações imediatas, ou em prazos menores, para os produtos de interesse do Paraguai, na concessão de quotas adicionais, em prazos mais longos, para a abertura do mercado paraguaio a produtos sensíveis, etc.

Por outro lado, o Paraguai receberá um “regime de origem especial” destinado a contribuir ao seu esforço para criar as condições para a sua industrialização. A partir de 2004 e até 2008, os bens que se produzirem no Paraguai precisarão ter apenas 40% de conteúdo regional. Os 60% restantes poderão ser provenientes de fora da zona. Dessa forma, as empresas e o capital estrangeiros terão um incentivo para investir e produzir no Paraguai, já que a

maior parte dos componentes poderão provir de regiões com nível mais alto de tecnologia, enquanto a mão-de-obra, a energia e peças menores poderão compor os 40% que se exige para sua entrada no Mercosul.

Naturalmente, o sentido desta concessão está na sua temporariedade, já que, paulatinamente, as empresas deverão ir ajustando sua produção aos níveis normais do Mercosul. Isso significa que, a partir de 2009, o conteúdo regional obrigatório aumentará para 50% do produto e, finalmente, em 2014, ou seja, dentro de dez anos, o Paraguai voltará a se identificar com seus parceiros no que se refere a regras de origem.

O Paraguai poderá manter também um conjunto de exceções à “Tarifa Externa Comum”. A importância deste regime especial, adotado no quadro do tratamento das assimetrias, consiste em permitir ao Paraguai dispor de certa margem para ajustar suas tarifas a suas necessidades.

Finalmente, o Paraguai conseguiu um “regime especial para a importação de matérias-primas”, de modo que sua indústria e sua produção agropecuária possam manter-se competitivas. Em virtude de um compromisso assumido no Mercosul, este tipo de instrumento deveria ser disciplinado, ou seja, submetido a regras comuns, em 2005. Em decorrência das decisões adotadas no quadro do tratamento das assimetrias, esse regime especial foi prorrogado para o Paraguai até 2010, o que nos permitirá organizar melhor a produção, de modo a ficarmos em condições mais adequadas de integrar nosso regime àquele prevalecente dentro do bloco.

Âmbito institucional

Da mesma forma, o campo institucional se fortaleceu e aprofundou com a criação do Conselho de Representantes Permanentes (Coreper), sob a presidência do Doutor Eduardo Duhalde, ex-Presidente da República Argentina, que dará ao Mercosul a possibilidade de ampliar seu campo de ação em matéria de política internacional e, de se constituir em instrumento para a obtenção de financiamento para seus projetos. Ao mesmo tempo, com a instalação da Secretaria Técnica, separa-se o campo de ação das delegações nacionais daquele que é privativo dos funcionários do Mercosul. Haverá, portanto, duas vertentes na administração do Mercosul – a política, a cargo do Coreper, e a técnica, a cargo da Secretaria do Mercosul.

Por outro lado, com a entrada em vigor, em 2 de janeiro de 2004, do Protocolo de Olivos sobre a Solução de Controvérsias, o Mercosul iniciou uma nova etapa em sua existência jurídico-institucional. Assim, ao disporem nossos países de um sistema moderno e pragmático para dirimir os conflitos suscitados pela aplicação do Tratado de Assunção e suas disposições complementares, os agentes econômicos da região e de fora da zona terão segurança jurídica bastante para desenvolver a produção e investir no Mercosul.

O Tribunal Permanente terá sua sede na cidade de Assunção, e estamos muito satisfeitos com a confiança demonstrada pelos demais membros do Mercosul, ao outorgar-nos tal responsabilidade e privilégio.

O Paraguai deseja que, com a instalação desse Tribunal Permanente, se marque o início da condição de Assunção como capital jurídica do Mercosul. Por isso, estamos também satisfeitos com a decisão de estabelecer, junto com esse Tribunal, o “Centro Mercosul de Promoção do Estado de Direito”, com o objetivo de abrir um espaço para a pesquisa e a formulação de iniciativas destinadas ao desenvolvimento do Direito Comunitário do Mercosul. O Centro poderá constituir-se também em um veículo para a promoção da democracia e dos valores da cidadania, de tal maneira que toda a região seja não apenas uma zona de paz, mas também um exemplo de convivência democrática.

Relações Externas

A agenda externa tem hoje uma significação transcendente para o Mercosul. Mais do que uma forma de se relacionar com a comunidade internacional e de participar de seus diversos foros de negociações econômicas, representa o futuro dos seus Estados-Membros, já que da capacidade do Mercosul de abrir mercados e posicionar-se no comércio mundial dependerá o êxito das políticas internas de cada um de nossos países. Sem comércio externo, todos os nossos esforços para criar o ambiente adequado para o investimento e o trabalho serão insuficientes.

Durante o ano de 2003, o Mercosul, como nunca antes, dedicou grande parte dos seus esforços à promoção de acordos bilaterais (com o Peru) e plurilaterais de caráter comercial, tal como aconteceu com a Comunidade Andina de Nações. Também por isso, esta XXV Reunião de Cúpula do Mercosul foi histórica, porquanto, com esse acordo, concretizávamos o sonho de tantos próceres latino-americanos de ver unida toda a América do Sul.

O Paraguai tem a convicção de que este é o caminho correto porque, embora não seja fácil medir com precisão os benefícios e os riscos de um acordo comercial, a experiência tem demonstrado que o resultado é sempre positivo, quando comparado à alternativa de permanecer no isolamento.

Assim, como parte de nossa política exterior, estamos também decididos a continuar avançando na direção de acordos de associação com a União Européia, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), com a Índia, com a África do Sul, entre outros.

Nesse sentido, acreditamos dever prosseguir no Mercosul, não só ampliando nossa agenda externa, mas também alcançando uma influência cada vez maior nos foros de negociações internacionais. O Mercosul é hoje um ponto de referência iniludível nos complexos cenários em que se processa o futuro econômico das nações do mundo.

Estamos certos de que devemos continuar trabalhando juntos para manter e ampliar essa gravitação, porque é a principal garantia de que nossos interesses como bloco terão maior impacto na hora de moldar os instrumentos que consagrem os direitos e deveres pelos quais se regem as relações econômicas mundiais.

Paraguai, país estratégico na união do Atlântico com o Pacífico

O Paraguai, como país sem litoral, mas consciente de sua localização geográfica estratégica, procura ser o centro das rotas que unam o Atlântico com o Pacífico. Para tanto, nossa carência de uma costa marítima transforma-se no instrumento para a integração física de nosso continente.

Considerando sua situação geográfica e seu afastamento dos principais mercados internacionais, com a conseqüente incidência negativa sobre a competitividade dos produtos paraguaios, a integração física é, sem qualquer dúvida, de vital importância para o Paraguai. O desenvolvimento econômico do país depende essencialmente da modernização e do crescimento da infraestrutura de transporte, comunicações e energia.

Nesse sentido, estamos participando ativamente de todos os foros onde se discutem as estratégias de interconexão regional, tais como o projeto Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (Iirsa), os corredores bioceânicos, a Hidrovia Paraguai-Paraná, entre outros.

A diplomacia cultural: o mundo guarani

Estamos desenvolvendo uma estratégia para a apresentação do programa “Mundo Guarani”, que procura contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável de uma região específica do Cone Sul, que inclui Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, através de um circuito de turismo cultural, ecológico e de aventura, baseado na preservação da herança cultural e do meio ambiente, assegurando a participação dos guaranis e de outras comunidades locais estabelecidas na área.

Nos países da região guarani, numerosas áreas, que representam uma porcentagem elevada dos respectivos territórios nacionais e onde a riqueza em biodiversidade é de grande importância, foram declaradas protegidas. Este fato, combinado à herança das Missões e cidades jesuítas, fazem dessa região algo único no mundo.

Nos principais sítios arqueológicos e cidades originadas nas Missões Jesuítas, estão sendo realizados, há mais de vinte anos, importantes trabalhos de recuperação e valorização, com o apoio de diversas instituições internacionais. A idéia de criar um circuito ou rota dentro do mundo guarani pode chegar a representar uma intensa e exclusiva aventura cultural e ecológica, já que alguns dos mais importantes desses sítios (reduções) foram declarados pela Unesco patrimônio universal da humanidade.

Além disso, é importante assinalar que a região conta com outras atrações complementares, tais como centros artesanais, museus e fazendas, além de parques e atrações naturais, como as cataratas de Iguaçu, os alagados do Chaco e do Pantanal ou a Mata e Costa Atlântica.

Com tudo isso, buscamos pôr o Paraguai novamente de pé perante o mundo, mas com uma concepção renovada, conscientes de que a realidade atual nos convoca ao trabalho conjunto com todos os membros da comunidade internacional.

Finalmente, quero ressaltar que, com vontade política e a colaboração dos diferentes setores de nossa sociedade, poderemos estabelecer políticas de Estado para este novo século, com as quais fazer face aos permanentes desafios que nosso país enfrenta, para alcançar o desenvolvimento e a prosperidade do Paraguai, pelos quais tanto ansiamos.

Estamos convencidos de que, mediante a consecução dos objetivos que traçamos em matéria de política exterior, contribuiremos não apenas para a formação de um novo Paraguai, mas também para a construção de um mundo mais fraterno e mais humano, de um mundo que seja um “lar seguro e livre” para todos os homens e mulheres que o habitamos. ■■■

Tradução: Luiz Augusto Souto Maior

A Política Exterior do Peru: uma opção nacional no processo global

*Manuel Rodríguez Cuadros**



A globalização ainda não criou um mercado integrado em escala mundial. Este processo se está gestando através de expressões regionais de liberalização do comércio e das regras multilaterais da OMC. Embora a internacionalização dos fluxos de capital esteja mais avançada do que a liberalização do comércio, a globalização encontra-se ainda em fase de transição. Os mercados não substituíram os Estados e as sociedades nacionais, independentemente do fato de que, no âmbito macroeconômico, a governança mundial tenha limitado a margem de decisão autônoma das economias nacionais.

É certo, como assinala Otávio Ianni¹, que o processo global está modificando os cenários locais, regionais, nacionais e internacionais em que atuam os Estados. Interpretar e assimilar essas mudanças às exigências das políticas exteriores é, conseqüentemente, um requisito essencial da diplomacia de nossos dias. No entanto, os interesses que se promovem, se concertam ou se contrapõem na política internacional continuam sendo representativos do Estado nacional. Mesmo na globalização, as políticas exteriores não se concebem apenas para viabilizar mercados, mas principalmente para viabilizar Estados e sociedades nacionais.

* Ministro das Relações Exteriores do Peru

¹ Cf. Otávio Ianni, "La Era del Globalismo", Siglo XXI Editores, 1999.

A globalização vem reduzindo as barreiras naturais do tempo e do espaço para a economia, mas também para a política, para as relações sociais e, certamente, para as correlações militares e estratégicas. Do ponto de vista econômico, os componentes essenciais da globalização são a liberalização dos fluxos financeiros, o processo de liberalização do comércio a partir de esquemas regionais, a mobilidade da produção de manufaturas e serviços e a expansão mundial dos efeitos da inovação científico-tecnológica no campo das comunicações e da informação. A força dinâmica mais importante é um sistema global de produção baseado na ação de 65 mil empresas multinacionais com 850 mil companhias afiliadas no exterior.

No caso do comércio, produziu-se uma expansão importante nas últimas duas décadas. O intercâmbio de bens certamente cresceu mais rapidamente do que o produto bruto mundial. No entanto, nem todos os países do mundo viram crescer suas exportações e suas dinâmicas de comércio com a globalização. Segundo dados da Unctad e do Banco Mundial, na maioria dos países em desenvolvimento, não se produziu uma expansão importante do comércio. Pelo contrário, os países menos adiantados enfrentam uma queda acentuada de sua participação no intercâmbio mundial.

Apenas doze economias em desenvolvimento tiveram um crescimento claramente perceptível sua participação no comércio mundial. China, que concentra 13,2% da expansão do comércio de produtos manufaturados dos países em desenvolvimento; Coreia, 11,7%, Taiwan, 11,2%; Singapura, 9,4%; México, 7,0%; Malásia, 5,0%; Tailândia, 4,0%, Hong Kong, 3,0%; Brasil, 2,8%; Índia, 2,8%; Indonésia, 2,4%; e Turquia, 1,8%².

Os outros, mais de 167 países, compartilham apenas 26% do comércio de manufaturados do mundo em desenvolvimento. Se essas cifras fossem ajustadas de modo a introduzir o grau de transformação das exportações, o caráter desigual do processo de globalização se revelaria muito mais acentuado.

Desde 1980, o investimento estrangeiro aumentou de maneira sem precedentes. Também desde aquela data, estabeleceram-se quadros normativos que liberalizaram as condições de admissão dos investimentos externos. Em 2000, mais de cem países tinham liberalizado amplamente seus regimes de tratamento do capital estrangeiro.

² Cf. Informe da Comissão Mundial sobre os efeitos da globalização, OIT, 2004.

Ao mesmo tempo, de forma semelhante ao ocorrido com o comércio, produziu-se uma concentração do investimento estrangeiro em um determinado número de países em desenvolvimento. A China captou, desde 1990, 23% do investimento estrangeiro em países em desenvolvimento; o Brasil, 8,3%; o México, 8,1%; a Argentina, 5,6%; Bermudas, 2,7%; Chile, 2,7%; Tailândia, 2,2%; Coréia, 2,1%; e Venezuela, 1,7%³.

A globalização avançou no campo do financiamento mais do que em qualquer outro, tanto no que se refere ao sistema multilateral quanto no tocante aos empréstimos bancários. Os bônus internacionais em circulação dos países em desenvolvimento passaram de 25 bilhões de dólares em 1982, para 500 bilhões em 2002.

A inovação tecnológica está concentrada no mundo industrializado. Exceto países como China, Índia e alguns outros, a revolução tecnológica não foi assimilada em termos produtivos pelos países em desenvolvimento, ainda que eles tenham fácil acesso ao consumo das altas tecnologias, especialmente no campo das comunicações, da informação via internet, do correio eletrônico, da televisão digital, da televisão por cabo e dos serviços telefônicos, que baixaram suas tarifas a níveis extraordinários em todo o mundo.

Além dos efeitos positivos da globalização, nos mercados e no consumo, suas repercussões sobre as relações sociais, no interior dos Estados e sobre as relações entre Estados, longe de diminuir as diferenças de renda, as estão aumentando. Está se produzindo no mundo uma multiplicação das desigualdades. Nas duas últimas décadas, conforme os estudos empíricos mais recentes, só 16 países em desenvolvimento cresceram a uma média de 3%, entre 1985 e 2000, 55 cresceram até 2% e 23 tiveram crescimento negativo.

Em todo o mundo, o emprego aumentou em termos globais e a pobreza absoluta diminuiu. De 1.237 milhões de pobres e miseráveis, em 1990, passou-se a 1.100 milhões em 2000. A diminuição da pobreza na China, explica o decréscimo global do desemprego. De 361 milhões de pobres que havia na China em princípios dos anos 90, a cifra baixou para 204 milhões. Mas tais números não se aplicam às demais regiões em desenvolvimento, onde as taxas de desemprego e de pobreza aumentaram. É o caso da América Latina e do Caribe.

³ Idem.

Os componentes econômicos e sociais do processo global devem ser interpretados de forma congruente com as tendências políticas e estratégicas do atual sistema internacional em transição. É um dado histórico que os Estados Unidos, integrando as diversas variáveis do poder nacional, são a única superpotência atual. Vivemos num mundo de base unilateral, desigual e fragmentado. A unilateralidade como fato real não tem, necessariamente, viabilidade como fato político. A governança mundial já não responde a sistemas passivos de equilíbrio de poder ou de exercício unilateral do poder. Requer necessariamente legitimidade. No plano interno e no plano internacional. E só se pode obter isso através de sistemas de equilíbrio com componentes descentralizados, isto é, multipolares, ainda que sejam relativos.

A política exterior no processo global: mudanças e continuidades

O sistema internacional global está modificando o cenário em que atuam os Estados, e as políticas exteriores devem estabelecer as correlações necessárias entre as solicitações internas da sociedade ou do Estado nacional e as tendências da globalização, tanto em seus componentes econômicos como nos sociais, políticos e estratégicos.

Para os países em desenvolvimento de renda média, como é o caso do Peru, trata-se de definir políticas exteriores que integrem adequadamente as agendas interna e externa. Políticas que atuem no sistema internacional para maximizar as tendências que incidam positivamente em suas variáveis de desenvolvimento interno e que minimizem ou neutralizem aquelas que possam ter um efeito negativo. Simultaneamente, as políticas exteriores, para incrementar a capacidade de negociação dos países pequenos e médios, devem estar orientadas no sentido de somar forças sobre bases regionais ou de coalizões de idéias afins, para influir na governança mundial ou regional da globalização.

Não há uma receita geral. Cada inserção externa tem elementos de especificidade derivados do peso da agenda interna e da “competitividade externa” de cada Estado. Por isso, as coalizões são mais difíceis – mas ao mesmo tempo, indispensáveis – na época da globalização.

A competitividade, conforme já assinalado, não corresponde apenas às empresas, mas também aos Estados, o que obriga a uma definição menos

abstrata e mais precisa dos interesses nacionais, que inclua uma visão descentralizada da elaboração e execução da política exterior.

O paradigma estritamente estatal de elaboração da política exterior está em crise e é inadequado para representar os interesses nacionais e sociais no mundo atual. O Estado já não pode atuar sozinho, em função das necessidades governamentais, deve articular consensos nacionais e sociais com os atores não estatais, especialmente com as empresas, os partidos e as forças políticas e uma multiplicidade de instituições da sociedade civil. De outra forma, a política exterior corre o risco de não ter apoio social interno e externo.

Bases conceituais da política exterior peruana

Dentro deste quadro teórico, a política exterior do Peru apóia-se numa interpretação do desenvolvimento histórico da sociedade e do Estado no Peru, que reconhece um processo de acumulação de experiências internas e externas, que afirmaram a identidade e autonomia do Estado nacional e que encontram na democracia, no estado de direito, no respeito e na proteção aos direitos humanos, na coesão social com equidade e no regionalismo aberto, valores amplamente compartilhados pelos diversos setores nacionais.

Estes consensos básicos permitem conceituar a política exterior do Peru como uma política de Estado, na qual, independentemente das orientações conjunturais que correspondam a cada governo, se possam consolidar continuidades que lhe outorguem a estabilidade e a coerência necessárias para que se converta em um fator de competitividade frente aos desafios da globalização.

Afirmar a identidade nacional para uma melhor inserção externa

O fundamento histórico da diplomacia peruana é a opção por reafirmar a identidade e a autonomia nacionais no quadro da abertura econômica e da participação ativa do país nos processos globais. Isto significa uma interpretação do sistema internacional global em termos compatíveis com a realização nacional da sociedade e do Estado peruanos. Implica revalorizar a identidade e a autonomia

nacionais e os valores da diversidade cultural e étnica do Peru, como a base sobre a qual se deve fortalecer a coesão social e nacional. Supõe assumir a vigência dos valores nacionais no contexto da globalização e uma concepção não-estatista da pátria, na qual esta não se identifica exclusivamente com o Estado e, menos ainda, com o Estado centralista, mas com a sociedade peruana, que inclui a sociedade política e a sociedade civil, e que reivindica uma gestão descentralizada dos interesses nacionais⁴.

A partir desse posicionamento nacional no contexto da globalização, a diplomacia peruana orienta-se por alguns princípios essenciais: 1) autonomia e afirmação dos pontos de referência nacionais e sociais da política exterior, cuja aplicação corresponde à dinâmica globalização-afirmação nacional-coesão social; 2) a preservação da soberania nacional e da integridade do Estado; 3) a solução pacífica das controvérsias; 4) a promoção dos valores da democracia e do respeito aos direitos humanos; 5) o regionalismo aberto, a integração andino-sul-americana e a identidade latino-americana; a abertura às correntes universais do processo global, o respeito ao direito internacional e a promoção do multilateralismo; 7) proteção e promoção dos nacionais e de seus interesses no exterior; e 8) unidade, coerência e caráter descentralizado da política exterior.

O Peru é um país com atributos nacionais que influenciam sua competitividade internacional. Sua posição geográfica, no centro da América do Sul, frente ao Pacífico, com uma projeção longitudinal no território andino e uma inserção transversal na bacia amazônica; sua alta diversidade, uma das mais altas do mundo, que conta com a existência de 84 zonas de vida e 17 em transição, das 104 que existem no mundo; e a pluralidade e antiguidade de sua cultura. Ao mesmo tempo, a política exterior está intimamente vinculada à realidade nacional, especialmente à situação de pobreza em que ainda se encontra uma alta porcentagem da sua população, e incorpora a luta contra a pobreza como um projeto nacional permanente.

O objetivo geral de longo prazo da diplomacia peruana é assegurar, no contexto do sistema internacional global, o exercício autônomo da soberania nacional, resguardar a segurança da nação e de seus habitantes, consolidar o processo de afirmação democrática, contribuir para o desenvolvimento

⁴ Para uma visão da identidade nacional peruanano contexto regional e internacional, cf. Jorge Basadre, “Mentira o factibilidad Del Peru” in *Apertura Lima*, 1978.

econômico e social com equidade, posicionar o Peru, na região e no mundo, como um país democrático, estável, respeitoso do estado de direito, com uma inserção estratégica na América do Sul, com relações bilaterais e multilaterais orientadas no sentido de valorizar seus interesses econômicos e sociais, e comprometido com a manutenção da paz e da segurança regionais e internacionais, com base numa governança mundial multilateral, respeitosa do direito internacional e mais justa.

O Peru concebe o conjunto de suas relações externas a partir de uma inserção estratégica na América do Sul e, dentro desta, afirma sua participação na Comunidade Andina, promove a construção de uma relação estratégica com o Brasil e vínculos de associação preferencial com os países fronteiriços. A partir dessa inserção sul-americana, defende uma revalorização do processo de integração e unidade latino-americana. Entende os vínculos com seus principais parceiros comerciais e econômicos, os Estados Unidos e a União Européia, como relações de associação com autonomia. Os diversos níveis e graus de ação concertada de que o Peru participa em âmbito multilateral respondem a essa visão estratégica de sua política exterior e a uma disposição permanente de articular tais ações com países afins, sobre a base de valores compartilhados, como a preservação e a defesa da democracia, o respeito dos direitos humanos, a luta contra a pobreza, o fortalecimento do multilateralismo e a melhora das condições e das regras que regem as relações econômicas internacionais, aí incluídos os sistemas de comércio e financiamento.

O quadro jurídico da ação externa do Estado peruano é dado pelas disposições constitucionais pertinentes e pelos diversos tratados que obrigam a nação, que são complementados pelos consensos multipartidários, reforçados pelos da sociedade civil, que se estabeleceram no quadro do Acordo Nacional, que constitui um compromisso assumido pelos partidos políticos, pelos governos regionais, pelos representantes das entidades empresariais, pelas direções de sindicatos trabalhistas e pelas instituições nacionais mais representativas.

A agenda prioritária da política exterior peruana

Nesse contexto e de conformidade com as disposições da Constituição do Estado, o Acordo Nacional e as necessidades externas do desenvolvimento

e da segurança nacional, a política exterior peruana é posta em prática em função de uma agenda prioritária, que vem sendo cumprida dentro de um enfoque integrado.

1. Diplomacia para a preservação e afirmação da soberania nacional.

A globalização não substituiu os Estados nacionais pelos mercados. Embora hajam surgido novos atores nas relações internacionais, a política externa continua sendo um conjunto de interações entre Estados nacionais, independentemente da desigualdade de poder econômico e político existente.

A questão nacional não desaparece com a globalização; antes tende a revalorizar-se, embora em cenários muito mais complexos e descentralizados. Da mesma forma que as empresas, os Estados podem ser mais ou menos competitivos, e um traço essencial dessa competitividade é o seu grau de coesão e de consciência nacional.

Para a política exterior do Peru, como já se indicou, a afirmação do ponto de referência nacional é um componente essencial do princípio de preservação e do exercício da soberania nacional. Dentro de uma vocação de abertura econômica e de inserção no processo global é indispensável fortalecer ao mesmo tempo não apenas o caráter nacional da política exterior, mas também o caráter nacional da sociedade peruana. A frase de José Carlos Mariátegui, “peruanizemos o Peru”, é mais válida do que nunca na globalização. A afirmação nacional da diplomacia peruana é um princípio que se deve expressar em todos os atos da política exterior e deve resolver-se, ao mesmo tempo, de maneira compatível com a abertura que significa o regionalismo aberto.

A defesa da soberania nacional e a integridade territorial do Estado, com pleno respeito aos tratados de limites, constitui uma função permanente da política exterior.

Dentro dessa prioridade de preservação da soberania nacional, têm lugar preeminente na diplomacia peruana de hoje, as ações que visam a assegurar os direitos de soberania e jurisdição sobre as atividades econômicas e os recursos naturais até as 200 milhas. Isso implica, evidentemente, a opção de assegurar aos direitos de soberania e de jurisdição do Estado até as 200 milhas a proteção

jurídica que, no contexto do direito internacional atual, só se pode conseguir com a adesão à Convenção do Mar.

Ocupa também um lugar preeminente na diplomacia peruana relativa à afirmação da soberania nacional a questão, ainda pendente, do limite marítimo entre o Peru e o Chile. Em 1952, Peru, Chile e Equador firmaram a Declaração de Santiago. Este instrumento vinculante estabeleceu os títulos jurídicos do Peru e do Chile sobre seus espaços marítimos em relação a sua projeção até uma distância mínima de 200 milhas. Como os direitos dos dois países a tais espaços se superpõem, pela adjacência de suas costas, é indispensável proceder à operação de delimitação, conforme as regras do direito internacional, para obter um limite através de uma linha média que assegure equidade nos resultados.

A diplomacia peruana toma as medidas necessárias para concretizar este objetivo nacional, que possibilitará, adicionalmente, dar um caráter mais estável às importantíssimas relações com o Chile e às interações de associação com aquele país, potencializando, dessa forma, a cooperação e a complementação.

O Peru não tem problemas de delimitação ou de demarcação de suas fronteiras terrestres. Todas são juridicamente perfeitas e não existem assuntos pendentes. Isso permite uma transformação dos enfoques tradicionais relativos às linhas da fronteira terrestre. É claro que a fronteira continua sendo uma linha que limita o exercício da soberania frente aos Estados vizinhos, mas, ao mesmo tempo, o conceito de zona de fronteira, que põe ênfase na boa vizinhança e na articulação de zonas de integração fronteiriça, permite pôr em prática estratégias de desenvolvimento compartilhado.

A aplicação de uma política de desenvolvimento e cooperação fronteiriços, que supere a visão tradicional da fronteira, como linha ou separação, e afirme a visão mais moderna da fronteira como zona ou área de integração, de criação de mercados inter-regionais e de desenvolvimento econômico e social, orienta as relações bilaterais fronteiriças do Peru com Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia e Chile.

A integração fronteiriça é o meio idôneo de interconectar os mercados transfronteiriços através de obras de infra-estrutura física, projetos de desenvolvimento econômico e social e investimentos conjuntos. É também uma opção para elevar o nível de emprego e de atenção social à população. Mostrou ser também o veículo mais eficaz para criar uma cultura de paz, amizade e fomento da confiança.

O Plano Binacional de Desenvolvimento da Região Fronteiriça Peru-Ecuador é uma estratégia conjunta, traçada pelo Peru e pelo Ecuador, com a finalidade de desenvolver atividades e executar projetos que permitam integrar economicamente a região, acelerar seu desenvolvimento produtivo e social, e superar a situação de atraso em relação ao resto dos territórios dos dois países.

A execução do Plano Binacional está prevista para um prazo de dez anos (2000-2009). Segundo se estimou em 1998, sua concretização requer um investimento de US\$3 bilhões, que se espera conseguir através de contribuições dos governos do Peru e do Ecuador, da cooperação internacional e do setor privado. O investimento foi programado e vem sendo realizado no quadro de quatro programas: Programa Binacional de Projetos de Infra-estrutura Social e Produtiva, num valor estimado de US\$ 1,498 bilhão; programas nacionais, peruano e equatoriano, de construção e melhoramento da infra-estrutura produtiva das regiões fronteiriças, com um custo de US\$ 400 milhões; programas nacionais de construção e melhoramento da infra-estrutura social e aspectos ambientais nas regiões fronteiriças, da ordem de US\$ 500 milhões; e programas de promoção do investimento privado, calculado em US\$ 602 milhões. Entre os projetos que vêm sendo executados, dentro do referido Plano, estão os relativos ao reordenamento e manejo da bacia binacional Catamayo-Chira; o manejo da bacia binacional Puyango-Tumbes; o Eixo Viário n°. 1 Huaquillas-Águas Verdes e o projeto de saúde e desenvolvimento rural, financiados pela Espanha, pelo Banco Mundial, pela União Européia e pela Itália.

A estratégia de desenvolvimento e integração fronteiriça, na fronteira norte e nordeste do Peru, complementa-se com os programas de integração e cooperação fronteiriça com a Colômbia e com o Brasil. No caso da Colômbia, destaca-se especialmente o projeto binacional de desenvolvimento da bacia do rio Putumayo, que abrange uma extensão de 160.500 quilômetros quadrados e se destina ao manejo compartilhado das atividades pesqueiras e dos bosques Tarapacá e Flor de Agosto, com o objetivo de criar trabalho produtivo e sustentável em benefício das populações fronteiriças. No caso do Brasil, a partir de projetos de interligação rodoviária, fluvial e aérea, procura-se dinamizar os mercados inter-regionais fronteiriços dos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso, com as regiões do norte e do sul do Peru, bem como com as regiões de Loreto e Ucayali. O enfoque adotado põe ênfase na participação dos governadores e presidentes regionais nos processos de negociação e na execução dos acordos, bem como numa associação dinâmica

entre os empresários regionais e locais. A interconexão física e dos mercados inter-regionais, através de três eixos bioceânicos, é um fator determinante na criação das áreas de desenvolvimento compartilhado.

No sul, a estratégia de desenvolvimento da zona de fronteira visa à complementação econômica do ocidente boliviano, do sul do Peru e do norte do Chile. Os arranjos fronteiriços e o Acordo de Complementação Econômica entre o Peru e o Chile, bem como a integração física e a negociação em curso de um tratado para a criação de um mercado comum com a Bolívia, são os instrumentos desse processo, que tem enormes potencialidades no tocante à interconexão elétrica e à integração energética.

2. Diplomacia para uma inserção estratégica na América do Sul

A política exterior peruana define como cenário imediato da ação do Estado o subcontinente sul-americano. Por motivos de caráter geográfico, histórico, cultural e de densidade dos interesses compartilhados, a América do Sul é o espaço social, econômico, político e estratégico mais imediato da proteção externa do Peru. Os espaços amazônico, andino e do mar adjacente a suas costas articulam o território peruano com o espaço sul-americano e a bacia do Pacífico. A América do Sul é o eixo da projeção regional e mundial das relações externas do Peru. Nela se resolveu e se resolve grande parte da sua história.

O Peru concebe sua inserção estratégica na sub-região a partir da sua posição de membro da Comunidade Andina e de um entendimento estratégico com o Brasil. Defende a criação e consolidação de um espaço sul-americano concebido de maneira funcional, com as identidades e os processos de coordenação de alcance latino-americano, como o Grupo do Rio e outras expressões institucionais da política regional. A diplomacia peruana propicia a criação e consolidação, de forma progressiva, de um espaço sul-americano integrado, através das seguintes iniciativas:

a. O aperfeiçoamento da zona de livre comércio na Comunidade Andina e a aplicação de uma nova estratégia, baseada na revalorização das variáveis do desenvolvimento e em uma articulação funcional entre os compromissos comerciais no âmbito andino e a conclusão de tratados de livre comércio com

países e grupos de países de fora da área, com a finalidade de obter um mercado maior.

- b. A negociação e assinatura de um tratado de mercado comum entre o Peru e a Bolívia.
- c. A convergência da Comunidade Andina e do Mercosul, através dos acordos de livre comércio recentemente firmados, com o objetivo de progredir na direção de uma área de livre comércio sul-americana.
- d. A participação ativa do Peru como país associado do Mercosul.
- e. A integração física da América do Sul, especialmente em torno dos mercados regionais transfronteiriços, através da construção dos eixos definidos pela Iniciativa para a Infra-estrutura Sul-Americana (Iirsa).
- f. Elevar os compromissos de executar as obras de infra-estrutura assumidos no âmbito da Iirsa ao nível de um Tratado de Interconexão Física Sul-Americana.
- g. Transformação do processo de Cúpulas Sul-Americanas em uma Comunidade Sul-Americana de Nações, com uma institucionalidade flexível, multissetorial e multifuncional, dotada de coordenação e diálogo político dinâmicos.

A América do Sul, apesar da transformação produtiva ocorrida em alguns países e em alguns setores, continua dependente basicamente da exportação de matérias primas , especialmente petróleo, cobre, ouro, ferro, soja café, banana, estanho. As exportações de recursos naturais continuam representando mais de 40% das vendas totais da região ao exterior. Por isso é indispensável aprofundar a transformação produtiva da região e aumentar a competitividade das economias nacionais e das empresas. Segundo os indicadores de competitividade da Universidade de Harvard e do Foro Econômico Mundial, de 75 países selecionados, a competitividade média das economias sul-americanas ficaria em 59º lugar. Ao mesmo tempo, o índice de desigualdade de renda na região é dos maiores do mundo em desenvolvimento. Os 5% mais ricos detêm 26% da renda sul-americana.

Para superar tal situação, a América do Sul deve crescer de forma persistente, a taxas de 6% ou 7%, e seu crescimento demográfico anual não deve exceder 1,5%. Uma estratégia de desenvolvimento com coesão social é a

mais apta a alcançar tais objetivos. Para tanto, especialmente para dar sustentabilidade ao crescimento econômico, com base não apenas em fatores externos, mas também na própria dinâmica produtiva da região, é indispensável superar alguns obstáculos e fazer progressos substantivos em matéria de competitividade.

O acesso aos mercados dentro da América do Sul enfrenta claros obstáculos físicos. A superfície da região cobre 17.819.100 quilômetros quadrados, a distância entre suas principais cidades e os centros de consumo mundial é relativamente grande e a integração dos mercados nacionais, regionais e mundiais enfrenta enormes obstáculos naturais, como os Andes, a Amazônia e vastas bacias fluviais e pântanos. A iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana procura estabelecer mecanismos para superar tais obstáculos e promover o desenvolvimento econômico da região, mediante inovações metodológicas e financeiras, para o estabelecimento de ligações de transporte, energia e telecomunicações entre mercados e áreas com alto potencial de crescimento, com padrões técnicos compatíveis e condições de operação conhecidas e confiáveis.

Para o Peru, a Iirsa constitui uma alternativa de integração regional descentralizada e uma opção capaz de valorizar sua situação geográfica, a mesma que coloca o Peru como uma opção viável para a interconexão bioceânica da região. É, além disso, um componente essencial para o desenvolvimento regional no Peru, através do aproveitamento dos mercados interfronteiriços da região. O Peru tem um interesse primordial nos seguintes eixos da Iirsa. O eixo intermodal do Amazonas, projetado para interconectar o norte do Peru e o leste do Brasil, dos portos de Paita e Bayóvar, no oceano Pacífico, até Belém do Pará e Macapá, na costa atlântica brasileira. O eixo transoceânico central, que liga a macrorregião sul do Peru com os Estados do Acre e de Rondônia, no Brasil. Esses Estados brasileiros estão mais distantes de São Paulo do que dos mercados regionais peruanos. O eixo transoceânico pode favorecer o acesso das exportações daqueles Estados à bacia do Pacífico, através dos portos peruanos de Ilo e Matarani. O eixo interoceânico do sul, que vincula a macrorregião meridional do Peru aos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, a partir da costa peruana do Pacífico. Este eixo também interconecta o Peru com a Bolívia e o Paraguai; e abre, entre este último país e o Peru, a possibilidade de uma ligação interoceânica entre os portos de Ilo e Matarani e os de Villeta e Concepción, na hidrovia do Paraná.

Os eixos de integração da Iirsa devem ser complementados pelos esforços de integração viária e dos mercados nacionais. Todos esses esforços requerem, entretanto, investimentos vultosos. Levando em conta que a situação fiscal na região não permite grandes investimentos, o governo do Peru propôs dois mecanismos que podem ajudar no financiamento das obras de infra-estrutura física e, subsidiariamente, aumentar o emprego e diminuir a pobreza. Em primeiro lugar, a adoção de mecanismos inovadores por parte da comunidade financeira internacional. Especialmente, uma mudança na contabilidade utilizada pelo Fundo Monetário Internacional para calcular o déficit fiscal, de maneira que se faça uma diferença entre os gastos correntes e os de investimento, o que permitiria liberar recursos do teto de endividamento para investi-los na infra-estrutura física. Por outro lado, a criação de uma autoridade sul-americana para a infra-estrutura.

Como espaço de integração física e econômica e como identidade política, a América do Sul tem níveis adequados de densidade dos fluxos populacionais transfronteiriços, comerciais, de investimentos e de interações sociais e políticas, necessários para projetar um grau relativamente homogêneo de coordenação política nos assuntos regionais e mundiais. Ao mesmo tempo, o projeto sul-americano pode fortalecer a identidade latino-americana, através da convergência com outras unidades sub-regionais que fizeram progressos interessantes no mesmo sentido, a América Central e o Caribe.

3. Diplomacia econômica

O Peru é um país em desenvolvimento, de renda média, com potencial produtivo, uma considerável riqueza em recursos naturais e um setor empresarial que começa a adquirir competitividade. Ao mesmo tempo, seus indicadores sociais mostram uma alta porcentagem da população – cerca de 50% - em situação de pobreza, e 22% em extrema pobreza. A possibilidade de derrotar a pobreza está diretamente ligada ao crescimento e à maior competitividade das empresas, como fatores geradores de trabalho digno.

A diplomacia peruana, consciente dessa realidade, deve ter um viés essencialmente econômico e social em uma área bastante ampla de suas relações externas. Os indicadores macroeconômicos nacionais são estáveis e auspiciosos. O governo do Presidente Toledo recebeu o país com uma taxa de crescimento

real de 0,3% no ano de 2001. Desde essa data o Peru tem crescido a uma taxa média superior a 4,2% e as projeções para 2004 e 2005 ficam em torno ou acima de 4,5%. A inflação do ano de 2002 foi de 1,5%, a de 2003 foi de 2,48% e a projeção para 2004 chega a 2,5%. Os níveis de risco do país baixaram consideravelmente, situando-se, em 2003, numa média de 429 pontos. As reservas internacionais têm aumentado de forma sistemática, passando de 8.613 milhões de dólares, em 2001, para 11 mil milhões de dólares em 2004. O endividamento externo em relação ao produto interno bruto passou de 45,7% no ano 2000, para 45,45% em 2003, com projeções de continuada diminuição, em 2004 e 2005, para 45% e 43,2%, respectivamente.

Essa estabilidade da situação macroeconômica do Peru está criando as condições para uma maior atividade das empresas e um aumento do emprego, que ainda é incipiente. As exportações, que no ano de 2001 alcançaram 6.900 milhões de dólares, aumentaram de maneira evidente, chegando no ano de 2003 a mais de 8 mil milhões. Para 2004, prevê-se uma cifra de 10 mil milhões de dólares, o que faz presumir que se atingirá o objetivo de chegar ao ano de 2005 com um montante de 13 mil milhões. A estrutura das exportações peruanas é bastante diversificada: 25,79% destina-se ao mercado norte-americano; 29,2% o Nafta, que inclui, além dos Estados Unidos, o Canadá e o México; destinam-se à União Européia 25,5% do total das exportações; cerca de 19% à Ásia; e 10% à América do Sul.

O Peru é um país com um mercado interno relativamente pequeno e concentrado na costa, mais especificamente na cidade de Lima. Por isso, a estratégia nacional de desenvolvimento põe ênfase no mercado externo e busca assegurar-se mercados amplos, de 800 milhões ou mais de consumidores. O Peru tem uma área de livre comércio praticamente completa com a Comunidade Andina, firmou um acordo de livre comércio com o Mercosul e iniciou a negociação de outro com os Estados Unidos. O processo que deve culminar com negociações com vistas ao livre comércio entre a Comunidade Andina e a União Européia iniciou-se logo depois da Cúpula Europa-América Latina, realizada em Guadalajara. Vêm-se realizando também negociações para a conclusão de um tratado de livre comércio com a Tailândia e progressivamente se iniciarão outras, provavelmente com o Marrocos e países latino-americanos que não fazem parte dos processos multilaterais regionais de liberalização do comércio.

A estratégia nacional de expansão do comércio e da atividade produtiva atribui também prioridade a negociações eqüitativas na rodada de Doha, na

qual o Peru considera que se devem obter resultados concretos em matéria de acesso ao mercado e de comércio agrícola, inclusive a progressiva eliminação dos subsídios e das ajudas à agricultura e à exportação de produtos agrícolas, a aceitação de uma cláusula de salvaguarda mais efetiva dos países em desenvolvimento, bem como listas de produtos sensíveis que favoreçam a progressiva competitividade de seus agricultores.

No que se refere à atividade específica das embaixadas e consulados do Peru no exterior, atribuiu-se a todas elas tarefas específicas em matéria de promoção das exportações, dos investimentos e do turismo, com um enfoque integrado que procura superar as dispersões e o fracionamento setorial que prevaleceu no passado. Procura-se integrar muito ativamente o setor privado nessa estratégia e decidiu-se uma especialização prática dos funcionários diplomáticos na promoção econômica, tendo-se designado um conselheiro comercial do serviço diplomático para cada missão no exterior, em caráter complementar aos adidos especializados que exercem suas funções nas embaixadas sediadas nos mercados mais dinâmicos para o Peru.

4. Diplomacia social

A política exterior peruana favorece uma nova agenda do desenvolvimento para a governança mundial, convencida da importância da ação multilateral para estabelecer um sistema econômico internacional mais justo, inclusivo e equitativo. Todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, devem ter acesso aos benefícios da expansão do comércio e dos investimentos e ao fortalecimento da coesão social.

Estima-se que existem atualmente, nos países em desenvolvimento, 1.2 bilhão de pessoas em estado de extrema pobreza, que vivem com menos de um dólar por dia, e das quais 826 milhões passam fome, 114 milhões de crianças não recebem educação primária e, delas, 63 milhões são meninas, 11 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade morrem anualmente de enfermidades que poderiam ser prevenidas. A cada minuto morre no mundo uma mulher, por motivos relacionados com a gravidez. 42 milhões de pessoas estão infectadas com o HIV/Aids, um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável, 2,4 Bilhões de pessoas não têm acesso ao saneamento básico.

No Peru, o índice de desenvolvimento humano manteve-se estacionário entre os anos de 2002 e 2003, situando-se na 82ª posição, abaixo de Chile, Costa Rica, Colômbia, Venezuela, Hungria e Romênia, e acima de Equador, Paraguai, Honduras e Marrocos. As tarefas internas ligadas ao desenvolvimento econômico e social e à luta contra a pobreza são prioritárias na estratégia nacional de desenvolvimento. Coerentemente, a política exterior incluiu a diplomacia social entre suas prioridades.

Superar a condição de pobreza de 52% da população é um interesse e um objetivo nacional prioritário. Por isso, a diplomacia peruana incorporou a variável social à sua estratégia de ação. A criação de emprego digno, o melhoramento e a ampliação da cobertura dada à assistência à saúde, educação, moradia, segurança alimentar e atenção adequada à maternidade e à infância constituem metas para cujo cumprimento a política exterior deve contribuir.

A diplomacia social pode ser definida como o esforço de mobilizar vários recursos disponíveis no contexto da projeção internacional do Peru na execução da sua política exterior, para progredir no sentido de um desenvolvimento nacional equitativo, democrático e orientado para o aumento da nossa competitividade.

No quadro de um cenário global e nacional em transformação, o Peru enfrenta o desafio constante de redefinir as coordenadas de sua projeção para o exterior. As implicações desse exercício são de tal magnitude que preparam uma reformulação do modo como o Peru se percebe a si mesmo. Assim, o conceito de diplomacia social abre auspiciosas possibilidades de criar uma concordância da nossa projeção externa com a interna. O conceito de diplomacia social resume uma das dimensões estratégicas que devem caracterizar a política exterior do Peru. Tal conceito dá conta da vontade política do governo de estabelecer uma sintonia entre, de um lado, as urgências e carências do seu desenvolvimento interno e, de outro, a ação em foros multilaterais e outras realidades surgidas no contexto da globalização. Tal sintonia é agora imperativa porquanto a globalização converteu as fronteiras e a soberania nacional em categorias porosas, intensificando a comunicação – quando não a indistinguibilidade – entre o interno e o internacional, de tal maneira que, por exemplo, as políticas nacionais de luta contra a pobreza não podem ignorar os efeitos causados pelas migrações ou pelo comércio internacionais.

A diplomacia social representa o esforço de articular a política exterior peruana com os objetivos nacionais prioritários de reduzir drasticamente a pobreza, a desnutrição e a incidência de enfermidades infecto-contagiosas a elas associadas; e de favorecer a maximização dos benefícios nacionais, sociais e pessoais criados ao longo do processo de emigração. Ela se desenvolve em três campos: a ação multilateral, principalmente em torno dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; a canalização de ajuda oficial ao desenvolvimento para o nosso país; e a mobilização das comunidades de emigrados peruanos em torno dos objetivos nacionais de desenvolvimento, que incluem a proteção desses emigrados e a promoção dos seus interesses.

Um aspecto positivo do multilateralismo na época atual é a globalização da agenda social, baseada no reconhecimento de que muitos fenômenos sociais contemporâneos se replicam universalmente ou geram conseqüências que transcendem as fronteiras nacionais: a luta contra a pobreza e contra os flagelos infecto-contagiosos contemporâneos, por exemplo, não pode ficar circunscrita à competência exclusiva dos Estados nacionais e requerem respostas multilaterais ou supranacionais.

A globalização da agenda social, entendida como a projeção à escala mundial das políticas sociais, é particularmente evidente para um país como o Peru, no qual a eclosão de problemas estruturais não resolvidos deu origem nas últimas décadas a processos de emigração muito intensos – chame-se-os, em grande medida, de exportação da pobreza – em conseqüência dos quais cerca de 10% dos peruanos vivem atualmente fora do território nacional.

A globalização da agenda social tem também uma significação estratégica, pelo menos por três razões. Primeiro, frente às crescentes assimetrias que marcam o cenário internacional. O Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan assinalou em “Nosotros los Pueblos”, seu relatório para a Cúpula do Milênio:

“Em primeiro lugar, os benefícios e oportunidades oferecidos pela mundialização continuam muito concentrados em um número relativamente pequeno de países e se distribuem neles de maneira desigual. Em segundo lugar, surgiu nas últimas décadas um desequilíbrio, porquanto se elaboraram normas sólidas, de cumprimento seguro, que facilitam a expansão dos mercados mundiais, mas não houve um apoio comparável a objetivos sociais igualmente válidos, sejam normas trabalhistas, para o meio ambiente, para os direitos humanos ou para a redução da pobreza”.

Por isso, a globalização da agenda social representa uma contestação dessas assimetrias – que afetam muito substancialmente o Peru e os outros países em desenvolvimento – e dá expressão a um clamor universal que procura construir um mundo mais eqüitativo. Segundo, a globalização da agenda social procura dar coerência e sustentabilidade ao cenário mundial emergente. É o que também assinala o Secretário Geral das Nações Unidas no mesmo documento:

“[...] a mundialização deve supor algo mais do que a criação de maiores mercados. Não se pode separar a esfera econômica da teia mais complexa da vida social e política e deixar que siga sua própria trajetória. Para sobreviver e prosperar, uma economia mundial deve estar mais solidamente cimentada nos valores compartilhados e nas práticas institucionais: deve promover objetivos sociais mais amplos e que dêem mais espaço para todos”.

Terceiro, porque os processos sociais internos do Peru estão significativamente condicionados por variáveis extranacionais. Exemplo disso são os efeitos que o fenômeno do aquecimento global provavelmente está tendo sobre as alterações dos ciclos climáticos usuais na maioria das regiões mais pobres de nosso país, cuja ocorrência reforça as condições de pobreza e falta de eqüidade pré-existentes; ou os efeitos distintos que a assinatura de tratado de livre comércio com os Estados Unidos terá para o Peru; ou a súbita alteração dos circuitos comerciais internacionais de carnes devido a surtos pandêmicos, que cria oportunidades não planejadas nem aproveitadas por nosso país.

Seguindo o impulso dado pela globalização da agenda social, a diplomacia social baseia-se em que as premissas da eqüidade social, no desenvolvimento sociocultural e no desenvolvimento econômico, constituem um só processo e são concebidas de maneira integral e coerente e que os processos de integração política e econômica devem estar orientados no sentido de conseguir a melhora permanente das condições de vida dos habitantes da região e de contribuir para o fortalecimento do exercício dos seus direitos e deveres econômicos e sociais, como reconheceram altas autoridades em políticas de desenvolvimento social do nosso continente na recente Declaração de Santa Clara sobre Coesão Social na América Latina e no Caribe. Dentro desse quadro, a política exterior peruana, orientada para ser o veículo do desenvolvimento nacional, deve reconhecer o caráter fundamental deste na inserção internacional do país e projetá-lo para o exterior na multiplicidade de dimensões que lhe é inerente. A

diplomacia social, procura assim, projetar os interesses nacionais do Peru de modo pró-ativo no processo de definição e execução da agenda social global, entendendo-a como aporte da comunidade internacional para enfrentar os desafios do nosso próprio desenvolvimento, ao mesmo tempo em que procura afirmar a liderança do nosso país na promoção de melhores condições internacionais de equidade.

Com essa finalidade, a chancelaria peruana definiu e vem executando uma diplomacia social que atua em três âmbitos de ação prioritária.

Participação ativa, em função das exigências do Plano Nacional de Luta contra a Pobreza, nas negociações internacionais sobre a agenda social. Especialmente em relação com a luta contra a pobreza e a fome, a erradicação do analfabetismo, o tratamento daquelas enfermidades que mais afetam os peruanos e peruanas, entre elas as de caráter endêmico (como a tuberculose, a febre amarela e a malária), a superação do déficit de vivendas, especialmente nos setores rurais e urbanos mais desfavorecidos, os programas de segurança alimentar, a criação de emprego digno, o desenvolvimento rural, as condições de trabalho de crianças e mulheres e os assuntos relativos às políticas populacionais.

No conjunto desses processos internacionais, têm prioridade as ações nacionais e internacionais voltadas para a realização no Peru das metas globais contidas na Declaração do Milênio da ONU. Especialmente as que se referem ao cumprimento dos objetivos básicos de desenvolvimento. reduzir à metade, até 2015, a porcentagem de pessoas cujas rendas sejam inferiores a um dólar por dia e que sofram fome; evitar a deserção escolar para alcançar a meta de que todas as crianças do país terminem, pelo menos, o ciclo completo do ensino primário; eliminar as desigualdades entre gêneros no ensino primário e secundário, de preferência já no ano 2005; e em todos os níveis de ensino antes do fim de 2015; reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças de menos de cinco anos; reduzir em três quartos, até 2015, a mortalidade materna; ter detido e começado a reduzir, até 2015, a propagação do HIV/Aids; ter detido e começado a reduzir, também até 2015, a incidência da febre amarela, da tuberculose e da malária; reduzir à metade, até 2015, a porcentagem de pessoas que não têm acesso regular à água potável e a melhores serviços de saneamento.

Esses objetivos do milênio, aplicados à realidade peruana, são metas da política nacional de desenvolvimento e da diplomacia social. Para alcançá-las, os esforços internos são complementados pelas atividades de cooperação para

o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas. Os princípios dessas atividades são, entre outros, seu caráter universal, voluntário e de doação, neutralidade e multilateralismo, e se realizarem em benefício das populações-alvo, de conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento.

As principais agências de cooperação técnica e financeira da Organização das Nações Unidas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e o Programa Mundial de Alimentos, com sede em Roma, realizam no Peru programas destinados ao alívio da pobreza e à criação de capacidade produtiva nos setores sociais mais vulneráveis.

O programa de cooperação atualmente vigente do Pnud com o Peru (2001-2005) é um dos mais extensos da região, considerando-se a mobilização de recursos num total geral de US\$ 311.783.000. Tais recursos destinam-se a apoiar os programas sociais de alívio da pobreza, bem como a apoiar os esforços do país para melhorar a gestão do Estado e reforçar os níveis de participação democrática dos governos e populações locais, como formas de reforçar a governabilidade democrática.

Finalmente, a diplomacia social procura aplicar um programa ainda em elaboração, denominado Solidariedade. Através dele identificar-se-ão anualmente entre sessenta e oitenta microprojetos de impacto social direto. Desde a construção de pequenas escolas, o estabelecimento de padarias nos clubes de mães ou do copo de leite, até programas de atendimento médico ou de instalação de pequenos postos de saúde. Cada missão diplomática ou consular ficará incumbida de um a três projetos, a fim de que obtenha cooperação sob a forma de doações ou de financiamento não reembolsável. A gestão dos projetos será feita pelas próprias populações beneficiadas, através de suas organizações de base.

5. Diplomacia para a defesa da democracia e a modernização do sistema interamericano

Nos últimos anos fizeram-se progressos de grande transcendência na definição de uma agenda para a governança interamericana. A Carta Democrática Interamericana, iniciativa do Peru, aperfeiçoou a institucionalidade jurídica e política da democracia e o estado de direito na região.

Hoje, no sistema interamericano, a democracia é, sem dúvida, não apenas um bem protegido, mas também uma obrigação para todos os Estados que fazem parte da OEA. A Carta Interamericana foi projetada para que em outros continentes se progrida no mesmo sentido, aumentando-se a aprovação de cláusulas democráticas. Estimulou também as Nações Unidas para que, pela primeira vez, avance na busca de um consenso sobre os elementos que definem ou contribuem para a existência de um regime democrático.⁵

Na região, ainda não conseguimos, entretanto, um consenso sobre a utilidade e conveniência de aplicar a carta nas situações de crise da institucionalidade democrática. O caso do Haiti é representativo. Se a Carta tivesse sido aplicada oportunamente, talvez a evolução da crise houvesse sido menos lesiva às instituições democráticas. Temos um déficit de sentido prático na defesa da institucionalidade democrática.

São também progressos importantes na redefinição da agenda interamericana a Convenção contra a Corrupção, as decisões adotadas, por ocasião do 11 de setembro, em relação ao combate ao terrorismo, a experiência na aplicação do Mecanismo de Avaliação Multilateral, no âmbito da luta contra as drogas, os resultados da Cúpula Extraordinária das Américas sobre as questões econômicas, sociais e financeiras, os consensos sobre uma visão pluralista e democrática da segurança continental, que se aprovaram na Conferência Ministerial do México, bem como o fortalecimento do sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos.

Tudo isso ainda é, porém, insuficiente, como também o é o fato de que até agora se mantenha uma visão de compartimentos estanques no diálogo interamericano, onde os temas de paz e segurança não são, na prática, ligados aos de manutenção da democracia ou aos da luta contra o narcotráfico e à agenda social.

É necessário continuar aperfeiçoando o sistema em bases consensuais. Os desafios da globalização e sua articulação com as agendas internas e sub-regionais requerem um sistema interamericano atualizado, moderno, baseado na igualdade jurídica dos Estados, com respostas para os problemas reais que

⁵ Cf. Manuel Rodríguez Cuadros, "La Carta Democrática Interamericana, in Carta Democrática Interamericana, documentos e interpretaciones, OEA, Washington, DC, 2003.

enfrentam nossos cidadãos, especialmente os mais pobres e excluídos. Para isso é preciso aperfeiçoar uma agenda da governança interamericana, centrada nos temas e prioridades que incidem sobre a vida quotidiana das pessoas. O Peru considera que são os seguintes os elementos principais dessa agenda:

- a. Defesa e preservação da institucionalidade democrática. É necessária uma vontade política definida para aplicar a Carta Democrática Interamericana, especialmente em seus aspectos preventivos, e assumir que a democracia na região joga seu futuro na própria capacidade ou incapacidade de resolver as legítimas demandas de trabalho digno para a maioria da população.
- b. Meios de assegurar uma governabilidade que não exponha a democracia a questionamentos sociais, pela impossibilidade ou pelas suas limitações para resolver os problemas de uma grande quantidade de gente, que sofre diariamente porque não tem trabalho, porque recebe um salário que não lhe permite viver decentemente, porque sofre de uma enfermidade que não pode ser curada ou porque vê seus filhos abandonarem a escola primária ou secundária por falta de meios econômicos. Essa é a agenda real, quotidiana, da governabilidade democrática.
- c. As questões relativas ao crescimento econômico com equidade, tarefas do desenvolvimento e as questões sociais. Essa é a agenda social e econômica que não pode continuar a ser minimizada ou contornada. É urgente revalorizá-la, dando ao Conselho Permanente a faculdade de assumir o debate econômico e do desenvolvimento regional.
- d. É necessário abordar também os assuntos da paz e da segurança regionais dentro de um enfoque pró-ativo, que procure aplicar as conclusões da Conferência do México. É necessário que a OEA se envolva mais em tarefas urgentes: institucionalizar uma visão democrática e cooperativa da segurança, desencorajar qualquer possibilidade de corridas armamentistas, que somente comprometeriam a viabilidade do crescimento econômico e poderiam reativar tensões nacionais felizmente já superadas. Deve-se dar sentido prático ao registro regional de aquisição de armas como uma medida de fomento da confiança, que previna o armamentismo e os desequilíbrios sub-regionais. E a Organização deveria comprometer-se mais com a eliminação das minas antipessoal.

- e. A questão do narcotráfico e do terrorismo. É necessário avançar com mais decisão na luta contra o narcotráfico e o terrorismo, que tendem cada vez mais a inter-relacionar-se. É imperativo consolidar um enfoque integral contra o narcotráfico, que ataque simultaneamente a procura e a oferta. Nesse sentido, são relevantes os bons resultados da aplicação do mecanismo de avaliação multilateral sobre os progressos na substituição ou erradicação de plantações. Mas é necessário, introduzir nas avaliações do mecanismo os avanços que se possam identificar nos países maiormente afetados pelo consumo em relação com as medidas adotadas para reduzir a demanda.
- f. A luta contra a corrupção. A corrupção corrói a institucionalidade democrática e abre as portas para o narcotráfico, a lavagem de ativos e o tráfico de armas. A corrupção é antinômica do bom governo. O Peru considera indispensável reforçar os mecanismos anticorrupção e criar novos instrumentos de solidariedade e cooperação judicial que permitam a extradição dos altos funcionários de governo responsáveis por atos corruptos, entre eles a negociação e assinatura de um tratado multilateral de extradição exclusivamente para casos de corrupção.
- g. O aperfeiçoamento do sistema interamericano de direitos humanos. Abrir a possibilidade de que as pessoas físicas possam recorrer diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos é outra tarefa indispensável, bem como dotar a Corte de funções permanentes.

A diplomacia peruana postula também a realização de algumas mudanças na estrutura institucional da Organização, para adequá-la às demandas da agenda da governança regional. A diplomacia preventiva é uma necessidade urgente, especialmente no tocante a situações que possam provocar uma crise da institucionalidade democrática. Isso requer a existência de uma unidade diretamente responsável pelos assuntos políticos da Organização. Da mesma forma, as questões relativas à paz e à segurança, especialmente aquelas vinculadas à prevenção de corridas armamentistas, à efetividade do registro de aquisição de armas, a aplicação de medidas de fomento da confiança e uma política pró-ativa para concretizar uma visão compartilhada da segurança democrática comum, requerem uma instância de competência institucional específica.

Um estudo apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre a democracia na América Latina mostra alguns

indicadores inquietantes. Uma grande porcentagem da população se sente frustrada pelos resultados da democracia, e uma porcentagem importante indica que poderia optar por um regime autoritário se este resolvesse seus problemas de subsistência. Isso é uma advertência a todas as consciências democráticas do hemisfério. Não é um indicador real da vontade democrática de nossos povos. Se alguma pesquisa de opinião perguntasse à população se estaria de acordo com uma democracia que lhes desse liberdade, que assegurasse seus direitos e lhes outorgasse trabalho digno e que satisfizesse suas necessidades mínimas de trabalho, saúde e moradia, o resultado previsível é que a pesquisa teria 90% ou mais de adesão.

6. Diplomacia pela paz e a segurança internacionais, a vigência do direito internacional, o fortalecimento e reforma positiva das Nações Unidas e a afirmação das correntes a favor do desarmamento e da limitação de armamentos

A reforma das Nações Unidas é uma necessidade para fortalecer o multilateralismo e para dotá-la de maior efetividade e eficácia.

O imperativo da reforma foi reconhecido em diferentes resoluções da Assembléia Geral, em especial na Declaração do Milênio (Resolução 55/2), aprovada em setembro de 2000, pela qual os Chefes de Estado e de Governo dos países membros decidiram “reafirmar o papel central que recai sobre a Assembléia Geral, em sua qualidade de principal órgão de deliberação, adoção de políticas e representação, e capacitá-la para que possa desempenhar esse papel com eficácia; redobrar os esforços para reformar amplamente o Conselho de Segurança em todos os seus aspectos; fortalecer o Conselho Econômico e Social; e fortalecer a Corte Internacional de Justiça a fim de que prevaleçam a justiça e o império do direito nos assuntos internacionais.”

Posteriormente, diante do sentido de urgência produzido pela crise de legitimidade ocorrida em 2003 com o conflito no Iraque, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em seu relatório à Assembléia Geral A/58/323, de 2 de setembro de 2003, insistiu em chamar os Estados-Membros a examinarem a fundo a “arquitetura” atual das instituições internacionais,

sugerindo que a Assembléia Geral de 2005 seja a data limite para se chegar a um acordo sobre as mudanças de que se precisa.

O Peru apóia o processo de reforma das Nações Unidas para conseguir enfrentar de maneira solidária as novas e velhas exigências em matéria de paz, segurança e desenvolvimento. O Peru defende que a Assembléia Geral cumpra de maneira efetiva e eficiente as suas responsabilidades, inclusive nas questões relacionadas com a paz e a segurança internacionais, que o Conselho de Segurança seja mais representativo e democrático, mediante sua ampliação a novos membros e, especialmente, através de uma modificação razoável do seu processo de tomada de decisões, que deveria pelo menos limitar as matérias sujeitas a veto. Com o objetivo de contribuir para esse processo, o governo do Peru se associou ao Grupo de Amigos da Reforma das Nações Unidas.

Da mesma forma, o Peru apóia o objetivo de continuar melhorando a capacidade de resposta das Nações Unidas nas áreas da prevenção de conflitos de conflitos armados e das operações de manutenção da paz. O governo tomou a decisão de ampliar sua participação nas operações de manutenção da paz, sempre e quando elas se enquadrem nas disposições do capítulo VII da Carta. O Peru participa desses esforços com observadores militares nas missões de manutenção da paz na República Democrática do Congo (MONUC, desde 2000), na Eritréa-Etiópia (UNMEE, desde 2001) e Libéria (UNOL, desde 2003).

Em novembro de 2003, o governo do Peru ampliou seu compromisso político com as operações de manutenção da paz através de um Memorando de Entendimento do Sistema de Acordos de Reserva das Nações Unidas, firmado em Lima entre o Senhor Presidente Alejandro Toledo e o Secretário Geral Kofi Annan. Esse documento detalha a oferta do Peru para as operações de manutenção da paz, a qual inclui um batalhão de infantaria de 640 homens, duas companhias de infantaria da marinha, num total de 212 homens, e um batalhão de infantaria das forças especiais, de 91 homens, bem como diversos helicópteros, aviões de combate, equipes especializadas e uma fragata equipada com mísseis. Nesse quadro, é provável a participação do Peru com uma companhia aerotransportada na operação de manutenção da paz no Haiti.

No campo dos direitos humanos, o Peru apóia a proposta do Secretário Geral denominada “Fortalecimento das Nações Unidas: um programa para aprofundar a mudança”, que inclui medidas para reformar os órgãos criados em virtude de tratados sobre direitos humanos, para

melhorar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados e fortalecer as relações das Nações Unidas com o setor privado e a sociedade civil. Favorece igualmente uma maior transparência e objetividade nos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e um reforço do enfoque cooperativo dos órgãos de proteção dos direitos humanos derivados da Carta, bem como daqueles de base convencional. A proteção dos direitos humanos é uma função essencial das Nações Unidas, que deve ser exercida sem elementos discriminatórios nem politicamente seletivos.

O Peru está convencido de que só uma ordem internacional, baseada no multilateralismo e no respeito a normas jurídicas claras e previsíveis, que permitam atuar com firmeza, eficácia e legitimidade, constitui a garantia de um sistema internacional estável, capaz de assegurar a paz e a segurança internacionais, com base no direito internacional e na legitimidade de amplos consensos.

O Peru condena todo ato, método e prática de terrorismo em todas as suas formas e manifestações, onde quer que se produzam e quem quer que os cometa. Por isso o Peru faz parte da ação internacional desenvolvida pelas Nações Unidas para dar uma resposta sistemática, sustentada e eficiente ao terrorismo e que considere todos os aspectos desse flagelo. O Peru é signatário dos doze tratados internacionais sobre a luta contra o terrorismo, que foram firmados no quadro das Nações Unidas. É também parte do Comitê Especial da Assembléia Geral, estabelecido pela resolução A/Res/51/210, e do Grupo de Trabalho da Sexta Comissão, estabelecido em virtude da resolução A/RES/57/27, que atualmente negociam um projeto de Convênio Geral sobre o Terrorismo Internacional e um projeto de Convênio Internacional para a Repressão dos Atos de Terrorismo Nuclear.

No âmbito das questões relativas ao desarmamento, o Peru considera que a ameaça de proliferação nuclear estatal continua sendo um perigo. Por isso, luta pela cessação da corrida armamentista e pelo desarmamento no campo nuclear, pela prevenção da guerra nuclear, pela conclusão de acordos internacionais eficazes, que dêem garantias aos Estados que não possuem armas nucleares contra o emprego ou ameaça de emprego dessas armas, o controle internacional dos novos tipos de armas de destruição em massa e dos novos sistemas de tais armas, como as armas radiológicas, o controle das armas convencionais no âmbito regional e sub-regional, a transparência e a limitação da aquisição de armamentos em bases mundiais, regionais e sub-regionais e a adoção por parte das Nações Unidas de um programa abrangente de desarmamento.

A diplomacia peruana põe ênfase na eliminação das armas antipessoal, na adoção de regulamentações internacionais, regionais e sub-regionais para o controle das armas pequenas e leves, bem como de regimes de proibição do uso e transferência de armas químicas e biológicas. No âmbito da Comunidade Andina de Nações, o Peru propôs e obteve a aprovação da Carta Andina para a Paz e a Segurança, Limitação e Controle dos Gastos destinados à Defesa Externa. Nela se estabelece o compromisso de adotar uma política comunitária de segurança andina, instaurar uma zona de paz na sub-região, assumir compromissos para a limitação dos gastos de defesa externa, estabelecer acordos para o controle das armas convencionais e a transparência, bem como o acordo tendente a conseguir que a América Latina seja declarada uma zona livre de mísseis ar-ar que vão além do alcance visual e de mísseis estratégicos de médio e longo alcance.

A Carta Andina acrescenta a esses compromissos outros destinados a consolidar os regimes de proscrição das armas químicas e biológicas, e de erradicação do tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais a eles relacionados.

Complementarmente a essas iniciativas, o Peru apoiou na Assembléia Geral das Nações Unidas várias iniciativas no sentido de a sub-região andina e a América do Sul serem declaradas zonas de paz.

No âmbito de suas relações com países limítrofes, o Peru favorece medidas de fomento da confiança de nova geração, entre as quais o estabelecimento de zonas de confiança mútua ou de segurança nas áreas de fronteira, adequando o número e a força das unidades e destacamentos militares às necessidades de uma relação de paz e de segurança cooperativa. Ao mesmo tempo, a diplomacia peruana está comprometida com as iniciativas de limitação de armamentos em bases multilaterais, sub-regionais ou regionais, com o estabelecimento de metodologias padronizadas para a medição dos gastos de defesa e com a proscrição de qualquer modalidade de corrida armamentista na região.

7. Política de reforma dos serviços consulares e proteção dos peruanos e peruanas no exterior

A política consular e de proteção às comunidades peruanas no exterior vem experimentando uma melhora geral. Tal mudança é uma resposta à profunda

transformação ocorrida, durante as últimas, décadas na composição e configuração das comunidades peruanas no exterior. Coincidindo com as correntes globais de movimentos migratórios dos países em desenvolvimento, as comunidades peruanas experimentaram um alto crescimento e se concentram fundamentalmente nas grandes cidades de nações desenvolvidas e de países vizinhos. Nessa ordem de idéias, o antigo paradigma de funcionamento da atividade consular denominado “Cônsul-Prefeito” tornou-se obsoleto e disfuncional. Em seu lugar, a política exterior do Estado democrático tratou de criar um regime de atuação consular baseado no paradigma do “Cônsul-Servidor Público”.

O fenômeno migratório global adquiriu características singulares nas relações internacionais contemporâneas. O progresso das comunicações e a mundialização das tendências econômicas e culturais encurtaram as distâncias geográficas. Estima-se que, em 1965, 10 milhões de pessoas no mundo viviam fora de seus países de origem; dez anos depois, essa cifra tinha-se elevado para 84 milhões, passando para 105 milhões em 1985 e alcançando 120 milhões em 1990. Por volta do ano 2000, o número de migrantes internacionais era estimado em 150 milhões, aí incluídos os migrantes voluntários e os refugiados⁶.

O Peru não ficou alheio a essa tendência global do movimento populacional. De fato, nosso país – como notam várias pesquisas⁷ – acelerou o ritmo da emigração nas últimas décadas. Aproximadamente 7% da população é migrante. Isto significa que, segundo os dados de 2002, 1,87 milhões dos 26,75 milhões de habitantes do país mora fora de suas fronteiras⁸.

Na ordem global, os problemas suscitados pelas migrações podem resumir-se nos seguintes pontos:

- a. Situação ou *status* legal dos migrantes no país que os acolhe.
- b. Tráfico ilegal de pessoas.
- c. Respeito aos direitos humanos dos migrantes, tendo em conta as manifestações de xenofobia e discriminação nos países que os recebem.

⁶ Cf. Altamirano, Teófilo e Cardenas, Gerardo, “Migración Peruana al Exterior, Resumen Ejecutivo de los trabajos de investigación por encargo de la Organización Internacional de las Migraciones (OIM)”, Lima, março de 2003.

⁷ Altamirano, *op. cit.*, pág. 3.

⁸ INEI, Compendio Estadístico, Peru 2002.

- d. Inserção dos migrantes no mercado de trabalho e no processo produtivo das sociedades que os recebem.
- e. Choque cultural resultante do encontro, através da migração, dos distintos sistemas de valores das sociedades de origem e de acolhimento.
- f. Revinculação dos migrantes com seus países de origem.

No tocante ao impacto econômico da migração, segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estima-se que, no ano 2002, as remessas das comunidades da América Latina e do Caribe aos seus países de origem equivaleu a US\$ 32.044 milhões. Tal cifra foi praticamente igual à dos ingressos de capital na região, no mesmo ano, a título de investimento estrangeiro direto. Esses ingressos ultrapassaram também amplamente a ajuda externa recebida sob a forma de assistência oficial para o desenvolvimento. As remessas do exterior, segundo a mesma fonte, representam pelo menos 10% do PIB em seis países: Nicarágua (29%), Haiti (24,2%), Guiana (16,6%), El Salvador (15,1%), Jamaica (12,2%), e Honduras (11,5%). Se as remessas para a América Latina e o Caribe continuarem crescendo a uma taxa muito conservadora, de 7% ao ano, o BID considera que elas alcançarão, em 2010, uma cifra total de US\$ 400.000 milhões⁹.

O antigo paradigma do Cônsul-Prefeito tornou-se disfuncional no tocante aos deveres do Estado para com seus nacionais. A partir daí, surge a necessidade de substituí-lo pelo paradigma do “Cônsul-Servidor Público”, apoiado numa nova política exterior de proteção aos nacionais que residem no exterior. Nesse novo esquema, que se completa a partir do restabelecimento do estado de direito e do regime democrático, o funcionário consular deve à cidadania e tem diante de si, como tarefas fundamentais:

- Dar proteção e assistência aos peruanos no exterior.
- Prestar serviços de maneira eficiente e oportuna, através da reforma consular.
- Ser um agente de ligação cultural e econômica dos peruanos com seu país, em geral, e com suas comunidades de origem, em particular.

A criação da Subsecretaria de Comunidades Peruanas no Exterior foi o ponto de partida na modificação estrutural da política exterior consular e no

⁹ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “An International Comparison of Remittances Markets”, fevereiro de 2003.

estabelecimento, pela primeira vez na história do Peru, de uma ação de Estado destinada diretamente a proteger e articular construtivamente os conacionais residentes fora do Peru. É nessa ordem de idéias que a chancelaria dá prioridade à reestruturação dos serviços consulares e à ação consular destinada a vincular e a assistir as comunidades peruanas no exterior.

No novo esquema de política exterior, o essencial do trabalho consular é a proteção e a promoção dos interesses e dos direitos dos peruanos no estrangeiro. Da mesma forma, a ação consular deve promover a vinculação dos conacionais com seu país de origem, enfatizando a canalização adequada de recursos para o desenvolvimento do Peru. Isso supõe um novo modelo de gestão dos serviços consulares, no qual os peruanos no exterior devem estar associados com o Estado na elaboração e na execução das políticas que diretamente lhes dizem respeito. Em outras palavras, a gestão consular do Estado democrático no Peru deve ter como um de seus elementos centrais a participação ativa dos peruanos no exterior.

A nova política de reforma consular e proteção de peruanos e peruanas no exterior se executa através de sete programas: de reforma consular e simplificação administrativa; de proteção legal; de assistência humanitária; de apoio à inserção produtiva, legal e respeitosa dos direitos humanos dos migrantes nas sociedades que os recebem; de promoção da revinculação cultural e nacional com o Peru a partir do reconhecimento da realidade multiétnica e pluricultural do país; de revinculação produtiva e econômica com o Peru; e de promoção cidadã e participação democrática, tanto na vida política do Peru quanto na das sociedades que os acolhem.

8) Rumo a um modelo integrado da gestão externa do Estado peruano e a um enfoque descentralizado da aplicação da política exterior

Um dos problemas mais complexos que afetaram a eficácia das políticas exteriores latino-americanas foi e é o que Marcel Merle denomina “o desmembramento do executivo”¹⁰, isto é, o processo de fragmentação da gestão

¹⁰ Cf. Marcel Merle, “La politique étrangère”, Paris, 1984.

da política exterior. Isso se deve à crescente competição de setores estranhos ao Ministério das Relações Exteriores em diversos processos das relações externas do Estado. A consequência prática desse processo de setorialização da política exterior é, em muitos casos, a falta de coerência e consistência na condução dos assuntos externos. Para evitar e superar esse problema está-se fazendo um esforço de efetiva coordenação e harmonização das políticas setoriais no âmbito externo, com a finalidade de conseguir um enfoque e uma prática integrada da gestão externa do Estado.

Ao mesmo tempo, promove-se no Peru um enfoque descentralizado da política exterior em dois níveis. Por um lado, no âmbito dos atores internos, favorecendo a participação dos diversos poderes do Estado, o legislativo e o judiciário, bem como da sociedade civil e dos governos regionais e locais nos processos de elaboração e execução da política exterior. Por outro, está-se aplicando uma visão descentralizada na identificação dos interlocutores da diplomacia peruana no exterior. Isso implica não apenas uma relação Estado-Estado, mas também a opção complementar de estabelecer relações entre o Estado peruano e as unidades políticas descentralizadas de outros Estados. No caso do Brasil, por exemplo, está-se estabelecendo uma relação direta com os governadores estaduais vizinhos da fronteira peruana.

A título de encerramento

Jorge Basadre, ao analisar a história das relações externas do Peru, teve uma frase que é válida para o passado. Disse Basadre que as relações externas do Peru e a diplomacia peruana foram o resultado, nem sempre encontrado, de suas tensões internas e externas. A partir dessa constatação histórica, a política exterior do Peru procura estabelecer um equilíbrio entre o desenvolvimento e a consolidação da nação, a afirmação de sua identidade e personalidade histórica e cultural e uma inserção no processo global que viabilize o desenvolvimento com coesão social, a partir de sua situação como parte da Comunidade Andina e do espaço sul-americano. Esse equilíbrio quer expressar-se na estabilidade que antes não existiu entre os fatores externos e internos da política peruana. Parafraseando Jorge Basadre, a política nacional, no contexto da globalização, trabalha para que a inter-relação entre as variáveis externas e internas já não seja um desencontro marcado por contínuas tensões, mas um processo de

articulação de interesses que dê estabilidade à institucionalidade democrática e a um modelo de desenvolvimento baseado na competitividade e na coesão social. ■■■

Tradutor: Luiz Augusto Souto Maior.

A Política externa da República do Suriname

Maria Levens *



a formulação e execução da política externa da República do Suriname, merece atenção prioritária a realização das metas nacionais de desenvolvimento. Nesse particular, as relações existentes nos níveis bilateral, regional e multilateral que podem contribuir de forma significativa para a realização dessas metas recebem atenção primordial, enquanto a identificação e a implantação de relações potenciais, do ponto de vista político e econômico, são igualmente parte da estratégia surinamense de política externa.

Na implementação da política externa da República do Suriname, consideração especial é dada, também, aos valores, normas e padrões usuais de caráter internacional que devem orientar as relações entre os Estados.

Assim, deve-se ter como referência, entre outras coisas:

- o respeito pelo Estado constitucional e pelos princípios democráticos internacionalmente aplicáveis;
- a não-interferência nos assuntos internos dos outros Estados, ou o respeito mútuo pela soberania nacional;

* Ministra das Relações Exteriores da República do Suriname

- a promoção de harmonia, paz, estabilidade e cooperação com nossos vizinhos, os países de origem dos nossos povos e todos os outros países do mundo;
- a observância dos direitos humanos;
- a proteção do meio ambiente e a implementação do desenvolvimento sustentável.

Por meio da intensificação das relações bilaterais, regionais e multilaterais, são empreendidos esforços para alcançar objetivos mútuos, tendo como elementos fundamentais as vantagens decorrentes do desenvolvimento econômico e social, assim como as aspirações do povo surinamense.

No que tange às relações bilaterais, tendo tudo isso em vista, a política externa da República do Suriname busca fortalecer a cooperação já existente, bem como promover, expandir e desenvolver novas relações entre o Suriname e outras Nações amigas. Deve também ser considerada, dentro desse contexto, a participação em organizações internacionais e em processos sub-regionais, regionais e multilaterais de integração, nos quais a promoção de temas de interesse recíproco sejam fundamentais.

A diversificação das nossas relações constitui também um dos principais objetivos da política externa do Suriname, tendo em vista os desenvolvimentos internacionais ocorridos nas últimas décadas, que representam outro desafio para a sobrevivência das pequenas economias na atual constelação econômica internacional.

Em consequência, a intensificação da cooperação bilateral e regional entre o Suriname e os países amigos e sócios estratégicos se estende primordialmente aos países do continente sul-americano, a todo o Hemisfério Ocidental e aos países da Europa e da Ásia.

Se focalizarmos nossa atenção no Hemisfério Ocidental, cabe uma referência especial às relações entre o Suriname e a República Federativa do Brasil, a República Bolivariana da Venezuela, a Guiana, os Estados Unidos da América, o Canadá e o México. O Suriname mantém vínculos especiais com esses países para fortalecer a sua economia, cooperar no campo do desenvolvimento técnico e alcançar objetivos comuns de natureza variada.

Com respeito ao relacionamento entre o Suriname e o Brasil, vale a pena mencionar os resultados positivos já evidenciados devido à intensificação das relações bilaterais entre os dois países.

Nesse contexto, deve-se fazer menção especial ao vínculo comercial hoje florescente devido à linha de navegação direta criada entre o Suriname e o Brasil, que tem facilitado a exportação de produtos agrícolas para o mercado brasileiro setentrional.

Como resultado da intensificação das relações bilaterais com o Brasil, os dois países têm trabalhado de forma conjunta em outras áreas tais como, por exemplo, educação, luta contra o crime transfronteiriço, justiça, proteção à saúde e desenvolvimento sustentável, enquanto, no aspecto político, essa cooperação está refletida no apoio dado pelo Suriname aos esforços do Brasil para se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Na região do Caribe, as relações com os países do Mercado Comum e da Comunidade do Caribe (Caricom) e da Associação de Estados Caribenhos (AEC) merecem também uma atenção especial, quando se leva em conta a intensidade da cooperação e o processo de integração sub-regional.

A presença do Suriname no Caricom deve ser vista no contexto dos seus esforços para promover o desenvolvimento econômico mediante parcerias estratégicas com países como Cuba e a República Dominicana. Um acordo econômico e de livre comércio com a Costa Rica está igualmente sob consideração.

Na condição de membro do Caricom, o Suriname está procurando também aumentar a sua presença internacional e o seu envolvimento com organizações internacionais para, entre outras coisas, expressar de forma efetiva a sua visão sobre os temas relevantes.

Quanto aos países europeus, podemos salientar as relações entre o Suriname e o Reino Unido, a Bélgica, a França, a Itália, a Federação Russa, a Alemanha e os Países Baixos.

Levando em conta a importância do continente asiático na economia mundial, o Suriname pretende fortalecer o seu relacionamento com vários países daquele continente. Entre seus parceiros asiáticos prioritários incluem-se China, Japão, Índia, Indonésia, Malásia e Coreia do Sul. São mantidas relações bilaterais com esses parceiros nos campos financeiro, econômico, comercial, político e, especialmente, técnico e cultural, processadas por meio de contatos bilaterais ou dos tratados existentes, assim como por intermédio do Caricom e da AEC (Associação dos Estados Caribenhos), da qual o Suriname é membro.

A participação do Suriname nos níveis regional e sub-regional deve ser considerada com base no fato de que, até hoje, tendo em vista os acontecimentos globais, nenhum país conseguiu escapar das conseqüências dos eventos do passado recente.

A esse propósito, precisamos referir-nos à erosão do tratamento especial e preferencial das pequenas economias, assim como às negociações e aos acontecimentos comerciais internacionais, que já criaram blocos reunindo países geograficamente próximos, como por exemplo, o Nafta, o Mercosul, a União Européia e o Caricom.

Tendo em mente esses fatos, a política externa da República do Suriname, em especial sua abordagem econômica dos processos de integração regional, foi ajustada aos desenvolvimentos mais recentes, para que os desafios causados pela formação desses blocos possam ser enfrentados adequadamente.

A participação do Suriname em outros processos de integração se estende ainda ao Tratado de Cooperação Amazônica, o que se deve considerar como reflexo do nosso compromisso com a proteção do ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e a segurança econômica e social da população.

Além disso, a política de integração do nosso governo tem por meta ajustar os contatos com o Mercosul a essa nova realidade de formação de blocos, para firmar relações de cooperação e atribuir uma nova dimensão ao relacionamento com os países-membros do Mercosul, especialmente o Brasil, uma vez que intensificar esse relacionamento significa criar novas possibilidades para o comércio e os investimentos.

A assinatura do Memorando de Entendimento entre o Suriname e o Mercosul, no ano 2000, foi um primeiro passo nessa direção.

Instituir vínculos entre os processos de integração existentes é outro objetivo da política surinamense de integração.

Tendo isso em vista e considerando as possibilidades e oportunidades vantajosas que devem emergir dos esforços de integração com os países da região, o Suriname enfatiza a importância de desenvolver e fortalecer as relações com os países que participam do projeto Arco Norte, assim como os que estão empenhados ativamente no projeto Iirsa para integração da infra-estrutura física e dos setores de energia e comunicação.

Considerando sua localização geográfica, ao norte da América do Sul, e sua presença no Caricom, o Suriname tem por objetivo criar um vínculo entre a região do Caribe e o resto do continente sul-americano, assim como entre o Caribe, a América do Norte e a Europa, para facilitar as correntes comerciais entre essas regiões.

Os esforços do nosso governo para promover sua integração física com o continente sul-americano devem ser considerados também da perspectiva da expansão de suas relações comerciais.

No entanto, o Suriname considera a eliminação das desigualdades econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como um melhor acesso aos mercados e às fontes financeiras e de tecnologia, requisitos básicos para que, especialmente os países em desenvolvimento, possam beneficiar-se da sua maior participação nos processos de integração.

A participação do Suriname nas negociações da Alca, em conexão com o Caricom, reflete nossos esforços para não ficarmos isolados por acontecimentos que trazem conseqüências das quais nenhum país jamais pôde se livrar. Nesse particular, o Suriname, juntamente com os países do Caricom e da AEC, dedica atenção especial aos efeitos de acontecimentos recentes sobre a economia nacional, sobretudo as conseqüências econômicas e sociais da globalização. Assim, proteger as economias pequenas e vulneráveis será o fator fundamental para minimizar esses efeitos negativos.

A participação do Suriname em várias organizações internacionais, nosso compromisso com vários tratados e acordos internacionais e a intensificação das relações com países de fora da região devem ser vistos no contexto do processo de globalização que caracteriza atualmente a arena internacional e que reflete também a crescente interdependência dos Estados, como resultado de eventos a que a política externa da República do Suriname precisa responder, ou seja, a movimentação incontrolável de pessoas, a interdependência econômica e as atividades através das fronteiras, só para citar alguns deles.

No plano da ACP, esforços estão sendo feitos para salvaguardar interesses econômicos evidenciados, *inter alia*, na cooperação para o desenvolvimento existente entre a ACP e a União Européia, mediante cooperação entre países da África, do Caribe e do Pacífico.

No quadro das relações entre ACP e União Européia, a política externa do governo surinamense procura também utilizar as vantagens decorrentes da EPA em benefício do controle da pobreza por meio da cooperação comercial e econômica.

Os laços entre o Suriname e o continente africano se manifestam sob a forma de cooperação multilateral no nível do Grupo dos 77 e das relações bilaterais.

O Suriname participa também ativamente das Nações Unidas e da OEA, organizações que abordam toda uma gama de temas globais e regionais, mediante esforços conjuntos.

Por meio da sua participação nesses organismos, o Suriname busca alcançar vários objetivos que têm importância nacional, incluindo:

- proteção dos direitos humanos (racismo, discriminação, gênero, proteção à criança);
- desenvolvimento sustentável e proteção ambiental;
- controle da pobreza;
- controle do terrorismo e manutenção da paz e segurança;
- salvaguarda da democracia e do Estado constitucional.

A proteção e a promoção dos Direitos Humanos Fundamentais, assim como a garantia dos direitos socioeconômicos, políticos e civis, integram também os objetivos do Governo surinamense. Isso fica evidente a partir do nosso compromisso de proteger os direitos das mulheres e das crianças, na perspectiva do tratamento pelas Nações Unidas do trabalho infantil, do tráfico de crianças, da prostituição infantil e da desigualdade dos direitos das mulheres.

Assim, o Suriname participa também da Convenção Interamericana sobre a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra as Mulheres (Cedaw) e do Tratado de Belém do Pará, o que revela nosso compromisso com a proteção dos direitos humanos e a busca da igualdade em todo o mundo.

Associado diretamente à proteção dos direitos humanos está o controle da pobreza – fonte, muitas vezes, da violação dos direitos humanos.

Portanto, a política de desenvolvimento social do Governo surinamense tem como objetivo promover na sociedade o bem-estar social, por meio da participação no nível multilateral e em organizações internacionais mediante programas de cooperação internacional.

A atuação do Suriname no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) deve ser vista no contexto acima.

A assinatura, pelo Suriname, da Declaração do Milênio sobre o desenvolvimento, controle e a completa erradicação da pobreza, demonstra nosso compromisso com esse tema global, que representa um obstáculo ao desenvolvimento de muitos países.

Com respeito ao meio ambiente, o Suriname não só participa do Tratado de Cooperação Amazônica como assinou a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

Ao promover gestões em favor do desenvolvimento e do bem-estar do nosso país, cuidamos de que esses objetivos não sejam alcançados a custa do meio ambiente, mas que o crescimento econômico se realize levando em conta as condições naturais, ambientais e sociais. Nesse particular, a presença e o papel das organizações internacionais, inclusive das não-governamentais, não podem ser subestimados.

Com referência à paz e à segurança, sabe-se perfeitamente que a segurança e a estabilidade são requisitos necessários para o desenvolvimento continuado e a estabilidade socioeconômica.

Portanto, um dos objetivos da política externa é contribuir para a promoção da paz e da estabilidade mundiais, no nível da ONU e da OEA, o que fica claro no exame da questão fronteiriça entre o Suriname e a Guiana, em que se busca uma solução pacífica.

Com respeito à manutenção da paz e da segurança no mundo, o Suriname apóia todos os países comprometidos com o controle do terrorismo e da violência internacional, os quais representam uma ameaça genuína não só para os países onde essas atividades têm lugar fisicamente, mas também à segurança nacional dos países que são mais ou menos envolvidos pelas redes do terrorismo internacional, em função do cruzamento das suas fronteiras.

Por esse motivo, o Suriname participa do Tratado Internacional sobre o Terrorismo, da Convenção sobre Proibição do Uso, Armazenagem, Produção e Transferência de Minas Terrestres Antipessoal e sua Destruição, assim como da Convenção Interamericana contra o Terrorismo. São instrumentos legislativos sobre o controle do terrorismo e a manutenção da paz e da segurança no Hemisfério Ocidental e no mundo.

Quanto às atividades terroristas, o Suriname está tomando providências para ajustar as suas leis aos regulamentos internacionais que visam tornar mais rigoroso o controle financeiro, especialmente a inspeção de transações incomuns de finanças, nacionais e internacionais, assim como o controle fronteiriço.

Com respeito a esse tema, vale notar que essas medidas têm por base a observação de que atualmente a segurança internacional é afetada não só por ameaças militares, mas sobretudo pelo tráfico de narcóticos, atividades criminosas, o crime transnacional organizado, a migração mais intensa, etc, o que salienta a necessidade de se instituir um enfoque comum mais amplo para a manutenção da paz e da segurança no mundo.

O Suriname é da opinião de que, diante do caráter multidimensional, internacional e transfronteiriço do crime, a cooperação entre todos os países do mundo é vital para que esse problema seja tratado de forma adequada.

No que diz respeito à proteção e à promoção da democracia e da boa governança, o Suriname preenche suas obrigações, no quadro da OEA, ao aceitar e executar os pontos de ação estabelecidos pela Carta Democrática Interamericana.

A aceitação, pelo Suriname, da Carta da Sociedade Civil da Comunidade do Caribe, em 1997, relativa à promoção da boa governança e à observância dos direitos reconhecidos internacionalmente e da democracia representativa, deve ser vista sob essa luz.

Para o nosso país, é um fato que o fortalecimento e a preservação da democracia e da ordem legal democrática são essenciais para a formação de uma sociedade pacífica e estável, em que as possibilidades de desenvolvimento sejam melhor atendidas.

O compromisso do Suriname com o enfrentamento dos temas e ameaças globais não deve ser subestimado. Entretanto, diante dos inevitáveis desafios surgidos em decorrência, por exemplo, do processo de globalização, é da maior importância que as pequenas economias tenham a oportunidade de se beneficiarem do aumento da renda e da riqueza globais, merecendo menção especial o fato de que a comunidade internacional deve exercer uma função de apoio no exame dos efeitos prejudiciais da globalização.

A efetiva existência de uma comunidade internacional que apóie os esforços de crescimento e as necessidades dos países em desenvolvimento,

contribuindo para criar uma atmosfera internacional de cooperação, é fundamental para enfrentar de modo consistente os desafios surgidos em consequência da maior movimentação de capital, pessoas e bens, e as ameaças da pobreza, do terrorismo internacional, etc. ■■■■

Tradução: Sérgio Bath.

A Política Exterior do Uruguai ¹

*Didier Opertti Badán **

A

primeira anotação que se impõe fazer é assinalar que esta contribuição estará referida à política exterior do meu país no presente, sendo evidente que qualquer tentativa de abranger a sua evolução histórica exigiria um esforço muito mais amplo, não compatível com o objetivo e a extensão do presente estudo.

De outro lado, é notório que se o que se busca é contar com uma espécie de visão atualizada das grandes diretrizes da política exterior é mais razoável começar com elas, esclarecendo se necessário certas referências ao passado.

A fortiori, o leitor desculpará o caráter sintético desta comunicação, a qual, não obstante, procurará transmitir os conteúdos essenciais de uma política baseada nos princípios fundamentais, objetivos, cenários, estratégias e atores sobre os quais focalizaremos o nosso enfoque, não a partir de uma perspectiva teórica ou abstrata, mas, para os primeiros daqueles princípios, uma visão normativa, e no caso dos restantes associada aos próprios temas, sem prejuízo da ênfase nas estratégias adotadas.

Da mesma forma, exporemos nossos pontos de vista sobre a atualidade internacional, com plena consciência dos objetivos centrais desta publicação e sem perder de vista que da nossa posição como Chanceler da República, o que

¹ Nota do autor: resumir em 20 páginas a política exterior e a inserção externa do Uruguai implica um esforço de síntese e o risco do reducionismo, submetendo-me neste sentido ao julgamento do leitor.

* Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai

aqui se consigne repousará na linha política assumida pelo Governo, em particular pelo Senhor Presidente, atuando com o Ministro das Relações Exteriores (Art. 168, introdução) da Constituição uruguaia e exposta reiteradamente no Parlamento (2000-2004).

Neste sentido, temas como a integração, o Mercosul, sua convergência com a Comunidade Andina e o possível papel da Aladi não poderiam ficar ausentes.

Da mesma forma, embora possivelmente com perspectivas distintas, as negociações externas como as do Mercosul com a União Européia e mesmo as da Alca, continuam a ocupar, pelo menos de imediato, um papel significativo na nossa política exterior, sem prejuízo das relações bilaterais.

A atual Rodada de Doha implica sem dúvida um capítulo importante da política exterior uruguaia, tanto pelo conteúdo e o alcance desse disciplinamento do comércio internacional sobre bases mais justas, equilibradas e equitativas, como também pelo que representa como afirmação do multilateralismo, que mesmo sem entrar em detalhes voltou a ter na OMC, em Genebra, uma importância indiscutível.

O presente processo de revisão eventual das Nações Unidas, a cargo de um grupo de personalidades seleccionadas pelo Secretário Geral Kofi Annan, provoca de nossa parte uma atenção especial, particularmente no que se refere aos membros do Conselho de Segurança, como também com respeito às relações desse órgão com os outros componentes da Organização, tais como a Assembléia Geral e o Conselho Econômico e Social, e a destes órgãos com o próprio Secretário Geral e igualmente com os Estados que cooperam com as Operações de Manutenção da Paz (OMP).

Regionalismo e universalidade, globalismo e integração constituem termos por vezes antinômicos, de cuja conciliação deve ocupar-se a comunidade internacional em seus diferentes cenários e, por meio dos seus próprios instrumentos.

Capítulo I. Princípios Básicos da Política Exterior Uruguaia.

1) Nossa política exterior se baseia na Constituição da República de 1967, modificada em 1996, a qual consagra certos princípios gerais e fundamentais, produto, essencialmente, de consensos históricos e políticos alcançados

laboriosamente, sustentados pelo princípio superior da Soberania, radcada na Nação (Artigo 4) e com pleno apego ao Estado de Direito (Seção II, Direitos, Deveres e Garantias); a nação adota, por sua vez, como forma de Governo, a “forma democrática republicana”, com exercício direto do “corpo eleitoral nos casos de eleição, iniciativa e referendo, e indiretamente, pelos poderes representativos estabelecidos pela Constituição; sempre de acordo com as regras expressas na mesma” (Artigo 82)

2) Têm força igualmente de normas integrantes do núcleo Nação e Soberania princípios básicos como a cláusula de que “todas as diferenças surgidas entre as partes contratantes serão decididas pela arbitragem ou por outros meios pacíficos.”

3) Juntamente com esse preceito se situa um mandato que, no presente, alcança irrefutável vigência política: “A República buscará a integração social e econômica dos Estados Latinoamericanos, especialmente no que se refere à defesa comum dos seus produtos e matérias primas. Por outro lado, procurará a complementação efetiva dos seus serviços públicos” (Artigo 6).

4) Naturalmente, quanto aos direitos, deveres e garantias, verdadeiro núcleo central da Constituição, o Uruguai, como Estado de direito, marca sua presença na comunidade internacional a partir dos princípios das liberdades pública e privada, sem outra distinção entre as pessoas a não ser seus “talentos e virtudes” (Artigo 8): freio de efetividade eloquente a qualquer tipo de discriminação.

5) Em suma, portanto, a política exterior do Uruguai não se pode afastar desses princípios, e embora isso possa parecer um pronunciamento por vezes teórico, ou excessivamente retórico, longe disso a política exterior cumpre um papel insubstituível de diretriz e orientação que converte nossa conduta externa em atos da nação e dela fazem uma política de Estado, o que implica em compromisso de toda a comunidade política, com esses princípios.

6) Tudo isso, naturalmente, não tem qualquer efeito inibitório sobre uma interpretação correta da realidade, seja regional ou sub-regional, hemisférica ou mundial, mas, ao mesmo tempo, sem perder de vista a história da formação do nosso país autônomo e independente, ao longo de praticamente todo o século dezenove. É a época, também, do traçado de limites soberanos e de fronteiras políticas definidas com respeito especialmente aos nossos vizinhos,

a Argentina e o Brasil, com os quais teríamos de construir o tecido de um relacionamento mais denso e profundo, no quadro de prioridades necessárias e irrefutáveis, ativadas pelo processo de integração.

7) Naturalmente, o princípio da independência implica o da igualdade soberana dos Estados, com todas as suas conseqüências.

Com certeza nenhum desses princípios pode ser desprezado, ou deixado de lado, pois isso significaria um afastamento do mandato constitucional e um rompimento do mais caro ativo histórico da República, pondo em crise a chamada política exterior do Estado. A este propósito, é oportuno levar em conta que esse compromisso foi estabelecido e consolidado depois do período de quebra das instituições democráticas (1973-1984).

Os compromissos internacionais assumidos livremente pelo Uruguai, no sistema das Nações Unidas, em especial na sua Carta, assim como dentro do sistema interamericano, com a Carta de Bogotá da Organização dos Estados Americanos (OEA), e com outros instrumentos básicos, não fazem senão reafirmar os referidos princípios, que em escala internacional se manifestam de forma expressiva na não-intervenção e na autodeterminação com pleno respeito do Direito Internacional.

8) Poderíamos dizer, assim, que em matéria de princípios básicos da política exterior uruguaia existe um corpo consolidado de preceitos e mandatos de cuja observância são responsáveis, respectivamente, o Poder Executivo, no que respeita a sua administração e tomada de decisões, e o Poder Legislativo, enquanto controle político e, de forma específica, quanto a “Decretar a guerra e aprovar ou reprovar, por maioria absoluta de votos do total de membros da cada Câmara, os tratados de paz, aliança, comércio e as convenções e contratos de qualquer natureza celebrados pelo Poder Executivo com potências estrangeiras.” (Art. 85).

9) As competências mencionadas foram matéria de legislação complementar, na qual se destaca a Lei do Serviço Exterior da República (Num. 14.206), voltada basicamente para a organização desse Serviço, em especial no que se refere aos cargos de maior confiança (Art. 168, 2).

Seguramente não se trata de desenvolver aqui em detalhes esse ponto, embora sua menção seja necessária como afirmação do critério de profissionalismo da carreira diplomática, garantia de um serviço exterior

moderno e eficiente, e de uma continuidade essencial no trato dos assuntos internacionais.

Com respeito às palavras introdutórias, abordemos diretamente os temas concretos da nossa atual política exterior.

Capítulo II. Temas Centrais da nossa Política Exterior.

I. O Uruguai no Mercosul

10) A abordagem deste ponto exige certas indicações básicas.

a) O Uruguai com a assinatura do Tratado de Assunção e seus Protocolos básicos posteriores (incluídos Ouro Preto, Brasília e Olivos), deu cumprimento ao mandato constitucional do pré-citado Artigo 6 da Constituição uruguaia.

b) Dentro do mesmo mandato constitucional estão situados os acordos com a Comunidade Andina celebrados pelo Mercosul em dezembro de 2003, que abrange os “Estados Latino-americanos”.

c) A Constituição contemplou a “integração social e econômica”, e por isso outras dimensões, como por exemplo a integração política, demandarão a prévia reforma do texto constitucional.

Sobre este ponto, não se trata de abrir um debate técnico, mas, essencialmente, de advertir que o pacto político fundacional registrado pela Constituição nacional – e, de modo geral, por várias das Constituições – não pode extraviar-se no caminho dos desenvolvimentos institucionais ou orgânicos, ainda que derivem dos órgãos do Mercosul ou entidades similares.

É o caso, neste sentido paradigmático, do possível Parlamento, seja latino-americano, sul-americano ou do Mercosul, se realmente se procurasse criar um novo órgão com atribuições supranacionais, superiores às normas legais do nosso Parlamento, com fundamento seja no princípio da competência seja no da hierarquia, os quais, juntamente com o da derrogação, constituem fundamentos básicos de qualquer ordem jurídica.

Além da denominação a escolher (sem dúvida um tema importante), os projetos apresentados pelos países sócios do Mercosul, em particular a Argentina e o Brasil, nos despertam a maior atenção, particularmente enquanto

podem dar uma resposta adequada ao fundamento de opinião pública em que se procura repousar o Mercosul. Neste sentido, o aprimoramento da competência e do funcionamento da Comissão Parlamentar Conjunta nos parece adequado, sobretudo se levarmos em conta as faculdades que lhe outorga o Protocolo de Ouro Preto, ao incumbi-la, por sua determinação, de “acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados-parte para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul” de coadjuvar a “harmonização legislativa” e examinar “temas prioritários”, mediante incumbência do Conselho (sobre este ponto foi assinado um acordo de cooperação entre os dois órgãos). São todas elas faculdades consagradas pelo Artigo 25 do Protocolo de Ouro Preto, além da competência para fazer “Recomendações ao Conselho do Mercado Comum, por intermédio do Grupo Mercado Comum” (Artigo 26).

Assim, deveríamos prosseguir com o exercício de análise deste tema sem acrescentar-lhe conteúdos e qualificações que possam dificultar a obtenção do devido consenso, regra de ouro sobre a qual se apoia toda a arquitetura institucional do Mercosul.

11) Embora ainda não tenha atingido o nível de uma proposta formal, constante de projeto articulado, a idéia de uma nova entidade latinoamericana que apareça com projeção externa maior do que a do Mercosul, e que abarcaria em especial os países da América do Sul tem estado e está presente no discurso público dos Chefes de Estado dos países associados, ganhando assim importância significativa.

É preciso reconhecer que embora represente um modelo socioeconômico, com ênfase comercial, a integração latino-americana se manifesta atualmente dentro de uma dinâmica em essência política, transcendente, a cuja consideração não nos podemos esquivar, embora saibamos que essa questão abre um debate mais amplo, que tocara questões fundamentais como a própria preparação desse debate, o alcance político e institucional da idéia, o cenário da sua análise e consideração, as consultas de opinião pública imprescindíveis para decisões dessa magnitude, o tempo necessário para decantar o alcance e os conteúdos, tendo em conta o caráter “fundacional” da iniciativa, em si mesma permanente e não conjuntural, por si mesma não tanto ideológica como histórica.

12) A isso se acrescenta, como lembrete, o fato de que a América do Sul, mais Cuba e México, contam com a Aladi, única entidade de integração que abarca

o Mercosul e a Comunidade Andina, mais o Chile, Cuba e México. A Aladi pode servir para promover uma articulação intra-regional que compreenda comércio, serviços e infra-estrutura, cooperação científica e tecnológica, integração sociocultural, convocatória e serviço a outros agentes ativos da integração (como trabalhadores, empresários, etc.), sem incorrer no risco sempre presente da inflação institucional.

Nesse quadro de referência, impõe-se levar em conta aqui o projeto Iirsa (Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana): um projeto concreto que abrange comunicações, transporte, energia., etc. O Uruguai tem grande interesse por ele, com propostas específicas, e todos os seus participantes esperam resultados muito tangíveis.

13) Nossa política exterior não ignora, certamente, nem a oportunidade nem a magnitude desses temas, e por isso estima-se que um exame circunstanciado dos níveis de concertação implicados, em caráter prévio, seria imprescindível enquanto avance o processo.

Cenários como o do próprio Mercosul, per se e ampliado, e em coordenação com a CAN, no contexto mais amplo da integração regional (Aladi) mostram-se adequados para o referido exercício, desde que o instrumento institucional já exista, não sendo necessário criá-lo.

14) Desde a criação do Mercosul, até o presente, a política exterior do Uruguai tem privilegiado, sem solução de continuidade, o fortalecimento institucional, que é um dos seus objetivos prioritários, conforme ficou claro na participação ativa assumida pelo país em Assunção, Ouro Preto e ultimamente na discussão e elaboração do Protocolo de Olivos, culminadas felizmente com a instalação oficial em Assunção, nestes dias, do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (em 13 de agosto de 2004). Sem omitir, decerto, a transformação da Secretaria Administrativa (Decr. 30/02), antiga SAM, em Secretaria Técnica ou simplesmente Secretaria do Mercosul, cuja competência e perspectivas constam do excelente trabalho por ela preparado para o primeiro semestre de 2004, sob o título “Um Foco para o Processo de Integração Regional” (Montevideu, julho de 2004).

15) Trabalhamos também na recente criação do Coreper (Decr. 11/03, de 6 de outubro de 2003), atribuindo a seu Presidente um importante papel coadjuvante no desenvolvimento da integração regional e ao próprio órgão o valor de um foco diplomático, de natureza política, que hierarquiza a

representação diplomática dos Estados-parte no funcionamento regular da entidade Mercosul, em coordenação com os outros órgãos às quais está articulado.

16) Quanto aos aspectos comerciais, para comprovar o compromisso do Uruguai com o Mercosul basta ver nossa atitude permanente de busca de fórmulas de acordo sobre os temas mais variados.

Como exemplo mais recente, mencionaria os acordos da CAN, de dezembro de 2003, a defesa clara e sustentada da necessidade de responder às assimetrias dos Estados sócios do Mercosul, e a posição que assumimos em Puerto Iguazú, em julho de 2004, em favor da Livre Circulação de Mercadorias e de Processos Produtivos, resoluções ainda não aprovadas pelos quatro sócios, com um amplo conjunto de soluções constante do repertório normativo adotado pela Secretaria.

17) No que se refere aos inadiáveis alinhamentos macroeconômicos com a participação dos Ministérios de Economia e Finanças, assim como dos Bancos Centrais, o Uruguai tem levantado idéias e propostas, constituindo uma linha da nossa política exterior promover o processo de integração, ao preservá-lo de variantes traumáticas sobre as quais já existem antecedentes notórios na região.

18) Em suma, o Mercosul representa para o Uruguai um instrumento de integração com o qual o país está comprometido por mandato constitucional vigente, o que significa uma participação ativa em todos os seus órgãos, e uma atitude séria e responsável tanto no nível da negociação e da tomada de decisões como na ampliação do número de Estados associados.

Com respeito a este último ponto, constitui um dado relevante a associação do Peru e da Venezuela, assim como o propósito revelado pelo Governo mexicano, na recente Cúpula de Puerto Iguazú.

O *corpus juris* do Mercosul inclui, além da normativa econômica e fundamentalmente comercial-aduaneira, definições de natureza política tais como a do Protocolo de Ushuaia, em matéria de compromisso democrático. A esse compromisso, que adquiriu projeção em certas situações vividas por alguns dos Estados-parte, o Uruguai atribui a maior importância.

Cabe mencionar, por outro lado, que esse compromisso institucional configura uma valiosa identificação internacional, na medida em que marca a

maturidade política do Mercosul, colocando-o em pé de igualdade com organizações tais como a União Européia, por exemplo, em linha com o Tratado de Madrid, de 1994.

19) Finalmente, a Chancelaria uruguaia mantém fundadas expectativas a respeito da necessidade de uma oportuna revisão do Protocolo de Ouro Preto, e nesse sentido reitera a sua disposição de cooperar para que se concretize o que em Puerto Iguazú se chamou de Ouro Preto II, convocado tendo em vista não só os primeiros dez anos do Protocolo como a ocasião mais propícia para legitimar e qualificar em nível superior determinadas criações feitas através de Resoluções ou Decisões, talvez não suficientemente sustentadas pelo Direito, introduzindo por certo os novos elementos que sejam necessários para dotar o Mercosul de um melhor instrumental jurídico, assim como de um enfoque político e institucional mais realista.

Atualmente, a nossa Chancelaria trabalha sobre esse tema, e dentro de algum tempo terá condições de propor as suas idéias sobre ele.

II. O Mercosul e seu Relacionamento Externo

20) Dentro deste capítulo sintético passo a mencionar os seguintes exercícios:

1) Com a União Européia: essas negociações levam vários anos, e embora se possa dizer que não abandonaram o objetivo de alcançar um acordo de liberação comercial, a realidade mostra dramaticamente certas dificuldades importantes.

Dentre elas, a nosso juízo, há uma fundamental: a situação de “sociedade de bem-estar” alcançada pelos países europeus (embora esteja limitada aos Quinze), com uma forte sustentação no protecionismo, especialmente em matéria agrícola, representa para esses países um capital quase imodificável, ou intocável, enquanto os países do Mercosul estamos empenhados, fundamentalmente, em recuperar ou alcançar graus de dignidade vital básicos, através do meio mais legítimo que é o de colocar no mercado nossas exportações, em termos de qualidade e competição. Esta é simplesmente a situação que enfrentamos.

Não obstante, há alguns fatores remanescentes que deverão incidir no resultado final da negociação, se ela tiver sucesso. Esses fatores são os seguintes:

- a) Um evidente esgotamento do modelo protecionista europeu, suportado internamente pelo consumidor e o contribuinte, e externamente pelos recentes progressos da Rodada de Doha, em nível do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio – tema ao qual retornaremos;
- b) O impacto ainda não suficientemente dimensionado da renda dos novos sócios da União Européia.
- c) A partir de uma visão positiva, os resultados – pelo menos em termos declarativos – da Cúpula de Guadalajara de maio deste ano, a primeira da União Européia dos 25, com a América Latina e o Caribe (33 Estados), que impulsionam um fundo comum de valores e de cooperação diferenciado dos anteriores, na medida em que nem todos os europeus que se sentaram à mesa das negociação são países ricos, e o diálogo se torna assim mais equilibrado.

Isto, sem prejuízo de reconhecer que a ampliação, as expectativas e os direitos dos novos sócios da União Européia podem transformar-se em processos de negociação não precisamente favoráveis ao Mercosul e à América Latina, que são afetados seriamente pela marginalidade e a pobreza.

- d) A iminência do fim do mandato dos atuais Comissários da Comissão Européia, que acrescenta ao *deadline* do mês de outubro deste ano o termo da negociação inter-regional, um elemento não só pessoal, mas de encerramento de etapa sem dúvida relevante.
- e) O melhor conhecimento das demandas e ofertas, produto não só do tempo transcorrido e das negociações realizadas, mas também de uma aproximação progressiva, capaz de identificar com rigor os termos do que pode ou não ser negociado. Sobre este ponto, o Uruguai reconhece que as maiores economias do Mercosul – em particular o Brasil e a Argentina –, pagarão o preço mais alto pela abertura dos seus mercados aos produtos industriais e aos serviços oferecidos pela UE.

Isso, também, não significa ignorar que, sendo a Europa o maior investidor estrangeiro na América Latina (mais de 222 bilhões de euros em 2003), é inteiramente lógico que se procure melhorar a condição econômica dos nossos países como prêmio e garantia de estabilidade social e política, sendo notório o papel que nesse sentido terá a abertura dos mercados europeus a nossa produção exportável.

De qualquer forma, o crescimento do comércio intra-regional, sensivelmente maior na União Européia do que na América Latina – e portanto no Mercosul – continuará sendo um dos objetivos sobre os quais devemos continuar trabalhando. Só 33% do que foi exportado pelo Uruguai em 2003 teve por destino o Mercosul, enquanto a Nafta e a UE passaram de 24% a 42%. Esse último valor habilita o montante agregado que atribuímos à convergência Mercosul – Comunidade Andina.

Por fim, estimamos que de uma e outra parte existem interesses políticos e econômicos que nos induzem a pensar que, no final das contas, esse já demasiado extenso processo de negociação será concluído.

2) Com a Comunidade Andina: após vários anos de negociação foi possível chegar a um acordo comercial, sem esquecer o alcançado em nível institucional, com a aceitação da Venezuela na condição de Estado Associado, a indicação de Colômbia e Equador para que sejam aceitos, quando solicitem o respectivo ingresso e, fora da CAN, o convite para que o México participe nas reuniões até a assinatura dos respectivos acordos comerciais.

No relativo às negociações comerciais com a CAN, elas começaram em 16 de abril de 1998 com a assinatura de um Acordo Quadro entre os dois blocos, formalizando o compromisso de negociar uma Zona de Livre Comércio.

Após um longo processo negociador, por ocasião da Cúpula de Brasília, em dezembro de 2002, chegou-se à assinatura de um novo Acordo Quadro Mercosul-Comunidade Andina, com o objetivo de concluir as negociações tendentes a alcançar um acordo de livre comércio em 31 de dezembro de 2003, meta alcançada no dia 16 de dezembro daquele ano, em Montevidéu.

Surgiu então, neste contexto, a iniciativa de um Espaço de Livre Comércio na Aladi, com base nos trabalhos de um grupo informal integrado por todas as delegações.

Em 4 de agosto foi realizada reunião de Ministros, na cidade de Montevidéu, à qual se conseguiu trazer um impulso político fundamental, cristalizado com êxito na assinatura do ACE 59 entre o Mercosul, de um lado, e de outros Colômbia, Equador e Venezuela, países membros da CAN (no dia 16 de dezembro de 2003).

De seu lado, o Uruguai concluiu a negociação de todos os seus temas que se encontravam inconclusos, e o mesmo aconteceu com todas as Partes, com exceção do Paraguai e do Equador, entre si: até o presente esses países continuam negociando.

No dia 12 de agosto, as delegações das respectivas presidências pro tempore (Brasil e Venezuela) passaram uma Nota à Secretaria Geral da Aladi solicitando o início do processo de protocolização do Acordo.

Vale mencionar que as delegações se comprometeram a prorrogar os acordos bilaterais vigentes, enquanto não entre em vigor a ACE 50 Mercosul-CAN.

3) No âmbito da Alca: Desde a reunião de Miami de fins do ano passado pouco aconteceu no nível da negociação global, sem prejuízo de que fossem notados progressos ocorridos em nível bilateral, e mesmo em grupos de países, entre os Estados Unidos da América e países latino-americanos.

No que diz respeito *strictu sensu* ao Mercosul, não se registram novos capítulos de concertação nesse cenário inteiramente marcado, entre outros fatores, pelo processo eleitoral em curso nos Estados Unidos. Mas os progressos da Rodada de Doha e os eventuais resultados da negociação entre o Mercosul e a UE devem produzir alguns efeitos sobre todos os aspectos da negociação comercial externa da nossa região, inclusive na Alca.

4) Mercosul e terceiros Estados: âmbito bilateral:

É importante mencionar os diferentes campos de negociação, adiante relacionados:

A) Mercosul – Bolívia

No que diz respeito essa negociação, o Uruguai aceitou a iniciativa de acelerar e aprofundar os cronogramas de desgravação hoje vigentes (ACE 36), desde que tenham caráter recíproco.

B) Mercosul – Chile

Na LIV Reunião do GMC, o Uruguai se comprometeu a fazer esforços tendentes à aprovação interna do Protocolo de Solução de Controvérsias. .

Por outro lado, cabe assinalar que está prevista uma reunião da Comissão Administradora do ACE 35 (Mercosul-Chile) para o mês de setembro.

C) Mercosul – Peru

Em relação com o ACE Mercosul-Peru, falta apenas finalizar o anexo do Uruguai relativo ao Programa de Liberação Comercial (PLC) para proceder à sua protocolização na Aladi.

De seu lado, os acordos bilaterais do Peru com cada um dos países do Mercosul foram prorrogados até o dia 30 de setembro de 2004.

D) Mercosul – Índia

(Acordo de Preferências Fixas Tarifárias)

Em 25 de janeiro de 2004 foi assinado em Nova Delhi, o Acordo de Preferências Fixas Tarifárias, em processo de negociação. Por outro lado, foi assinada uma *side letter* mediante a qual se concordou em completar em 30 de junho do corrente ano a negociação dos capítulos restantes (lista de produtos, regras de origem, salvaguardas e solução de controvérsias).

Na reunião negociadora celebrada em Nova Delhi entre 24 e 26 de junho, continuaram a ser analisados os textos normativos referentes aos anexos sobre Regras de Origem, Salvaguardas e Solução de Controvérsias. Outrossim, houve uma troca de listas de produtos entre o Mercosul (205) e a Índia (352).

Com respeito a Zonas Francas, o tema foi considerado na última Reunião do Grupo Mercado Comum, celebrada em Buenos Aires. A esse respeito, as Delegações concordaram nessa oportunidade em que “em um prazo de dez dias, o Mercosul identificará os setores cuja produção, originária das Zonas Francas de Manaus e a da área aduaneira especial da Terra do Fogo poderão beneficiar-se das previsões do Acordo. Acordou-se em solicitar à Índia a mesma identificação com respeito a suas Zonas Francas. Nestes dias será realizada uma videoconferência (em 20 de agosto), precedida nos dias 18 e 19 de uma reunião interna do Mercosul, a qual abordará as relações extra-regionais de modo geral (Índia, SACU, Marrocos, China, CCG, etc.) assim como uma nova reunião negociadora no mês de setembro de 2004, no Brasil.

E) Mercosul – Sacu

No dia 16 de junho do corrente ano foi realizada em São Paulo, por ocasião da conferência da Unctad, a I Reunião Técnica Mercosul-Sacu, durante a qual a Delegação do Uruguai apresentou sua posição sobre Zonas Francas, que foi incluída no texto do Acordo Preferencial de Comércio em negociação.

F) Mercosul – China

Nos dias 30 de junho e primeiro de julho de 2004 foi realizada a reunião entre o Mercosul e a China, intitulada: “V Diálogo Mercosul-China. Nela foram desenvolvidos os seguintes pontos centrais:

- A insistência do Governo da China na necessidade do reconhecimento da República Popular da China por parte do Paraguai.
- Foram criados Grupos de Ligação.
- Proposta do Mercosul para a negociação de um Acordo de Preferências Fixas, não aceita pela China.

Proposta Chinesa para celebrar uma Cúpula Mercosul-China no mês de novembro do corrente ano.

G) Mercosul – Coréia

No dia 4 de junho de 2004, realizou-se em Buenos Aires a V Reunião de Alto Nível Mercosul-Coréia. Nessa oportunidade as duas partes decidiram emitir um Comunicado de Imprensa Conjunto.

Por outro lado, coincidindo com essa reunião, foi realizado um seminário sobre o tema “Novas Perspectivas das Relações Comerciais e de Investimento entre a Coréia e o Mercosul”.

Atualmente está sendo tratada em nível do GMC a proposta coreana de realizar um estudo de factibilidade de um acordo comercial, incluindo a possibilidade de um acordo de livre comércio que permita o incremento das relações comerciais e econômicas entre o Mercosul e a Coréia.

I) Mercosul – Egito

Data de 5 de janeiro de 2004 a proposta de um Acordo Quadro para criar uma Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito.

Na oportunidade da XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004, foi assinado em Puerto Iguazú o Acordo Quadro Mercosul-Egito.

J) Mercosul-Japão

Em 9 de outubro de 2002 teve lugar a V Reunião de Alto Nível Mercosul-Japão. Nesse encontro houve um intercâmbio de informações a respeito da situação econômica das duas partes, as perspectivas comerciais Japão-Mercosul, a posição do Mercosul e do Japão a respeito dos Acordos de Livre Comércio e das negociações multilaterais na OMC, assim como das relações de comércio e de investimento entre o Mercosul e o Japão.

Com respeito aos mecanismos destinados a estimular o comércio entre o Mercosul e o Japão, mencionou-se a possibilidade de criar um Centro de Promoção do Mercosul no Japão, assim como a possível realização de missão comercial conjunta a este país. Por outro lado, foi realizada uma apresentação por representante da Iirsa (Iniciativa de Infra-estrutura da América do Sul) sobre as oportunidades que a região oferece às empresas japonesas.

A VI Reunião de Consulta de Alto Nível Mercosul-Japão foi celebrada em Tóquio nos dias 28 e 29 de julho de 2004.

K) Mercosul – Conselho de Cooperação do Golfo (Ccg)

Existe atualmente em consideração pelos Estados-parte do Mercosul uma proposta de “Acordo Quadro” de Cooperação entre o Mercosul e o CCG, a qual tem despertado reações positivas.

L) Mercosul – União Magreb Árabe (UMA)

Em abril de 2003, durante a visita ao Reino de Marrocos do Doutor Eduardo Duhalde, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (Coreper) foi apresentada, em nome do Mercosul, uma mensagem no sentido da boa disposição para estabelecer os primeiros contatos com a UMA afim de definir as possibilidades de chegar posteriormente a algum tipo de acordo entre os dois blocos.

M) Mercosul-Cingapura

Em março de 2004 foi recebida iniciativa de Cingapura de iniciar contatos para a assinatura de um Acordo de Livre Comércio com o Mercosul, concretizada, em 3 de junho, com uma proposta para o início dessas negociações, denominada “Entendimento de Cooperação em Matéria de Comércio e de Investimentos.”

Durante a LIV Reunião do GMC foi decidido fazer contra-proposta de um Memorando de Entendimento entre o Mercosul e Cingapura.

N) Mercosul-Caricom

As tentativas de aproximação entre Mercosul-Mcca e Mercosul-Caricom datam de 1998 e até o momento não puderam adquirir forma concreta.

O) Mercosul-México

No último dia 21 de abril de 2004, por ocasião da visita à Argentina do Dr. Luis Ernesto Debes Batista, Secretário de Relações Exteriores do México,

o México anunciou oficialmente a intenção desse país de incorporar-se ao Mercosul, a qual recebeu a melhor reação por parte do bloco.

P) Mercosul-Apec

Há um convite feito ao Mercosul para assistir, durante o mês de novembro do presente ano, ao “APEC Joint Ministerial Meeting”, a ser realizado em Santiago do Chile.

Q) Mercosul-Marrocos

Com expressões de conformidade os Estados-parte do Mercosul receberam o interesse do Reino de Marrocos em subscrever um Acordo de Preferências Fixas com o Mercosul.

Capítulo III: O Uruguai na Rodada Doha

21) Os 147 membros da Organização Mundial de Comércio chegaram no Conselho Geral da OMC, em 31 de julho corrente, a um acordo sobre as negociações comerciais da Rodada de Doha, ao qual a política externa do Uruguai reconhece, além de seus detalhes e perfectibilidade, um valor relevante do ponto de vista político. Isto, em primeiro lugar, especialmente quando se põe em contexto a situação remanescente depois da reunião de Cancún.

É preciso reconhecer, igualmente, que os esforços feitos em Cancún pelos que promoveram a negociação – em particular a Presidente do Conselho e o próprio Governo sede –, somados aos esforços realizados em Genebra, nos meses que se seguiram, assim como, na etapa final, a uma atuação decisiva do chamado Grupo dos Cinco Países Interessados (Estados Unidos, União Européia, Brasil, Índia e Austrália) culminaram com um instrumento quadro que respeita a estrutura do documento original de Cancún, e propõe um acordo para as bases da eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas, bem como para uma redução substantiva da ajuda interna prestada pelos países desenvolvidos, a qual produz efeitos distorcivos no comércio internacional.

Vale recordar, como dado muito concreto, que no primeiro ano do futuro acordo, o conjunto dessa ajuda deverá ser reduzido em pelo menos vinte por cento.

Em outros dos pilares da negociação – acesso ao mercado, que incluirá os produtos não agrícolas e os serviços – será preciso continuar negociando vigorosamente.

Neste sentido, é preciso salientar que três dos quatro sócios do Mercosul estiveram presentes na aludida sessão de 31 de julho, o que deixa clara a importância que a política exterior do Uruguai e do Mercosul atribui a esse exercício multilateral. Nele cabe destacar o papel desempenhado pelo Chanceler brasileiro, Celso Amorim, que foi reconhecido internacionalmente, e muito em especial a nível regional.

Tudo o que foi exposto até aqui não nos impede de advertir que, ao serem retomados os seus trabalhos, em setembro de 2004, o Conselho da OMC terá diante de si uma árdua tarefa, que inclui a atribuição de efeito vinculante a um nível de compromisso que tem em seu favor a força do consenso.

O Uruguai continuará prestando sua cooperação a esses trabalhos no mais alto nível técnico, diplomático e político.

Capítulo IV: O Uruguai nas Nações Unidas

23) Membro fundador das Nações Unidas, o Uruguai acompanha com preocupação a agenda e as decisões da Organização responsável pela paz e segurança da comunidade internacional, hoje severamente prejudicada por conflitos armados, que respondem a uma variedade de razões, mas que têm em comum o sofrimento aparentemente sem fim de povos e nações.

A política exterior do Uruguai é importante com respeito aos temas principais das Nações Unidas pelo que representa de multilateralismo e universalidade, e pelo seu caráter a nosso ver insubstituível no seu mandato superior de proteção da comunidade internacional no seu conjunto.

Por esta razão, continuaremos participando daquelas instâncias que impliquem seja o aperfeiçoamento do Sistema das Nações Unidas, seja a adoção de compromissos certos e sérios como o do combate à fome, levado à frente pelo Governo brasileiro, e em particular pelo seu Presidente, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Dela participará, pessoalmente, o Presidente do Uruguai, Doutor Jorge Battle Ibañez.

24) O Uruguai deseja conhecer, logo que possível, os trabalhos preparados pelo grupo de personalidades nomeado pelo Secretário Geral para expor suas idéias e experiências a respeito do possível aperfeiçoamento das Nações Unidas, com a atenção focalizada sempre nos melhores critérios de equidade para um funcionamento harmônico dos seus diferentes corpos de decisão e recomendação.

25) O Uruguai apoia os trabalhos da Unctad, como ilustra a sua participação na última Conferência desta Organização, realizada em São Paulo com a presença do Presidente Battle e da sua delegação, por entender que um desenvolvimento com equidade é a melhor garantia da paz.

26) O Uruguai apoia, também, os trabalhos da Cepal, cuja difusão procura contribuir de forma responsável, utilizando-os com proveito.

27) No âmbito jurídico, e de acordo com as melhores tradições do país, a política exterior uruguaia dá atenção particular aos trabalhos de codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional, realizados pelas Nações Unidas no âmbito da Comissão de Direito Internacional – que integramos pessoalmente –, assim como pela Sexta Comissão da Assembléia Geral, levando em conta de forma especial o tema dos aquíferos, dentro do tema dos “Recursos Naturais Compartilhados” (que abrange também o gás e o petróleo). Neste sentido, é preciso lembrar que o Uruguai apresentou ao Mercosul, e difundiu fora dessa entidade, um projeto relativo ao Aquífero Guarani, o qual reafirma o princípio da soberania dos Estados em cujo solo está localizado o recurso água, sem prejuízo da observância de critérios elementares de racionalidade concertada para o seu emprego a nível do Mercosul, já que esse recurso se encontra localizado no subsolo dos Estados-parte.

É preciso reconhecer o apoio que essa iniciativa recebeu por parte dos países associados do Mercosul, em cujo âmbito ela está sendo considerada por um Grupo Especial de Alto Nível.

28) O temário do Ecosoc exige, igualmente, atenção especial da nossa política exterior, assim como os outros trabalhos que as Nações Unidas desenvolvem em outros âmbitos, tais como o Meio Ambiente, a Luta contra o Narcotráfico, o Combate ao Terrorismo, a Igualdade de Gênero e a rejeição de qualquer tipo de discriminação, os Direitos Humanos, o Tribunal Penal Internacional e muitos outros temas, que seria, materialmente, excessivo mencionar aqui.

O contato e a colaboração com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos é uma linha operacional da nossa política exterior.

Em suma, a reafirmação do multilateralismo e do papel das Nações Unidas constituem pedra angular da política exterior do Uruguai.

A ampla participação do Uruguai nas chamadas Operações de Manutenção da Paz (OMP), medida em número de participantes e em nível de responsabilidade, exemplifica a convicção uruguaia com respeito a esse mecanismo e à sua eficácia, onde quer que seja acionado (basta mencionar a presença de militares uruguaiois: 1.824 na República Democrática do Congo, e 576 no Haiti).

Capítulo V: O Uruguai na OEA

29) O Uruguai acredita no regionalismo, refletido, sem dúvida, pela Organização dos Estados Americanos e por sua vez tem plena consciência do papel que cabe ao Sistema Interamericano com respeito a uma extensa e variada agenda política e social.

Sustentamos que regionalismo e a integração constituem alternativas seguras para o globalismo ou a mundialização, e nesse sentido apreciamos em especial o trabalho desenvolvido pela OEA na defesa do sistema democrático, através da Carta Democrática Interamericana, com a qual o Secretário Geral César Gaviria concluiu toda uma década de gestão. Ele contará sempre com o nosso apoio, o mesmo que o meu Governo tem prestado, e continuará prestando ao recém eleito Secretário Geral Dom Miguel Angel Rodríguez, ex-Presidente da República irmã da Costa Rica.

Meu governo acredita que já se esgotaram os tempos históricos em que o papel da OEA não lhe permitia afirmar a sua própria identidade e independência, em um contexto condicionado pela Guerra Fria.

Atualmente, o papel da OEA – por exemplo, nos processos eleitorais de nossos países e na seriedade do seu compromisso democrático – constituem sem dúvida um ativo regional para cuja construção todos contribuímos, e todos devemos defender e proteger.

O tratamento de situações difíceis, como a vivida, por exemplo, pela República do Haiti, membro da OEA, serve para demonstrar a resposta

cooperativa do organismo regional e das Nações Unidas, uma vez que o primeiro não tem suficiente capacidade de intervenção, e a segunda pode recorrer aos Capítulos VI e VII da Carta de São Francisco.

Nesse contexto, o Uruguai, que é também membro da OEA, participa das operações de manutenção da paz no Haiti, como indicador eloquente da possibilidade de harmonizar os dois cenários, dentro de uma linha política à qual o país adere plenamente, tendo em vista a reconstrução do sofrido país irmão.

Capítulo VI: O Uruguai no Mundo

30) É interessante observar que o Uruguai vem desenvolvendo uma política de presença no continente africano – resposta lógica, de qualquer ponto de vista –, que se manifesta não só no funcionamento efetivo de Embaixadas em alguns países daquele continente como, também, de modo muito expressivo, nas visitas presidenciais levadas a cabo pelo Presidente Battle a Angola, em outubro de 2003, assim como à África do Sul e à República Democrática do Congo, em abril de 2004.

31) Passamos agora ao plano bilateral. Autorizado pelo Mercosul, de que é parte (Dec. 32/00, Dec. 37/00 e pelo Acordo de Complementação Econômica para a Criação de uma Área de Livre Comércio Mercosul-México, no quadro da Aladi (ACE 54), habilitando os acordos bilaterais do México com os membros do Mercosul, em 5/7/2002), o Uruguai pôde concluir com o México um Tratado de Livre Comércio, já em vigor. O Uruguai atribui a esse instrumento uma grande importância, pois ele abre possibilidades de acesso ao mercado e aos investimentos com uma economia associada do Nafta, receptora e fornecedora de bens e serviços.

Novas fórmulas gerais e linhas renovadas de produtos, assim como modos diferentes de medir cotas de acesso (é o caso dos têxteis, que são agora medidos por metro linear plano, e não pelo seu valor global em dólares), etc., se destacam entre outros elementos francamente positivos.

32) O atual processo de negociação de um Convênio de Investimentos com os Estados Unidos, cuja conclusão está próxima, é mais um dos passos importantes da nossa política exterior, tendo por objetivo um país que

representa atualmente um dos principais mercados para colocar a nossa produção, especialmente de carne, com tendência a crescer.

Não obstante, essa negociação – auspiciada no encerramento da reunião de Miami, em 2003 – está inscrita em um contexto de relacionamento político entre o Uruguai e os Estados Unidos da América, com base no respeito recíproco e na coincidência de certas causas fundamentais, em particular no combate ao terrorismo internacional e na defesa dos Direitos Humanos. Este último tema se reveste da maior sensibilidade para a nossa sociedade democrática, no qual ela reconhece – reitero – o papel da Comissão de Genebra e, decerto, da Comissão Interamericana.

33) Em suma: o Uruguai, país que mantém Embaixadas residentes em 43 Estados, e Missões Cumulativas em 57 outros, pratica uma política exterior em cuja estratégia cabe perfeitamente uma abertura para o mundo sem descuidar da região.

Nosso comércio dentro e fora da região mostra traços interessantes, como a inclusão de dois países de fora da região entre os quatro primeiros mercados de destino: Brasil, Estados Unidos, Argentina e Alemanha. São países que se somam aos tradicionais mercados vizinhos.

Por outro lado, no plano da concertação política regional, o Grupo do Rio cumpriu no devido tempo um trabalho amplamente reconhecido, desde a fase de Contadora, e de Apoio a Contadora, passando finalmente ao Grupo.

Em termos atuais, poder-se-ia pensar que a agenda do Grupo deve ajustar-se aos novos temas da região, e eventualmente também a temas extra-regionais. Sem prejuízo disto, se concebermos o Grupo do Rio como uma espécie de “bancada” regional, ele adquire uma importância significativa – por exemplo, no nível da Assembléia Geral da ONU, assim como fora das Nações Unidas, nos diferentes diálogos inter-regionais, com Estados e grupos de Estados, como a prática o vem demonstrando nestes últimos anos.

Evitar a duplicação das agendas regionais, em particular a da OEA, constitui sem dúvida um dos limites razoáveis para a atuação do Grupo do Rio. Neste sentido, a agenda da XXIII Reunião de Chanceleres do Grupo inclui temas diferenciados, como o dos mecanismos financeiros inovadores em matéria de investimentos públicas e infra-estrutura, entre outros, assim como a prestação avançada de informações sobre a reunião dos Chefes de

Estado em Nova York, em 20 de setembro, para discutir os temas da fome e da pobreza. Em todo caso, indicará a utilidade do mecanismo se a região for capaz de transferir para ele temas de interesse geral, não suficientemente esgotados em outros cenários.

Em resumo, o Uruguai favorece o funcionamento do Grupo do Rio, que considera como o interlocutor político da região no âmbito das Nações Unidas.

Capítulo VII: Estratégias da Política Exterior do Uruguai

O simples enunciado dos temas já demonstra as prioridades e diretrizes da política externa uruguaia; no entanto, para melhor ilustrá-las caberia indicar o seguinte:

a) O Uruguai é um país independente, e ao mesmo tempo um membro do Mercosul; este binômio básico deve ser levado em conta em todas aquelas circunstâncias em que o compromisso do Mercosul, contraído formalmente, incide sobre as decisões a serem tomadas pelas autoridades nacionais.

b) Desta perspectiva, a estratégia está orientada para a consolidação no Mercosul de desenvolvimentos institucionais suficientes para garantir o funcionamento previsível e objetivo dos órgãos do sistema; daí a linha de projeção e concretização da Secretaria e do Tribunal Permanente de Revisão, como exemplo desta orientação institucional.

c) O Uruguai não concebe o Mercosul como um bloco fechado e auto-suficiente, mas como uma plataforma de projeção na inserção externa dos países; por isso negocia a partir do Mercosul para fora, quando isto é determinado pelo consenso dos sócios, e o faz de forma individual, por razões de defesa do interesse nacional, quando isso não colide com qualquer norma da organização do Mercado Comum do Sul.

d) No tocante às relações dentro do continente, a política exterior do Uruguai reconhece a existência de um espaço regional ampliado, que se reflete no seu apoio aos acordos com a Comunidade Andina, sem prejuízo de reconhecer as características específicas dos integrantes dos dois grupos – o Mercosul e a CAN –, assim como do espaço ainda voltado para a negociação bilateral. Seria possível notar uma certa cláusula implícita de subsidiaridade, ainda não desenvolvida no terreno normativo do Mercosul.

e) Nas relações intercontinentais, o binômio valores comuns-interesses compartilhados é reconhecido como motor da negociação do Mercosul com a União Européia. A uns e outros a política exterior uruguaia reconhece a gravitação respectiva, de acordo com a sua natureza.

f) As limitações de recursos constituem um fator restritivo da projeção de estratégias; não obstante, a presença equilibrada em países centrais de todos os continentes dota a política exterior do Uruguai de um quadro de relacionamentos, onde a bilateralidade convive harmonicamente com o multilateralismo, auspiciando assim níveis de concertação com efeito multiplicador. A título de exemplo, nossas Missões diplomáticas na África e na Ásia nos permitem alcançar um melhor conhecimento da realidade econômica e política, com traços sociais notáveis, uma vez que habilita a prospecção de mercado, e também exercícios de cooperação internacional, como a OMP no Congo, dentre outros.

g) A política exterior uruguaia define seus objetivos na respectiva norma orçamentária, sob a rubrica de produtos estratégicos, e por esse meio se prevê o planejamento, a gestão e a aplicação de critérios não discricionários, e por conseguinte de razoável previsibilidade.

h) Finalmente, o apoio profissional do Serviço Exterior permite introduzir programas e pautas na formação dos diplomatas, em correspondência com os referidos produtos estratégicos.

É o que refletem os programas aplicados na oportunidade das promoções.

Conclusão

Para finalizar, e com o objetivo de resumir em um único parágrafo a nota essencial da política exterior do Uruguai, podemos afirmar:

Trata-se de uma política exterior de Estado, de uma gestão de Governo e de ações administrativas, todas operadas em um plano de compromisso vigoroso com a integridade soberana do Estado e com a atenção concertada das novas demandas geradas internamente pela evolução social e política, e projetadas externamente. ■■■

Tradução: Sérgio Bath.

Os venezuelanos e a sua democracia

*Jesús Arnaldo Pérez**

Há quase quatro anos nosso país iniciou um período de profundas transformações. Não sejamos ingênuos: todo processo de transformação de uma sociedade é uma fase difícil, feita de esperança e avanços sociais, de satisfações e progressos reais, mas também de conflitos, resistências e, por vezes, de crises. Lembro que quando eu era estudante em Toulouse, a palavra “crise”, agora corrente na nossa linguagem, era objeto de análises especializadas. Na América Latina, em particular no Cone Sul, era a época da ausência de democracia: outro tempo de crise.

Sejamos francos: só as sociedades sujeitas a ditaduras e a regimes autoritários não vêem seus conflitos aflorar e invadir o debate público, os meios de comunicação e a vida política. Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, analisou esse fenômeno no caso da fome existente no mundo. Na Venezuela, onde o Governo do Presidente Chávez realizou reformas consideráveis, todas as sensibilidades se expressam para manifestar apoio ou reprovação às políticas implementadas, o que é característico de todas as democracias. O povo venezuelano está construindo uma democracia que, dia após dia, fundamenta sua legitimidade no direito. Legitimidade adquirida pelo sufrágio universal, pela vontade do povo, inscrita na Constituição Bolivariana.

E os inimigos da democracia? Estes existem na Venezuela, como em toda parte! É o destino de todas as democracias jovens como a nossa, em

* Ministro das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela

plena crise de adolescência, já que o período democrático vivido pela nossa geração, de 1958 a 1998 – durante quarenta anos de um pacto político entre o partido social democrata (Ação Democrática) e o Partido Social-Cristão (Copei) – era um sucedâneo da democracia. A prova é que os partidos políticos não foram capazes de responder às aspirações legítimas do povo, que neles confiou. Muitos são os responsáveis, inclusive os deputados da nova Assembléia Nacional pertencentes aos partidos “Ação Democrática”, “Copei” e “Primeiro Justiça”, que não condenaram publicamente o golpe de estado de 11 de abril de 2003, manifestando assim seu profundo desprezo pela democracia.

O povo venezuelano afirmou de forma clara que não há retrocesso possível. O movimento antidemocrático, de tendência fascista e retrógrada, chegou ao seu apogeu naquele dia negro do mês de abril. Creio que na Venezuela de hoje não há lugar para aventuras golpistas, e atrevo-me a afirmar que na América Latina não cabem mais ditaduras militares ou violações dos direitos humanos. Quero crer que uma página foi definitivamente virada na dramática história da América Latina, e os povos latino-americanos estão abrindo outros caminhos, com esperança na democracia. Com efeito, esta não é um privilégio dos países ricos. Também nós temos direito a viver, desenvolver-nos e morrer em um regime democrático.

Amartya Sen e Hugo Chávez Frías: da teoria à prática

A não ser nos estreitos círculos intelectuais especializados na América Latina, a situação política venezuelana era quase desconhecida na França. Pouco antes da brilhante vitória eleitoral do candidato Hugo Chávez Frías, a imprensa francesa passou a se interessar pelo que ia acontecer, inexoravelmente na Venezuela – em especial o mensário *Le Monde Diplomatique* e o diário *Le Monde*. Com efeito, uma semana antes das eleições presidenciais de 1998, o Dr. Arturo Uslar Pietri analisava no *Le Monde Diplomatique* as razões profundas da mudança que se aproximava com as eleições de 6 de dezembro. Tratava-se apenas de uma análise histórica, da qual falava sempre o distinto intelectual venezuelano, já falecido. O título era “Venezuela a um passo de uma grande mudança. O fim de um ciclo político”. No entanto, é preciso reconhecer que já em novembro de 1992, no seu editorial “Les rébellions à venir”, Ignacio Ramonet, diretor de *Le Monde Diplomatique*, referiu-se de modo muito acertado aos eventos de 4 de

fevereiro na Venezuela, como uma resposta e uma busca desesperada de soluções políticas para a miséria crescente vivida pelos povos do mundo no quadro da mundialização.

Depois de conhecer o resultado das urnas e a eleição incontestável do Presidente Hugo Chávez Frías, pela maioria dos venezuelanos, assim como a aceitação da derrota pela coalizão anti-Chávez, o diário *Le Monde* publicou em 8 de dezembro de 1998 um artigo comentando a sua vitória. Uma parte da primeira página do jornal trazia um desenho do rosto do candidato Chávez, com a frase “o candidato dos pobres”. A mesma edição continha o seu *portrait*, ocupando toda uma página central. O jornalista tomou muitos elementos significativos do discurso do então candidato, contrariamente às notícias da televisão que o qualificavam de “populista”. O artigo de *Le Monde* se referia a Hugo Chávez como “o revolucionário convertido”, explicando como o novo Presidente soube conjugar a retórica guerreira com um misticismo sincero, para apresentar-se como o “candidato dos pobres”, com apoio da esquerda e do centro, contra a oligarquia que mantém o poder no país, apoiada pelos partidos “Ação Democrática” e “Copei”. Dois dias depois, em 10 de dezembro de 1998, na mesma página central, *Le Monde* publicou o *portrait* de Amartya Sen, o novo Prêmio Nobel de Economia de 1998, qualificando-o de “O Prêmio Nobel dos pobres”. Seu livro *Development as Freedom* ¹ foi traduzido para o espanhol e o francês. Pela primeira vez na história concedia-se o Prêmio Nobel de Economia a um pesquisador cujo interesse central sempre fora a pobreza e que nunca se interessara grandemente pelos mercados financeiros.

A coincidência entre o “candidato dos pobres” e o “Prêmio Nobel dos pobres” é curiosa e muito simbólica, atual e significativa: a guerra contra a pobreza estava na ordem do dia na Venezuela, juntamente com a mundialização e a inserção do nosso país no contexto internacional como uma experiência interessante para a humanidade. Assim, Hugo Chávez Frías, o candidato dos pobres, se converte desde 1998 no “Presidente dos pobres”, pela vontade da maioria do povo da Venezuela, que por sua vez encontra-se pobre e excluído. Mais ainda: muitos dos nossos compatriotas vivem abaixo dos critérios que definem a pobreza, segundo as estatísticas publicadas. Vários especialistas

¹ *Desarrollo y Libertad*, Amartya Sen, Ed. Planeta, Espanha, maio de 2000. *Un Nouveau Modèle Économique: Développement, Justice, Liberté*, Ed. Odile Jacob, Paris, agosto de 1999.

qualificam a Venezuela como “um país pobre e ao mesmo tempo rico em recursos naturais”, e muito já se falou dessa dicotomia que já foi chamada de “efeito Venezuela”.

Desse modo, podemos afirmar que o denominador comum entre o economista Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, o *teórico*, e o comandante Hugo Chávez Frías, Presidente da Venezuela eleito naquele mesmo ano, o *pragmático*, é o interesse que ambos têm demonstrado, cada um à sua maneira, na defesa dos pobres e excluídos. O Prêmio Nobel e sua equipe de pesquisadores, com suas análises incisivas e precisas da gênese e da dimensão da pobreza, contribuíram para o conhecimento do maior flagelo atual da humanidade; por sua vez, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela e sua equipe de governo, há cinco anos buscam incansavelmente encontrar os caminhos (FUS – Fundo Único Social, Plano Bolívar 2000, Banco do Povo, Banco da Mulher, *Plan Barrio Adentro*, Missão Robinson, Missão Ribas, Missão Sucre, Missão *Vuelvan Caracas* etc.) para pôr em prática na Venezuela uma economia de rosto humano, em que as liberdades fundamentais (saúde, educação, habitação, trabalho e recreação) não sejam negadas à maioria dos venezuelanos.

A política exterior da República Bolivariana da Venezuela

Os esquemas adotados pelos governos anteriores em matéria internacional estavam esgotados, e não parecia haver novas áreas de inserção da Venezuela no mundo. O Presidente Chávez propôs uma nova visão e um novo estilo, cujo objetivo essencial é abrir novos espaços no mundo para a Venezuela, em função de novos valores políticos, sociais e éticos, reflexo dos que animam sua gestão no âmbito interno. Esse modo de abordar e fazer as coisas rompeu com muitos paradigmas do passado e, obviamente, gerou uma reação dos que estavam acostumados a outra época. No entanto, estou convencido de que os frutos dessa atividade internacional, que já podem ser notados, farão mudar de opinião os que ainda não ousaram se incorporar a esta nova Venezuela.

A participação decidida da Venezuela nos assuntos mundiais responde à necessidade de fazer valer cabalmente os interesses do país, em um contexto internacional cada vez mais competitivo e exigente, e à determinação de contribuir para a gestação de um mundo multipolar.

Estamos empenhados em garantir um modelo democrático destinado a resgatar valores humanos e espirituais, guiados, ao mesmo tempo, pela determinação de contribuir para o desenvolvimento de uma cooperação internacional solidária. Nosso desenvolvimento interno em nossa política exterior, nestes tempos de revolução pacífica e democrática, se fundamenta em nossa nova Constituição.

Na sua Seção V, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela atribui importância primordial às relações internacionais, ao definir claramente os objetivos e princípios que devem reger a conduta internacional do país. Nela se estabelece que as relações internacionais da Venezuela respondem aos fins do Estado, em função do exercício da soberania e dos interesses do povo, sendo competência do Poder Público Nacional a política e a atuação internacional da República, assim como a defesa e a suprema vigilância dos seus interesses gerais.

De outro lado, as linhas gerais da política externa da Venezuela foram modeladas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2001/2007, no contexto do equilíbrio básico intitulado “Fortaleçamos a soberania na integração multipolar”. Ali, estão estabelecidas as estratégias destinadas a fortalecer a ação internacional do país, sustentadas nos seguintes objetivos:

- promover a democratização da sociedade internacional, com o objetivo de estimular a ação concertada dos países em desenvolvimento, assim como a solidariedade e a cooperação entre os diferentes atores do sistema internacional;
- promover a integração latino-americana e caribenha, para abordar com maior eficácia as desigualdades sociais e os altos níveis de pobreza que afetam os países da região;
- consolidar e diversificar as relações internacionais, fortalecendo a cooperação Sul – Sul e ampliando as relações com outros países e regiões;
- fortalecer a posição da Venezuela na economia internacional, contribuindo assim para ampliar nossas exportações não-tradicionais e acrescentando valor às tradicionais.

De acordo com esses postulados, o Presidente Chávez não tem poupado esforços para projetar a imagem do país. As visitas oficiais e de trabalho que tem feito a nações da Ásia, África, do Oriente Médio e da Europa, bem como a outros países e os numerosos mandatários que têm visitado a Venezuela

atendem ao objetivo de ampliar soberanamente, com base no pluralismo internacional, as possibilidades e alternativas de ação da Venezuela nos mais variados cenários, e com os mais diversos atores. Assim, foram reforçadas as relações com os nossos amigos tradicionais, e estreitadas com novos pólos de poder, como Rússia, Irã, China e Índia.

Atualmente, os contatos pessoais entre os Chefes de Estado e de Governo, de todas as latitudes, são igualmente necessários como contribuição para a paz mundial, por meio do diálogo e da cooperação. O Presidente Chávez tornou-se um ator de destaque no âmbito internacional, projetando uma mensagem de paz e de solidariedade entre todos os povos, posição compartilhada por outros líderes mundiais.

Hoje em dia, em circunstâncias internacionais tão preocupantes, impõem-se a reflexão e a ponderação no relacionamento entre todos os governos, para combater flagelos como o terrorismo internacional. Por razões bem conhecidas, o terrorismo passou a ocupar o primeiro plano na atenção internacional. A Venezuela acompanhou a aprovação, por unanimidade, das resoluções da OEA e do TIAR, adotadas em Washington, que expressam a solidariedade hemisférica com os Estados Unidos pelos ataques terroristas de que foram alvo, reiterando a nossa repulsa ao terrorismo e nossa confiança em que não haja uma escalada de violência que possa afetar a paz e a segurança internacionais e agravar os problemas da humanidade.

Não obstante, penso que em nenhum momento devem ser subestimados os grandes e permanentes desafios como o combate conjunto ao atraso e à pobreza, assim como os esforços em favor do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma responsabilidade inescapável de todos os governos do planeta, a qual a Venezuela, de seu lado, assumiu de forma determinada.

O Governo da Venezuela acredita na integração, na cooperação e no diálogo, cultivando-os de forma sistemática. Nunca antes houve no país uma atividade tão intensa para promover a integração regional, não só econômica e comercial, como também política. São mostras disso a celebração em Caracas, em princípios de 2001, da Cúpula do Grupo dos Três, entre Colômbia, México e Venezuela, um mecanismo de cooperação com um acordo de livre comércio que não estava à altura das suas expectativas. Em Caracas, os Presidentes dos três países decidiram relançar esse importante esquema de cooperação, concordando em intensificar a consulta política, o intercâmbio comercial e a cooperação entre os seus países.

Foi realizada, também, com êxito, a Cúpula da Comunidade Andina de Nações, que culminou com a adoção da Declaração de Carabobo, cujos acordos estão destinados a promover a agenda social e a integração econômica entre os países andinos. Assim como o G3, a CAN vinha enfrentando sérias dificuldades, que impediam a realização dos seus objetivos mais importantes. Agora, com o renovado impulso presidencial de Valencia, há condições para o seu cabal desempenho, preparando o caminho para a meta do Mercado Comum Andino em 2005.

Realizou-se também em Margarita a Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Associação dos Estados do Caribe, com a participação de 25 governantes da região caribenha: acontecimento fundamental para promover a cooperação entre os países membros da Associação.

Por razões óbvias, dada a nossa solidariedade e vocação pacifista, tudo o que se relaciona com a nossa região tem prioridade; por isso, nossa decidida contribuição ao processo de paz colombiano, uma vez que a paz da Colômbia é claramente, também, a da Venezuela. A assinatura dos acordos de cooperação energética com os países caribenhos e centro-americanos é uma demonstração significativa da solidariedade regional que praticamos, sem distinção de qualquer espécie.

Os temas da democracia e dos direitos humanos têm interesse especial para a Venezuela; por isso propusemos atribuir importância cada vez maior ao significado da democracia participativa e protagônica.

Outro aspecto importante da nossa política exterior tem a ver com a nossa participação ativa nos mecanismos de cooperação e de articulação de esforços entre países em desenvolvimento, como o Grupo do Rio, o Movimento dos Não-Alinhados, o Grupo dos 77 e o Grupo dos 15.

A Venezuela exerceu a presidência do Grupo dos 77, de 2002 a 2003, o que representa um reconhecimento internacional do intenso trabalho desenvolvido pelo governo venezuelano nas Nações Unidas e nas gestões feitas pelos países em desenvolvimento diante dos grandes temas econômicos mundiais.

A Segunda Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da OPEP, celebrada em Caracas em setembro de 2000, constitui um grande sucesso da política exterior venezuelana. Nunca antes uma reunião dessa magnitude tinha

sido realizada na Venezuela, com a presença de importantes líderes da África, da Ásia e do Oriente Médio, trazendo uma clara mensagem de unidade e concertação, e demonstrando, além disso, que a OPEP atua como canal de comunicação entre povos, raças, culturas e religiões de uma extraordinária diversidade.

Contribuímos, resolutamente, para o fortalecimento da OPEP e nosso compromisso de continuar oferecendo aos consumidores um fluxo de petróleo adequado, oportuno e seguro, a preços justos e estáveis, enfatizando o vínculo entre a segurança, a oferta e a transparência da demanda mundial de petróleo.

Diferentemente do pouco interesse demonstrado por governos anteriores com relação ao G-15, o Presidente Chávez teve uma participação decisiva nesse esquema de cooperação Sul-Sul, e por isso assumiu em 2001, a presidência do Grupo dos Quinze, cuja XII Cúpula foi realizada recentemente em Caracas. Sete mandatários representando América, África e Ásia, além dos representantes de alto nível das 19 nações que integram o Grupo aceitaram o convite do Presidente Chávez, assim como as propostas e medidas formuladas pelo nosso país, voltadas para a plena utilização do Grupo em benefício de todos os países em desenvolvimento.

Em um Comunicado Conjunto, os Chefes de Estado e de Governo do G-15 reafirmaram em Caracas sua vontade política de fortalecer a cooperação Sul-Sul, de ampliar e intensificar esse diálogo para explorar as suas potencialidades e para se complementar reciprocamente. Decidiram que a chamada “*Troika* (Venezuela, Argélia e Irã) deve assumir uma maior responsabilidade para garantir que o Grupo empreenda vigorosamente planos, projetos e programas identificados em conjunto, e para que sejam adotadas ações efetivas destinadas a dar seguimento às decisões dos Chefes de Estado e de Governo”.

A XII Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do G-15 culminou com o firme objetivo de propor novas atividades em áreas de interesse comum, em temas como energia e desenvolvimento, tecnologias de comunicação e informação, medicamentos genéricos e saúde pública, assim como a implementação da cooperação no campo da pesquisa médica e dos programas de recursos humanos.

Reunidos, os mandatários avaliaram assuntos fundamentais do cenário internacional e os respectivos efeitos nos seus países. Nas sessões de trabalho

qualificaram como decisivo o tema da energia e desenvolvimento, ao qual atribuíram grande importância devido à sua transcendência na economia mundial e, em particular, nos países em desenvolvimento.

Com respeito ao diálogo Norte-Sul, os membros do G-15 comprometeram-se a manter os esforços para melhorar a interação, e fortalecer o entendimento recíproco com os países desenvolvidos, dentre eles os participantes do G-8.

Reiteraram o apoio às disposições contidas no Documento Final da X Reunião Especial da Assembléia Geral com respeito à relação entre desarmamento e desenvolvimento, assim como o compromisso de lutar contra o narcotráfico. Sobre o último ponto insistiram na necessidade de coordenar esforços para enfrentar esse flagelo através do apego irrestrito aos princípios do direito internacional. Reconheceram, também, seu firme propósito de combater o comércio ilícito de armas pequenas e ligeiras.

Na “Declaração de Caracas sobre Energia e Desenvolvimento”, comprometidos com o combate à pobreza e com a contribuição para o desenvolvimento econômico e social de cada um dos países membros, os Chefes de Estado e de Governo do G-15 deram seu apoio ao diálogo internacional de caráter permanente para propiciar a avaliação detalhada da situação energética global. Consideraram que para assegurar o desenvolvimento da área energética, devem valer-se do investimento público e privado (respeitando as legislações nacionais e as prioridades de desenvolvimento) e da intensificação do comércio e do intercâmbio de tecnologias para aumentar a eficiência no uso da energia.

Mediante um processo dinâmico, as *Linhas Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento 2001-2007*, primeiro plano da nova era constitucional, estão destinadas a promover uma crescente interação positiva entre um equilíbrio macroeconômico sustentado, oportunidades sociais efetivas, uma nova dinâmica territorial, a ampliação das oportunidades políticas e a diversificação racional no âmbito internacional.

O Presidente como cabeça visível do Executivo Nacional, deu sua atenção a todos os aspectos da vida nacional. A prioridade é restituir aos cidadãos os direitos políticos e civis que lhes foram desrespeitados, e ao mesmo tempo satisfazer suas necessidades materiais e ampliar o seu acesso ao processo de tomada de decisões.

Quanto à política exterior, propõe-se uma diplomacia sem precedentes na história do país. O governo nacional amplia suas possibilidades de ação, multiplicando contatos e gestões para cultivar o diálogo político e conjugar esforços em diversas áreas de interesse para a Venezuela.

Nesse processo, destinado a projetar um perfil próprio no mundo, mediante uma diplomacia ativa e eficaz, atua-se de forma resoluta em todos os cenários e com os mais diferentes atores, com base na autodeterminação dos povos e no pluralismo internacional, na busca de resultados concretos que beneficiem o país tanto no campo político como no econômico, comercial, social e cultural.

Estou convencido de que, em um mundo competitivo e globalizado como indubitavelmente é o de hoje, torna-se necessário, mais do que nunca, uma política exterior ativa e dinâmica, que promova cabalmente os interesses nacionais, e que, ao mesmo tempo, seja um fator coadjuvante na articulação de esforços destinados a favorecer princípios e propósitos considerados essenciais pela comunidade internacional de modo geral, e que se convertam, mediante processos racionais e estruturados, em fontes geradoras de valores fundamentais para toda a humanidade. Por exemplo: a manutenção da paz mundial, a felicidade e o bem-estar dos nossos povos, o acesso ao desenvolvimento e a padrões de vida elevados, como fatores primordiais que garantam os precedentes.

Pelo que vimos, e porque o nosso país vive um processo intenso de mudanças políticas e institucionais, a Venezuela tem merecido o interesse da comunidade internacional, e a sua diplomacia é observada com respeito. O fato de ser, atualmente, um país imerso em transformações profundas e significativas confere nossa política exterior uma legitimidade que a nutre com os mesmos princípios de justiça, equidade e democracia participativa que sustentam a atuação do governo ao fomentar o desenvolvimento integral do país, e sua renovação.

Equilíbrio internacional

O mundo contemporâneo enfrenta, como questão de sobrevivência, o imperativo de superar o modelo da globalização que resulta da projeção do neoliberalismo no âmbito internacional. Dentro dele abre-se o caminho

alternativo de um modelo democrático e o promover da justiça e do bem-estar nacional e local, que pretende resgatar valores, humanos e espirituais, mediante uma cooperação internacional solidária. Pareceria que começa agora uma fase de liderança da sociedade civil, não comprometida com o grande poder econômico e político. O respeito à autodeterminação dos povos, o fortalecimento do diálogo Sul-Sul, o critério da multipolaridade do mundo atual, a consolidação da presença da Venezuela no âmbito internacional, e o exercício da diplomacia econômica representam, em conjunto, o norte da nossa política exterior recente.

Hoje a diplomacia venezuelana é observada com grande interesse e respeito em toda parte do mundo, pelo seu dinamismo, apego às normas do direito internacional e disposição de promover um mundo multipolar e solidário.

Na promoção da integração e na revalorização do diálogo, a Venezuela tem enfatizado, particularmente, sua soberania nacional.

O governo do nosso país começa a colher os frutos do seu esforço de procurar, desde o primeiro momento da sua gestão, relançar uma diplomacia ativa e eficiente, comercial, econômica e financeira; a revitalização da política dos blocos regionais; uma política mais ousada frente a atitudes hegemônicas internacionais, e a transformação da estrutura interna da Chancelaria, imprescindível para possibilitar as mudanças propostas.

O relançamento de uma política ativa e eficiente foi posto em prática com a realização de numerosas viagens internacionais pelo Presidente da República, que visitou vários continentes, na companhia de delegações empresariais do setor público e privado, com o objetivo de promover maior intercâmbio comercial com os países visitados.

Os resultados dessas viagens, e do relançamento comercial da Venezuela em seus países amigos, permitiu concretizar investimentos que estão sendo feitos em outras áreas de exploração de petróleo no país. Da mesma forma, o Brasil ampliou seus investimentos na Venezuela, como exemplifica sua participação na construção da linha 4 do metrô de Caracas e em uma nova ponte sobre o rio Orinoco.

Correspondeu à Chancelaria dar início à execução de nova estratégia diplomática, orientada geograficamente para o que se denominou de quatro fachadas fundamentais: atlântica, caribenha, andina e amazônica, tendo como

pontos focais o Brasil, o Caribe, a Colômbia e a Guiana, vizinhos e sócios naturais da Venezuela.

Nesse contexto, Venezuela e Guiana decidiram criar a Comissão Binacional de Alto Nível (Coban) e o Conselho Binacional Empresarial, que propiciam novas iniciativas e atividades voltadas para a expansão, fortalecimento e avanço dos vínculos entre os dois países, ultrapassando nossas diferenças limítrofes, o que ficou consolidado na recente visita do Presidente Hugo Chávez Frías a Georgetown.

Com o Brasil, além do aumento do intercâmbio comercial bilateral, há interesse venezuelano em intensificar a relação com esse país em todos os seus aspectos. Promoveu-se, em particular, a busca de maior integração latino-americana, mediante a aproximação entre a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul, altamente valorizada pela Venezuela.

Muito complexas, nossas relações com a Colômbia, abrangendo numerosos temas, são hoje mais dignas, mais claras, mais transparentes, por vezes mais emotivas, mas também mais afetivas. Com a Colômbia tratou-se cuidadosamente de todos os aspectos desse relacionamento, tão importante para a Venezuela, pela condição de países historicamente irmãos e vizinhos, e por ser a Colômbia o nosso segundo parceiro comercial.

A Venezuela tem contribuído ativamente para a paz na Colômbia, emprestando o seu território às diferentes partes envolvidas na atual situação do país vizinho, na busca de um entendimento que nos interessa como o país mais afetado, além daquela nação irmã, e ademais, por sermos ambos países bolivarianos. A nova política da Venezuela com relação ao Caribe foi fortalecida, e é de nosso interesse aprofundá-la, propiciando uma posição de solidariedade com Cuba, a Associação dos Estados do Caribe, o Caricom, e com os países centroamericanos caribenhos. Uma das manifestações dessa política tem sido os acordos complementares no setor da energia, através dos quais a Venezuela fornece a esses países óleo cru e produtos petrolíferos aos mesmos preços de mercado, mas com facilidades de pagamento, assumindo solidariamente sua responsabilidade como potência energética da região.

Com respeito aos Estados Unidos, acentuou-se a atitude de amizade e boa vontade, embora com claras manifestações de independência e autonomia na elaboração e desenvolvimento da nossa política exterior no plano mundial.

A boa vontade e a racionalidade dessa relação, historicamente de grande relevância para a Venezuela, foi expressa desde o primeiro ano de gestão do atual governo, através da aprovação, pelo então Congresso da República, do acordo com os Estados Unidos destinado a evitar a dupla tributação, após um impulso efetivo por parte do Ministério das Relações Exteriores.

À geração inquieta em busca de novos horizontes

O povo venezuelano vive hoje momentos de intensa emotividade, que se manifestam em sentimentos profundos, vindos diretamente do coração. Agora, porém, todos os venezuelanos sabemos que é preciso passar da emoção à ação.

São momentos propícios para focalizarmos a idéia de uma geração de homens que, no princípio da década de 70, terminamos os preparatórios, nas terras altas da Venezuela, tomando diferentes rumos, caminhos distintos. Como estudantes sonhávamos, amávamos e preparávamos nossa consciência para as lutas que se avizinhavam. Alguns pensavam diretamente na ação política e nas formas da futura organização revolucionária do povo. Outros inventávamos saídas, a partir da ciência e do conhecimento, para superar a exclusão das maiorias, e para construir alternativas democráticas genuínas, pensando na paisagem, na música e no ambiente, na natureza e no homem como eixos do que depois definiríamos como sustentabilidade, condição *sine qua non* do desenvolvimento da sociedade.

Era um tempo em que mal podíamos visualizar o futuro, que hoje se abre à nossa frente como esperança e expectativa real, justamente porque intuímos que seria possível encontrar saídas para a crise estrutural. E, assim, como nos dias da Guerra da Independência muitas pessoas das terras altas foram capazes de sacrificar grandes fortunas e suas vidas pela causa da liberdade, a nossa geração se dedicou igualmente a essa causa, sob condições diferentes. O desafio era a formação, o conhecimento, a ciência, a disciplina, os princípios éticos e morais. Nisso nos empenhamos, e pudemos demonstrar que era possível atravessar o deserto sem nos vendermos por um copo d'água. Coube a mim um exílio voluntário de alguns anos na França, anos de afastamento que provocaram um amor mais profundo por minha gente e por esta sociedade venezuelana com a qual é tão agradável conviver. Meus professores do Liceu O'Leary contribuíram para forjar nossas

convicções democráticas, e inculcaram no nosso espírito o amor pelo trabalho bem feito.

Agora, essa “geração inquieta em busca de novos horizontes”, que apesar de tudo pôde formar-se durante o período da democracia representativa, exige e promove a Democracia Participativa e Protagônica, em nome do princípio do aprimoramento contínuo.

Demonstramos que valia a pena insistir, mesmo quando o caminho estava repleto de dificuldades – dificuldades ainda hoje existentes –, entre outras coisas porque houve quem as ampliasse e se empenhasse em retroceder um processo que já é irreversível, e que deixou de ser o sonho de um grupo de jovens entusiastas para se tornar a vontade de todo um povo que compreendeu esta verdade: quando assamos pão para todos, é preciso que todos participem do seu preparo.

É impossível esquecer que essa “geração inquieta em busca de novos horizontes”, à qual pertenço, contou sempre com o apoio determinante dos seus pais e das suas mães, e, também das famílias, parentes e amigos que nos orientaram sem descanso, contando com poucos recursos materiais, mas com bom senso, tratando com dignidade a trajetória profissional e o trabalho criativo: única possibilidade de ascensão social para pessoas que contam com poucos recursos.

Estou preocupado porque a democracia escolhida pelos venezuelanos, no quadro da Constituição Bolivariana, corre perigo. Com efeito, vivemos na Venezuela uma crise caracterizada pelo déficit de democratas. Quarenta anos de democracia representativa, que tanta expectativa criou na juventude venezuelana, não foram suficientes para formar verdadeiros partidos políticos e dirigentes que ajudassem a superar as grandes dificuldades do nosso povo. Nos momentos difíceis de abril de 2002, pudemos ver os representantes desses partidos políticos tradicionais, “defensores da democracia”, alguns deles deputados e dirigentes da chamada “esquerda”, aplaudindo a morte do regime democrático, ao lado de um aprendiz fascista.

Enquanto no dia 12 de abril um jornal conhecido da “oposição inteligente” publicava de modo jocoso em sua primeira página a manchete “Adeus, Huguito!”, em vez de expressar tristemente um adeus à democracia, e demonstrando assim, seu desprezo pelo povo venezuelano. Que contradição!

Vemos hoje algumas dessas mesmas pessoas atacando o Poder Eleitoral representado pelo Conselho Nacional Eleitoral. Daí a necessidade de convocar os venezuelanos para que reconheçam a “geração inquieta em busca de novos horizontes”; para que ajudem a gestação de uma oposição autêntica, com convicções e consciência democrática. A pátria precisa disso.

Um novo desafio para a “geração inquieta em busca de novos horizontes” é a defesa da nossa Constituição, a promoção do seu conteúdo, ou seja, o desenvolvimento sustentável do país, para que a República Bolivariana da Venezuela desempenhe um papel preponderante como o desempenhado durante a época da Independência, com seus recursos humanos, energéticos e naturais. Os resultados das Missões Robinson I e II, Ribas, Sucre, Mercal e *Barrio Adentro* mostram que a saúde, a alimentação e a educação são liberdades fundamentais e factíveis para o desenvolvimento sustentável venezuelano. Juntamente com a Missão *Vuelvan Caracas* nos permitirão erradicar, progressivamente, a pobreza.

Em todo o mundo, milhares de pessoas pobres nos observam, cada dia mais, graças à globalização; numerosos líderes de países do Norte, como do Sul, esperam e desejam o sucesso dos métodos que estamos experimentando na Venezuela para atingir as metas da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, e compartilham conosco a idéia do Presidente Hugo Chávez de criar um Fundo Humanitário Internacional que permita lutar de forma eficaz contra a pobreza. Esses esforços do governo nacional e do povo da Venezuela devem ser difundidos em todo o mundo; eis o papel que cabe à Chancelaria da República Bolivariana da Venezuela. Como afirma o Presidente Chávez, creio que optamos em nosso país pela solução mais difícil, que consiste em ampliar a democracia, e ao mesmo tempo reduzir a pobreza, mas estamos certos de que conseguiremos fazê-lo.

A FAO foi criada para eliminar a fome, mas vemos, como a despeito dos progressos, das grandes possibilidades à nossa frente, a fome aumentou no mundo. Atualmente o Presidente Lula está liderando o projeto Fome Zero. Ora, o Presidente Chávez está de acordo em que é verdade que a fome tem que ser zerada, mas a sua visão é muito mais sistêmica: uma visão holística do que significa a fome: *a fome é pobreza*. Penso que não só de pão vive o homem, como é costume dizer, e muitos o repetem. Precisamos, também, saber ler, escrever; precisamos ter boa saúde; necessitamos cultivar-nos, necessitamos cultura e etc.

Aqui na Venezuela, estamos realizando um trabalho metodológico para poder alcançar as metas fixadas pelos Chefes de Estado nas Nações Unidas, na Cúpula do Milênio: até o ano 2015, reduzir pela metade a pobreza existente no mundo, com cada setor reduzindo justamente à metade o número de pessoas que não dispõem de água potável, entre outras coisas. Os acordos de Dacar, da Unesco, sobre educação de qualidade para todos, vêm sendo materializados na Venezuela, dados os diferentes tipos de missão social levados a cabo pelo nosso governo.

Desenvolvimento sustentável para erradicar a pobreza

Na Cúpula de Joanesburgo, em setembro de 2002, os Chefes de Estado e de Governo do mundo coincidiram na necessidade urgente de concentrar os esforços da humanidade na luta contra todas as manifestações da pobreza. O Presidente Jacques Chirac, em especial, chamou a atenção do mundo, de forma dramática, ao dizer: “nossa casa está em chamas e olhamos para o outro lado”. Insistiu em que “a persistência da pobreza das massas é um escândalo e uma aberração”. Ao mesmo tempo, o Presidente da França propôs o aumento da assistência pública ao desenvolvimento sustentável, argumentando que, no entanto, isso não bastava, e concluiu citando a necessidade de “uma retenção solidária sobre as riquezas consideráveis produzidas pela mundialização”.

De seu lado, o Presidente Hugo Chávez reafirmou que a Venezuela assume o caminho do desenvolvimento sustentável. Além disso, propôs, como o fizera em Monterrey e em Nova York, “a criação de um Fundo Humanitário Internacional: “(...) um Fundo rigorosamente obrigatório, contando, por exemplo, com dez por cento dos gastos militares do mundo (...) ao qual possamos contribuir, por exemplo, com dez por cento da dívida externa que os países pobres pagamos ao mundo desenvolvido (...) Um Fundo Humanitário Internacional ao qual se destine uma porcentagem dos grandes capitais do narcotráfico, dos grandes capitais da corrupção ...” Finalmente, em janeiro de 2004, na recente Cúpula dos países americanos em Monterrey, o Presidente Chávez insistiu outra vez na necessidade de criar o Fundo Humanitário Internacional para erradicar a pobreza do continente. Na sua mensagem de Ano Novo ao Corpo Diplomático sediado em Paris, o Presidente Chirac anunciou que no segundo semestre de 2004 apresentará as conclusões

do grupo de peritos que designou para buscar novas fontes de financiamento internacional, examinando em particular, a idéia de impor gravames sobre os fluxos financeiros mundiais. Notamos, assim, com grata satisfação, que os Presidentes Chirac e Chávez compartilham as mesmas preocupações com respeito ao desenvolvimento sustentável, e ao combate urgente e decidido para a erradicação da pobreza no mundo.

De acordo com todos os programas sociais que estão sendo executados no país, a diplomacia da República Bolivariana da Venezuela deverá tomar como referência o contexto do desenvolvimento sustentável.

Com efeito, na última Cúpula da Terra, em Joanesburgo, ficou demonstrado que não se registrara qualquer progresso nas metas e nos compromissos assumidos; que, pelo contrário, a situação havia piorado. Ao referir-se à Cúpula do Milênio, os especialistas concordam em que, a despeito de todos os esforços que estão sendo feitos pelos países para a erradicação da pobreza, os objetivos não poderão ser alcançados no tempo previsto.

Tanto a Cúpula do Rio de Janeiro, como a Cúpula do Milênio, tinham como foco o homem e a luta contra a pobreza. A Venezuela vem trabalhando com planos e programas de desenvolvimento social, conforme já mencionamos, os quais representam experimentos metodológicos na luta contra a pobreza, para poder alcançar as metas adotadas nessas Cúpulas.

Nosso país passou a ser um centro de experimentação da luta contra a pobreza, e por isso se converteu em foco da atenção mundial: o mundo quer conhecer a experiência venezuelana, porque há uma crença geral de que a pobreza resulta de uma fatalidade, e nada se pode fazer para erradicá-la. Ora, na Venezuela estamos trabalhando com planos concretos para combatê-la.

Por isso, a diplomacia da República Bolivariana da Venezuela está chamada a transmitir, através das suas Embaixadas, Consulados e Representações Diplomáticas, os progressos feitos, buscando além disso, a experiência e a cooperação dos outros países nessa luta contra a pobreza. Os embaixadores são comunicadores dessa ação – informam e buscam projetos de cooperação bilateral e multilateral que permitam reforçar o trabalho realizado dentro do país: cooperação para reforçar a participação da cidadania, novas tecnologias para a agricultura sustentável, experiências em que a empresa privada e os empresários ajudem a criar empregos, etc. Programas, enfim, que nos apoiem no trabalho que vem sendo realizado nesse campo.

O desenvolvimento sustentável permitirá erradicar a pobreza, mas significa também uma agenda bilateral e multilateral em matéria de meio ambiente, que inclua a busca de projetos para tratar os problemas sociais, novas técnicas em termos de água potável, mudanças climáticas, regulamentação internacional dos problemas ambientais, na condição de problemas globais.

Como países dotados de fontes energéticas e de grande diversidade, temos responsabilidades ambientais que podemos compartilhar nos foros internacionais dos quais participamos, como por exemplo na OPEP, onde seria conveniente analisar os passivos ambientais criados pela indústria petrolífera. Poderíamos perguntar-nos como fazer para que se cumpra o princípio da internalização dos custos ambientais, e a aplicação do princípio do desenvolvimento sustentável de que “quem contamina paga”.

Outro desses princípios que estamos praticando, com a participação das comunidades autóctones no desenvolvimento nacional é a administração dos recursos naturais, das florestas, além da participação ativa da mulher e dos jovens.

A Venezuela assinou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Somos um país pacífico, porque a guerra é contrária ao desenvolvimento sustentável.

A democracia é, em sua essência, desenvolvimento sustentável, que consta na Constituição Bolivariana. Daí os grandes esforços que estamos fazendo para fortalecer as nossas instituições, para formar pessoas responsáveis, que proponham alternativas ao país e busquem soluções dentro do contexto democrático, respeitando as leis e a Constituição.

Tudo o que estamos fazendo na Venezuela tem por objetivo fundamental alcançar as metas fixadas nas Nações Unidas. Estamos preocupados porque esses objetivos não podem ser alcançados somente através de discursos oficiais, pois é necessária uma vontade política, como o nosso governo expressou nos foros internacionais. Vontade política traduzida em planos, programas e missões sociais efetivamente realizados.

Esse desejo do governo venezuelano manifestou-se reforçando o regime democrático e ampliando o orçamento para cristalizar os planos de apoio social e, ao mesmo tempo, obtendo a participação das pessoas como co-responsáveis pelo seu futuro.

A luta contra a pobreza não depende só dos governos, mas deve incluir a participação das pessoas, para que elas próprias possam procurar as respostas aos seus problemas; e deve ter, igualmente, a participação da empresa privada.

Estamos chegando a um momento em que já foi demonstrado que o crescimento dos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos não é suficiente para assegurar o bem-estar da maioria. Ao mesmo tempo, sabemos que a integração econômica que tenha como centro de interesse a integração dos mercados, e que é iminente, acarreta a necessária competição entre os povos por mão-de-obra, pelas facilidades oferecidas às empresas, para captar seus investimentos, pela supressão de impostos, pela presença de regimes que não respeitem os direitos sociais dos trabalhadores, etc. Isso nos levaria a uma competição desenfreada, com baixos salários e pouca proteção social, inclusive ao trabalho infantil e ao agravamento das condições de trabalho em geral, ou seja, o contrário do desenvolvimento sustentável. É o que aconteceria com essa iminente integração do mercado, tendo-o como centro de interesse.

A Venezuela propõe a integração dos povos por intermédio da cultura, do intercâmbio de informação e da relação direta entre os povos. Só assim essa integração poderá criar as condições necessárias para que a mundialização dos mercados tenha um rosto humano.

A ocasião é propícia, já que na Unesco as Nações Unidas vão discutir, daqui até 2005, a Convenção sobre Diversidade Cultural, em que a cultura e os povos não serão meros objetos passivos da integração dos mercados.

Educação, saúde e alimentação dos venezuelanos: liberdades fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país

O Presidente da República Bolivariana da Venezuela pensa que a melhor forma de eliminar a pobreza como condição indispensável do desenvolvimento sustentável é dar “poder aos pobres”. Com efeito, desde 2003, depois de ter enfrentado com êxito as tentativas antidemocráticas de desestabilização, e a despeito das grandes perdas econômicas ocasionadas, o governo nacional pôs em prática uma série de ações concretas destinadas a transmitir o poder aos pobres através da educação, da saúde e da alimentação. Nasceu assim a *Missão*

Robinson, a cargo do Ministério da Educação, Cultura e Desporte, cujo objetivo é erradicar a alta porcentagem de analfabetismo persistente em nosso país, ajudando mais de um milhão de venezuelanos a obter o certificado de estudos primários. Em seguida houve a *Missão Ribas*, a cargo do Ministério de Energia e Mineração, que pretende ajudar centenas de milhares de jovens a concluir a escola secundária que, por diferentes razões, não puderam completar. Finalmente, a *Missão Sucre* e a criação da *Universidad Bolivariana*, a cargo do Ministério da Educação Superior, que tem por objetivo dar a mais de meio milhão de jovens com diploma do curso secundário, a oportunidade de continuarem seus estudos até obterem um diploma universitário.

No que concerne à saúde e alimentação, o governo implementou o Plano *Barrio Adentro* e a *Missão Merval*, a cargo do Ministério da Saúde e Desenvolvimento Social, do Ministério da Agricultura e Terras e do Ministério da Defesa. A meta fundamental do primeiro é a melhoria da qualidade de vida dos mais necessitados nos bairros periféricos das grandes cidades do país. Esse plano consiste em oferecer uma assistência integral gratuita em matéria de saúde e educação, com a participação das comunidades organizadas e com a ajuda de pessoal médico especializado. Ao mesmo tempo, o governo elabora uma rede de saúde pública com base em postos de saúde e em clínicas populares. Outro plano de impacto social significativo é a *Missão Merval*, que se destina a reforçar as condições de segurança alimentar no país, tendo por meta formar um sistema logístico para a aquisição, transporte, armazenagem, distribuição e venda de alimentos e medicamentos genéricos básicos. Os alimentos e os medicamentos são vendidos a preços inferiores aos de mercado, permitindo assim a milhões de venezuelanos exercerem o seu direito à saúde. ■■■

Tradução: Sérgio Bath.



Antonio Berni

Primeiros Passos

*Alberto G. Bellucci**

Berni pinta “Primeiros Passos” em 1937, no mesmo ano em que Picasso realiza “Guernica”. A associação é arbitrária, mas deliberada. Não apenas porque se trata de duas obras-primas que nascem sincronicamente unidas na

* Diretor dos Museus Nacionais de Belas Artes e de Arte Decorativa de Buenos Aires, República Argentina.

longa trajetória dos dois pintores, mas, sobretudo, porque Antonio Berni (1905-1981) certamente representa para a pintura argentina o que Pablo Picasso foi para a europa: artistas únicos, éticos e esteticamente inquietos, militantes de uma esquerda freqüentemente utópica, exuberantes em sua criatividade, ávidos por explorar diversas possibilidades plásticas próprias da figuração e por denunciar os temas mais instigantes da sociedade do século XX: as crueldades da guerra, no caso de Picasso; a marginalidade e as injustiças urbanas, no de Berni.

Em 1930, Berni volta à Argentina, depois de passar cinco anos como bolsista em Madri e Paris. Tem 25 anos, está recém-casado com Paule Cazenave, estudante de escultura que conheceu na França, e é o pai ardoroso de Elena, apelidada Lily. Mãe e filha serão protagonistas de várias de suas obras de fins da década de trinta e princípios da de quarenta, entre elas esses “Primeiros anos”, “Paule e Lily” (1941) e “Lily” (1943), obras marcadamente clássicas, afirmativas da “volta à ordem”, cujas raízes se encontram nas marcas remotas do pré-renascimento e nas mais próximas da pintura metafísica italiana. É curioso, embora explicável, que esses retratos familiares, que se situam em ambientes serenos e quietos, de aparência congelada, tenham nascido imediatamente depois da poética convulsiva, exacerbada e carregada de expressionismo com a qual Berni tentou comover a sociedade diante dos efeitos da crise e da desocupação (“Manifestação” e “Desocupados”, de 1934, “Meia-noite no mundo”, de 1936/7). Mas já dissemos que houve muitos Berni em Berni, como houve muitos Picasso em Picasso.

Voltemos a “Primeiros Passos” e detenhamo-nos, também nós, para participar da sua aparente serenidade. O pintor retratou, ao mesmo tempo, a fisionomia precisa de sua mulher e de sua filha (Berni foi um exímio retratista e nunca abandonou essa temática) e a universalidade prototípica de suas atitudes, extensível a muitas outras pessoas e à humanidade inteira. Esse é um dos segredos que produzem tão profunda impressão no observador atento e que, em definitivo, implica a *mudança de rumo* na compreensão de uma representação que, à primeira vista, parecia bastante óbvia. A aparência hierática das atitudes, tanto da menina que dança suspensa no ar, quanto da mãe que, pensativa, pôs de parte a costura, combina com a imobilidade da arquitetura e a paisagem de fundo – magnífica por certo – que nos lembra os mestres italianos do século XIV. As dobras do tecido que cai da mesa e a cortina plissada que prolonga a

blusa da bailarina têm essa mesma presença congelada, imóvel, retida eternamente no momento em que foram surpreendidas pelo olho do pintor. Uma calma densa envolve o conjunto. Mas, quando se observa com atenção, pode-se perceber o pulsar de sentimentos – ilusão reconcentrada na filha, fuga para suas próprias recordações na mãe – cujas vibrações confluem das duas figuras laterais para o eixo central do quadro que, por acaso, coincide com o canto da porta aberta. Essa linha branca marca o eixo de um díptico virtual em que cada ala corresponde a uma idade da mulher, o dinamismo desinibido da adolescência frente à resignação da mulher adulta que viu – e continua vendo – desaparecerem rápido demais essas ilusões.

Nesta grande obra, Berni libera todo um mundo de possíveis memórias, desde aquelas que alinham distintos picos do realismo figurativo ocidental até a fronteira de uma geometrização precisa, que se inicia com a caracterização psicológica. Objetividade e subjetividade, quietude e vibração, linha e cor em associação mútua: em suma, um diálogo íntimo do qual o espectador é convidado a participar, de modo a completá-lo.

“Primeiros Passos” foi exposto no XXX Salão Nacional de Belas Artes, em 1940, onde obteve o primeiro prêmio, e passou imediatamente a fazer parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Cinco anos antes, esse mesmo Salão Nacional havia recusado “Desocupados”, um monumental trabalho de Berni, em têmpera sobre aniagem, que hoje está em exibição no Museu de Arte Latino-Americano de Buenos Aires (Malba), a poucas quadras do Museu Nacional de Belas Artes. Símbolo claro da proximidade com que se produzem os triunfos e os fracassos na vida do artista e evidência, também, do tempo geralmente breve, tomado pela história, para restaurar o necessário equilíbrio de uma apreciação madura e inteligente. ■■■

